

JOSÉ HENRIQUE ROLLO GONÇALVES

HISTÓRIA REGIONAL & IDEOLOGIAS: EM TORNO DE ALGUMAS COROGRÁFIAS POLÍTICAS DO NORTE PARANAENSE - 1930/1980

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História do Brasil. Curso de Pós-Graduação em História do Brasil - Área de Concentração: História Social. Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor-Doutor Carlos Roberto Antunes dos Santos

CURITIBA, 1995

ABSTRACT:**José Henrique Rollo Gonçalves: Regional History & Ideologies: On Some Political Chorographies of Northern Paraná, Brazil - 1930/1980**

The aims of this dissertation are essentially two: **First of all**, to test the potentialities of a semiological concept of region. Understanding by region the results of a struggle between a lot of unequal verbal actors to control the definitions of the socio-spatial nature of a certain territory, the study intends to clarify the modes of construction of the dominant regional images. **In second place**, to study some political and ideological aspects of Northern Paraná neglect by the main historiographical currents of regional studies: [a] the almost mythical interpretations of the evolutions of a Brazilian frontier society that is described by a great number of researchers as a form of objectivation of bandeirantes collective soul; [b] the identification of the region as a place where a well succeeded liberal agrarian reform had been developed by private business men. **Key words:** Northern Paraná Historiography; Regional Analysis; Brazilian Human Geography; Agrarian Reform.

RESUMO:**José Henrique Rollo Gonçalves: História Regional & Ideologias: Em Torno de Algumas Corografias Políticas do Norte Paranaense - 1930/1980.**

São essencialmente dois os objetivos desta dissertação: **Em primeiro lugar**, testar as potencialidades de um conceito semiológico de região. Entendendo por região os resultados de uma luta entre diversos atores verbais desiguais pelo controle das definições da natureza sócio-espacial de um certo território, o estudo pretende clarificar os modos de construção das imagens dominantes do Norte do Paraná. **Em segundo lugar**, estudar alguns aspectos políticos e ideológicos daquela área negligenciados pelas principais correntes dos estudos regionais: [a] as interpretações quase míticas das evoluções de uma sociedade de fronteira que é descrita por um grande número de pesquisadores como uma forma de objetivação da alma coletiva dos bandeirantes; [b] a identificação da região como um lugar onde uma reforma agrária liberal bem sucedida foi desenvolvida por empresários particulares. **Unitermos:** Historiografia Norte-Paranaense; Análise Regional; Geografia Humana Brasileira; Reforma Agrária.

ÍNDICE

MAPAS E TABELAS.....	V
ÍNDICE DE ABREVIATURAS.....	VI
MUITOS E MÚLTIPLOS AGRADECIMENTOS.....	VII
A MODO DE INTRODUÇÃO: ESTUDANDO ALGUMAS FABULAÇÕES COROGRÁFICAS DO NORTE PARANAENSE	1
PRIMEIRO CAPÍTULO: PROPOSIÇÕES ELEMENTARES PARA UMA SEMIOLOGIA POLÍTICA DOS ESPAÇOS REGIONAIS.....	20
Algumas considerações sobre a pesquisa histórica em âmbito regional.....	21
A região como conceito-objeto: proposições para uma categoria operacional.....	29
SEGUNDO CAPÍTULO: FORMATANDO O NORTE DO PARANÁ: POR UMA LEITURA POLÍTICA DAS DELIMITAÇÕES REGIONAIS, ENTRE OS ANOS 30 E 40.....	41
Considerações preliminares.....	42
Uma síntese da corografia regional pela ótica da publicidade político-empresarial.....	45
A tematização do Norte do Paraná no contexto da formação da Geografia Humana brasileira.....	57
Alguns modos de se tornar o Norte do Paraná um prolongamento de um certo São Paulo.....	71
Excursão: Pierre Monbeig e as frentes pioneiras: em torno de uma recriação liberal do mitema bandeirante.....	90
TERCEIRO CAPÍTULO: O TEMA DA DEMOCRACIA RURAL E DA REFORMA AGRÁRIA, NO NORTE DO PARANÁ, ENTRE OS ANOS 50 E 70.....	110
Considerações preliminares.....	111

Bento Munhoz da Rocha Neto e outros formuladores parlamentares do tema da reforma agrária no Norte do Paraná.....	120
O tema da verdadeira reforma agrária pela ótica da propaganda empresarial liberal-conservadora.....	133
Legitimações técnico-científicas dos temas da democracia rural e da verdadeira reforma agrária no Norte paranaense.....	144
QUARTO CAPÍTULO: ALGUMAS FORMATAÇÕES REGIONAIS BLOQUEADAS - AVENTANDO OUTROS NORTES DO PARANÁ.....	159
Análise crítica de algumas análises críticas do tema da reforma agrária no Norte do Paraná.....	160
Excursão: a lógica metafísica do capital contra as lutas pela reforma agrária, no início dos anos 80.....	175
Contra-informações amordaçadas: emersão e dissolução de outras leituras do Norte-Novo Paranaense, 1956/1964.....	190
Considerações complementares: a autonomização ôntica do Norte paranaense pela literatura técnico-científica.....	199
A MODO DE POSSÍVEIS CONCLUSÕES.....	214
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	223

MAPAS E TABELAS

Mapa 01: Áreas setentrionais no espaço paranaense.....	3
Mapa 02: Norte-Novo do Paraná/Áreas adquiridas pela CTNP?CMNP.....	4
Tabela 01: Evolução da população do Brasil, do Paraná e do Norte-Novo do Paraná, entre 1940-1980 (em números absolutos e percentuais).....	44

ÍNDICE DE ABREVIATURAS

- AGB: Associação dos Geógrafos Brasileiros
AP: Ação Popular
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
CMNP: Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CNA: Confederação Nacional da Agricultura
CNG: Conselho Nacional de Geografia
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CTNP: Companhia de Terras Norte do Paraná
FAP: Frente Agrária Paranaense
FGV: Fundação Getúlio Vargas
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA: Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA-INPES: Instituto de Planejamento Econômico e Social
MDB: Movimento Democrático Brasileiro
MIRAD: Ministério da Reforma Agrária
OCML-POLOP: Organização Comunista Marxista-Leninista: Política Operária
PCB: Partido Comunista Brasileiro
PSD: Partido Social Democrático
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
SNA: Sociedade Nacional da Agricultura
SRB: Sociedade Rural Brasileira
UDF: Universidade do Distrito Federal
UDN: União Democrática Nacional
UDR: União Democrática Ruralista
ULTAB: União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil

MUITOS E MÚLTIPLOS AGRADECIMENTOS

O que apresento a seguir são resultados parciais de pesquisas que venho fazendo desde que, em 1986, saí do Rio de Janeiro e fui morar em Maringá, bem no miolo do Norte do Paraná. Muitas pessoas e algumas instituições devem ser mencionadas em reconhecimento pelo tanto que fizeram para que este trabalho fosse compreendido. Antes de mais nada, agradeço as professoras e aos professores do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, que me permitiram integrar o Programa de Capacitação Docente daquela Instituição Pública de Ensino Superior. E à CAPES, que me facultou uma bolsa de estudos, elemento fundamental para a permanência em Curitiba e para a compra de livros e a reprodução de fontes documentais. Agradeço, igualmente, aos integrantes do corpo docente do Curso de Mestrado em História do Brasil da Universidade Federal do Paraná que, em conversas informais e no decorrer de aulas e seminários, introduziram questões historiográficas que me ajudaram a configurar muitos dos temas que procuro desenvolver nestas páginas. Particular referência deve ser feita ao Professor Doutor Carlos Roberto Antunes dos Santos, meu amigo e orientador, que com paciência e camaradagem, aturou minhas muitas hesitações e acertou setas decisivas nos alvos de minhas várias dúvidas e fragilidades, assegurando que esta pesquisa pudesse revelar, assim o creio, razoável solidez argumentativa e documental.

Durante todo esse tempo percorri um monte de arquivos, bibliotecas e livrarias buscando materiais para dar conta das inúmeras perguntas que fui aprendendo a fazer sobre a vida nas muitas partes da terra paranaense. É impossível recordar onde estão todos os acervos que andei fuçando e, sobretudo, as pessoas com quem conversei. Certo: tem lugares que a gente não tem como deixar de ir porque sempre se acha alguma coisa...ou tudo: a Biblioteca Nacional (RJ), a Biblioteca Pública do Estado do Paraná, as bibliotecas do IBGE (RJ e PR), o Arquivo Nacional (RJ), o Arquivo Público do Estado do Paraná, as bibliotecas do IPEA e da Fundação Getúlio Vargas (RJ). Em todas essas instituições sempre fui bem recebido e seus funcionários me ajudaram bastante, apesar do crônico estado de desorganização, deterioração e empobrecimento de quase todos os acervos públicos brasileiros. Não posso dizer isso de um lugar que precisa ser enfatizado: a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico Municipal da Secretaria de Cultura de Maringá - antigo Projeto Memória. Lá está sendo feito um esforço notável de conservação documental dentro de padrões bastante atualizados de excelência, em que pesem as tortuosidades e atabalhoamentos das politiquinhas municipais. Desde meados dos anos 80, seu pessoal tem sido um ponto

de apoio fundamental e insubstituível para este e para qualquer outro trabalho de pesquisa sobre a região Norte-paranaense.

Não encontrei um jeito de listar sem falhas os nomes de todos os que, num ou noutro momento, dando o maior apoio, afetivo e intelectual, foram seminais para a continuidade de minhas pesquisas. Por isso, peço mil desculpas se não mencionarei algumas pessoas. Mas, no meio da pá de gente que eu quero elencar estão, com toda certeza, Ana Paula Vosne Martins, Andreas Leonardus Doeswick, Celene Tone-lla, Clarice Gravena, Eduardo Malheiros Guedes, Eduardo Montagnari, France Luz, João Lima de Carvalho, José Roberto Peninha Portela, José Augusto Guazelli, Josué Humberto Barbosa, Mario Amorim, Paulo Mathias, e Telma Valentini. Além deles, há alguns companheiros com quem tenho trocado idéias e experiências de pesquisa com bastante freqüência, o que me permitiu aprender muitas coisas que foram espalhadas pelo meio deste estudo. Falo do Angelo Priori e do Maurilio Rompató. Meu amigo Henrique Manoel sabe o quanto algumas de suas muitas ponderações, sobretudo acerca das sociedades de fronteiras, foram importantes para meus próprios estudos. Centenas de alunos com quem travei contactos e conversas, ao longo de nove anos de moradia paranaense, aparecem aqui e ali, ora confirmando, ora desmanchando, muitas hipóteses que formulei. Enfim: a todos os bandos, meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

Por tantas camaradagens, afeições, escambos de idéias e confianças, estas páginas
são para
o Luciano, o Edson Armando, o João Laércio, e o Sidnei José.
E, é claro, para a Maria, a Dona Emília e a Paula.

**A MODO DE INTRODUÇÃO: ESTUDANDO ALGUMAS FABULA-
ÇÕES COROGRÁFICAS DO NORTE PARANAENSE**

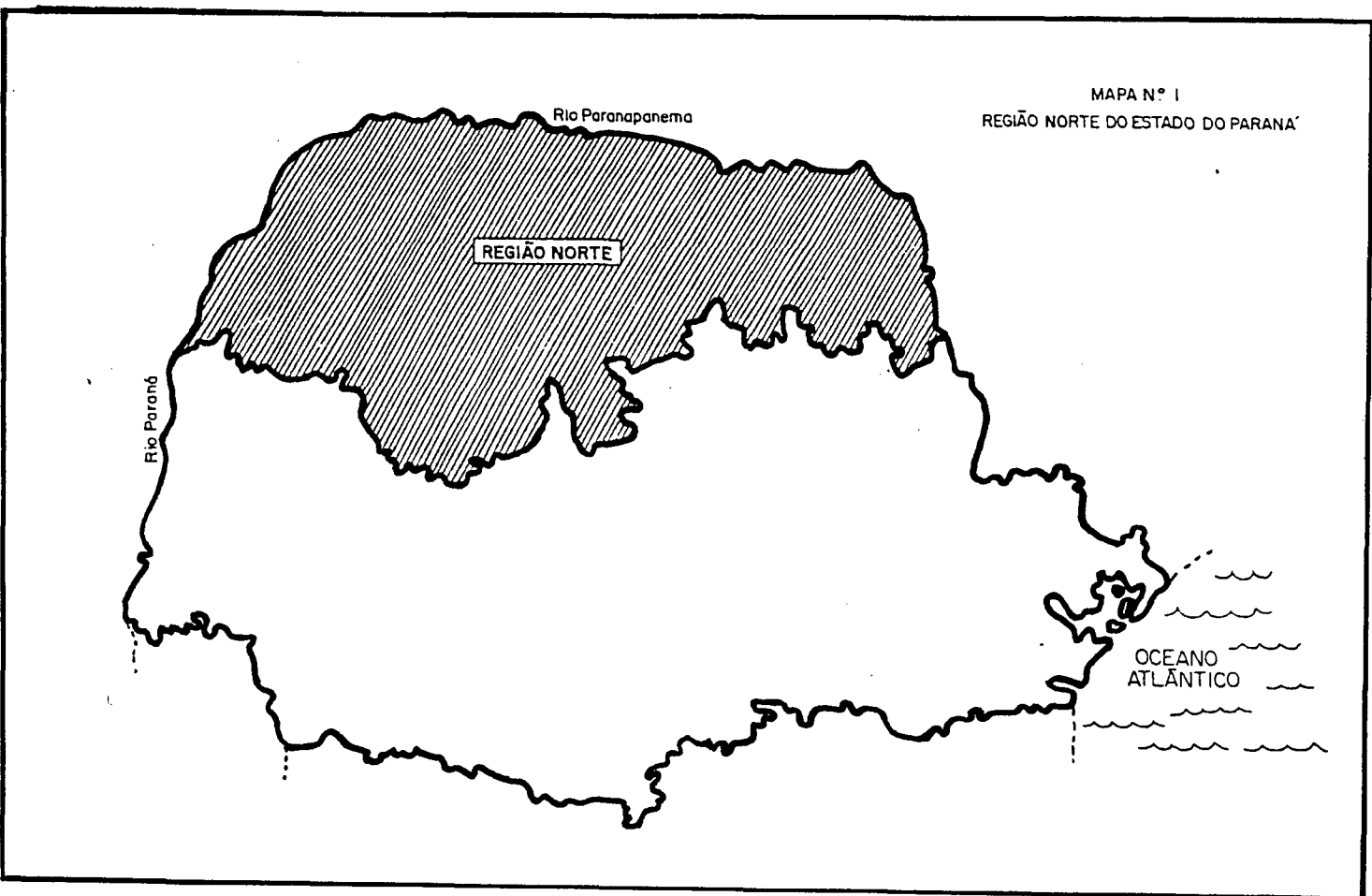
[00]

Tento, ao longo destas páginas, um estudo sobre algumas modalidades narrativas de representação do espaço regional norte-paranaense, entre os anos 30 e 70, aproximadamente. Numa primeira e bastante simplificada caracterização, trata-se do território, pertencente ao Terceiro Planalto, delimitado pelos rios Ivai, ao sul, e Paranapanema, ao norte, ambos afluentes do rio Paraná [Ver Mapa 01]. Durante aquele período, a área em tela, até então coberta por densa floresta pluvial e escassamente ocupada e trilhada por indígenas e caboclos, conheceu um processo de radical e irreversível reordenamento sócio-ambiental. Os vetores daquela mudança foram um vasto e intenso movimento de colonização tutelado por algumas empresas particulares e, sobretudo, seu suporte estrutural, o avanço da cafeicultura. A época assinalada corresponde, deste modo, tanto ao ciclo de abertura e fechamento de uma determinada forma de apropriação do espaço - as frentes pioneiras, quanto ao auge e ao declínio do complexo cafeeiro paranaense. E tem a ver, particularmente, com o tempo de invenção política de um espaço regional sempre flutuando entre domínios múltiplos de efetividade: o Norte (-Novo) do Paraná [Ver Mapa 02].

Coincidindo, em linhas amplas, com o enorme território adquirido pela Companhia de Terras Norte do Paraná ao governo do Estado, entre 1925 e 1927, aquela região vem, desde os anos 30, sendo visitada e analisada por dezenas de pesquisadores brasileiros e estrangeiros ligados às mais diversas disciplinas técnico-científicas e correntes teórico-metodológicas. Além do mais, por todo esse tempo, incontáveis escritores de alcance local publicaram obras com finalidades históricas ou visando descrever situações imediatas do presente. Disso resultou um impressionante corpo de estudos - artigos, livros, relatórios, teses etc - que chamo sumariamente de historiografia regional norte-paranaense. Com efeito, apesar da variedade de emissores, a mais significativa característica daquele conjunto de estudos é seu forte e monótono consenso interpretativo. Uma análise minuciosa e cruzada de uma imensa quantidade de textos revela, sem que se faça mister um esforço muito grande de leitura, que as diferenças teórico-metodológicas e mesmo político-ideológicas não parecem modificar em quase nada uma certa imagem dominante daquele espaço regional.

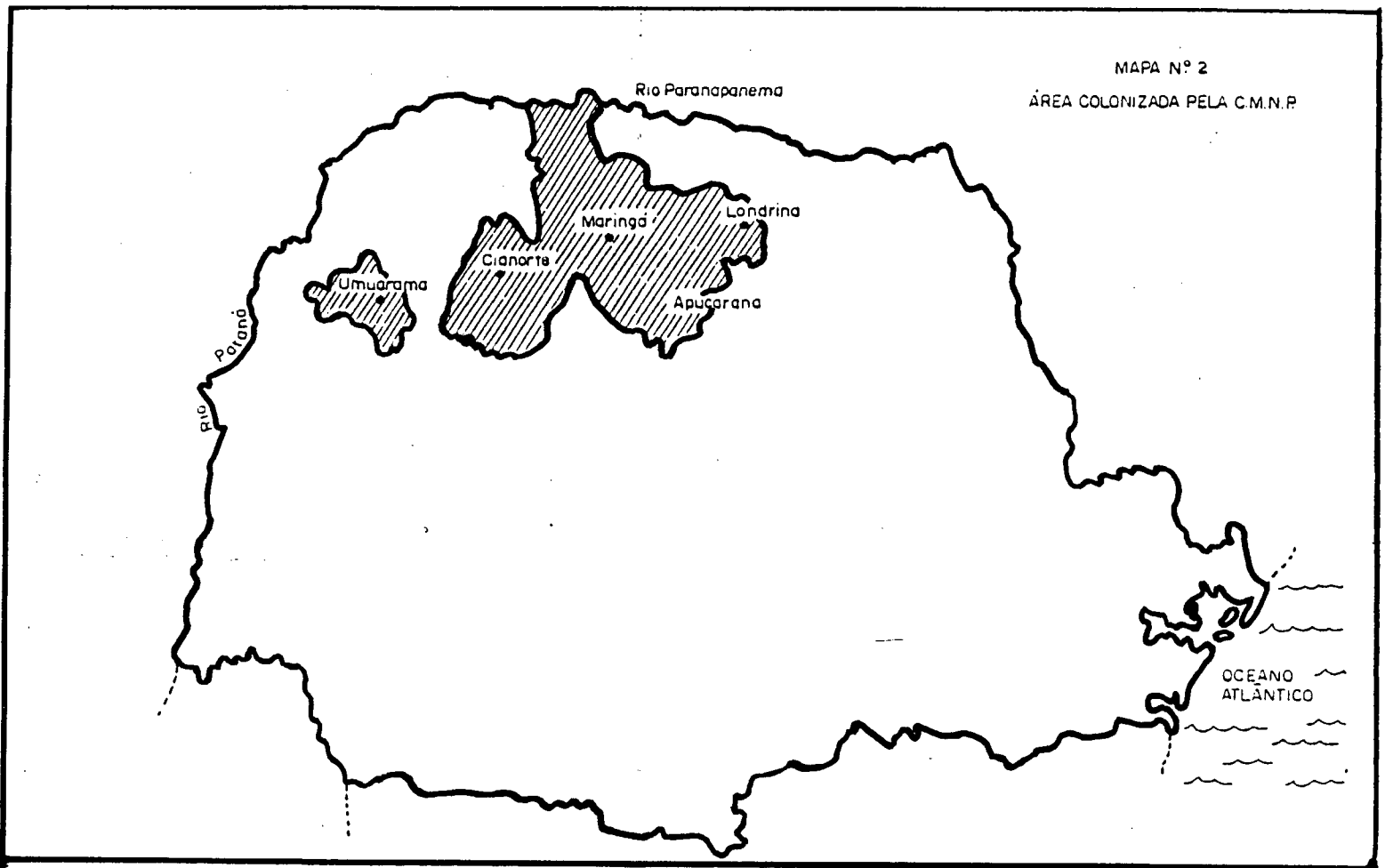
Uma significativa parcela daqueles estudos dedicou-se a delimitar, mediante a aplicação de métodos elaborados, geralmente, no campo da geografia humana, as particularidades que confeririam personalidade específica ao Norte do Paraná. A região tornou-se, desde cedo, um espaço laboratorial privilegiado. Sua formação deu-se em paralelo ao nascimento dos cursos universitários de geografia, entre 1934

MAPA 01: ÁREAS SETENTRIONAIS NO ESPAÇO PARANAENSE



FONTE: LUZ, France: A Colonização do Norte do Paraná. Maringá: 1995 (mimeo)

MAPA 02: NORTE-NOVO DO PARANÁ-ÁREAS ADQUIRIDAS PELA CNTP/CMNP



FONTE: LUZ, France: A Colonização do Norte do Paraná. Maringá: 1995 (mimeo)

e 1936, e a criação, pelo Estado Novo, de um instrumento de apoio cognitivo à territorialização da autoridade estatal, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desta forma, acompanhar a história da produção de informes científicos sobre o Norte paranaense equivale, em vários aspectos, a percorrer os primeiros caminhos seguidos pelos geógrafos de ofício brasileiros em seu processo de construção de uma comunidade institucional.

Não foi à toa que aquela região tornou-se, durante os anos 30, 40 e 50, um dos mais concorridos objetos de excursões científicas empreendidas pelos professores e estudantes da Universidade de São Paulo, pelos técnicos do IBGE e, em âmbito mais restrito, pelos investigadores do Museu Paranaense e do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Estado do Paraná. Ela apresentava alguns dos grandes atrativos - melhor: alguns dos principais problemas - que estimulavam os pesquisadores e as elites políticas e empresariais que os pagavam. Afinal, provocava o desejo de entendimento mais apurado dos mecanismos migratórios, das relações inter-étnicas, das possibilidades de modernização das atividades econômicas tradicionais e, em particular, dos modos e instrumentos de ocupação mercantil daqueles que, em tempos de extremado ocidentocentrismo, eram chamados de *vazios demográficos*.¹

A literatura geográfica constituiu-se na mais importante fonte de dados e modelos para enquadramentos regionais do Norte do Paraná - e de tantos outros lugares - até, ao menos, finais dos anos 50. Ela aparecia, com toda razão, como a mais atualizada e precisa forma de explanação dos eventos, algo reforçado por um traço nada desprezível: a credibilidade dos seus produtores - entre eles, investigadores estrangeiros de fama, como Pierre Deffontaines e Preston James - aos olhos dos intelectuais brasileiros.² Por isso, acabou por ser considerada uma representação

¹ Confira-se, para uma primeira aproximação, ANDRADE, Manuel Correia: *O pensamento geográfico e a realidade brasileira*. *Boletim Paulista de Geografia*, (54), junho de 1977 e PETRONE, Pasquale: *Geografia humana* in FERRI, Mario Guimarães & MOTOYAMA, Shozo (coords): *História das Ciências no Brasil*. Volume 1. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979, p.303-330.

² Muitas referências serão encontradas no segundo capítulo aos estudos brasileiros de Pierre Deffontaines. Quanto ao eminente geógrafo norte-americano, seus principais trabalhos referentes ao Brasil foram sintetizados em seu livrinho JAMES, Preston Edward: *Brazil*. New York: The Odyssey Press, 1946. Estudos particularmente marcantes relacionados ao tema desta pesquisa foram seus *O problema da colonização permanente no sul do Brasil*. *Revista Brasileira de Geografia*, 1(4), outubro-dezembro de 1939, p.70-83 e *As terras cafeeiras do Brasil de sudeste*. *Boletim Geográfico*, 3(29), agosto de 1945, p.701-16. Além disso leia-se seu bastante influente *Latin America*. London: Cassell, 1942 (melhorado e atualizado em sucessivas edições até meados dos anos 60). Uma abordagem dos problemas agrários brasileiros que tem especial importância para os pesquisadores de frentes de colonização apareceu em seu

fiel, inquestionável, daquele espaço. Daí minha decisão de estudar mais a fundo tanto seus proferimentos fáticos mais imediatos quanto suas orquestrações narrativas mais abrangentes. Procurei fazê-lo por uma trilha que me parece bem pouco convencional, se encarada nos quadros metodológicos das tradicionais análises das formas de conhecimento e seus modos de circulação pelo tecido das sociedades. Ao invés de focar suas categorias e conceitos como se fossem apenas partes integrantes e dependentes de um movimento geral das idéias/ideologias geográficas, tentei compreender as interações entre seu idioma particular e outras formações discursivas mais amplas presentes na sociedade brasileira.

Para evitar os costumeiros enfados de uma abordagem excessivamente genérica ou, inversamente, de uma descrição sem fim de cada aresta de seus textos, optei por selecionar um número restrito de pesquisadores influentes e analisar apenas um aspecto de suas caracterizações do Norte do Paraná: a formatação conceitual daquele espaço regional. Sendo mais específico, tento um estudo sobre os modos como aqueles escritores inseriram a gênese da região em um contexto histórico envolvente, verificando como seus retratos regionais absorveram determinadas questões políticas que deram os contornos estruturais de seus discursos. Minha primeira finalidade, então, é demonstrar a seguinte *hipótese de partida* (em si mesma, evidente): os relatos geográficos sobre o Norte do Paraná fabricados entre 1930 e 1950, aproximadamente, refletiram, em certa medida, representações etnológicas e projetos políticos que estavam circulando entre as elites dirigentes nacionais - e, mais pormenorizadamente, paulistas e paranaenses - relacionados com a territorialização do Estado e do modo de produção capitalista no mundo rural brasileiro.

Uma tópica narrativa muito recorrente me serviu como ponto de partida: a fórmula, Norte do Paraná, prolongamento de São Paulo. Aparentemente tão óbvia, tão espalhada, ela expressa, no entanto, fortes disputas políticas nos planos semânticos entre segmentos diferenciados das elites regionais, sobretudo quando examinada enquanto objeto de lutas entre agrupamentos intelectuais paulistas e paranaenses pelo domínio dos esquemas de produção de imagens *verdadeiras* das partes setentrionais. De fato, entre uma forma de seqüenciamento narrativo que faz daquela região o resultado de uma atualização modernizadora da aventura bandeirante e outra,

Desenvolvimento da agricultura brasileira in KUZNETS, Simon et Alli (orgs): **Crescimento Econômico: Brasil, Índia e Japão**. Tradução de Elbio Bravo. Rio: Editora Mônica/USAID, 1969, p.129-160 (Este artigo foi escrito no início dos anos 50). Preston James desenvolveu, ainda, artigos sobre áreas de Minas Gerais e do Nordeste. Mas o importante, neste momento, é acentuar que suas informações sobre o Sul e o Sudeste brasileiros foram abundantemente citadas por vários geógrafos e economistas nas décadas de 40, 50 e 60.

que a vê, por exemplo, como um terreno a ser conquistado pelo Poder Público crispado na capital paranaense, há sempre um sem número de viéses e conflitos regionalistas.

Por outro lado, se alguns geógrafos e historiadores produziram representações políticas do Norte do Paraná muitas vezes sem se darem conta das implicações cognitivas de seus proferimentos, o mesmo dificilmente poderia ser dito de outro formidável e diversificado número de emissores socialmente celebrados que, entre os anos 50 e 70, lhe conferiram um novo atributo: o de ter sido resultado de um deliberado e sobretudo eficiente, singularmente eficiente, processo de *reforma agrária*. Esta entendida como colonização baseada na aquisição definitiva de lotes de terras por pequenos e médios proprietários rurais dotados de elevado sentido de oportunidade empresarial, de profundo envolvimento com os valores fundantes da civilidade ocidental e, acima de tudo, de convicções políticas liberal-conservadoras. No decorrer de minhas investigações, fiquei imensamente surpreso com a disseminação daquela identificação do espaço norte-paranaense. Ela aparece em pronunciamentos parlamentares, em estudos técnico-científicos, em panfletos publicitários da empresa colonizadora, em livrinhos de cronistas provincianos, em matérias jornalísticas divulgadas pela grande imprensa nacional. Seus formuladores, entretanto, não compartilham sempre dos mesmos objetivos e pressupostos político-ideológicos. De democratas-liberais a liberais-conservadores, passando por socialistas democratas e várias gamas de autoritários, são numerosos os indivíduos que consideram o Norte paranaense, nos anos de expansão do complexo cafeeiro, o mais perfeito exemplo de reforma agrária já praticado neste país.

A amplitude daquela forma de enquadramento alia-se intimamente à algo que se poderia chamar - de maneira meramente descritiva - de uma etno-tipologia regional. Nesta, a figura idealizada dos *pioneiros* contrasta com todo um conjunto de categorizações sociais negativas, voltadas contra as figurações de *grileiros*, *aventureiros de todos os matizes*, *vagabundos*, *tecno-burocratas estatais*, *caboclos*, *indígenas* e, muitas vezes, *militantes de esquerda*. Todos esses categoremas aparecem, via-de-regra, como negatividades absolutas, expressões bem acabadas das diversas taras que atrapalhariam o livre curso da história do mundo agrário brasileiro.³ Nas interpre-

³ O termo *categorema*, como observou Bourdieu, liga-se à existência de uma *lógica do rótulo classificatório*. Segundo ele, *Uma das coisas mais freqüentemente esquecidas é que qualquer pessoa que fale sobre o mundo social deve contar com o fato de que no mundo social fala-se do mundo social, e para se ter a última palavra sobre esse mundo; que o mundo social é o lugar de uma luta pela verdade sobre o mundo social. Os insultos, os estigmas racistas, etc, são categoremas, como dizia Aristóteles, ou seja, acusações públicas, atos de designação, de nomeação, que aspiram à universalidade, logo, à autoridade sobre o mundo social.* BOURDIEU

tações mais acerbamente conservadoras, eles não costumariam valorizar nem as virtudes da propriedade, nem o vigor sacrossanto do trabalho árduo destinado a amealhar recursos para a compra de novas terras. Pelo contrário: alguns, como indígenas e caboclos, emersos no mundo das gratificações imediatas, manteriam com as riquezas por se construir as mais diversas relações de indiferença; outros, como os funcionários públicos e os grileiros, teriam em comum o mais visceral desrespeito aos direitos de propriedade e tenderiam a viver do trabalho alheio.

[01]

As páginas que seguem inscrevem-se deliberadamente no amplo movimento contemporâneo de valorização institucional dos estudos históricos regionais. Mais especificamente, em uma de suas vertentes que é a pesquisa sobre ideologias e representações. É certo que, neste terreno, a maior parte das investigações procura, antes de mais nada, esclarecer os mecanismos de produção, distribuição e consumo de valores e crenças regionalistas, ao invés de procurar saber como emissores externos produzem representações. No entanto, no que se refere ao Norte do Paraná, as imagens criadas por pessoas que não vivem na região não são muito diferentes daquelas geradas por certos cronistas e políticos locais. De resto, elas costumam ser utilizadas como exemplos de que as impressões externas coincidem com as percepções quotidianas, o que vem a ser uma forma de reforçar - mediante o recurso às autoridades locucionais de pesquisadores, parlamentares e outros emissores menos votados - determinadas crenças e estereótipos regionais.

Ao longo de todo o texto procuro me mover em dois registros concomitantes. Primeiro: agindo no entrelaçamento de algumas questões conceituais relativamente específicas encaminho uma definição operacional, por assim dizer, semiológica, da categoria de região/espaco regional. De fato, em certa medida, este estudo se propõe a ser uma arenga em favor de uma tese bastante simples: uma região pode ser entendida, dentre outras coisas, como uma condensação de múltiplos investimentos discursivos feitos por indivíduos ou agrupamentos em confronto pelo controle dos mecanismos de (re) produção de significados socialmente compartilhados. Nesta acepção genérica, reconhecidamente empirista, e que não pretende excluir as de-

EU, Pierre: *Objetivar o sujeito objetivante* in ____: *Coisas Ditas*. Tradução de Cassia da Silveira e Denise Pegorin. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p.116. Maiores detalhes conceituais sobre o tratamento bourdieuriano das *lógicas sociais de classificação* aparecem em suas *Lições da Aula*. Tradução de Egon de Oliveira Rangel. São Paulo: Editora Ática, 1988.

mais, mas apenas ter seu próprio âmbito de validade, um espaço regional não se apresenta nem como um simples *substrato* que antecede as experiências sócio-políticas, nem como um mero *locus* onde aquelas vivências assumem características específicas. Por suposto, embora eu concorde com Roberto Lobato Corrêa, quando ele sugere que as definições correntes de região possuem sempre espaços de efetividade, pois funcionam como formas razoáveis de enquadramento das superfícies terrestres, preconizo aqui uma atenção maior às *partes ideais das regiões reais*, em seus elementos simbólicos, representacionais, disputados por diferentes emissores.⁴

O segundo registro é o seguinte: partindo dos argumentos destrinchados acerca da pertinência do conceito de região antes proposto, procuro sustentar duas teses gerais que, se a primeira vista parecem bastante triviais, quando tomadas em níveis mais densos de concreção revelam-se agregadoras de significados extremamente intrincados e complexos. **Primeira tese:** as formulações conceptuais acerca do Norte do Paraná, a partir dos anos 30, foram, em larga medida (mas não somente, bem entendido), sobredeterminadas pelas polêmicas e lutas político-institucionais em torno dos encaminhamentos, tidos como os mais adequados, de propostas de resolução de problemas agrários nacionais. Noutras palavras, é um equívoco isolar a história das construções conceptuais de um objeto chamado Norte do Paraná das diferentes conjunturas políticas e das lutas ideológicas experienciadas pelo país, dos anos 30 em diante.

Com efeito, até a primeira década do século 20, falar em Norte do Paraná era, ainda, mencionar uma região de florestas inóspitas, viveiros de feras e doenças, atravessada aqui e ali, por indígenas e caboclos nômades, safristas e tropeiros, em cujas bordas setentrionais cresciam as fazendas cafeeiras. Entretanto, desde meados dos anos 20, quando algumas iniciativas muito localizadas de colonização dirigida foram feitas por empresas que tinham recebido concessões do governo estadual e, sobretudo, depois que a Companhia de Terras Norte do Paraná iniciou suas atividades, em 1929, a expressão Norte do Paraná deixou de ser, de uma vez por todas, uma simples referência cartográfica. Passou a ter conteúdos bem específicos que oscilavam entre dois pontos elementares: [a] uma associação da região com o melhor ambiente possível para o desenvolvimento da cafeicultura e [b] uma redução metonímica que ao identificá-la como espaço colonizado sob a tutela empresarial da CTNP, acentuava sua originalidade em termos de estrutura fundiária, isto é, a predominância numérica das pequenas e médias propriedades.

⁴ CORRÊA, Roberto Lobato: *Algumas considerações sobre análise regional*. *Revista Brasileira de Geografia*, 49(4), outubro-dezembro de 1987, p.47-52.

Ora, se, nas décadas de 30 e 40, o Norte do Paraná ainda era visto como um espaço de inusitadas chances de ascensão social, de obtenção de uma terrinha dídica ou lote urbano, através de condições favoráveis de pagamento, de ingresso no mundo dos bem sucedidos cafeicultores, a partir do final dos anos 40, as adjetivações e os superlativos mudaram de tom e figura. De um mundo produtor de futuros generosos, que seriam arrancados a cada golpe de machado e a cada fósforo aceso no miolo das matas, tornou-se presente em estado de magia, sociedade em levitação; enfim, realização, ao menos em termos discursivos, de uma utopia liberal nos sertões setentrionais paranaenses. Onde a **segunda tese**, mais particularizada, que procuro argumentar: ao longo dos anos 50 a 70, foi forjada conceptualmente uma certa imagem do Norte paranaense que, malgrado as intenções cognitivas mais diversas de seus autores, confluuiu para a legitimação de um determinado programa agrário. Mais precisamente, para a construção de um corpo de justificativas - aparentemente fundadas em irrefutáveis evidências empíricas, de uma certa modalidade, tida como a *verdadeira*, de *reforma agrária*, ou ainda, de *democracia rural*. Durante aqueles anos, raros foram os escritos técnico-científicos sobre aquela área que não incluíam considerações mais ou menos aprofundadas a respeito de sua presumível originalidade e, principalmente, de sua condição de exemplo a ser imitado.

O espalhamento dessas imagens foi realizado por diferentes emissores através de mídias muito diversas. Contudo, da publicidade comercial das empresas colonizadoras aos textos técnico-científicos produzidos por geógrafos e sociólogos, passando por centenas de encomiásticas matérias jornalísticas, o tom dos escritos, entre 1930 e 1980, foi bem mais de monotonia do que de exploração das variedades possíveis. O que não significou, bem entendido, que as interpretações tenham sido sempre as mesmas. Pelo contrário, as imagens do Norte paranaense, embora sintaticamente pouco plásticas, conheceram semânticas determinadas pelas maiores ou menores possibilidades de inseri-las em contextos políticos mais envolventes. Desta forma, temas como o valor dos processos de colonização para a resolução de questões agrárias brasileiras, o papel dos modelos de planejamento do território na configuração de políticas de população, a pretensa superioridade das empresas capitalistas sobre as agências estatais de colonização, as vantagens sociais da venda de terras sobre a doação ou arrendamento de propriedades, dentre tantos, foram discutidos tendo, muitas vezes, o Norte do Paraná como referência tangível.

Todos estes assuntos estiveram na ordem do dia de vários segmentos políticos do país, desde, pelo menos, os anos 20. No entanto, em algumas conjunturas

específicas eles tiveram o embate de formulações acirrado. Foi assim entre 1930 e 1935. Foi também assim durante o período entre 1945 a 1964. Em ambos, dada a relativamente ampla liberdade de circulação de informações, debateu-se exaustivamente aquelas questões tendo como um dos horizontes permanentes o conjunto de formas possíveis de erradicação ou não das grandes propriedades agro-pastoris ou especulativas e a concomitante expansão das pequenas e médias empresas rurais. Nas duas conjunturas, todavia, as propostas de alteração radical da rede fundiária existente foram amargamente derrotadas em todos os espaços públicos pelas coligações conservadoras.

De fato, as duas datas não assinalam momentos meramente convencionais do ponto de vista das periodizações viáveis, mas circunstâncias de profundo desabamento de articulações populares. Estas expressas, inclusive, na emersão de discursos amplamente críticos sobre a vida rural brasileira. Tanto o programa de mudanças da estrutura agrária defendido pela Aliança Nacional Libertadora, em 1935, como os vários projetos que empolgavam as esquerdas brasileiras nos primeiros anos da década de 60, apareciam, com toda razão, aos olhos dos setores que compunham o bloco agrário-industrial dominante como ameaças que não comportavam meias soluções. Daí a intensa e generalizada violência desencadeada contra as oposições e, também, o reforço da violência simbólica mediante a censura aos meios de comunicação, e a massificação de certas imagens virtuosas das ações dos governantes e outros personagens das elites visando a melhoria das condições de vida nos campos.

[02]

Leituras minuciosas da historiografia regional norte-paranaense levaram-me a detectar padrões narrativos, isolar alguns tópicos, e constatar a pertinência de observações que, agora que as comunico em bloco, podem - e devem - soar generalizantes. No entanto, é claro que elas dependem de uma série de proposições conceituais. Não teria o menor cabimento insinuar que minha leitura é literal, um reflexo bem acabado da realidade dos textos e das ideologias. Nada mais distante de minhas adesões epistemológicas do que a perspectiva (de fato: a falsa crença) empirista que imagina ser capaz de retraduzir o movimento de um objeto real nos termos do próprio objeto real. Minha escolha por trabalhar com planos conceituais decorre justamente do interesse pelos meandros dos processos cognitivos, individuais ou coletivos. Daí o procedimento desconstrutor de algumas trajetórias dos conceitos de Norte do Paraná e sua reinserção nos diferentes campos institucionais, político-ideológicos e científi-

cos que determinaram seus âmbitos de validade e eficácia durante o período de domínio do complexo cafeeiro.

Em diferentes momentos deste trabalho pagarei tributo ao denso quadro analítico desenvolvido por Pierre Bourdieu e seus colaboradores. A palavra *campo*, aqui entendida como síntese historicamente dada de determinações internas e externas que articulam uma atividade coletiva relativamente definida, é um desses conceitos que conhecem profunda elaboração nos textos daqueles pesquisadores. Ela indica procedimentos de análise que procuro seguir ao tentar evitar algumas das costureiras aporias que atravessam as investigações sobre formas de conhecimento, principalmente as falsas oposições entre indivíduos e sociedades. Para Bourdieu, os atores sociais (que podem ser indivíduos ou agrupamentos) interagem em campos que se interligam, mas conservam propriedades específicas. Daí que, qualificar as características dos campos imediatos onde estão localizados os atores enfocados é uma das primeiras medidas exigidas dos investigadores. Isto evita, dentre outras coisas, as dispersões ou, inversamente, os determinismos banais.⁵

Em vários aspectos, a categoria de *campo* guarda semelhanças com o conceito de *configuração* proposto e desenvolvido por Norbert Elias, o que é uma convergência que o próprio Bourdieu reconhece. O hoje bastante comentado sociólogo anglo-germânico chamou atenção para os problemas causados pela inadequação da *imagem dominante do homem* presente nas pesquisas sociológicas, particularmente no terreno do estudo dos esquemas cognitivos acionados por um agrupamento social qualquer. Segundo ele

*a imagem do homem que necessitamos para o estudo da sociologia não pode ser a da pessoa singular, do homo sociologicus. Tem que ser antes a de pessoas no plural; temos obviamente que começar com a imagem de uma multidão de pessoas, cada uma delas, constituindo um processo aberto e interdependente.*⁶

Doutro lado, ao falar em lutas pelo controle dos modos de classificar e representar um determinado espaço regional estou, mais uma vez, remetendo aos trabalhos de Pierre Bourdieu. Uma de suas linhas mais consistentes de pesquisa tem sido justamente aquela que procura estabelecer um quadro conceptual que dê conta dos

⁵ Conferir, BOURDIEU, Pierre: *A gênese dos conceitos de habitus e de campo* in ____: **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa/Rio: DIFEL/Editora Bertrand, 1989, p.59-74. Para uma aproximação ainda maior da teoria dos campos, leia-se BOURDIEU, Pierre: *Espaço social e poder simbólico* in ____: **Coisas Ditas**. Tradução de Cássia da Silveira e Denise Pegorin, 1990, p.149-168.

⁶ ELIAS, Norbert: **Introdução à Sociologia**. Tradução de Maria Luisa Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980, p.132

conflitos simbólicos e suas ancoragens nas classes e camadas sociais, mas que evite um enlaçamento mecânico. Em suas palavras,

A luta das classificações é uma dimensão fundamental da luta de classes. O poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas, as divisões sociais implícitas, é o poder político por excelência: É o poder de fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade.⁷

Naturalmente, se trata de um conflito que se efetua no terreno das representações, no espectro de possibilidades de significações que constitui o acervo semântico das mentalidades coletivas. Mas ele é inseparável das demais linhas de vivência social. Tanto porque não parece existir enquanto pura instância super-estrutural, quanto pela impossibilidade de se distinguir áreas de ação de seus sistemas isoladas das demais linhas de confronto e/ou solidariedade social. Neste sentido,

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.⁸

Bourdieu costuma apontar para a importância de uma análise da lógica interna de funcionamento dos esquemas sociais de representação da realidade. Esquemas que não são autônomos, mas funcionam a partir de uma articulação entre as determinações mais amplas decorrentes da estrutura social como um todo e certos mecanismos internos que configuram sua substancialidade específica. De seu ponto de vista, ao valorizar habitualmente uma perspectiva que tem como principal finalidade estabelecer relações causais entre as inserções sócio-econômicas dos indivíduos e suas produções simbólicas, a maioria dos pesquisadores das estruturas culturais perde a dimensão das diferenças específicas, das características intrínsecas - e irreduzíveis à outros campos da vida social - dos processos representacionais.⁹

Observe-se, por fim, que a conceituação de Bourdieu insinua que, em última análise, os porta-vozes das diferentes classes produzem discursos, muitas vezes, razoavelmente conscientes de suas posições nas estruturas sociais. Trabalhando no

⁷ BOURDIEU, Pierre: *Espaço social e poder simbólico* in ____: **Coisas Ditas**. Tradução de Cássia da Silveira e Denise Pegorin. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p.167.

⁸ BOURDIEU, Pierre: *Sobre o poder simbólico* in ____: **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989, p.11. Mais adiante ele sugere que se veja a classe dominante como o lugar de uma luta pelos princípios de hierarquização (p.12).

⁹ Para uma apresentação breve das principais questões do projeto bourdieuriano de uma sociologia genético-estrutural dos esquemas sociais de representação e das formas de conhecimento, veja-se BOURDIEU, Pierre: *Trabalhos e projetos* in ORTIZ, Renato (org): **Pierre Bourdieu**. Tradução de Alicia Auzmendi. São Paulo: Editora Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais), p.38-45 e, sobretudo, suas **Lições da Aula**. Tradução de Egon de Oliveira Rangel. São Paulo: Editora Ática, 1988.

interior desta linhagem, trato os indivíduos produtores de discursos como resultados de interações complexas mantidas, em uma primeira instância, dentro de um número reduzido de campos, mas sempre remetidos à sociedade envolvente como um todo no tempo e no espaço. Isto significa que não opero uma separação abrupta entre as pessoas e as instituições onde elas tendem a se inserir. Sobretudo quando suas locuções são veiculadas através de canais controlados ou aceitos por aquelas instituições.

[03]

O trabalho agora apresentado foi organizado da seguinte maneira: no **Primeiro Capítulo**, desenvolvo algumas considerações em torno do campo da análise histórica em escala regional. Procuo marcar uma posição bastante simples e, quero crer, eficiente: não é o tamanho, a fama, a freqüência com que é estudado ou mesmo a localização espacial de um tema-objeto que determina a validade, a viabilidade, e a relevância de uma investigação. São as questões postas em jogo e as propostas feitas para solucioná-las ou, pelo menos, enquadrá-las de maneiras mais precisas. Argumento, ainda, em favor de uma certa forma de conceituação, fluida, operacional, do termo região. Ela se caracteriza por entender os processos de enunciação de um espaço regional como criadores e criaturas de uma luta permanente pelo controle dos significados que devem ser atribuídos à determinado lugar. Evidentemente, não se trata de estabelecer regras para a delimitação espaço-temporal de uma certa fração da superfície terrestre.

Na realidade, minha formulação é bastante dependente da decisão de estudar uma determinada área por uma trilha pouco percorrida: as ideologias e as representações narrativas que foram se acumulando em um *corpus* gigantesco, ainda que singular, a *historiografia regional norte-paranaense*. Justamente por isso evitei alongar-me numa exposição retórica de diferentes modalidades de caracterização dos espaços regionais. Digamos, para encurtar, que minha proposição pretende ser uma conceituação em ato. O conceito, desta forma, não precede o objeto. Ambos enredam-se em suas mútuas malhas, resultando daí uma descrição empírica que é, ao mesmo tempo, síntese e análise. De qualquer modo, em grande medida, a palavra região funciona simplesmente como uma categoria destinada à melhor especificar a argumentação que deschavo nos capítulos seguintes. Por isso, reconheço que ela

tem elevado nível de enunciação tautológica, o que, de resto, talvez seja a sina da maior parte dos conceitos propostos no campo das ciências humanas.¹⁰

No **Segundo Capítulo**, faço uma exposição analítica daqueles que considero os principais procedimentos de formatação regional do Norte do Paraná, entre os anos 30 e 50. Falo dos estudos de Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, ambos geógrafos franceses que, na década de 1930, foram para São Paulo atuar na montagem dos primeiros cursos regulares de História e Geografia do Brasil, na recém-criada Universidade de São Paulo. Nos anos seguintes, eles tiveram destacada presença na consolidação das linhas de pesquisa do Conselho Nacional de Geografia (CNG)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Durante aquele período, foi forjada, em seus lineamentos gerais, a imagem ainda hoje dominante do processo de formação e dos desdobramentos iniciais da região Norte do Paraná. Em particular, adentrando pelo tema deste estudo, foi a literatura geográfica daquela época quem primeiro legitimou a existência de um *topos* liberal nas partes setentrionais do Estado do Paraná. Do mesmo modo, foi ela quem cristalizou em linguagem técnico-científica a perspectiva de narração histórica que vê o Norte do Paraná como um prolongamento de São Paulo, reproduzindo, abrigados pelo manto das autoridades locucionais inegáveis de seus autores, toda uma terminologia de combate entre segmentos regionais das elites brasileiras, entre os anos 20 e 50.

Através da análise daqueles estudos pretendo demonstrar as determinações políticas dos regimes de enunciação de imagens de um certo espaço. Espero que fique bem claro o complexo jogo de articulações discursivas que envolviam o processo de produção de representações territoriais, desde os paradigmas analíticos dominantes nos campos técnico-científicos até os relacionamentos mais mundanos de seus autores. O eixo da exposição foi construído de modo a possibilitar uma permanente abertura para generalizações teóricas e, mesmo, empíricas. Neste sentido, acredito que, ao lado da descrição dos procedimentos de enquadramento regional do Norte do Paraná, aparecem temas que importam para a história mais ampla dos saberes sócio-espaciais praticados pelos intelectuais brasileiros. De fato, não teria cabimento agir de maneira provinciana e reduzir os discursos ao valor aparente do objeto que intentam decifrar. Pelo contrário, minha finalidade foi aproveitar um pretexto empírico para fazer uma incursão documentada em torno de algumas faces da história da Geografia neste país. Por sinal, nada mais conveniente e, até, inevitável, uma

¹⁰ Uma análise dos principais problemas concernentes ao processo de transformação de palavras correntes em conceitos nos Ciências Humanas foi largamente empreendida por BOURDIEU, Pierre et Alli: **Le Metier du Sociologue**. Paris: Mouton, 1968, p. 37-47.

vez que alguns dos mais influentes pesquisadores nacionais e estrangeiros - pessoas que representaram figurinos exemplares de investigadores para os brasileiros - debruçaram-se com maior ou menor profundidade sobre o Norte do Paraná.

Iniciei o capítulo com uma exposição sinóptica do que chamo de ótica da publicidade político-empresarial. Refiro-me aos textos divulgados pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná ou por seus dirigentes e admiradores. Eles retratam, através de uma espécie de fábula política de cunho agrarista, a epopéia colonizadora. Apropriando-se de registros muitíssimo selecionados do passado, aqueles textos fazem da empresa o único ator verdadeiro, o modelo exemplar, o grande protagonista de um movimento racional de territorialização da sociedade brasileira que mereceria ser cultuado, posto que singular, absolutamente singular. Toda a narrativa articulada naquele *corpus* destina-se a demonstrar, fazendo uso de relatos ambíguos onde nunca se sabe quando se está passando do domínio do real para o meramente fantasmático, uma tese bastante simples: apenas a empresa capitalista, maternal, mas austera e calculista, é capaz de conduzir a economia brasileira para patamares superiores e seguros de desenvolvimento. Todo o resto é uso e abuso da máquina pública, exploração da boa fé popular por especuladores de colarinho branco e/ou bonés vermelhos.

O que mais me causou espécie desde que comecei a ler a respeito do processo de colonização do Norte-Novo do Paraná foi o descaso da maioria dos pesquisadores conquanto aos objetivos políticos mais mezinhos dos escritos divulgados pela CMNP. Dos anos 50 em diante, seus dirigentes estiveram fazendo, todo o tempo, campanhas contra a ação do Poder Público em matéria de colonização e reforma agrária. Herman Moraes Barros, um de seus diretores mais atuante na vida política, sempre deixou claro que tinha participado assiduamente nas conspirações que derubaram o Governo Constitucional de João Goulart. No entanto, é surpreendente o fato de que mesmo os investigadores mais argutos e críticos tenham deixado de lado as práticas daqueles empresários, resumindo-se a denunciar suas manipulações retóricas. Em suma, eles não somente ajudaram a ocultar o que se costuma chamar de história dos vencidos, como foram, em todos os aspectos, os vencedores. Até mesmo porque, foram capazes de sair da cena imediatamente política quando, a partir de finais dos anos 70, com as mudanças sócio-espaciais radicais desencadeadas na região e com a abertura de uma época de maior circulação de informações, iniciou-se uma longa revisão crítica da história regional.

Por sua vez, no **Terceiro Capítulo** descrevo alguns episódios marcantes das primeiras formulações sistemáticas do tema da *reforma agrária e da democracia rural* no Norte do Paraná. Procuo mostrar como políticos profissionais, publicitários, jornalistas, empresários e intelectuais acadêmicos produziram e legitimaram, cada um a partir de sua localização institucional e de seus capitais locucionais disponíveis, a idéia de exemplo a ser seguido. Através dos textos daqueles emissores pode-se acompanhar a tortuosa articulação entre polêmicas político-ideológicas e saberes técnico-científicos. Com efeito, é inegável que um monte de pesquisadores influentes, em um ou outro momento, e, as vezes, até em conflito com suas posições sobre o assunto noutros fóruns, construíram engenhosos argumentos que despolitizaram completamente os conceitos e as evidências. Assim fazendo, eles procuravam convencer os leitores da superioridade intrínseca da empresa de colonização capitalista diante das agências governamentais, dos valores individualistas liberais frente as ideologias de cunho socializante, e, sobretudo, do planejamento centralizado/autoritário diante das formas populares de articulação das interações entre sociedade e meio-ambiente.

Ao longo do **Quarto Capítulo**, comento, em contraponto, o que chamei de Outros Nortes do Paraná, fazendo uso de uma frase de efeito bem ao gosto dos historiadores contemporâneos. Não se trata, bem entendido, de proceder a uma reconstrução, como se diz, a contrapelo, dos processos históricos regionais. Tampouco de formular o que me pareceria ser o melhor modo de se contar uma nova história. Meu objetivo foi apenas sugerir algumas explicações para o forte consenso interpretativo acerca do Norte-Novo do Paraná, processo que teve alguns de seus pontos significativos descritos e comentados nos capítulos anteriores. É evidente que estão implícitas às minhas argumentações algumas propostas de encaminhamento metodológicas. Mas uma análise documentada e - por que não dizer? - alternativa, deve esperar um momento melhor para ser empreendida.

Procurei, neste último capítulo, expor algumas críticas desenvolvidas, durante os anos 80, aos usos da expressão *reforma agrária* para caracterizar o processo de colonização do Norte (-Novo) paranaense. Sandino Hoff e Nelson Tomazi, docentes por muitos anos nas Universidades de Maringá e Londrina, esgrimiram evidências estatísticas e ponderações conceptuais para mostrar a inadequação daquele vocabulário tão difundido. Ambos deixaram claro que existem dados suficientes para que se perceba uma pronunciada tendência à concentração fundiária precoce, mesmo no auge das vendas de pequenas e médias propriedades, nos anos 30 a 50. Mas são

posições que logo se diferenciam. Sandino Hoff baseou-se numa concepção macro-estrutural da história regional, entendendo reforma agrária em termos literais. Tomazi, inversamente, preocupou-se com os componentes retóricos - míticos, em suas palavras - dos usos do termo reforma agrária pelos empresários e admiradores da CTNP/CMNP.

Além disso, tentei demonstrar que percepções do Norte paranaense muito diferentes das usuais foram construídas no contexto de radicalização das lutas de classes no campo, nos anos que antecederam o Golpe Militar de 1964. Imagens que remetiam para realidades sociais que não podiam ser registradas sob o signo da idéia de reforma agrária ou democracia rural, uma vez que, como em outras áreas do país, também no Norte do Paraná falava-se em miséria e opressão dos trabalhadores. E falava-se disso não como resultado de um efeito-demonstração causado pelas conhecidas mobilizações nordestinas ou paulistas, mas em virtude de problemas regionais específicos. Todavia, aqui também não se trata de refazer amplamente a história conhecida, mas apenas de fazer aflorar algumas versões que quedaram esquecidas até há poucos anos.

[04]

Antes de encerrar estas páginas preliminares preciso dizer algumas palavras a respeito dos usos dos conceitos. É importante esclarecer que este trabalho não pretende ser um estudo sobre as *objetivações* do liberalismo em uma certa área do território brasileiro. Isto simplesmente porque não estou muito seguro de que estas idealidades políticas transcendentais existam. Por isso, procurei driblar uma interminável discussão conceptual, optando por evidenciar aos poucos - através da própria operação narrativa - os traços que me parecem distintivos das idéias e comportamentos liberais praticadas por segmentos expressivos das elites intelectuais, políticas e empresariais deste país. De qualquer modo, não tentei fugir das caracterizações costumeiras, chamando de liberais, fundamentalmente, os defensores ostensivos da naturalização das relações sociais mediadas pelo mercado, da livre-iniciativa e da livre-concorrência, do recuo econômico do Estado, e da entronização axiológica do indivíduo como artífice da história, dentre outros aspectos mais óbvios.¹¹ Tudo isto, é

¹¹ Uma das melhores análises que conheço sobre o campo coberto pela palavra liberalismo e seus familiares foi feita por SALVADORI, Massimo: **The Liberal Heresy: Origins and Historical Development**. London: The Macmillan Press, 1977. Infelizmente suas descrições empíricas são muito desequilibradas. Suas referências ao Brasil são parcas e muito confusas, mas

claro, levando-se em conta o período alcançado por este estudo. Além disso, seguindo as pegadas de José Guilherme Merquior, chamei de liberais-conservadores àqueles que praticam a *fuga da democracia*.¹² Entre esses encontravam-se os empresários, políticos e intelectuais ligados a partidos como a União Democrática Nacional e o Partido Social Democrático, e a instituições como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática ou o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, extremamente influentes até 1966; e também a agremiações contemporâneas como a Sociedade Rural Brasileira e a União Democrática Ruralista.

Por último, uma advertência de natureza formal: procurei adotar como estratégia de exposição uma coreografia em espiral. Aventurei hipóteses, articulei categorias de análise, reuni fontes e desenvolvi longos comentários. Em muitas oportunidades tentei contornar as definições abruptas, as conclusões que disfarçam muito bem as hesitações, permitindo o fruir das falas alheias. Mas as enxurradas de citações não visam, de maneira alguma, detonar os padrões narratológicos das histórias conceitualizantes. Muito pelo contrário. Colecionar e reproduzir documentos, evitando proferimentos analíticos, sob a alegação de que é preciso dar viva voz aos sujeitos da história pode ser um jeito muito mórbido de acreditar que historiadores não são... sujeitos. Por isso, em que pesem os ataques - e achaques, muito em voga hoje em dia, contra o trabalho semântico dos pesquisadores que acreditam no desenho paciente das categorias analíticas e terminologias descritivas, ainda não consegui ver onde poderiam estar as vantagens cognitivas do mero descrever pelo descrever. Minha intenção foi fazer da descrição meândrica, densa quando possível, um modo de irradiação, de desdobramento dos conceitos. Mas, igualmente, um jeito de evocar aberturas permanentes, possibilidades de escavação dos minérios silenciosos da linguagem, daquelas rochas que escondem passados que apenas posso imaginar. Foi por esta razão que, ao longo dos capítulos, ao invés de terminar de contar meus *causos ideológicos* com pontos finais, preferi as citações de novas fontes, esperando que as reticências remetam o leitor para aquela ambigüidade estruturante do discurso histórico que reside no desejo ucrônico de tudo alcançar e escapar de ser alcançado.

incluem uma menção ao famigerado Carlos Lacerda como expressivo *liberal leader* na luta contra o Estado ditatorial de Getúlio Vargas (p.159 e 237).

¹² MERQUIOR, José Guilherme: **O Liberalismo - Antigo e Moderno**. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio: Editora Nova Fronteira, 1991, p.119.

**PRIMEIRO CAPÍTULO: PROPOSIÇÕES ELEMENTARES PARA UMA
SEMILOGIA POLÍTICA DOS ESPAÇOS REGIONAIS**

[01] ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PESQUISA HISTÓRICA EM ÂMBITO REGIONAL

Há cerca de uns quinze ou vinte anos, o termo História Regional tinha um significado vulgar que era quase consenso nos meios intelectuais brasileiros: coisa de barnabés aposentados, jornalistas provincianos ou militares de pijama e chinelos. Enfim, eruditos locais que sabem detalhes e mais detalhes acerca de um lugarejo ou um outro tipo qualquer de espaço reduzido, mas que não têm compromissos com as crenças e as regras científicas mais comezinhas. Pessoas generosas, capazes de procurar obsessivamente um documento e guardá-lo como se faz com uma relíquia. Contudo, animadas por uma perspectiva eminentemente afetiva do objeto de pesquisa. Tidos como arautos de uma historiografia publicitária, daquelas pagas para promover heróis das elites ou políticos interioranos; acusados de cultores das pequenas histórias e colecionadores de insignificâncias pelos profissionais do ramo. Os historiadores regionais eram, na opinião dominante, herdeiros histriônicos dos cardápios metodológicos dos velhos positivistas, que consideravam o estabelecimento da veracidade petrificada dos fatos o supremo dever de um investigador. E não seriam os *antigos camaradas* dos historiadores de ofício, como diz Georges Duby, mas epígonos do ridículo que até podiam, vez por outra, fornecer um dado para colorir uma narrativa ou exemplificar um processo, e nada, nada mais.¹

Certo: havia pesquisadores que não temiam reconhecer-se como historiadores regionais, chegando a desenvolver questões teórico-metodológicas que iam muito além de uma simples referência formal ao nome de uma área de estudos. Mas eram minorias e, geralmente, localizavam-se em centros de ensino e investigação periféricos ou, ao menos neste aspecto, pouco influentes.² Além disso, centenas de estudos realizados pelo país a fora, durante o século 20, tematizaram objetos típicos das pesquisas regionais, ainda que seus autores não estivessem preocupados em definir-se como tais.³

¹ DUBY, Georges & LARDREAU, Guy: **Diálogos Sobre a Nova História**. Tradução de Teresa Meneses. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989, p. 75-79.

² Confira-se, como exemplos próximos, MACHADO, Brasil Pinheiro: *Esboço de uma sinópsse da história regional do Paraná*. **História: Questões & Debates**, Curitiba: 8 (14/15), junho-dezembro de 1987, p. 177-205 (original de 1951) e WESTPHALEN, Cecília Maria: *História nacional, história regional*. **Estudos Brasileiros**, Curitiba: 2(3), 1977, p. 29-34.

³ Com a (re)descoberta da História Regional pelos profissionais universitários, durante os anos 80, muitos autores foram incorporados à tradições historiográficas regionais que não passam de outro nome para as velhas histórias dos Estados brasileiros e algumas de suas capitais. Veja-se, como

Seja como for, em escala nacional, em termos de quem vendia livros, publicava artigos, e dava entrevistas realmente marcantes nos quadros da historiografia brasileira, predominava o cenário desigual pintado ali em cima.

Ao longo dos anos 80, uma nova postura diante da História Regional disseminou-se pelo país. Isto aconteceu bem menos em virtude de uma súbita descoberta das qualidades intrínsecas daquele gênero historiográfico do que pela profunda crise de funcionalidade do modelo até então dominante. Com efeito, o que parecia ser o procedimento histórico típico, isto é, os grandes vôos conceptuais em torno de um conjunto de evidências que não costumava corresponder às ambições teóricas dos escritores, foi brusca e imediatamente posto em suspeita. Mais ainda: uma longa tradição de *explicações do Brasil*, formada por ensaios, as vezes literariamente maravilhosos e preches de hipóteses sugestivas, foi, em curto espaço de tempo, transformada de fonte contínua de respeito, inspiração e remissão, em objeto distanciado de estudo. Tornou-se, em algumas searas, verdadeiro *arquétipo* do que era preciso recusar, justamente para que um saber histórico menos pretensioso, mas, em compensação, mais seguro e eficiente, pudesse, enfim, se desenvolver.⁴

Na realidade, ocorreu com os historiadores brasileiros algo muito parecido com o que, trinta ou quarenta anos antes, os sociólogos tinham vivenciado. Eles procuraram afirmar a validade intrínseca de seu ofício através da recusa de uma herança intelectual que, para empregar a nomenclatura em voga nos anos setenta, tinha tudo de ideologia e nada de procedimento científico. Uma negação que assumiu, muitas vezes, feições estéticas. As grandes orquestrações narrativas do passado, as obras monumentais de um Vanhagen, um Capistrano ou um Oliveira Vianna, por exemplo, foram denunciadas por causa de suas viagens especulativas sem apoios documentais e, principalmente, por

exemplos, MORAES, Maria Augusta de Sant'Ana: *Historiografia goiana: caminhos e vivência*. **Revista da SBPH**, São Paulo: (2), 1984/1985, p. 59-64; ALMEIDA, Marlene Medaglia: *A análise crítica da historiografia sul-riograndense: uma tarefa que se impõe*. **Cadernos de Estudo - Nova Série**, Porto Alegre: (1), julho de 1986; WESTPHALEN, Cecília Maria: *Momento da historiografia paranaense*. **Anais da IV Reunião da SBPH**. São Paulo, 1985, p. 59-61. Todas partes, mesmo quando insinuam uma crítica a esta atitude, como é o caso da segunda autora mencionada, de uma definição de região que coincide com as delimitações político-administrativas convencionais. Para comentários recentes sobre este assunto, veja-se WOLFF, Cristina Scheibe: *Historiografia catarinense: uma introdução ao debate*. **Revista Catarinense de História**, (2), 1994, p. 5-15.

⁴ Compare-se, para se ter uma idéia das mudanças ocorridas no decorrer de vinte anos, o balanço de MOTA, Carlos Guilherme: *A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica*. **Debate & Crítica**, São Paulo: (5), março de 1975, p. 1-26 com o de FONSECA, Selva Guimarães: *A historiografia brasileira pós 70 - uma revisão*. **Educação & Filosofia**, Uberlândia: 5(9), julho-dezembro de 1990, p. 57-68.

seus preconceitos étnico-raciais, em certos aspectos, escandalosos. Uma parte significativa do processo aberto contra os antepassados ligava-se ao que parecia ser a mais forte de suas impropriedades: a linguagem centralmente metafórica e intuitiva. Comentando, em 1961, a experiência dos sociólogos, Octavio Ianni disse coisas que, com pequenas adaptações, traduziriam o que aconteceu com os historiadores quinze ou vinte anos depois. Segundo ele,

Para romper de maneira drástica com os ensaios histórico-sociais produzidos no passado, como se certos caracteres formais dessas obras devessem também ser sumariamente abandonados com os métodos explicativos adotados, grande parte dos estudiosos formados pelas universidades e escolas criadas a partir de 1930 preferiu o que lhes foi apresentado como “científico”, “positivo”, “mais refinado”, em contraposição ao que se lhes afigurava “especulativo” ou “pré-científico”. Desta maneira ganhou-se em precisão e rigor na observação e tratamento descritivo dos eventos, perdendo-se algumas vezes a riqueza e a desenvoltura no uso criador da inteligência.⁵

É preciso, contudo, evitar a linearidade simplificadora. As coisas evoluíram de modo conturbado e meândrico. Entre os historiadores, o processo de ruptura com ancestrais tidos como inoportunos, excessivamente impressionistas, passou, em um primeiro momento, pela assimilação de idiomas e técnicas muito formais e ásperas que, talvez por isso mesmo, refaziam - ainda que esteticamente - o sentimento de se estar operando em áreas científicas. Falo aqui dos anos setenta, no auge da epidemia estrutural-marxista e, por outro lado, no ápice dos sonhos quantitativistas. Como se sabe, a adesão muito disseminada às terminologias estruturalistas, sobretudo aquela divulgada por Louis Althusser e seus numerosos seguidores, representou não uma ruptura com as tradições especulativas e generalizadoras, mas, ao contrário, sua reprodução em outras formas. Naquele momento, as categorias bem trabalhadas semanticamente tornaram-se mais importantes do que os levantamentos de fontes, por mais detalhados que fossem estes

⁵ IANNI, Octavio: *Estudo de comunidade e conhecimento científico* in _____: **Sociologia da Sociologia Latino-Americana**. Rio: Editora Civilização Brasileira, 1971, p. 70. Uma descrição geral, baseada na entrada de teorias européias e norte-americanas no meio intelectual brasileiro, aparece em CHACON, Vamireh: **História das Idéias Sociológicas no Brasil**. São Paulo: Editora da USP/Editora Grijalbo, 1977, esp. p. 99 e ss. Para um depoimento minucioso acerca do processo de cristalização das ciências sociais universitárias feito por um dos seus principais promotores, leia-se FERNANDES, Florestan: **A Sociologia no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1977 e **A Investigação Etnológica no Brasil e Outros Ensaios**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975. Nestes volumes foram reunidos diversos artigos escritos nos anos 50, quando Florestan procurava fundamentar teoricamente a ruptura com o senso-comum representado, a seu ver, pelos intelectuais tradicionais. Um dos objetos de mais forte recusa era a linguagem por demais opinativa e, muitas vezes, romanceada que folcloristas, etnógrafos e outros intelectuais pré ou pára-universitários empregavam.

últimos. Na realidade, os documentos transformaram-se em armazéns de exemplos ou ilustrações de processos eminentemente conceptuais. Em tais circunstâncias, buscar singularidades ou fazer recortes regionais era, na melhor das hipóteses, ser tachado de ideográfico, o que era o mesmo que cometer a mais antiquariana das heresias metodológicas. Tratava-se, em resumo, da incidência permanente de uma confusão entre totalidade conceptualmente determinada e totalidade - por definição, impossível de se estabelecer - das coisas do mundo.

É então provável que, numa espécie de astúcia da razão tradicional (dos ancestrais), as velhas modalidades ensaísticas, sobrevoadoras e pouco factuais de discurso histórico tenham se revitalizado nos interstícios conceptuais das teorias e métodos de cunho estruturalizante. Observa-se, portanto, que a (re)descoberta das histórias regionais - e do tempo curto - se processa em um momento bastante expressivo. Os imensos esforços para se construir um saber historiográfico referenciado pelas normas escritas da cientificidade dos bons conceitos pareciam cada vez mais inúteis. Algo agravado pela sobrevida que o ambiente formalista assegurou à historiologia auto-nomeadas materialistas históricas, mas que não passavam de exercícios de (má) metafísica conformista fundados em noções logicamente triviais como *necessidade* ou *inevitabilidade históricas*. Aliás, foi precisamente um dos mais importantes introdutores de categorias advindas dos cânones estruturalistas na comunidade dos historiadores brasileiros, Ciro Flamarion Cardoso, que, constatando os descaminhos, tornou-se um dos primeiros a insurgir-se, em nome da pesquisa empírica, contra os esterilizantes excessos formalistas.⁶

Seja como for, os motivos de tamanha ruptura não foram simples, mas intrincados, multi-ritmados e, sobretudo, de diversas naturezas. Não obstante, articularam-se em virtude de um eixo fundamental: a consolidação de um novo segmento do campo dos estudos sociais no Brasil. A saber, os cursos de pós-graduação e todo o sistema de referências que eles reproduzem: embates doutrinários, polêmicas entre áreas de investigação, formas de hierarquização dos objetos de análise e assim por diante. Isto sem falar da concomitante instituição de novas modalidades de competição pelo controle dos re-

⁶ Confira-se, para uma defesa formalista de uma história da totalidade, conceptual, mas não empiricamente, fundada, CARDOSO, Miriam Limoeiro: *Para o conhecimento dos objetos históricos: algumas questões metodológicas*. **Cadernos da EIAP**. Rio: (1), 1979, p. 37-55. Quanto à negação desta perspectiva, ver CARDOSO, Ciro Flamarion: *História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa* in _____: **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p. 13-93.

cursos para pesquisas, dos espaços para publicações, e dos postos de maior prestígio nas universidades e outras agências intelectuais.

No que se refere à História, a cristalização crescente daquele corpo de rotinas implicou numa redução substancial das escalas espaço-temporais dos objetos. Estes tomaram-se cada vez mais diminutos e controlados em termos conceptuais. Paralelamente, processos desencadeados em âmbito internacional, como o recuo das histórias estruturais, o cansaço e a esterilização das querelas sobre categorias formais de análise, o avanço dos ideais pós-modernistas de dispersão dos sentidos e de recusa das totalizações, juntos com uma expansão das práticas políticas de re-localização regionalista ou comunitária das esferas públicas, asseguraram o nascimento de um novo estatuto e uma nova estima da História Regional.⁷ Durante os anos 80, portanto, deixou de ser motivo de timidez ou vergonha estudar pequenos espaços, lugares, momentos muito particulares. Adicionalmente, um instrumento substantivo de legitimação daquela atividade foi a realização, em Curitiba, em julho de 1985, de um Congresso da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH) onde um dos temas centrais foi, precisamente, *Região e História*.⁸

Quando os historiadores brasileiros, pelos vários motivos acima evocados e outros tantos que deixei de mencionar, interessaram-se por discutir problemas teóricos e procedimentos metodológicos para sedimentar e legitimar entre seus pares o campo das pesquisas regionais, foram buscar seus quadros de referências no mundo das questões geográficas.⁹ Nada mais natural e compreensível. Por mais de um século, a palavra re-

⁷ É bem verdade que as lutas de cunho local contemporâneas, sobretudo na Europa e no Oriente Médio, apresentam-se, tal como as afirmações nacionalitárias, de modos muito ambíguos. Elas podem ser grandes motivações para a produção de histórias e sistemas de arquivos regionais que tenham como objetivo a legitimação dos combates e o encorajamento dos militantes. Porém, doutro lado, tais instrumentalizações podem, do mesmo modo, representar a fraqueza e a desmoralização daquelas motivações. Confira-se, CHESNEAUX, Jean: *Hacemos Tabla Rasa del Pasado? A Propósito de la História y de los Historiadores*. Tradução de Aurélio Garzón del Camino. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1977 e FERRO, Marc: *A História Vigida*. Tradução de Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1989. Além do mais, o envolvimento das técnicas de pesquisa histórica com os projetos regionalistas talvez seja um forte estímulo à desconfiança dos historiadores de ofício que, em última análise, também costumam fazer história regional. Note-se como uma possível prova disso tudo, a ausência de um verbete sobre o tema em um léxico programático bastante atualizado, que é BURGUIÈRE, André (org): *Dicionário das Ciências Históricas*. Tradução Henrique de Araújo Mesquita. Rio: Editora Imago, 1993.

⁸ Veja-se os trabalhos reunidos em SILVA, Marcos A. da (coord): *República em Migalhas: História Regional e Local*. São Paulo: Editora Marco Zero/ANPUH/CNPq, 1990.

⁹ Confira-se AMADO, Janáina: *História e região: reconhecendo e construindo espaços* e SILVEIRA, Rosa Maria Godoy: *Região e história: questão de método* ambos em SILVA, Marcos A. da

gião tem indicado um núcleo central dos estudos espaciais. Ao seu redor giram algumas das mais significativas e decisivas discussões acerca dos fundamentos, dos objetos, da relevância, e das finalidades mais amplas dos saberes geográficos. Por isso, as numerosas e nem sempre gentis polêmicas sobre o alcance e a pertinência do(s) conceito(s) de região - tomadas como traços constantes de formações discursivas internas aos meios geográficos - foram tidas como os marcos que delimitam o que deve ou não ser discutido quando se trata de operar em pequenas escalas espaciais.¹⁰

Noutras palavras, os historiadores brasileiros raciocinaram da seguinte maneira: se os geógrafos, que são os donos do assunto, polemizam em torno de determinados tópicos a partir de determinadas correntes, é precisamente porque este é o campo correto e fértil de questões. Disso decorreu uma espécie de corolário tautológico: quem estiver pensando em trabalhar com o conceito de região e seus correlatos deve buscar alimentos entre os geógrafos ou, ao menos, nos lugares por onde eles passaram. Esta assunção dos termos estabelecidos pelos pesquisadores tradicionais dos territórios, num momento em que estes, muito em função da descoberta das potencialidades analíticas do materialismo histórico para os campos de estudos espaciais, estavam promovendo uma reviravolta profunda e conflituosa em seus conceitos e métodos, acarretou alguns problemas - decerto, momentâneos e superáveis. Para o que interessa a este estudo, todavia, basta dizer que ela significou a inviabilização de outras possibilidades de captura de categorias descritivas que, embora não tendo sido produzidas naquele meio, também remetem ao estudo de pequenas escalas sócio-espaciais.¹¹

Isto aconteceu, em particular, com a(s) categoria(s) de comunidade.¹² Enquanto noutros países, onde a temática regional não era um problema ou uma novidade, alguns

(coord): **República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Editora Marco Zero/ANPUH/CNPq, 1990, resp. p. 7-15 e 17-42.

¹⁰ Para um acompanhamento breve da história dos usos do termo região entre os geógrafos, veja-se RONCAYOLO, Marcel: *Região* in **Enciclopédia Einaudi**. Volume 8. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 162 e ss. Uma apresentação escolar das várias definições correntes nos meios geográficos ocidentais encontra-se em VALENTÍ, Joan Vilà: **Introducción al Estudio Teórico de la Geografía**. Volumen 1. Barcelona: Editorial Ariel, 1983, esp. p. 244 e ss.

¹¹ Ampla documentação acerca das mudanças recentes no campo da geografia humana foi reunida por CHORLEY, Richard (comp): **Nuevas Tendencias en Geografía**. Tradução Joaquin Hernandez Orozco. Madrid: IEAL, 1975 (Col. Nuevo Urbanismo); CHRISTOFOLETTI, Antonio (org): **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982. Ver igualmente, MENDOZA, Josefina Gómez et Allí: **El Pensamiento Geográfico: Estudio Interpretativo y Antología de Textos**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

¹² Para uma apreciação genérica dos usos do termo comunidade, leia-se NISBET, Robert: **La Formación del Pensamiento Sociológico**. Tradução de Enrique Molina de Vedia. Volumen 1. Buenos Aires: Editorial Amorrortu, 1969. Ver, ainda, o interessante verbete de BOUDON,

historiadores estavam considerando seriamente a possibilidade de operar com as sugestões contidas no universo da palavra comunidade, termo de larga tradição no campo da sociologia, entre nós a recusa *in limine* das categorias sociológicas tornava-se uma espécie de selo de autenticação do fazer histórico.¹³ Reclamar dos conceitos descarnados, dos sobrevôos transtemporais, das constantes ausências de remissões factuais e doutros traços atribuídos aos estudos sociológicos virou maneira de legitimar o campo específico dos historiadores. Algo facilitado pela avassaladora maré montante de apaixonadas confissões de fé nas potencialidades narratológicas dos saberes históricos. Em suma: quer pela entronização de um *alter* caricatural destinado a fortalecer egos em crise, como estava acontecendo, não faz tanto tempo, com os pesquisadores históricos; quer por todos os alegados cansaços diante das estruturas e suas asperezas, o fato é que aconteceu um esquisito distanciamento de uma linhagem de pesquisas que, entre os anos 40 e 60, tinha se confundido com grande parte do trabalho feito no campo das ciências sociais institucionais no Brasil.¹⁴

Raymond & BOURRICAUD, François: **Dicionário Crítico de Sociologia**. Tradução de Maria Leticia Alcoforado e Durval Ártico. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 72-77. Um comentário breve sobre a formação do conceito no campo da sociologia aparece em KÖNIG, René: *Comunidade* in _____ (coord): **Sociologia. Enciclopédia Meridiano-Fischer**. Tradução de Anthímio de Azevedo e Jorge Pereira de Carvalho. Lisboa: Editora Meridiano, 1971, p. 94-100. Farto material para um acompanhamento documental aparece em FERNANDES, Florestan (org): **Comunidade e Sociedade: Leituras Sobre Problemas Conceituais, Metodológicos e de Aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

¹³ É preciso reconhecer aqui as importantes exceções representadas pelos artigos programáticos de Brasil Pinheiro Machado. Ele seguiu um rumo diferente. Ao invés de amaldiçoar as categorias sociológicas, procurou desenvolver seus pontos de vista utilizando-as amplamente. Em suas propostas de marcos para uma história regional paranaense ele fez da noção de comunidade um elemento central. Todavia, no corpo dos textos, a função daquela categoria nem sempre diferia em essência da de região, quando esta é entendida - de maneira descritiva - como uma configuração etnológica e geo-econômica razoavelmente delimitada. Por outro lado, animado por um viés fortemente regionalista, ele atribuiu enorme positividade agregadora às comunidades empíricas, no seu caso específico, as áreas formadas por diferentes processos de povoamento no Paraná. Sendo assim, apesar das remissões bibliográficas a Martius, João Ribeiro e ao seminal Max Weber, pelo visto suas intenções primeiras eram eminentemente políticas: alicerçar uma compreensão da história do Paraná sob o signo de uma unidade de fundo que sedimentaria uma contornável diversidade de superfície. É claro que uma caracterização deste gênero não pretende, de modo algum, arranhar os avanços conceptuais dos trabalhos de Pinheiro Machado no que se refere às possibilidades de tratamento terminológico rigoroso das histórias regionais. Apenas procuro apontar os limites do emprego meramente *afirmativo* da noção de comunidade, algo que, nas páginas seguintes, ficará bem mais claro. Confira-se MACHADO, Brasil Pinheiro: *Esboço de uma sinópsse da história regional do Paraná*. **História: Questões & Debates**, Curitiba: 8 (14/15), junho-dezembro de 1987, p. 177-205 (original de 1951), *O estudo da história regional (uma nota prévia)*. **História: Questões & Debates**, Curitiba: 2(3), dezembro de 1981, p. 103-108, e *Problemática da cidade colonial brasileira*. **História: Questões & Debates**, Curitiba: 6(10), junho de 1985, p. 3-24.

¹⁴ Confira-se, antes de mais nada, a antologia produzida por FERNANDES, Florestan (org): **Comunidade e Sociedade no Brasil: Leituras Básicas de Introdução ao Estudo Macrossocio-**

É bem verdade que, ao contrário do termo região, que, por mais que problematizassem, os geógrafos temiam abandonar, a noção de comunidade vinha incomodando e sendo enxotada pela maioria dos sociólogos, sobretudo aqueles de índole marxista. Contra todas as definições possíveis, estes sempre puderam objetar que se tratava de uma terminologia com vínculos religiosos e políticos que mais faziam bloquear do que estimular as pesquisas empíricas. Associavam-na à tentativa de, mediante operações semânticas, se apagar as formas de exploração, as relações hierárquicas e desiguais entre os indivíduos e entre os segmentos sociais e, sobretudo, de idealizar estruturas sociais que, quando muito, perderam-se nas brumas dos tempos. Outras críticas ferinas vieram daqueles que censuraram os excessos empiristas de um método de abordagem que, voltado para a coleta obstinada de minudências, tenderia a isolar seu objeto dos contextos envolventes. Sem falar de ponderações mais antigas que, temendo as fantasias cientificistas que aqueles estudos habitualmente estimulavam, denunciavam as ilusões que sua aparência de profundidade clínica secretava.¹⁵ Enfim, não conseguiram erradicá-lo, tampouco bani-lo ou ao menos isolá-lo, mas destituíram-lhe de quase todas as pretensões cognitivas e rebaixaram-no a uma sorte de conceito vira-lata.

Tudo isto apesar de algumas vozes insuspeitas de diluição conceptual dos conflitos ainda sugerirem que ele tem arestas de valor. Por exemplo: José de Souza Martins. Há alguns anos, ele encaminhou uma proposta, pouco desenvolvida, alusiva mesmo, de retomada dos lados menos evidentes, contudo, mais férteis, do termo. Seu ponto de partida foi um comentário sobre as costumeiras críticas demolidoras que arguem que, por definição, *comunidade não pode existir onde as relações são mercantis, onde não existe a propriedade comum*. Os adeptos desta perspectiva entendem que, em última análise, a noção de comunidade *não passa de uma fantasia teórica dos pesquisadores*. Martins ponderou, invertendo as mãos, que este tipo de crítica

lógico do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972. Veja-se, para maiores detalhes, NOGUEIRA, Oracy: *Os estudos de comunidade no Brasil*. **Revista Brasileira de Antropologia**. São Paulo: 3(2), dezembro de 1955, p. 95-103 e GUIDI, Maria Lais Mousinho: *Elementos de análise dos "estudos de comunidade" realizados no Brasil e publicados de 1948 a 1960*. **Educação e Ciências Sociais**. Rio: 10(19), janeiro-abril de 1962, p. 45-87.

¹⁵ Confira-se WOORTMANN, Klaus: *A antropologia brasileira e os estudos de comunidade*. **Universitas**. Salvador: (11), janeiro-abril de 1972, p. 103-140 e GOLDWASSER, Maria Julia: *Estudo de comunidade: teoria e/ou método?*. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: 5(1), 1974, p. 69-81. Uma abordagem recente e bastante favorável à manutenção do termo nos usos sociológicos correntes aparece em VILA NOVA, Sebastião: *O singular e o universal nos estudos de comunidade*. **Symposium**. Recife: 34(2), julho-dezembro de 1992, p. 212-220.

*procede apenas enquanto denuncia a positividade da comunidade, na medida em que não são relações comunitárias as que puxam o processo social. Assim, a comunidade numa sociedade como a nossa, não é um fato real, histórico, é uma fantasia. Por isso mesmo ela pode voltar a ter uma importância grande nos estudos sociológicos e antropológicos: como fantasia, como sonho, como imaginação, como negatividade.*¹⁶

Nesta acepção, a solidariedade entre os indivíduos, temática que marca o conceito de comunidade desde as suas formulações mais antigas, aparece como um projeto inerente à própria fantasmaticabilidade do termo. Por isso, Martins completou seu argumento pelos usos do conceito ponderando que:

*Negação, já não dos pesquisadores, mas das populações que vivem nas fronteiras sociais da auto suficiência e da mercantilização, a comunidade é uma utopia, um fato político essencial para a compreensão da vida e das lutas camponesas.*¹⁷

A recuperação dos conteúdos políticos e religiosos do conceito não é o que mais chama a atenção no procedimento de re-definição analítica esboçado. Afinal, há uma longa trajetória de formulações conceptuais dos elementos utópicos presentes no termo comunidade. Aliás, Robert Nisbet, bastante conhecido justamente por seus estudos sobre aquele lexema, sugeriu que não tem cabimento separar os pólos de positividade e negatividade imanentes à todas as enunciações possíveis do termo.¹⁸ O interessante, enfim, é a abertura para um conceito dinâmico, onde o que há e o que se pretende que exista convivem como pólos de tensão que asseguram sua flexibilidade e operacionalidade.

[02] A REGIÃO COMO CONCEITO-OBJETO: PROPOSIÇÕES PARA UMA CATEGORIA OPERACIONAL

Uma releitura do conceito de região a partir de uma ótica semelhante àquela de Martins pode ser bastante proveitosa. Ela implica uma reconversão analítica que conduz

¹⁶ MARTINS, José de Souza: *O pesquisador e a comunidade*. Folha de S. Paulo, 04/03/84, p. 49

¹⁷ Idem, *Ibidem*. Foi pelos motivos expostos nas observações de Martins que recusei, em páginas anteriores, a validade plena do conceito de comunidade tal como trabalhado por Brasil Pinheiro Machado. O eminente pesquisador paranaense partiu de uma noção meramente afirmativa, como se a palavra comunidade não conotasse, ao menos em suas acepções mais triviais, um forte componente de harmonização dos grupos e dissolução dos conflitos.

¹⁸ NISBET, Robert: *O Conservadorismo*. Tradução de M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1987, p. 175 e ss.

a conceber o espaço regional fundamentalmente como um artefato ideológico. Algo que, para ser mais preciso, se efetua menos no âmbito do que é, do que existe, e mais no território do que deveria existir em qualquer dimensão temporal. Enfim, um objeto produzido por discursos que, pretendendo-se apenas cognitivos, são, antes de mais nada, proferimentos normativos. Nestes termos, o espaço regional pode ser concebido como um resultado, sempre em risco de dissipação, de múltiplos - contraditórios, conflituosos, antagônicos, conciliadores - investimentos de significação. Enquanto representação, o espaço tenderia a condensar doações semiológicas que habitam o terreno das abduções: uma boa sociologia histórica deveria, portanto, esclarecer os regimes de enunciação dos limites, dos desdobramentos, das derivações e dos agenciamentos sociais que, em lutas quotidianas, configuram o espaço enquanto, dentre outras coisas, *locus* de disputas locucionais.

Enfoques centrados no plano discursivo não são, de modo algum, estranhos ao mundo dos estudos regionais. Existem várias tentativas de se definir regiões levando em consideração as interpretações que determinados setores sociais elaboram do lugar em que vivem. Elas podem ser tomadas como elementos particulares de um conjunto mais amplo que seria formado pelas várias possibilidades de caracterização semio-ideológica do termo. Alguns estudos empreendidos, nos anos 70 e 80, desenvolveram-se por este caminho. Eles procuraram incorporar a esfera das ideologias regionalistas ao conceito mesmo de espaço regional.¹⁹ Contrastavam, desta forma, com pesquisas mais antigas que, partindo de uma teoria política do espaço enquanto lugar específico de uma certa coreografia da luta de classes, tendiam a ver nos discursos regionalistas quase que tão somente uma simples evidência super-estrutural de conflitos sociais e políticos mais profundos e, por assim dizer, mais dignos de uma análise.²⁰

No que se segue tentarei avançar na caracterização que venho propondo do espaço regional como artefato semiológico. Antes, contudo, parece-me conveniente fazer

¹⁹ Por exemplo, SILVEIRA, Rosa Maria Godoy: **O Regionalismo Nordestino: Existência e Consciência da Desigualdade Regional**. São Paulo: Editora Moderna, 1984 e CASTRO, Iná Elias de: **O Mito da Necessidade: Discurso e Prática do Regionalismo Nordestino**. Tese de Doutorado. Rio: IUPERJ, 1989. Considerações conceituais nesta linha aparecem em COSTA, Rogério Haesbaert da: *Região: o resgate de uma identidade*. *Revista Geográfica*. Mexico: IPGH, (105), janeiro-junho de 1987, p. 181-188.

²⁰ Por exemplo, KEINERT, Ruben Cesar: **Regionalismo e Anti-Regionalismo no Paraná**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP-FFLCH, 1978 e OLIVEIRA, Francisco de: **Elegia Para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes**. 2ª edição. Rio: Editora Paz e Terra, 1977.

um breve percurso, decerto esquemático, pelo terreno dos modos correntes de se enquadrar as polêmicas sobre o termo região. Não se trata, de maneira alguma, de um balanço circunstanciado do estado atual dos usos dos conceitos. Fogem ao meu alcance as diversas arestas de análise que se poderia penetrar. Além disso, estudos mais ou menos recentes desbastaram um enorme continente de temas e problemas pertinentes. Eles podem funcionar como pontos de partida para outras formas de caracterização e como acervo de provas de algumas teses que desenvolvo ao longo das páginas seguintes.²¹

Em linhas gerais, a maior parte dos conceitos correntes de região, independente da maior ou menor ênfase em certas esferas das estruturas sócio-ambientais, tendem a operar do seguinte modo: eles destacam um certo número de particularidades - objetivações de variáveis estabelecidas a partir de um certo primado epistemológico - que, agrupadas e contrastadas com outras combinações existentes em outros lugares, conferem personalidade distintiva à uma determinada forma de relacionamento entre estruturas sociais e meio ambiente. Eis o elemento invariante: podem mudar os fundamentos e os complexos de variáveis a serem descritas, mas o que sempre permanece é a preocupação com a determinação de especificidades. Considere-se, como exemplo, a definição oferecida por Ann Markusen:

*Uma região é uma sociedade historicamente em evolução, com um território contíguo, que possui um ambiente físico, um meio sócio-econômico, político e cultural, e uma estrutura espacial distinta de outras regiões e de outras unidades territoriais, cidade e nação. (...) A categoria região conota unidades territoriais com traços físicos e culturais únicos.*²²

Tautologias - dadas pela remissão de uma região a outra como critério essencial de definição - a parte, observa-se que a caracterização reproduzida acima comporta uma tentativa de assimilar os principais componentes das mais convencionais terminologias. É uma espécie de crença não clarificada na possibilidade de se encontrar relações de correspondência razoavelmente equilibradas - posto que doutro modo não poderiam

²¹ Confira-se, RONCAYOLO, Marcel: *Região* in *Enciclopédia Einaudi*. Volume 8. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 162 e ss.; VALENTÍ, Joan Vilà: *Introducción al Estudio Teórico de la Geografía*. Volumen 1. Barcelona: Editorial Ariel, 1983 e MARTINS, Paulo Henrique: *Estado, espaço e região: novos elementos teóricos. Geonordeste*. Aracajú: 2(2), 1985, p. 1-13 e DUARTE, Aluizio Capdeville: *O conceito de totalidade aplicado à identificação de uma região. Revista Brasileira de Geografia*, 50(2), abril-junho de 1988, p. 99-106.

²² MARKUSEN, Ann: *Regions: The Economics and Politics of Territory*. Totowa, NJ: Rowman & Littlefield Publishers, 1987, p. 16.

existir regiões, *unidades* territoriais - entre seus elementos. Neste sentido, devo apontar para o fato de que, em que pese as freqüentes variações epistemológicas, os modelos de análise costumam diferenciar-se sobretudo em função da importância causal ou agregadora que cada um deles atribui às interações sociais ou aos elementos naturais. O centro nervoso da atividade regionalizadora, isto é, a determinação de especificidades localizadas, mantém-se, entretanto, intacto, invariável.

Adicione-se como evidência complementar uma outra caracterização analítica bastante fiel aos objetivos conceituais canonizados pela tradição vidaliana de geografia regional. Ela parte de uma estrutura teórica de referência bem diferente da de Markusen, que pretende estabelecer os marcos de uma perspectiva materialista histórica de análise regional. Assim, nos termos detalhados de Joan Vilà Valentí,

*(...) quando falamos de região geográfica o fazemos no sentido que foi entendido por um bom número de geógrafos desde finais do século passado e princípios do atual, singularmente por parte da escola francesa. A região deve ter uma área aproximada - e, em certos casos, coincide ou quase coincide com ela - ao que se chamou e ainda se chama de "regiões históricas": antigos reinos, principados, condados, etc, que existiram, em geral, nos estados da Europa ocidental até ou durante o chamado Antigo Regime (...) ou anteriormente à unidade política contemporânea (...). Sua extensão pode oscilar entre alguns milhares ou dezenas de milhares de Km². Em troca, outra divisão mais reduzida, que poderíamos chamar de uma "pequena região", se aproxima do conceito de "comarca" (próximo ou idêntico ao francês *pays*); neste caso trata-se somente, de maneira usual, de uma extensão de algumas centenas de Km². (...) A região, em todo caso, além de apresentar em geral uma extensão da ordem que acabamos de assinalar, vai acompanhada de três características: 1, possuirá, em algum sentido, uma certa homogeneidade, o que lhe conferirá uma **personalidade** ou **originalidade geográfica**; 2, esta originalidade se manifesta em uma certa **uniformidade** de distintos aspectos de conjunto (características do relevo, clima, etc; formas de povoamento, paisagem agrária, etc.); 3, uma **unidade** mais profunda pode ser captada de uma **combinação especial** que, no preciso território concreto de uma determinada região, apresentem fatores e elementos físicos, biogeográficos e humanos.²³*

Yves Lacoste, apresentando sucintamente o projeto cognitivo da geografia vidaliana, sugeriu que a admiração e a inspiração provocadas pelas esmeradas monografias regionais dos mestres fundadores (Vidal de La Blache, Jean Brunhes, Albert Demangeon, Henri Baulig) implicaram, dentre outras coisas, o reforço de um primado metodológico que precisava ser constantemente demonstrado: *Traçar os limites da região que se*

²³ VALENTÍ, Joan Vilà: *Introducción al Estudio Teórico de la Geografía*. Volumen 1. Barcelona: Editorial Ariel, 1983, p. 246.

vai estudar é considerado como a primeira tarefa. No entanto, nesta operação em tudo tão aparentemente simples, residiriam alguns dos mais profundos obstáculos que dificultam o avanço dos conhecimentos sobre os domínios sócio-espaciais. Antes de mais nada, pelo problema causado pela aceitação tácita, acrítica, de recortes regionais realizados através de instrumentos conceptuais alheios aos interesses gnoseológicos de uma prática geográfica que se pretende efetivamente científica. Nesta conexão, Lacoste interrogou:

*(...) a que correspondem esses limites? Os critérios de escolha são muito variados; e isto, para os diferentes contornos de uma mesma "região". Esta é considerada como um dado, como um espaço dotado de certas particularidades, apresentando uma "individualidade" que a torna diferente dos territórios que a circundam. Ao que parece, bastaria olhar ou então ler o grande livro aberto da natureza. O geógrafo não se preocupa com as ilusões do saber imediato e com a experiência primeira. (...) Em último caso, pouco lhe importam os contornos da região. O que conta é analisar, do modo mais aprofundado possível, as interações que se produziram no decurso da história entre fatos físicos e fatos humanos, em qualquer espaço.*²⁴

Enfim, a perspectiva da particularização e, como acentuou Marcel Roncayolo, o enfoque taxionômico, parecem intrínsecos aos usos do termo região e seus derivados e correlatos. Esta é uma das várias razões substantivas pelas quais muitos pesquisadores vêm, há algum tempo, desqualificando sistematicamente seu possível valor conceptual e sugerindo que ele seja abandonado de uma vez por todas.²⁵

Sendo mais específico, costuma-se recusar a validade cognitiva do termo região em virtude de três pontos centrais de partida. **Primeiro:** alguns autores, operam uma contrastação entre o que consideram a perspectiva da totalidade, entendida como a atitude científica mais conseqüente, e a visão fracionadora que estaria latente no escopo das análises regionais. No limite, há mesmo quem negue qualquer validade a este gênero de investigação, considerando que ele não possuiria um objeto dotado de suficiente espessura conceptual. Desnecessário dizer que poucos geógrafos atrevem-se a falar uma coisa dessas. São posições que derivam de análises conceptuais isoladas do processo de fazer pesquisa empírica.²⁶ **Segundo:** certos pesquisadores, aderindo a um viés

²⁴ LACOSTE, Yves: *A Geografia* in CHÂTELET, François (dir): **História da Filosofia - Idéias, Doutrinas**. Volume 7. Tradução de Hilton Japiassú. Rio: Zahar Editores, 1974, p. 250

²⁵ Cf. RONCAYOLO, Marcel: *Região*. **Enciclopédia Einaudi** - Volume 8. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 161-189.

²⁶ Confira-se, para um estudo que induz a opiniões deste gênero, o texto já citado de CARDOSO, Miriam Limoeiro: *Para o conhecimento dos objetos históricos: algumas questões metodológicas*. **Cadernos da EIAP**. Rio: (1), 1979, p. 37-55.

político que tende a reduzir todas as formas de intervenção espacial ao exercício de alguma modalidade insidiosa de poder, condenam os enfoques regionalizadores porque estes sempre seriam práticas solidárias aos processos de enquadramento e disciplinarização das vivências espaciais pelos poderes instituídos. Estariam aqui incluídas a maioria das análises a respeito do comprometimento entre saber geográfico e tecnologias de dominação. Elas variam entre perspectivas mitigadas, como a de Paul Claval, que procuram reservar uma função eminentemente crítica para os geógrafos, e posições extremamente pessimistas muito semelhantes àquelas defendidas, em diálogos com diversos geógrafos franceses, no início dos anos 70, por Michel Foucault.²⁷ Terceiro: há quem enfatize a percepção de que, num mundo crescentemente unificado pelo sistema capitalista, não haveria mais lugar para arranjos sócio-espaciais singularizantes capazes de gerar personalidades regionais. Ainda aqui haveria gradações. Para uns, o modo de produção capitalista mundializado implica na redução de todos os espaços vivos à um espaço-mercadoria quase-morto. Para outros, a tendência à disseminação de tecnologias e padrões de consumo unificados está tornando crescentemente desprezíveis as diferenças entre perfis ambientais.²⁸

De acordo com estas caracterizações, a atividade regionalizadora deveria, no fundo, deixar de ser prática de um sujeito cognoscente e interventor para ser objeto de análise crítica. Quando muito, como acontece com alguns autores que enfatizam a terceira objeção, o termo poderia ser reservado para se falar das fases históricas onde não havia ainda o nível contemporâneo de integração capitalista das estruturas sócio-ambientais. Neste âmbito, ele teria um destino similar àquele reservado à categoria sociológica de comunidade, como apontei mais acima. Ambos seriam úteis para estudos históricos acerca de sociedades dotadas de elevado nível de integração sócio-espacial e relativamente isoladas. Todas estas perspectivas críticas, que parecem bastante disseminadas pelos ambientes científicos atuais, dependem fundamentalmente de uma

²⁷ CLAVAL, Paul: **Espaço e Poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio: Zahar Editores, 1979; FOUCAULT, Michel: *Sobre a geografia* in _____: **Microfísica do Poder**. Tradução Roberto Machado. Rio: Edições Graal, 1979, p. 153-166.

²⁸ Para um sumário favorável das avaliações correntes nesta linha, leia-se DUARTE, Aluizio Capdeville: *Regionalização: considerações metodológicas*. **Boletim de Geografia Teórica**, 10(20), 1980, p. 5-34. Leia-se, ainda, as ponderações bem mais matizadas de LIPIETZ, Alain: **O Capital e seu Espaço**. Tradução de Manuel Fernando Seabra. São Paulo: Livraria Nobel, 1988.

clara definição de escala e de patamar epistemológico de análise para que tenham validade.²⁹

Elas precisam trabalhar em macro-dimensões porque, do contrário, podem cair em armadilhas preparadas pelos conteúdos habituais das conceituações de região. Por exemplo: os procedimentos regionalizadores podem, decerto, ser tomados como efeitos de um poder que, soberano, exerce autoridade esquadrihadora, taxionômica e alocadora dos espaços. Contudo, são práticas similares que fundam movimentos localistas ou regionalistas de recusa do Estado Moderno centralizador. Outro exemplo: há uma forte tendência, assinalada pelos investigadores como formas de globalização, à uniformização e padronização espaço-temporal das atividades realizadas nos diversos segmentos econômicos, dada a mundialização do capital. Todavia, as disputas pela apropriação dos excedentes entre diferentes frações dos capitalistas e as lutas de classes ainda continuam se expressando diferenciadamente de acordo com as variações político-institucionais e com as características específicas de cada atividade econômica no interior de marcos regionais.³⁰

Frente a todas estas alegações críticas, proponho uma recuperação dos sentidos mais convencionais possíveis do termo região: um segmento do espaço isolável para finalidades eminentemente descritivas. Isto equivale a dizer que a palavra região não indica um problema de natureza conceptual, mas apenas um modo de operar recortes no tecido de uma dada realidade que, doutro modo, não seria possível tentar compreender. Falando em termos formais, uma região seria, nesta perspectiva, dentre tantas outras coisas, o resultado de um conjunto conflituoso de operações de doação de sentido, significando tudo aquilo que disseram e dizem dela. Isto implica em dar ênfase às estruturas cognitivas e assumir que elas desdobram-se em temporalidades que não são as mesmas dos processos tecnológicos e políticos. Obviamente, como aduzi em páginas anteriores, aquele referente compartilhado de maneira mais ou menos consensual assegura um substrato mínimo para os proferimentos de cada um. Todavia, vale notar que

²⁹ Para uma discussão pelo prisma logicista, veja-se o que disse, há quase trinta anos, GRIGG, David: *Regiões, modelos e classes* in CHORLEY, Richard & HAGGETT, Peter (coords): **Modelos Integrados em Geografia**. Tradução Arnaldo Viriato de Medeiros. Rio/São Paulo: LTC Editora/ Editora da USP, 1974, p. 23-66.

³⁰ Confira-se, antes de mais nada, HARVEY, David: **A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola, 1992. Leia-se, ainda, LATOUCHE, Serge: **A Ocidentalização do Mundo: Ensaio Sobre a Significação, o Alcance e os Limites da Uniformização Planetária**. Tradução de Celso Mauro Paciornik. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

ele é objeto de disputas discursivas e que, nas lutas entre agrupamentos sociais, operações de expropriação locucional são quotidianamente realizadas pelos vencedores circunstanciais.

Escolhendo este enfoque, aproximo-me, com certeza, de uma zona de perigo apontada por Marcel Roncayolo. Ele condenou os riscos de uma diluição da noção de região não mais fundada em evidências objetivas mas numa perspectiva hiper-subjetivista. Referindo-se ao crescente recurso aos dados oferecidos pela psicologia (não necessariamente coletiva) por certos teóricos do espaço regional, algo que tem implicado uma galopante des-objetivação dos conceitos, ele comentou que

*Se o espaço e em particular a região são simultaneamente o objecto e o efeito de representações sociais, nada mais resta do que formular o quadro dum conhecimento científico, que não pode contentar-se com evidências. A região não pode ser o resultado de um conjunto de percepções; as próprias condições de interpretação do espaço por parte do indivíduo devem ser indicadas com rigor.*³¹

Ainda que legítimas, as observações de Roncayolo esbarram no ingênuo desejo de máxima objetividade que tanto caracteriza uma grande parcela dos pesquisadores regionais, inclusive aqueles que trabalha(ram) com alto grau de formalização. Eles continuam acreditando que, em algum lugar epistemologicamente insípido, existe um objeto perfeitamente identificável como sendo uma região.³² Incomoda-lhes pensar que as palavras estão crivadas por uma elevadíssima dose de indeterminação referencial. Situação causada, em grande medida, pelo fato de que elas, as palavras - e, principalmente, os conceitos - resultam de embates coletivos permanentes. Além do mais, admitir que os espaços regionais são objetos produzidos - também - por investimentos de linguagem não significa que eles não contenham um fundo empírico, digamos, para facilitar, material. Desta forma, parece-me que este estudo atende algumas das exigências de Roncayolo, quando ele, com justeza, pede que as *condições de interpretação* da região pelos indivíduos sejam especificadas.

Há algumas páginas atrás, falando do surgimento das novas preocupações com a pesquisa regional entre os historiadores, observei - ecoando um ponto de vista bastan-

³¹ RONCAYOLO, Marcel: *Região*. **Enciclopédia Einaudi** - Volume 8. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p. 162-163. Para um excelente resumo das principais interfaces entre saberes geográficos e investigações psicológicas, consulte-se BETTANINI, Tonino: **Espaço e Ciências Humanas**. Tradução de Liliana Langaná Fernandes. Rio: Editora Paz e Terra, 1982.

³² Confira-se, para uma panorâmica dos estudos regionais formalistas em seu ápice, BERRY, Brian: *Abordagens à análise regional: uma síntese*. **Análise Espacial - Textos Básicos**, nº 3. Rio: IPGH, 1969. Veja-se, ainda, FAISSOL, Speridião (org): **Tendências Atuais na Geografia Urbano/Regional: Teorização e Quantificação**. Rio: IBGE, 1978.

te espalhado - que, em grande medida, foi um certo cansaço de polêmicas conceituais um dos motivos daquela atitude. Com efeito, até finais dos anos 70, questiúnculas e problemas substantivos pareciam cada vez mais indistinguíveis no pantanal dos embates formais. Em alguns aspectos, algo similar andou acontecendo entre os geógrafos. E o termo região esteve no centro das investidas semanticistas. Num certo momento, parecia que sem uma definição uniformizante e unânime de região não se poderia dar um passo sequer. E logo apareceram os fatais impasses das formulações dedutivas. Ao invés de serem tomadas como hipóteses em busca de verificação, elas tornaram-se assombrosas categorias gerais do pensamento. Ao invés de serem vistos como possíveis resultados do processo de investigação, os conceitos passaram a ser condições prévias para todo e qualquer conhecimento.

Não pretendo desqualificar as batalhas pela clareza terminológica, mas é sempre importante ter claro que elas secretam áreas cinzentas onde há o risco permanente de que as coisas se encaminhem para terríveis situações paroxísticas. É justo que alguns investigadores esmerem-se em busca de um vocabulário técnico lapidado e produtivo. Mas eu prefiro, ao menos por enquanto, aceitar a idéia de que a palavra região é fundamentalmente descritiva. Não se deve esperar dela, muito mais do que a capacidade de especificar referências locais, o que significa dizer que se trata de uma categoria centralmente operacional.³³ De todo modo, o que me importa são as operações de controle discursivo, isto é, o êxito mais ou menos prolongado de um certo emissor em conseguir vincular um determinado objeto à um quadro semântico mais amplo que lhe doa sentido e inteligibilidade.³⁴

Parto do suposto de que as coisas do mundo estão sempre submetidas a investimentos conflituosos de significação e que elas são, dentre tantas coisas, o resultado do funcionamento de um campo de produção de discursos. É evidente que, por estarem imersas na historicidade, estão sujeitas a vitórias ocasionais de certos locutores sobre outros. Visto por esse prisma, um espaço regional é sempre maior do que suas múltiplas

³³ Sobre isso, veja-se as rápidas, mas certeiras, ponderações de GEBARA, Ademir: *A importância dos estudos regionais para as ciências sociais* in VV.AA: *História Regional: Uma Discussão*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987, p. 13-22.

³⁴ Confira-se, BOURDIEU, Pierre: *Objetivar o sujeito objetivante* in ____: *Coisas Ditas*. Tradução de Cássia da Silveira e Denise Pegorin. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, p. 114-118. E, para uma análise das lutas entre diferentes categorias de intelectuais franceses que disputam os louros de autoridade locucional na enunciação do que deve ser uma região, BOURDIEU, Pierre: *A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região* in ____: *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Tomáz. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 107-132.

objetivações tomadas isoladamente. De resto, é preciso ter claro que minha proposta de análise não pretende invalidar nem o campo mesmo de produção de conceitos de região, nem os próprios conceitos existentes no mercado atual das idéias. Trata-se simplesmente de uma tentativa de pegar a velha questão do regional por uma trilha menos convencional. Sendo assim, ao tomar como universo referencial imediato o chamado Norte do Paraná, nos anos 30-70, ao invés de tentar determinar os elementos que o singularizam, procuro, antes, compreendê-lo como resultado de múltiplos - ainda que intercomunicantes - investimentos semiológicos. Noutras palavras: as pessoas comuns e os investigadores técnico-científicos continuam falando de Norte do Paraná, dando maior ou menor extensão espacial ao termo, independente de sua subordinação administrativa aos ditames do Estado e da União, da articulação nacional das classes sociais, e da inegável subsunção daquele território ao desenvolvimento capitalista em escalas mais amplas.

Nada disso vem significar que, no limite, era o referente último dos discursos que assegurava a possibilidade de enunciação daquelas imagens. Como pretendo demonstrar, a produção de uma duradoura identificação entre Norte do Paraná e resultado dos valores e atitudes condensados nos *arquetipos bandeirantes* ou de uma *verdadeira reforma agrária* dependeu, antes de mais nada, de um estratégico procedimento de escolha e articulação de eventos empíricos. Atividade condicionada, decerto, por opções políticas bem definidas, mas, também, por constrangimentos menos escancarados. Dentre estes, estão os modelos de enquadramento regional correntes durante os períodos estudados. Modelos, bem entendido, que não se resumiam, nem mesmo quando a área era objeto controlado pelos geógrafos regionais, nos anos 30 e 40, aos cânones de formatação divulgados pelos manuais de estudos sócio-espaciais, mas que assimilavam fórmulas correntes em outros campos de enunciação.

Naturalmente não é possível fazer de contas que não existe um fundo comum, um referente mínimo compartilhado, para além de todos os sistemas semânticos, pelos mais diversos programas de análise regional. Não sendo assim, tornar-se-ia simplesmente inviável estabelecer qualquer comunicação entre pesquisadores. Portanto, insistir na importância de se trabalhar com conceitos gerados a partir de um quadro de referências teórico bem especificado e, não, previamente dado por outros produtores de classificações, não vem a ser o mesmo que desprezar irresponsavelmente a objetividade irreduzível das coisas. Como não se desconhece, o termo região, arena de lutas conceptuais, precede o discurso das ciências que pretendem adotá-lo e domesticá-lo. Mais ainda:

suas formulações primeiras, intimamente ligadas a objetivos cognitivos de ordens político-militares, catequizaram o campo dos estudos regionais, forçando aqueles que neles atuam a conservar a memória de suas acepções fundadoras.³⁵ Isto quer dizer, adicionalmente, que nem sempre um objeto de pesquisa pode ser inteiramente construído, como parece acontecer no espectro de ação de outro gênero de investigação em escalas reduzidas, a tão-comentada Micro-História.

No meu entender, a definição operacional que delineei ali em cima tem a vantagem de estar aberta para a assimilação das determinações políticas dos processos de fabricação de imagens e conceitos. Isso é algo que, em virtude de sua própria natureza dedutiva, a maioria das definições concorrentes no campo dos estudos regionais procura deliberadamente expurgar.³⁶ Faz parte da lógica de construção dos campos intelectuais a permanente tentativa de delimitar regras de validação que, por definição, isolam os eventuais elementos causais aparentemente exteriores aos campos. Por isso, os conceitos formais de região, embora bem ajustados às exigências de mitológicos projetos de autonomização dos saberes científicos, tendem a funcionar como reprodutores de sutis crenças em coisas como história interna e auto-suficiente dos saberes/disciplinas que interagem em um certo campo intelectual.³⁷

Deste modo, não há dúvida que inserções político-institucionais nunca deixam de aparecer e de serem reconhecidas. Contudo são costumeiramente fracionadas entre aquelas tidas como legítimas, necessárias e inevitáveis, e aquelas que não passam de viéses espúrios, exógenos, ameaçadores. De resto, são muito raras as vezes em que pesquisadores referem as implicações cognitivas das determinações políticas dos conceitos. Além disso, em se tratando de idealidades, como é o caso dos inúmeros concei-

³⁵ Confira-se, por enquanto, VALENTÍ, Joan Vilà: **Introducción al Estudio Teórico de la Geografía**. Volumen 1. Barcelona: Editorial Ariel, 1983, esp. p. 244 e ss.

³⁶ Um livro merecidamente influente enfocou os viéses despolitizadores que acompanharam a expansão da geografia regional vidaliana, o modelo dominante de saber geográfico praticado nos meios acadêmicos franceses e em muitos países influenciados por aquela tradição. Falo, é claro, de LACOSTE, Yves: **Geografia: Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra**. 2ª edição. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Editora Papirus, 1989. Uma formulação mais ligeira, porém, menos militante, aparece em LACOSTE, Yves: *A Geografia* in CHÂTELET, François (dir): **História da Filosofia - Idéias, Doutrinas**. Volume 7. Tradução de Hilton Japiassú. Rio: Zahar Editores, 1974, p. 221-274.

³⁷ Sobre as lógicas dos campos científicos e algumas das ilusões de autonomia e poder de seus habitantes, leia-se BOURDIEU, Pierre: *O campo científico* in ORTIZ, Renato (org): **Pierre Bourdieu**. Tradução de Alicia Auzmendi. São Paulo: Editora Ática, 1983, p. 38-45 e *Reprodução cultural e reprodução social* in _____: **A Economia das Trocas Simbólicas**. (Organização e Tradução de Sérgio Miceli). São Paulo: Editora Perspectiva, 1974, p. 295-336.

tos de região, não é possível se determinar inteiramente *a priori* o maior ou menor valor cognitivo de um sobre os demais. Nos capítulos a seguir procuro viabilizar as proposições conceptuais encaminhadas nas páginas precedentes. Na realidade, ainda resisto a falar abertamente de um conceito específico de região, pois, no fundo, o que estou sugerindo é mais uma atitude de investigação do que uma terminologia.

**SEGUNDO CAPÍTULO: FORMATANDO O NORTE DO PARANÁ:
POR UMA LEITURA POLÍTICA DAS DELIMITAÇÕES REGIONAIS,
ENTRE OS ANOS 30 E 40**

[01] CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Ao longo deste capítulo pretendo discutir a gênese e certos desdobramentos de algumas fórmulas empregadas nas delimitações regionais norte-paranaenses. Trata-se de preparar o terreno para interrogar os motivos da existência do que chamei de um enorme consenso interpretativo, que tanto alcança o período de predomínio do complexo cafeeiro quanto a época - recente - de sua crise e dissolução. Conferi particular ênfase aos discursos técnico-científicos, entendidos aqui como todos aqueles escritos produzidos por intelectuais de formação universitária, dotados, portanto, de capitais culturais muito valorizados e capazes de influenciar a produção de imagens socialmente autorizadas do Norte paranaense. Noutras palavras, minha finalidade é tematizar, antes de mais nada, os *sujeitos objetivadores*, para empregar, novamente, a nomenclatura proposta por Pierre Bourdieu. Através de uma análise dos primeiros modelos de caracterização daquele espaço, procuro problematizar e sugerir explicações plausíveis para a presença de imagens regionais tão duradouras e consistentes. Não é o caso de fazer um balanço circunstanciado e minucioso de toda a gigantesca literatura pertinente. Desejo apenas estabelecer enlaces estruturais que evidenciem a intertextualidade dos elementos sustentadores do consenso interpretativo a que me referi. Noutras palavras: desconstruir os discursos matriciais que pretendiam gerar efeitos de conhecimento sobre o Norte do Paraná. Por isso, atendo-me somente aos traços que remetem para a explicitação das questões que envolvem minhas preocupações quanto aos motivos fundamentais daquela monotonia interpretativa.

Nos quadros mais amplos da historiografia, aqui incluídos textos que não versam exclusivamente sobre a região, as definições formais de Norte do Paraná têm conhecido várias formulações. Elas se diferenciam sobretudo em virtude de seus níveis desiguais de aprofundamento conceptual, ainda que, em linhas gerais, guardem claras similaridades de fundo. Desde meados dos anos 30, muitos estudos e matérias jornalísticas iniciam-se idiossincriticamente com algumas discussões acerca do que deve ser entendido por Norte do Paraná. A maioria, conservando uma perspectiva corográfica tradicional, enfatiza o conjunto dos elementos naturais, buscando expressar os traços que lhe confeririam singularidade. Além disso, via-de-regra, procura caracterizar aquele espaço em função do modo como ele foi articulado por uma das formas possíveis de reprodução da cafeicultura. Portanto, decerto concordaria - naturalmente com as devidas adaptações - com a descrição clássica de Lysia Bernardes, feita no início dos anos 50:

Representa o Norte do Paraná a transição entre o clima subtropical, que caracteriza a maior parte do terceiro planalto ao sul do Ivaí e o clima tropical de altitude do oeste paulista; embora ainda apresente temperaturas baixas, seu regime pluviométrico já é caracterizado pelas duas estações, chuvosa no verão e seca no inverno, tão essenciais ao desenvolvimento de certas culturas como a do cafeeiro. (...) O que mais favorece, no entanto, o Norte do Paraná é a existência da já famosa terra roxa, abrangendo uma área vastíssima, contínua, de extensão muito superior a das zonas paulistas beneficiadas por sua presença. É verdade que no extremo noroeste o solo é arenoso e algumas pequenas manchas de terra roxa mistura encontram-se disseminadas pela zona. (...) Recoberto em sua quase totalidade pela mata latifoliada perene subtropical, rica em madeiras de lei (...), o Norte do Paraná representa, na realidade, a extensão, ao sul do Paranapanema, das ricas terras cafeeiras do vizinho estado de São Paulo. Com seus espigões elevados (600-900 metros em média) e de relevo suave, livres em sua maior parte das geadas e seus efeitos prejudiciais, esta região constituía de fato uma grande reserva de terras virgens próprias para a lavoura cafeeira.⁵⁰

Em contraste, ainda hoje são muito raros os pesquisadores que atentaram para seus aspectos por assim dizer culturais e ou político-institucionais. Mais escassos ainda são os que enfocaram e se ocuparam de analisar em profundidade aqueles traços.

Com toda certeza, foram os números eternamente superlativos do Norte-Novo do Paraná um dos principais motivos que justificaram (e ainda justificam) a concentração da maioria dos pesquisadores regionais nos temas demográficos e sócio-econômicos [ver Tabela 1]. Para começar, os índices de crescimento populacional sempre foram impressionantes. No início, sua ocupação vertiginosa: entre as décadas de 40 e 50, a região foi uma das áreas mais dinâmicas do país em termos de absorção de imigrantes. Depois, sua não menos espantosa perda de população: nas três décadas seguintes, ela não apenas foi caracterizada por forte estabilização, como chegou a conhecer, na maioria dos municípios, taxas permanentemente declinantes. Há, neste particular, cem por cento de acordo entre os investigadores. Inegavelmente, foi o processo de expansão do complexo cafeeiro pelas áreas setentrionais do Paraná que motivou um crescimento tão intenso da população. Do mesmo modo, foi seu declínio que provocou perdas igualmente imensas tanto em termos do Estado quanto da área específica do Norte-Novo.⁵¹

⁵⁰ BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti: *O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná*. *Revista Brasileira de Geografia*, 15(3), julho-setembro de 1953, p.357.

⁵¹ Para um balanço minucioso das transformações demo-econômicas regionais, principalmente a partir de meados dos anos 60, leia-se LUZ, France: *As Migrações Internas no Contexto do Capitalismo no Brasil: A Micro-Região Norte-Novo de Maringá - 1950/1980*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP-FFLCH, 1988 e MORO, Dalton Aureo: *Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço Rural, no Norte do Paraná*. Tese de Doutorado. Rio Claro: UNESP-IGCE, 1991. Veja-se, ainda, STRACHAN, Lloyd: *Capitalism and the Peasant: Northwest Parana, Brazil*. Madison: PhD Thesis. University of Wisconsin, 1981; LOPEZ, Maria Beatriz Afonso & MONTEIRO, Vânia Speranza: *A fronteira agrícola em processo de despovoamento*. *Revista do Serviço Público*, 112(1), janeiro-março de 1984,

TABELA 1

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL, DO PARANÁ E DO NORTE-NOVO DO PARANÁ, ENTRE 1940 E 1980
(Números absolutos e percentuais)

Anos	Brasil	Paraná	Norte-Novo	PR/BR	N/PR
1940	41.236.315	1.236.276	104.278	3,0	08,43
1950	51.944.397	2.115.547	517.595	4,1	24,47
1960	70.191.370	4.277.763	1.039.189	6,1	24,29
1970	93.139.037	6.929.868	1.466.858	7,4	21,17
1980	119.011.052	7.629.849	1.400.847	6,4	18,30

Fontes: IBGE: *Censos Demográficos do Paraná, 1940/1980*

Apenas bem recentemente - depois de desencadeadas as transformações sócio-espaciais que redefiniram o perfil regional - apareceram estudos sobre as demais instâncias. Durante os anos 80, vários estudos foram desenvolvidos sobre a vida política de alguns dos principais municípios do Norte-Noroeste paranaense. Contudo, nenhum deles implicou em redefinições metodológicas significativas. Seus autores aparentemente acreditavam que a descrição dos processos político-institucionais era apenas um complemento que estava faltando aos inúmeros trabalhos que, por décadas, tinham cristalizado informações sobre a história sócio-econômica regional. Não pareciam preocupados com a possibilidade de que a ênfase em certos arranjos políticos pudesse representar uma viragem profunda nas formas usuais de enquadramento do espaço norte-paranaense.⁵² Enfim, processos tão im-

p.101-107; JARRETA, Maria Helena: *Contribuição para a análise de um espaço norte-paranaense: a área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná - caracterização e evolução da região, 1930-1980. Anais do IV Congresso Brasileiro de Geógrafos - Geografia, Sociedade e Estado*. Livro 2, Tomo 2. São Paulo: AGB, 1984, p.83-92, e FLEIS-CHFRESSER, Vanessa: *Modernização Tecnológica da Agricultura: Contrastes Regionais e Diferenciação Social no Paraná da Década de 70*. Curitiba: IPARDES/Livraria do Chain Editora, 1988

⁵² Confira-se OMURA, Ivani Aparecida Rogatti: *Eleitores e Eleitos - Composição e Comportamento: Maringá, 1956-1964*. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR-DH, 1982; CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti: *Poder e Partidos Políticos em uma Cidade Média Brasileira. Um Estudo de Poder Local: Londrina - PR, 1934-1979*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP-FFLCH, 1986; GONZALES NETO, José Garcia: *Cambé: Confronto e Composição Política,*

pressionantes que motivaram a produção e a circulação de uma enorme quantidade de textos jornalísticos, publicitários, técnico-científicos, e mesmo político-ideológicos *tout court*. Um *corpus* que, a despeito de seu tamanho e da diversidades de seus criadores, apresenta uma profunda e intrigante monotonia em termos de temas e ângulos de abordagem, mas que, ainda hoje, orienta os primeiros passos - as vezes, todo o empreendimento - dos pesquisadores regionais. Chamo este *corpus*, mais por comodidade do que por qualquer outro motivo de ordem conceptual, de historiografia norte-paranaense. Em síntese, os materiais que expressam diferentes perspectivas de fabricação discursiva de um objeto chamado Norte do Paraná.

[02] UMA SÍNTESE DA COROGRAFIA REGIONAL PELA ÓTICA DA PUBLICIDADE POLÍTICO-EMPRESARIAL

A maior parte do que foi escrito sobre as áreas setentrionais paranaenses, a partir dos anos 30, simplesmente confunde uma fração do seu território, as terras colonizadas sob o controle gerencial da CTNP/CMNP, com a totalidade da região. É uma identificação de tal modo espalhada que me parece desnecessário discuti-la selecionando trechos documentais. Trata-se de uma acepção bastante imprecisa e certamente carregada de significados duvidosos. Por isso, no início da década de 80, fazendo um balanço das delimitações regionais mais significativas, Yoshiya Nakagawara, comentou que

A expressão Norte do Paraná já se incorporou à linguagem corrente entre a população residente na porção setentrional do Estado, nas publicações oficiais do Paraná e também em estudos sobre a caracterização ou problemática regional. (...) O Norte do Paraná é freqüentemente citado para indicar que é a área mais fértil do Brasil, que é uma região de pequena propriedade familiar, que foi colonizada pelos ingleses, que foi feita uma reforma agrária, por ocasião da sua ocupação, idealizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, etc. (...) Entretanto, embora sua "fama" seja notória, observa-se uma série de diversidades e contradições no seu interior. (...) A diversidade já começa com a sua localização ou delimitação.⁵³

Com efeito, desde finais do século 19, o termo Norte do Paraná vinha sendo utilizado tomando-se como referenciais a capital do Estado, as antigas cidades dos Campos Gerais, e sobretudo os limites com São Paulo. Por isso, nomeava um espaço cartográfico muito vasto que ia das margens do Ribeira até o lugar em que o Paranapanema deságua no Paraná. As áreas compreendidas entre os cursos médios

1947-1968. Cambé: Prefeitura do Município de Cambé, 1987; ALCÂNTARA, José Carlos: **Política Local: Um Estudo de Caso - Paranaíba, 1952-1982**. Maringá: Clichetec, 1987;

⁵³ NAKAGAWARA, Yoshiya: *Questões agrárias e urbanas. Interdependência e subordinação - o caso norte-paranaense*. Terra e Cultura. Londrina: 1(1), janeiro de 1981, p.98

e inferiores do Ivaí e do Tibagi eram igualmente incluídas no Norte.⁵⁴ Entretanto, dos anos 20 em diante, decerto como resultado da abertura de frentes de colonização, ocorreu um deslocamento semântico do termo. O retraimento contínuo de seu espaço de referência factual acelerou-se de tal modo que, de lá para cá, quando as pessoas empregam a expressão Norte do Paraná, é sempre muito grande a possibilidade que estejam, mesmo hoje, falando dos antigos domínios da CTNP/CMNP. Diante disso, alguns pesquisadores, nos últimos dez ou quinze anos, têm procurado analisar por que razões e de que maneiras aquela identificação tornou-se um lugar-comum capaz de passar por auto-evidente e ser reproduzida sem muitas cerimônias por uma gama enorme de discursos. É bem sabido que a própria empresa fez toda questão de estabelecer e aprimorar um vasto complexo narrativo que lhe torna o centro absoluto da história regional. Através de uma ação publicitária rigorosamente orquestrada, ela foi muito bem sucedida em se fazer de irradiadora e catalisadora dos múltiplos impulsos que construíram um espaço regional razoavelmente especificado. Como observou Nelson Tomazi,

(...) de forma direta ou indireta, toda vez que se escreve e analisa o povoamento e a ocupação do Paraná e de sua região norte, em especial, há sempre uma referência ou uma análise mais aprofundada sobre a ação desta empresa. (...) aparentemente, tudo já teria sido dito, analisado, explicado. Entretanto, o que observamos ao analisar esta produção intelectual, é que são poucos os trabalhos que introduzem uma visão crítica sobre os objetivos desta companhia; a maioria deles reproduz o que a empresa escreveu sobre si mesma, tomando-se, pois, um discurso reiterativo, quando não apologético.⁵⁵

Em suma, fala-se costumeiramente sobre o Norte do Paraná tanto sacrificando a cartografia quanto operando uma anulação ôntica de todos os sujeitos potenciais do fazer histórico. Numa declaração talvez excessivamente abrangente, mas, no geral, justa, Angelo Priori comentou que

A historiografia paranaense, mesmo aquela produzida recentemente, ainda não conseguiu se desvencilhar de um tema que há muito vem sendo motivo de investigação, dentro e fora da universidade: trata-se da colonização do Norte do Paraná. E dentro deste eixo temático há quase uma obsessão pela colonização levada a cabo pela Companhia de Terras Norte do Paraná

⁵⁴ Confira-se, para descrições genéricas que circularam nas primeiras décadas do século 20, PARANÁ, Sebastião: **Chorographia do Paraná**. Curitiba: Typografia Livraria Economica, 1899; POMBO, José Francisco da Rocha: **O Paraná no Centenário**. 2ª edição. Rio/Curitiba: Editora José Olympio/SCE-PR, 1980; PLAISANT, Alcibiades Cezar: **Scenario Paranaense - Descrição Geographica, Política e Historica do Estado do Paraná**. Curitiba: Typografia d'A Republica, 1908, e CORREIA, Manuel Francisco Ferreira et Alli: **O Estado do Paraná em 1920**. Curitiba: A. Guimarães Filho, 1920. Compare-se esta perspectiva interna com a descrição pitoresca feita por WAGNER, Émile-R.: **A Travers la Forêt Bresilienne. L'État de Paraná**. Paris: Librairie Felix Alcan, 1919.

⁵⁵ TOMAZI, Nelson Dacio: **Certeza de Lucro e Direito de Propriedade: O Mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Dissertação de Mestrado. Assis: ILHP/UNESP, 1989, p.2

(CTNP), hoje Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Sendo assim, praticamente se reduz a história do Norte do Paraná à um agente social construído pela companhia de terras, ou seja, o pioneiro vencedor: aquele que chegou à região, comprou terras, estabeleceu-se e enriqueceu. (...) Neste caso, excluem-se do processo histórico e da historiografia, agentes sociais como os índios, os sertanistas, os trabalhadores rurais, etc...ou temas como a criminalidade, a violência, a organização sindical, entre outros.⁵⁶

Realizadas todas as supressões, sobra, naturalmente, falar do Norte do Paraná identificando-o apenas por aquilo que teria constituído sua pretensa originalidade. Este procedimento generalizado de extrema redução do todo à parte, é algo bem mais profundo do que uma simples ação de imputação metafórica. De fato, existem motivos muito maiores do que a mera ortodoxia cartográfica para justificar a briga por uma noção descritiva mais precisa de Norte do Paraná. Mas é certo que o ponto fulcral não está no mapa, mas no processo semiológico de sua enunciação, isto é, na produção de efeitos de verdade vastos e íntensos que têm nas representações gráficas apenas um de seus modos de cristalização e reificação. De todos esses movimentos de enquadramento cognitivo do espaço norte-paranaense resulta uma forte ênfase em fundamentalmente quatro aspectos - sempre flutuando entre o real e o fantasmático - de seu processo de desenvolvimento.

Primeiro: a presença de uma grande empresa colonizadora, inicialmente de capitais ingleses e nacionais, a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), mais tarde, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) que, adquirindo a área do governo do Estado, nos anos 20, teria gerenciado sua ocupação, a partir de 1930, com profunda competência, estabelecendo uma ordem fundiária onde predominavam as pequenas e as médias propriedades rurais. Embora o governo paranaense tivesse feito numerosas concessões de glebas nas áreas setentrionais pretendendo estimular sua ocupação mercantil, a maior parte dos agraciados nada fez para atrair colonos, limitando-se a incorporar as terras aos seus patrimônios pessoais ou devolvê-las, alguns anos depois, alegando falta de recursos para promover o povoamento. Das poucas concessões que foram desenvolvidas, nenhuma teve o porte daqueles cerca de 515 mil alqueires vendidos, entre 1925 e 1927, à Paraná Plantation Limited pelo governo do Estado. Por outro lado, ainda que projetos de colonização calcados em

⁵⁶ PRIORI, Angelo Aparecido: *Apontamentos sobre a experiência de organização de um sindicato: o caso dos trabalhadores rurais do norte do Paraná: 1956. Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa*. Maringá: 6(5 - suplemento 1), 1994, p.73-74. Eis aqui um claro exemplo da força retórica da propaganda e da própria ação histórica da empresa. Ao dizer que a colonização *foi levada a cabo* pela CTNP, Priori ficou aprisionado na mesma armadilha enunciativa que desejava desmontar: ele também fez - ao menos neste lapso discursivo - daquela firma o ator central da história, embora ao longo de seu estudo tenha evidenciado com fartura de dados um panorama social e político inteiramente diverso do habitual.

pequenas e médias propriedades tivessem sido implementados no Oeste de São Paulo, durante os anos 20 e 30, subsistiam por lá grandes litígios pela posse das terras. Mais: em casos em que tudo estava nos conformes legais, eram áreas bem diminutas, bem diferentes daquela que seria, como era cantado em prosa e verso, a *maior empresa colonizadora da América do Sul*.

Baseando-se em fontes da própria empresa, Joe Foweraker, costumeiramente ácido e desconfiado crítico das formas de estruturação das frentes pioneiras, depois de fazer um balanço dos procedimentos habituais adotados pelas companhias colonizadoras na aquisição de terras, observou que, nas condições brasileiras, de maneira geral,

*A emergência de uma estrutura definida de uso e posse da terra cria condições para um elevado retorno de seu investimento inicial. Evidentemente, (...) essas companhias não podem chegar "depois dos acontecimentos". A colonização implica uma distribuição relativamente igual da terra entre colonos pioneiros; e a confusão legal, a especulação e a violência dos estádios [pré-capitalistas] precedentes contribuem para produzir a dualidade dominante de minifúndio e latifúndio na fronteira. Portanto, se essas companhias pretendem ter sucesso, deverão chegar cedo à fronteira de forma a adquirirem prioridades na confusão legal e impedirem a ocupação do projeto de colonização pelos posseiros. (...) As condições gerais de expansão da fronteira desencorajam a colonização, e somente dessa forma podem as "exceções" escapar ao condicionamento. (...) Provavelmente, a maior exceção na história da fronteira pioneira foi a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, no Norte do Estado. Comprando títulos individuais e adquirindo terras do estado antes que iniciasse a comida, a companhia tornou-se plena proprietária de 1.236 mil ha de terras já em 1927, e quase conseguiu eliminar as disputas legais costumeiras e os conflitos sociais (...). A companhia dedicou-se em seguida à supervisão e venda de terras oferecendo aos colonos uma série completa de serviços sociais e agrícolas.*⁵⁷

Desta forma, o Norte (-Novo) do Paraná teria significado um espaço completamente diferente do restante do país, onde estrutura agrária seria sempre sinônimo de alto grau de concentração fundiária e de controvérsias intermináveis sobre posse e propriedade. De tudo isso decorreriam amplas chances de mobilidade ascendente, e a existência de uma estrutura social bastante fluida marcada pela farta oportunidade de se adquirir terras a preços muito acessíveis. Segundo a fala publicitária da empresa colonizadora, aceita por bastante tempo por muitos pesquisadores como se fosse a mais incontestável das verdades,

A consequência mais importante da obra realizada pela Companhia se traduz na oportunidade que ofereceu aos trabalhadores sem posses de adquirirem

⁵⁷ FOWERAKER, Joe: *A Luta Pela Terra: A Economia Política da Fronteira Pioneira no Brasil de 1930 aos Dias Atuais*. Tradução de Maria Julia Goldwasser. Rio: Zahar Editores, 1982, p.174-175 (Grifos meus -JHRG).

pequenos lotes agrícolas, cujas dimensões e modalidade de pagamento eram sempre amoldadas ao desejo dos compradores. Chegavam à região nos famigerados caminhões "paus de arara" e logo se engajavam nas turmas de derrubada de mata para plantio de café. Neste trabalho que era rude mas de boa paga, conseguiam amealhar algumas economias, já com o objetivo de adquirir um lote da Companhia. Quando suas economias atingiam um certo valor, procuravam um dos escritórios de vendas da empresa colonizadora e manifestavam seu desejo de comprar terras. Visitavam as glebas disponíveis e escolhiam seu lote, regressando logo para fechar negócio e pagar os dez por cento exigidos para assegurar a posse da propriedade. Dentro de sessenta dias deveriam completar a entrada com mais vinte por cento do preço total e assinar o respectivo contrato de compromisso. O restante era pago em quatro anos, a saber: dez por cento ao fim do primeiro ano, quantia esta módica por ser o ano de abertura da propriedade, e vinte por cento no final de cada um dos três anos seguintes. Este plano, na sua simplicidade, veio possibilitar a solução de um problema multissecular, qual seja, o do assalariado, descalço e prisioneiro de um sistema econômico que parecia inexorável, transformar-se em proprietário e mudar de categoria econômica e social da noite para o dia. (...) Era a reforma agrária, racional democrática, que trazia prosperidade para o Estado e para o País.⁵⁸

Segundo: a aparentemente mínima participação do Estado em todas as suas esferas institucionais-administrativas no desenvolvimento do Norte-Novo do Paraná. Ali ter-se-ia estabelecido plenamente o primado da livre-iniciativa. Os investimentos iniciais em infra-estrutura de transportes, em comunicações, e em equipamentos urbanos foram da alçada da empresa colonizadora. Apenas muito lentamente o Poder Público foi assumindo suas funções na região. Mais: o êxito da forma de colonização adotada teria inspirado iniciativas de outras empresas e do próprio governo paranaense em matéria de ocupação dirigida no Norte e noutras partes do Estado. Refletindo uma perspectiva bastante generalizada na historiografia, Nice Lecocq Müller disse, na década de 1950, que

Estimulados pelo êxito da Companhia de Terras Norte do Paraná e de sua sucessora, outras iniciativas, particulares e oficiais, prosseguem na colonização da região.⁵⁹

Alguns anos depois, Westphalen, Machado e Balhana, estudando as formas conflituosas de ocupação do interior paranaense no século 20, ressaltaram a singularidade da área colonizada pela CTNP/CMNP, onde não teriam ocorrido problemas legais relacionados à propriedade da terra. Eles observaram, adicionalmente, que ela foi

⁵⁸ BARROS, Herman Moraes: *Depoimento* in SANTOS, Rubens Rodrigues dos et ALLI: **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo: s/ed. (Edanee Impr.), 1975, p.114-124 (Grifos meus - JHRG)

⁵⁹ MÜLLER, Nice Lecocq: *O Norte do Paraná: região pioneira* in FRANÇA, Ary: **A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras**. Rio: UGI-CNG, 1960, p.228.

pioneira inclusive na estruturação de uma certa tecnologia de colonização que foi aproveitada, nos anos seguintes, pelo Estado e por outras empresas.

A Companhia de Terras Norte do Paraná, contando com técnica superior, organizou modernamente a colonização da imensa área que alcançaria 515 mil alqueires, dividindo-a em zonas que, após os serviços de medição e demarcação, abertura de picadas e estradas, eram sucessivamente colocadas à venda. (...) O sistema de colonização praticado pelo Governo do Estado foi semelhante ao da Companhia de Terras Norte do Paraná, vendendo suas terras em pequenos lotes agrícolas, exceto nos casos da colônia Centenário, que foi loteada em fazendas, e de Paranaíba, onde as propriedades eram de dimensões variadas, conforme a sua localização em relação à sede da Colônia.

60

Terceiro: o espraiamento da cafeicultura que, de finais dos anos 30 em diante, tornou-se o alicerce econômico da estrutura social regional. Embora a área jamais tenha se tornado monocultora, abrigando vários outros cultivos, como demonstraram os cálculos minuciosos de Nadir Cancian, a presença dominadora do café até finais da década de 1960, fazia com que todas as demais atividades agrícolas e boa parte da economia urbana ficassem na dependência de seus ciclos internos e de suas possibilidades de crescimento extensivo. As terras mais férteis eram destinadas ao cultivo do café e os demais produtos, inclusive os de subsistência, tinham sua área ocupada determinada pela expansão ou (rara) contração da área ocupada por ele.⁶¹ Todavia, em que pese a associação intensa entre colonização do Norte-Novo do Paraná e expansão da agricultura do café, convém lembrar que os próprios dirigentes da CTNP/CMNP aparentemente temiam a monocultura cafeeira, ao menos nas primeiras décadas de implantação da frente pioneira.

Em seus panfletos e cartazes de propaganda espalhados, nos anos 30-50, pelos vagões de trens e pelos edifícios onde havia grande circulação de pessoas nas cidades do interior do país, alardeavam que suas terras, além de serem fertilíssimas, não tinham as temíveis saúvas e serviam para numerosas culturas, dentre elas o café. Segundo observou Thomas Lynn Smith, quando esteve em Londrina, em 1942,

⁶⁰ WESTPHALEN, Cecília Maria et All: *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno*. Curitiba: **Boletim da Universidade Federal do Paraná - Departamento de História**, nº 7, setembro de 1968, p.18-19. Note-se que Cristiano Simon e Antonio Celso Ferreira insinuaram que é possível interpretar as ações da CTNP/CMNP atentando para a *combinação de funções públicas e privadas pela companhia, gerando figuras políticas no estilo coronelístico comum ao restante do país*. FERREIRA, Antonio Celso & SIMON, Cristiano Gustavo Biazzo: *Tensões da modernidade em Londrina: a ferrovia e a nave*. **História: Questões & Debates**. Curitiba: 9(17), dezembro de 1988, p.338.

⁶¹ Cf. CANCIAN, Nadir Aparecida: **Cafeicultura Paranaense - 1900/1970**. Curitiba: Grafi-par/SECE-PR, 1981, p.89-95

eles estavam o tempo todo incentivando a diversificação dos plantios.⁶² Tudo isto apesar de, anos mais tarde, seus próprios diretores terem acentuado que eles mexeram os pauzinhos junto aos governos federal e estadual para que a quota paranaense de produção de café não fosse restringida, quando das medidas reguladoras tomadas em 1931, visando estancar a oferta demasiada. Em suas palavras, após a crise desencadeada em 1929,

As perspectivas realmente eram turvas. O tipo de gente de quem se podia esperar a compra de terras não possuía dinheiro ou se dispunha de um pouco, não encontrava razão para confiar nas circunstâncias dos tempos. O produto agrícola mal pagava o frete para os mercados. O café era cotado a sete centavos por libra em Nova York (...) O Brasil produzia mais café do que as necessidades mundiais de modo que passou a queimá-lo. Proibiram-se novas plantações por decreto federal, e embora se fizesse uma exceção limitada para a Companhia Norte do Paraná (graças a esforços tenazes por parte da Companhia) poucas pessoas tinham fé suficiente para enterrar nela seu dinheiro.⁶³

Quando disseram isso, aqueles empresários estavam querendo transformar a empresa numa espécie de entidade patriarcal não-estatal responsável pela edificação de uma cidadania rural que deu certo, mesmo que as custas do velho tráfico de influências e do anti-cidadão *jeitinho* brasileiro. Eles omitiam o fato de que, nos anos 30, era igualmente do interesse das elites dirigentes do chamado Paraná Tradicional - preocupadas em conectar as terras setentrionais aos seus espaços de dominação - assegurar sua ocupação através de um suporte econômico que possibilitasse elevados índices de arrecadação para a máquina estatal que elas controlavam. Como anotou Nadir Cancian, fazendo um balanço do período,

As grandes concessões de terras feitas pelo Estado a particulares durante a década de 1920, eram uma das fontes de renda mais promissoras. Loteadas as terras, os impostos de transferência rendiam tanto quanto a própria produção agrícola. Se houvesse de fato proibição do plantio de cafeeiros, centenas de pequenos lavradores que se dirigiam ao Paraná por essa época, procedentes principalmente de São Paulo, deixariam de adquirir terras. (...) O Paraná procurava atrair o café, porque apesar das dificuldades conjunturais, era o produto que mais representava em divisas para o Brasil e conseqüentemente o setor agrícola, apesar de tudo, mais defendido pelo governo.⁶⁴

⁶² Ele disse, decerto um tanto exageradamente, que: *Nos estabelecimentos mais antigos já se completa a limpa até a divisa. A despeito das advertências da Companhia, que aconselha os agricultores a praticarem uma diversificação de cultivo, toda a terra logo é destinada ao café e a agricultura diversificada não prospera.* SMITH, Thomas Lynn: *Viagens no Brasil* in _____: **Organização Rural - Problemas e Soluções**. Tradução de José Arthur Rios. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971, p.243.

⁶³ THOMAS, Arthur: *Depoimento* reproduzido em COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ: **A Maior Empresa Colonizadora da América do Sul - Suas Realizações em Mais de 30 Anos de Trabalho**. s/loc (São Paulo?), s/data (aprox. 1956), p.4

⁶⁴ CANCIAN, Nadir Aparecida: **Cafeicultura Paranaense - 1900/1970**. Curitiba: Grafipar/SECE-PR, 1981, p.32-33.

A intervenção dos dirigentes da CTNP na tentativa de conduzir uma identificação entre interesses paranaenses, interesses cafeeiros e interesses nacionais não foi, portanto, exclusiva. Antes, mais uma, dentre várias, empreendidas pelas classes dominantes regionais. O que não quer dizer, bem entendido, que não fossem pressões importantes, sobretudo considerando as intimidades entre aqueles empresários e pessoas influentes alocadas no aparelho de Estado, fenômeno que não ficou restrito aos anos 30, mas acompanhou boa parte da trajetória daquela empresa até recentemente.

Aliás, abrindo um parêntese, cabe chamar atenção para a presença de importantes dirigentes da CTNP/CMNP nos quadros das elites decisórias estaduais e nacionais. Quando estavam fazendo negócios de compra de terras com o Estado do Paraná, os empresários paulistas e ingleses contaram com a valiosa assessoria do advogado João de Oliveira Franco, que, em 24 de abril de 1931, foi o principal negociador paranaense do Convênio dos Estados Cafeeiros. Franco chegou a ser diretor de uma empresa ferroviária pertencente ao grupo inglês que controlava o Norte-Novo do Paraná. Em 1938, foi convidado, quando da instalação da Comarca de Londrina, para ser Secretário da Fazenda, Indústria e Comércio do Estado do Paraná. No ano seguinte, Getúlio Vargas nomeou-o Interventor Interino. Outro elemento dotado de grande prestígio político foi o banqueiro Gastão Vidigal, que chegou a ser Ministro da Fazenda durante grande parte do ano de 1946. Ele tinha sido um dos principais arregimentadores de burgueses interessados em adquirir a empresa. Foi Ministro quando ainda estavam sendo definidas as orientações estratégicas que o grupo de empresários paulistas, novos proprietários da CTNP, a partir de 1944, daria à firma. Logo depois do golpe militar de 1964, Anibal Bianchini da Rocha, importante diretor-agrônomo da empresa, foi Secretário da Agricultura do governo Ney Braga, no Estado do Paraná.⁶⁵

Quarto: o caráter planejado de todas as operações, desde a publicidade sistemática até a rigorosa delimitação das formas de assentamento nas áreas agrícolas e urbanas. A empresa teria traçado minuciosamente a distribuição das pequenas, médias e grandes propriedades, bem como estabelecido, desde o início, uma hierar-

⁶⁵ Para a atuação de Oliveira Franco veja-se CARNEIRO, David & VARGAS, Túlio: *História do período republicano no Paraná - Interventoria. João de Oliveira Franco (XI)*. *Gazeta do Povo*. Curitiba: 04/06/89, p.28. Mais adiante falarei de outros membros da diretoria da empresa que foram notáveis políticos em certas épocas. Para outras observações sobre as relações entre a empresa e os governos federal e estadual, veja-se TOMAZI, Nelson Dacio: **Certeza de Lucro e Direito de Propriedade - O Mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Assis: Dissertação de Mestrado. ILHP-UNESP, 1989.

quia funcional urbana. Além disso, delimitou a rede viária de maneira a garantir o escoamento das safras e a integração entre as zonas rurais e as cidades. Muitos núcleos urbanos tiveram seus traçados igualmente pré-definidos. Com todos esses traços, este foi certamente o aspecto do processo de colonização que mais chamou a atenção dos pesquisadores geográficos e dos planejadores espaciais.⁶⁶ Afinal, a maioria dos diagnósticos feitos sobre iniciativas fracassadas de colonização dirigida insiste na ausência de planificação dos assentamentos e, em particular, na falta de garantias de escoamento da produção regional para mercados mais amplos.⁶⁷

É claro que sempre se desconsiderou os problemas referentes ao impacto ambiental imensamente ecocida. Por exemplo: a velocidade com que a floresta pluvial foi dizimada, o tremendo assoreamento dos cursos d'água e a forte agrotóxicização do solo. O desenho mesmo dos assentamentos, com a produção agrícola sendo realizada nas partes elevadas dos terrenos - de modo a minimizar o impacto das geadas - e as pessoas e os animais habitando as partes mais baixas, limitadas pelos rios e riachos, implicou uma descarga permanente de dejetos e outros materiais nos cursos d'água. Por outro lado, poucos proprietários estavam preocupados em respeitar as determinações legais - e algumas exigências contratuais da CTNP/CMNP - que exigiam a conservação de uma parcela da mata nativa em suas terras. De fato,

⁶⁶ Cf. BALDI, P.E.: *La colonizzazione del Brasile e l'opera della Compagnia de Terras Norte do Paraná*. *Rivista de Agricultura Subtropicale e Tropicale*. Roma: 42(4-6), 1948, p.109-116; WAIBEL, Leo: *Princípios da colonização européia no sul do Brasil*. *Revista Brasileira de Geografia*, 11(2), abril-junho de 1949, p.159-222 e *As zonas pioneiras do Brasil*. *Revista Brasileira de Geografia*, 17(4), outubro-dezembro de 1955, p.389-417; DOZIER, Craig: *Northern Paraná, Brazil. An example of organized regional development*. *The Geographical Review*. New York: Vol. 46. July, 1956, p.318-333; SCHMIEDER, Oscar: *Geografia de America Latina*. Tradução de Pedro R. Perez e Hildegard Schilling. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1965, p.438-440; SMITH, Thomas Lynn: *Brasil - Povo e Instituições*. Tradução de José Arthur Rios. Rio: Bloch Editora, 1967.

⁶⁷ Cf. PADIS, Pedro Calil: *A fronteira agrícola*. *Revista de Economia Política*. 1(1), janeiro-março de 1981, p.51-75; MARTINE, George: *Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola*. *Revista de Economia Política*. 2(3), julho-setembro de 1982, p.53-76; FOWERAKER, Joe: *A Luta Pela Terra: A Economia Política da Fronteira Pioneira no Brasil de 1930 aos Dias Atuais*. Tradução de Maria Julia Goldwasser. Rio: Zahar Editores, 1982; SAWYER, Donald: *Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil - Ensaio de interpretação estrutural e espacial*. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas: 1(1-2), janeiro-dezembro de 1984, p.3-34; GOODMAN, David: *Economia e sociedade rurais a partir de 1945* in BACHA, Edmar Lisboa & KLEIN, Herbert S. (orgs): *A Transição Incompleta - Brasil Desde 1945*. Volume 1. Rio: Editora Paz e Terra, 1996, p.111-173; DIAS, Guilherme Leite da Silva & CASTRO, Manoel Cabral de: *A Colonização Oficial no Brasil - Erros e Acertos na Fronteira Agrícola*. São Paulo: IPE-USP, 1986; MAHAR, Dennis: *As políticas governamentais e o desmatamento na região amazônica do Brasil* in BOLOGNA, Gianfranco (org): *Amazônia Adeus*. Rio: Editora Nova Fronteira, 1990, p.69-132; LAVINAS, Lena & RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz: *Fronteira: terra e capital na modernização do campo e da cidade* in PIQUET, Rosélia & RIBEIRO, Ana Clara Torres (orgs): *Brasil: Território da Desigualdade - Descaminhos da Modernização*. Rio: Jorge Zahar Editor/Fundação Universitária José Bonifácio, 1990, p.69-84.

apesar de o Código Florestal brasileiro, editado em 1934, ser bem preciso a respeito das obrigações dos proprietários e administradores rurais quanto à conservação de pelo menos 25% das matas originais e de implementação de práticas de reflorestamento e outros expedientes conservacionistas, a devastação florestal e o desgaste dos solos no Norte do Paraná assumiu proporções inusitadas. Algumas vezes os funcionários da empresa procuraram atenuar seu papel no processo. Eles ressaltaram que a CTNP/CMNP mantinha cláusulas preservacionistas em seus contratos de venda, embora a área obrigatória para manutenção das matas fosse apenas de 10%, o que, na verdade, constituía flagrante descumprimento da legislação. Rivail Carvalho Rolim notou que eles tendiam a responsabilizar apenas o proprietário pela liquidação das matas, alegando que era a forma mais conseqüentes de se capitalizar e pagar as prestações do lote.⁶⁸

Por outro lado, técnicos que visitaram a região no auge do *rush* cafeeiro chamaram atenção para a sanha ecocida e seus efeitos a médio prazo sobre a produtividade dos solos. Mas raramente eles eram levados a sério. No início dos anos 50, Lysia Bernardes, falando dos solos, disse que sua grande riqueza é considerada pelo desbravador como inesgotável. E Lynn Smith, dez anos antes, notou que muitos cafeicultores dispunham suas plantações, desprezando as curvas de nível, pura e simplesmente por motivos estéticos, já que os cafezais, enfileirados em linha reta pareciam mais belos e vastos.⁶⁹ De qualquer maneira, é evidente que percepções razoavelmente disseminadas de problemas desta natureza não pareciam existir ou eram minimizadas por uma profunda e muito generalizada confiança nos resultados sempre favoráveis das transformações ambientais.⁷⁰

⁶⁸ Fontes para uma compreensão da legislação ambiental brasileira nos anos de colonização do Norte-Novo do Paraná encontram-se em FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: *Legislação de Conservação da Natureza*. Rio: FBCN, 1978. Para uma análise breve, leia-se MORAES, Ana Tereza Cáceres Cortez de: *A legislação ambiental brasileira, no período de 1934-1984*. *Revista de Geografia*. São Paulo: (5-6), 1986-1987, p.7-27. ROLIM, Rivail Carvalho: *Progresso e destruição*. *História & Ensino*. Londrina: (1), 1995, p.23-32. Para detalhamentos, veja-se o resumo de suas diversas pesquisas feito por MAACK, Reinhard: *Geografia Física do Estado do Paraná*. 2ª edição. Rio/Curitiba: Livraria José Olympio Editora/SCE-PR, 1981, esp. p.266-294.

⁶⁹ BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti: *Cultura e produção do arroz no sul do Brasil*. *Revista Brasileira de Geografia*, 16(4), outubro-dezembro de 1954, p.408 e SMITH, Thomas Lynn: *Viagens no Brasil* in _____: *Organização Rural - Problemas e Soluções*. Tradução de José Arthur Rios. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971, p.243.

⁷⁰ Para um apanhado crítico da discussão sobre as periodizações e significados dos problemas decorrentes dos ecocídios ao longo do século 20, quando efetivamente se produz uma verdadeira mutação cognitiva nas expectativas em relação aos impactos ambientais, veja-se MARTINEZ-ALIER, Juan: *Ecological history and the ecology of the poor* in KOSINSKI, Leszek A. (ed): *Ecological Disorder and Amazonia*. Rio: International Social Science Council/Editora Universitária Candido Mendes, 1991, p.69-89. Lucio Tadeu Mota levantou alguma documentação a respeito dos impactos ecocidários no Norte do Paraná durante o processo inicial de co-

Associados, estes aspectos conferiam fundamentos para uma publicidade amplamente difundida pelo país a fora pela principal empresa colonizadora e por outros corretores e agentes imobiliários. Ela traduzia imagetivamente o Norte do Paraná através de expressões pitorescas como *Nova Canaã, Eldorado, Terra onde se anda sobre o dinheiro, Terra da promessa* e outros apelidos do mesmo naipe.⁷¹ Certo: algumas dessas frases/imagens já tinham sido pronunciadas a respeito das partes setentrionais do Estado. Em 1924, Romário Martins documentou suas *impressões de viagem* pela região de Jacarezinho falando das *terras das glebas de ouro*.⁷² No mesmo ano, reclamando do descaso das autoridades estaduais em relação àquela região, alguém escreveu indignado na imprensa curitibana que

*o que é certo é que si a fama das terras desse Norte não alcançou crentes dentro do Estado, depertou cubiças lá fora, em São Paulo e Minas, principalmente, e uma verdadeira romaria de agricultores sertanistas ai aportou de tempos em tempos, para explorar a nova Chanaan prometida.*⁷³

Outras daquelas expressões eram correntes na imprensa e serviam para designar os mais diversos lugares. De qualquer maneira, a logística comercial da CTNP levou suas potencialidades evocativas ao extremo. Além disso, entre um convite e outro para uma visita às obras de colonização, os empresários anglo-brasileiros e seus associados sempre conseguiram angariar ampla simpatia entre jornalistas, escritores, pesquisadores e políticos. Contam-se às dezenas os textos laudatórios publicados nos principais jornais e revistas das capitais brasileiras que, lá pelos anos 40, com algumas variações, reproduziam os termos do repórter gaúcho José Amadio ao comentar uma viagem feita a Maringá, em 1948:

lonização. Todavia, em alguns momentos, andou quase nos limites da queda num certo anacronismo interpretativo, uma vez que sugeriu que os colonizadores, derrubadores de mata e empreiteiros, para não falar dos empresários imobiliários, precisariam ter alguma consideração ambientalista em plena efervescência desenvolvimentista dos anos 40 e 50. Nada disso, contudo, compromete a justeza político-históricográfica de suas inferências mais gerais. Cf. MOTA, Lucio Tadeu: *Transformação dos territórios indígenas do Paraná em imensos "vazios demográficos"*. *Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa*. Maringá: (4), 1993, p. 1-54.

⁷¹ Cf. BARROSO, (Professor) Vicente: *O Famoso Norte do Paraná - Terra Onde se Anda Sobre o Dinheiro*. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 1956 e ASCOLI, Haroldo Renato: *Terres de Promissão no Sul do Brasil*. Rio: s/ed (Gráfica do Jornal do Commercio), 1950, p.109-115. Em um influente estudo realizado nos anos 50, Manuel Diégues Junior fez o seguinte comentário: *O norte do Paraná surgiu como a nova Terra da Promissão; e a promessa, no caso, era apenas o café*. DIEGUES JUNIOR, Manuel: *Regiões Culturais do Brasil*. Rio: MEC-INEP/CBPE, 1960, p.379.

⁷² Cf. COSTA, Odah Regina Guimarães: *Comentários sobre "Cafelândia, terras das glebas de ouro. Impressões de viagem" de Romário Martins*. *Anais do Colóquio de Estudos Regionais, Comemorativo do I Centenário de Romário Martins - Boletim do Departamento de História*, nº 21. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974, p.153-161.

⁷³ Trata-se de um trecho de matéria publicada no jornal *O Dia*. Curitiba: 19/06/24 que foi reproduzido, sem título, por WACHOWICZ, Ruy Christovam: *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987, p.121.

*saibam os leitores que até 1930 o Norte do Paraná era um vasto sertão desabitado - ideal para a caçada da onça, espécie de rainha, de Dorothy Lamour das nossas selvas. De toda aquela extensa região conhecia-se apenas uma estreita faixa perto da fronteira com o Estado de São Paulo. Foi então que surgiu, como caído do céu, como uma dádiva excepcional, certo inglês vetusto, dinâmico, quase visionário. Ele veio da África, onde estivera envolvido em aventuras de colonização. Chamava-se Mister Artur Thomas e era em tudo um personagem de Somerset Maugham (...) No Norte do Paraná não se diz terreno - diz-se data. Vende-se esta data; compra-se aquela data. Todos vivem em função das datas. Não falem em belas mulheres, não falem em ciência, não falem em literatura ou música - falem em datas e verão fisionomias risonhas, olhares interessados, gente puxando talão de cheques.*⁷⁴

Por outro lado, é muito provável que as iniciativas da CTNP em matéria de propaganda realizadas entre os anos 30 e 50, fossem inéditas no país em termos de área abrangida e de efeitos obtidos por uma empresa particular. É bem verdade que ela contou com outras redes de difusão, sobretudo as cartas e as fotografias enviadas por pequenos empresários, empreiteiros, volantes e colonos para seus parentes e conhecidos nos mais diversos e espalhados lugares. Há alguns anos, Marco Antonio Mello recolheu um depoimento bastante divertido de um antigo retratista de Maringá, Antonio Ueta, onde este conta que muitos migrantes costumavam enviar duas fotografias de uma vez para seus parentes e amigos. A pose era a mesma, contudo, os conteúdos variavam. A primeira foto pretendia representar um tempo inicial: eles apareciam do jeito que teriam saído de suas terras de origem. A outra expressava um segundo momento: anéis e relógios recém-adquiridos tornavam-se signos incontestáveis de ascensão social na frente pioneira norte-paranaense. Diga-se de passagem, esta modalidade de circulação de informações involuntariamente comerciais parece ser bastante regular nas zonas de fronteira aberta.⁷⁵

Em suma: a força expressiva daqueles quatro aspectos da região, que podem ser - e, nos últimos anos têm sido - todos sistematicamente colocados em dúvida, gerou uma historiografia muito ampla, mas auto-reiterativa, que cristalizou temas recorrentes e, para dizer numa palavra, legitimou uma certa imagem, ainda hoje domi-

⁷⁴ AMADIO, José: *O ouro é a própria terra*. *Revista do Globo*. Porto Alegre: 25/09/48, p.39-41.

⁷⁵ MELLO, Marco Antonio: *Histórias Verdadeiras*. Documentário em Videocassete. Maringá: DHI-UEM, 1991. Em sua detalhada análise dos projetos de colonização na Amazônia contemporânea, José Vicente Tavares dos Santos desenvolve vários comentários a respeito dessas formas de publicidade comercialmente involuntárias. Ele mostra como é preciso prestar atenção àqueles que ele designa por *aparelhos ideológicos de colonização*. São os instrumentos de propaganda que, todavia, não se resumem aos mídias formais, nem se limitam a anunciar a venda de terras, mas propõem uma verdadeira cruzada pela afirmação de uma espécie de *ethos* pioneiro. SANTOS, José Vicente Tavares dos: *Matuchos: Exclusão e Luta - Do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993, p.193-252. Veja-se, ainda, RASIA, José Miguel & RAGGIO, Nadia Z.: *Entrevista com José Vicente Tavares dos Santos*. *Análise Conjuntural*. Curitiba: 10(2), fevereiro de 1988, p.1-4.

nante, do Norte-Novo do Paraná. Acrescente-se a isso, um elemento que não costuma ser lembrado pelos pesquisadores regionais e que, no meu entender, tem uma importância decisiva no agenciamento daquela imagem dominante: o envolvimento profundo de seus emissores com as forças conservadoras que lutaram contra o pacto populista e assumiram o poder no país a partir de 1964. Refiro-me tanto à amplamente documentada participação de empresários e dirigentes da CMNP e seus aliados regionais na coordenação do golpe militar, quanto aos usos daquelas fabulações sobre a região como instrumento de soldagem ideológica intra e extra-regional.⁷⁶

Pioneiros realizando uma verdadeira reforma agrária no Norte paranaense é uma **imagem-síntese** que resume toda uma epopéia conquistadora cujos significados políticos ultrapassam, em muito, a mera remissão à uma parcela do espaço brasileiro. Com efeito, observada com cuidado, uma grande parte da literatura acerca dos processos de colonização das áreas setentrionais do Paraná evidencia uma permanente preocupação em fazer da descrição minuciosa um receituário normativíssimo de procedimentos que deveriam ser copiados pelo mundo a fora. Neste sentido, ela me parece costurar, reforçando, uma narrativa épica que, partindo de uma superfície enunciativa aparentemente referenciada pelo processo de colonização do Norte-Novo do Paraná, encaminha-se para uma verdadeira re-leitura - prenhe de viés liberal - da história das políticas de territorialização no país.

[03] A TEMATIZAÇÃO DO NORTE DO PARANÁ NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO DA GEOGRAFIA HUMANA BRASILEIRA

A partir de meados dos anos 30, foram empreendidas inúmeras tentativas de estabelecer demarcações tecnicamente aceitáveis do Norte paranaense. O intenso movimento de colonização atuou, naturalmente, como estimulador daquelas preocupações. Mas elas expressaram, igualmente, a paralela formação, em âmbito nacional, de um campo intelectual intimamente associado ao (e, sem dúvida condicionado pelo) processo de construção de políticas de planejamento territorial: os estudos regi-

⁷⁶ Cf. SILVA, Helio: **1964: Golpe ou Contragolpe?** Rio: Editora Civilização Brasileira, 1975 (Apêndice). Ele reproduz um depoimento do Sr. Herman Moraes Barros, diretor da CMNP e conspirador de primeira hora em São Paulo, ligado diretamente ao general Olympio Mourão Filho e, principalmente, DREIFUSS, René Armand: **1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. Dreifuss inclui o Sr. Moraes Barros no grupo dos *extremistas de direita*, que seriam um grupo marginal, com posições fanáticas anticomunistas e antipopulistas, a favor da modernização industrial conservadora, um ponto que tinham em comum com a corrente central do movimento civil e militar anti-Goulart (p.370). Ao longo de todo o seu trabalho, verdadeiro catálogo monumental das façanhas da direita brasileira, várias vezes são mencionados os principais dirigentes da CMNP.

onais. Com efeito, entre 1934 e 1936, foram criados os cursos de Geografia da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal (UDF). Por sua vez, um pouco mais tarde, foram instituídos, como instrumentos de assessoria direta ao Presidente da República, o Conselho Nacional de Estatística (CNE) (17/11/1936), O Conselho Nacional de Geografia (CNG) (24/03/1937) e, por fim, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (26/01/1938). Como é de amplo conhecimento, aos geógrafos profissionais - e, neste caso, incluía-se alguns engenheiros com interesses geográficos - coube, até meados dos anos 60, a hegemonia no seio dos aparelhos estatais de planejamento, tanto em termos nacionais, com o CNG-IBGE, quanto em repartições estaduais que tinham atribuições de análise e produção de representações espaciais. Dali por diante, principalmente depois da criação de escritórios especializados - como o Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA-INPES) - nos quadros do Ministério do Planejamento e da paralela transformação do IBGE de autarquia subordinada à Presidência da República em fundação, em fevereiro de 1967, o espaço dos estudos regionais e do planejamento territorial passou a ser loteado entre economistas e engenheiros. Estes setores profissionais, nos vinte anos seguintes, forneceram boa parte do pessoal dos médios escalões que compuseram a típica e um tanto caricata tecno-burocracia de apoio aos governantes militares.⁷⁷

No entanto, para ser mais preciso, devo observar que, se não há dúvidas de que o campo dos estudos espaciais foi, nos anos 40 e 50, efetivamente controlado pelos geógrafos, é inegável, do mesmo modo, que isto jamais foi tranquilo, sem virulentas contestações e ameaças. Desde o período de nascimento do IBGE, no início do Estado Novo, seus funcionários rivalizavam e disputavam recursos e terrenos nas

⁷⁷ É certo que isso não eliminou completamente a influência política dos geógrafos. Alguns foram adeptos de primeira hora do regime militar de 1964 e, por isso, guindados a cargos importantes nos novos setores de planejamento estatal. Outros tiveram habilidade para realocar-se funcional e intelectualmente nos centros de poder. Sobre o desenvolvimento inicial da geografia universitária, sobretudo no Rio de Janeiro, e o nascimento do IBGE é fundamental ler PENHA, Eli Alves: **A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo**. Rio: FIBGE-CDDI, 1993 (Col. Memória Institucional, 4). Aprende-se nele muita coisa sobre a acirrada disputa entre diferentes e, as vezes, antagônicos projetos de construção de ambientes científicos intimamente ligados ao Poder Público que marcou a institucionalização do campo de estudos espaciais. Dados a respeito das mudanças ocorridas em 1967 aparecem em CABRAL, Lígia Maria & FLAKSMAN, Dora: *Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)* in BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (coords): **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - 1930/1983**. Volume 2. Rio: Editora Forense/FGV/FINEP, 1984, p.1408-1410. As lutas entre segmentos profissionais pelo controle do campo do planejamento foram estudadas por MANDELL, Paul I.: *The rise and decline of Geography in brazilian development planning: some lessons to be learned*. **Luso-Brazilian Review**, London: 10(2), winter 1973, p.187-196. Comentários críticos que não alteram o conjunto da observação, embora acentuem a possibilidade de um retorno dos geógrafos ao poder, via estudos de planejamento urbano e regional, foram feitos por HARRIGAN, John J.: *Geography and planning in brazilian urban and regional development*. **Luso-Brazilian Review**, London: 12(1), summer 1975, p.109-125. Uma análise detalhada do processo feita por um de seus mais conhecidos protagonistas está em GEIGER, Pedro Pinchas: *Industrialização e urbanização no Brasil - conhecimento e atuação da geografia*. **Revista Brasileira de Geografia**, 50 (especial - Tomo 2), 1988, p.59-84.

antessalas do poder com outros organismos, como o Conselho de Imigração e Colonização ou, mais tarde, no segundo Governo Vargas, em âmbito ainda mais forte, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.⁷⁸ Por tudo isso, não é possível desvincular as inserções institucionais dos geógrafos dos paradigmas analíticos por eles empregados, embora este relacionamento não seja, evidentemente, de causalidade. Por inúmeros motivos que, neste momento, apenas posso aventar, o campo geográfico brasileiro conseguiu manter relativa estabilidade, mesmo com toda a sua precocidade e, sobretudo, com toda a amplitude de sua rede de interações com outros campos. Orlando Valverde, sintetizando uma explicação bastante espalhada para as razões do fortalecimento e do rápido desenvolvimento da geografia brasileira, a partir do Estado Novo, comentou que

*Apesar das privações decorrentes do conflito mundial, houve, no Brasil, nessa época, principalmente em favor de minorias participantes do aumento da concentração da renda e da especulação, notável progresso material, e este requeria pesquisas geográficas, geológicas, econômicas etc. Por isso, a estruturação da Geografia se operou de maneira tão rápida neste país, que foi o primeiro no mundo, ao que eu saiba, a realizar sistematicamente pesquisas geográficas com vistas ao desenvolvimento desvinculadas de ambiente universitário. Era necessário e urgente conhecer as potencialidades de nosso território, a fim de transformar os recursos em riquezas, pela exportação ou pela industrialização (infelizmente, em geral, sob o domínio de capitais estrangeiros), e no mais breve prazo possível.*⁷⁹

A explanação de Valverde, todavia, mesmo considerando-se seu caráter sintético e seu palavreado épico, negligenciou alguns dados importantes para o entendimento do que estou propondo nestas páginas. Refiro-me ao fato de que os participantes do campo geográfico, a partir do momento em que demarcaram institucionalmente sua presença no universo técnico-científico brasileiro, primeiro através da fundação de cursos universitários, depois pela alocação nos aparelhos governamentais, conservaram densa identidade profissional. Algo incentivado por uma profunda crença auto-referente na existência de um núcleo de saber irredutível aos condicionamentos dos conflitos de interesses políticos contemporâneos.

⁷⁸ Confira-se ABREU, Alzira Alves de & FLAKSMAN, Dora: *Conselho de Imigração e Colonização* in BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves de (coords): *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - 1930/1983*. Volume 2. Rio: Editora Forense/FGV/FINEP, 1984, p.896-897. Quanto ao BNDE, veja-se VIANNA, Sergio Besserman: *A Política Econômica no Segundo Governo Vargas - 1951-1954*. Rio: BNDES, 1987. Um apanhado ligeiro, mas revelador, acerca das assessorias econômicas de Getúlio Vargas, nos anos 50, aparece em D' ARAUJO, Maria Celi-na Soares: *O Segundo Governo Vargas, 1951-1954: Democracia, Partidos e Crise Política*. Rio: Zahar Editores, 1982, p.134 e ss.

⁷⁹ VALVERDE, Orlando: *Evolução da geografia brasileira no após-guerra: Carta aberta de Orlando a Orlando*. *Boletim Paulista de Geografia*, (60), 2º semestre de 1983/1º semestre de 1984, p.8

A geografia, num país como o Brasil, jamais foi somente um *saber dos professores*, reduzida a estrita condição de atividade escolar ou de entretenimento intelectual. Ela representou uma espécie de manto discursivo de uma identidade coletiva, algo que, pretendia-se, deveria transcender as lutas políticas e ideológicas. E, neste aspecto, como em tantos outros, nunca é demais ressaltar o papel agregador da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), fundada em 1934 e que ampliou-se pelo país a fora, a partir de finais dos anos 40. Enfim, reconhecer-se geógrafo era, antes de mais nada, compartilhar de um irresistível apoio governamental - que implicava em um adicional de respeito/autoridade - e de um sentimento missionário coletivo que, em 1946, foi traduzido por Pierre Deffontaines, em artigo de recordações heroicizantes, da seguinte forma:

*O Brasil é, por certo, um dos mais vastos e frutíferos campos de manobras da Geografia moderna; nêle os fatos geográficos são particularmente móveis e dinâmicos. Pode-se dizer que o Brasil se fabrica aos golpes da nova Geografia. É indispensável que se aperceba de seu ritmo de transformação, que meça seu futuro, que o esclareça, também. A Geografia tem, pois, uma missão especial a cumprir: mais do que alhures acha-se a serviço do país. Conservando-se tão científica, tão desinteressada, cumpra-lhe indicar ao país o seu destino, seu potencial, seu futuro. Deve ser uma das bases essenciais da vida pública brasileira.*⁸⁰

Realmente, foi preciso esperar o maremoto radical-marxista de finais dos anos 60 para que finalmente uma clivagem política, em muitos aspectos dolorosa, fosse instituída no seio da comunidade dos geógrafos. Até então, um cisalhamento agudo entre a condição de pesquisador(a) e o exercício da cidadania dava o tom das evoluções dentro daquele mundo. Daí a aparente tranquilidade com que geógrafos de ampla fama e circulação internacional, como Jean Dresch ou Pierre George, ou brasileiros igualmente notáveis, como vários pesquisadores dos quadros funcionais do IBGE e das universidades públicas, agiam, simultaneamente, como militantes de esquerda e consultores de projetos de desenvolvimento destinados a beneficiar multinacionais e engrandecer tiranias militares do Terceiro Mundo. Esta auto-imagem paradoxal de uma prática geográfica ao mesmo tempo desinteressada e comprometida, livre e engajada, independente e oficiosa, encontrava um correlato na ausência de profundos e irreconciliáveis impasses epistemológicos, ao menos durante o auge da geografia regional de fundo possibilista. As eventuais querelas entre modelos concor-

⁸⁰ DEFFONTAINES, Pierre: *Dez anos de trabalho geográfico*. *Revista Brasileira de Geografia*, 10(2), abril-junho de 1946, p.78.

rentes terminavam, quase sempre, em propostas de conciliação em nome do fortalecimento da comunidade dos geógrafos.⁸¹

Partindo destes enquadramentos bastante amplos, que conduzem a uma permanente imersão das produções discursivas em seus entornos - os campos científicos, nos casos em tela - proponho, doravante, uma leitura das formas de regionalização conceptual do Norte do Paraná que, desde finais dos anos 30, tornaram-se capazes de produzir efeitos de credibilidade de tal modo convincentes que, até muito pouco tempo, desanimaram investigações teóricas ou empíricas que lhes pusessem na berlinda. Vistas em linhas gerais, elas podem ser tipificadas a partir de suas vinculações com os modelos teóricos e os procedimentos técnicos, historicamente dominantes, no interior do campo dos estudos sócio-espaciais. Estudá-las implica, neste sentido, opções metodológicas precisas. O habitual costuma ser associar os textos à um certo paradigma mais ou menos formalizado. Parte-se do princípio - freqüentemente não demonstrado, mas apenas pressuposto - de que os pesquisadores executam seus estudos em profunda consonância com os cânones dos figurinos existentes no mercado de idéias. Indo por este caminho, o essencial é observar que, em linhas aproximadas e esquemáticas, pode-se dizer que os estudos que influenciaram a formação da imagem dominante do Norte paranaense, nos anos 30 e 40, foram escritos a partir de referenciais epistemológicos que, simultaneamente, funcionavam como princípios de orquestração discursiva.

No caso específico da Geografia praticada no Brasil, os esquemas narrativos, a formatação da comunicação das pesquisas e os critérios de julgamento da qualidade dos trabalhos estiveram, por muito tempo, atados à repetição monocromática de um certo modelo que, de Lucien Febvre em diante, tem sido chamado de *possibilista*. Vale a pena citar uma longa passagem de Nilo Bernardes acerca do que é, em termos genéricos, aquele paradigma analítico. Isto por dois excelentes motivos: primeiro porque ele foi um dos expoentes daquele proceder neste país; segundo, porque foi responsável por algumas das mais profundas e marcantes páginas sobre a geografia paranaense.

⁸¹ Para uma breve avaliação do impacto político dos ideários socialistas ou anarquistas no desenvolvimento da geografia nos anos 60 e 70, leia-se GONÇALVES, Carlos Walter Porto: *A geografia está em crise. Viva a geografia!* in MOREIRA, Ruy (org): **Geografia: Teoria e Crítica - O Saber Posto em Questão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982, p.93-114. Observações a respeito das diferenças entre posicionamentos ideológicos e práticas políticas concretas de alguns geógrafos aparecem em ANDRADE, Manuel Correia de: **Geografia - Ciência da Sociedade: Uma Introdução à Análise do Pensamento Geográfico**. São Paulo: Editora Atlas, 1987. Uma exposição proveitosa das principais características da epistemologia possibilista foi feita por BERNARDES, Nilo: *O pensamento geográfico tradicional*. **Revista Brasileira de Geografia**, 44(3), julho-setembro de 1982, p.391-413. Para uma ambientalização mais genérica, embora fatalmente esquemática, veja-se CHURCH, R.J. Harrison: *A escola francesa de geografia*. **Boletim Geográfico**, 18(158), setembro-outubro de 1960, p.784-796.

O ponto central do possibilismo, pode-se dizer, é a diferença a ser feita entre **fator** e **condição geográfica**. Os elementos do meio natural, na verdade, não são "fatores", não são eles que "produzem" os resultados independentes do momento histórico. São "condições" que pesam ora mais ora menos poderosamente, pautando os resultados de outras forças, estas sim, originárias da ação humana. (...) Costuma-se definir a doutrina proposta pelo possibilismo em alguns postulados que podem ser resumidos como se segue: 1º) nas relações entre o homem e o meio, o homem não é um mero elemento passivo, ele é sobretudo um agente e sua ação é tanto mais antiga quanto mais avançado seu grau de cultura e mais desenvolvida a técnica de que é portador; 2º) (...) os elementos do meio não são fatores aos quais a evolução das sociedades se submete inflexivelmente; 3º) dentre as condições oferecidas pelo meio, o homem escolhe as de maiores possibilidades para sua sobrevivência e o seu desenvolvimento cultural; 4º) (...) o homem transforma a superfície da Terra segundo a civilização e quanto mais evoluídas forem estas, mais importantes serão os elementos culturais que estruturam o meio; 5º) as condições históricas têm então, um significado particular nas relações homem-meio, no seu desenvolvimento cultural e no seu papel como agente modificador da superfície da Terra. (...) Como se percebe, não se trata de negar a influência do meio, que é, muitas vezes, influência poderosa, mas sim de enfatizar como os grupos humanos e o meio interagem mutuamente produzindo uma resultante geográfica entre meio natural e meio cultural.⁸²

Na linhagem aberta por Vidal de La Blache, a verificação empírica dos princípios possibilistas dar-se-ia na pesquisa dos *gêneros de vida*. Todavia, conforme advertiu Maximilien Sorre, aquela noção é extremamente rica, pois abraça a maioria, se não a totalidade das atividades do grupo e mesmo dos indivíduos, de modo que sua imprecisão é gigantesca. Qualquer coisa, enfim, parece caber dentro da noção de gênero de vida. Considere-se, por exemplo, a proposta de uma definição operacional feita pelo próprio Sorre:

*Os elementos materiais e espirituais [que] são, no sentido exato da palavra, técnicos, processos transmitidos pela tradição e graças aos quais os homens se asseguram uma posse sobre os elementos naturais. [Ou, ainda,] conjuntos de técnicas, (...) formas ativas de adaptação do grupo humano ao meio geográfico.*⁸³

Segundo as prescrições de Vidal de La Blache, a pesquisa sobre os gêneros de vida era eminentemente - mas, não apenas, bem entendido - histórica. Visava compreender a trajetória das formas de interação entre homens e meio ao longo dos tempos, de modo a caracterizar as configurações contemporâneas das paisagens ou das regiões. A noção de gênero implicaria, então, numa referência não apenas às mudanças, mas aos aspectos de conservação, de perenidade, dos traços que asse-

⁸² BERNARDES, Nilo: *O pensamento geográfico tradicional*. *Revista Brasileira de Geografia*, 44(3), julho-setembro de 1982, p.397.

⁸³ SORRE, Maximilien: *A noção de gênero de vida e seu valor atual (I)*. *Boletim Geográfico*, 21(172), janeiro-fevereiro de 1963.

gurariam a personalidade distintiva de um certo lugar. Daí que, para os críticos, o termo teria perdido toda a sua aplicabilidade, mesmo que somente descritiva, em um mundo marcado por constantes transformações sócio-espaciais. Yves Lacoste, por exemplo, que nunca mostrou simpatias por aquela expressão, observou que ela teria a ver com *o conjunto dos meios pelos quais os grupos humanos que ainda vivem em economia fechada provêem sua subsistência no quadro dos diferentes meios naturais*. O que, quando muito, eu acrescento, dar-lhe-ia uma função meramente corográfica nos estudos históricos.⁸⁴

Como sugeri mais acima, no seio da comunidade dos geógrafos, idioma e identidade profissional caminharam juntos e influenciaram-se mutuamente por bastante tempo. Isto transparecia inclusive no que acabei de chamar de repetição monocromática de um modelo de formatação narrativa. Alguns geógrafos chegaram a publicar verdadeiros moldes cognitivos tendo em vista a padronização das investigações e a compatibilização dos resultados. Em 1909, nos primeiros anos de formulação do paradigma possibilista, Albert Demangeon fez editar no principal periódico dos geógrafos franceses, os **Annales de Geographie**, um guia detalhado para a realização de pesquisas regionais. Por sua vez, nas décadas de 1930 e 1940, os estudantes e pesquisadores brasileiros fizeram largo uso de um roteiro preparado com a mesma intenção por Pierre Deffontaines.⁸⁵ As fôrmas sugeridas aplicavam-se, em particular, às teses de doutoramento realizadas na França. Mas também eram seguidas com grande fidelidade pelos brasileiros. Afinal, adequar-se a elas era sinal de exercício de cientificidade e de pertencimento à uma comunidade de alcance planetário. Certo: Joan Vilà Valentí, geógrafo da Catalunha que procurou, ele mesmo, seguir de perto os ditames dos vidalianos modernos, chamou atenção para o incessante perigo de se caricaturar as coisas, deixando-se levar pelas notabilíssimas aparências de uniformidade. Ele concorda que, numa primeira aproximação,

os trabalhos da escola francesa mostram um notável esforço visando a ordenação e a clareza, com uma disposição de forma e fundo notavelmente semelhantes. Isto coadjuva para dar-lhes uma indubitável qualidade pedagógica e, sem dúvida, permite explicar a rápida difusão de certos temas e concepções (...). Exigia-se, inclusive, paralelo à ordenada disposição e à citada clareza, uma certa qualidade formal. [Por outro lado:] Os avanços mais claros em Geografia geral (...) devem efetuar-se curiosamente através de análises profun-

⁸⁴ LACOSTE, Yves: *A Geografia* in CHÂTELET, François (dir): *História da Filosofia - Idéias, Doutrinas*. Volume 7. Tradução de Hilton Japiassú. Rio: Zahar Editores, 1974, p.237n.

⁸⁵ DEMANGEON, Albert: *Encuestas regionales. Tipo de cuestionario*. Reproduzido em MENDOZA, Josefina Gómez et Alli: *El Pensamiento Geográfico: Estudio Interpretativo y Antología de Textos*. Madrid: Alianza Editorial, 1982, p.275-279; DEFFONTAINES, Pierre: *Pequeno guia do viajante ativo*. *Boletim Geográfico*, 1(6), setembro de 1943, p.9-14 (o texto tinha sido divulgado anteriormente em *Geografia*. São Paulo: AGB, 2(4), 1936)

*das em marcos regionais, o que mostra evidentemente o predomínio que no plano da investigação geográfica apresenta o modelo regional.*⁸⁶

Não obstante isso, ele pondera que nas escolhas temáticas e na própria comunicação dos resultados atuam preferências pessoais intransferíveis. Além do mais, com o avanço das pesquisas e a ampliação dos habitantes das comunidades de geógrafos, a diversidade tomou assento, isolando qualquer viés uniformizante. Por isso, *seria errôneo, como alguns autores afirmam ou parece que implicitamente afirmam, dar um caráter monolítico à escola francesa*. As diferenças - e, em menor escala, as divergências - teriam se aprofundado, inclusive, no procedimento mesmo de explicação dos eventos. Adicionalmente, apesar de professarem, de uma ou outra maneira, os postulados possibilistas, anti-deterministas, na prática das interpretações empíricas as coisas parecem bem mais complicadas.

Apesar de todos os senões e meandros, não é à toa, que aquele modo automatizante de enquadrar as práticas geográficas, tão corriqueiro nos manuais e nos poucos estudos de história da geografia, é bastante atraente. Ele parece corresponder à dinâmica mesma da realidade do campo de estudos espaciais. Entretanto, por mais facilitado que seja pelas próprias características rígidas do objeto, aquele método não deve ser seguido à risca. É preciso sempre matizar e não dar espaço aos esquematismos exagerados. As advertências de Vilà Valentí apontam justamente nesta direção. Segundo ele,

*Uma análise mais a fundo permite ver numerosos matizes entre os geógrafos franceses no que respeita ao problema do determinismo e do possibilismo. Na valorização que em geral se efetua dos elementos naturais (relevo, clima, etc; região natural) há uma certa inclinação - quase nunca confessada - para um maior ou menor grau de necessitarismo. Abre-se, desta maneira, uma problemática, com certas ambigüidades e certas contradições, que permanece oculta em juízos errôneos e esquemáticos que são correntemente aceitos.*⁸⁷

Não é minha intenção, por suposto, contar episódios detalhados da história da geografia possibilista no Brasil. Tomo aquele modelo analítico como parte de um processo cognitivo complexo que apenas em certa escala se efetua no interior do campo de estudos geográficos propriamente dito. Falando doutro modo, trata-se de estudar a prática, a realização dos movimentos de pesquisas, sem ater-se às suas maiores ou menores subserviências formais diante de um paradigma epistemológico e de um modelo de formatação narrativa. No que tange aos textos fundadores das demarcações regionais norte-paranaenses, em que pesem as referências teóricas comuns, há

⁸⁶ VALENTÍ, Joan Vilà: *Introducción al Estudio Teórico de la Geografía*. Volumen 1. Barcelona: Editorial Ariel, 1983, p.273-274.

⁸⁷ VALENTÍ, Joan Vilà: *Op. Cit.*, p.274 e 275-276

delimitações que se restringem à articulação de algumas variáveis ambientais, enquanto outras incorporam determinações históricas na configuração dos traços elementares da região. Sendo assim, uma das várias possibilidades de estudá-los consiste em partir da maior ou menor preocupação de seus formuladores com os encaixes temporais.

Bem entendido, contudo: não é o simples recurso à um relato de eventos do passado que caracteriza uma análise regional fundada em perspectiva histórica. Na realidade, a maioria dos escritos sobre o Norte paranaense contém narrativas de uma série de episódios remotos que, via-de-regra, configuram as peripécias de numerosas e épicas tentativas dos ocidentais de ocupar aquele espaço. E um dos mais fortes motivos destas recorrentes *recuperações históricas* reside nas inclinações pessoais típicas e na própria formação intelectual dos pesquisadores. Muitos, sobretudo os geógrafos, fizeram seus cursos em instituições que não separavam rigidamente a geografia e a história, inclusive porque os paradigmas epistemológicos dominantes valorizavam as potencialidades cognitivas dos enquadramentos diacrônicos.⁸⁸ Entretanto, as mesmas análises que, em termos de superfície textual, denotavam um uso recorrente dos relatos históricos, tendiam a suprimir a historicidade mesma do movimento de construção conceptual do seu objeto. A grande maioria dos escritos partia da premissa de que há um evento espacialmente bem definido, o Norte do Paraná, que, pelo simples fato de existir, concatena *a priori* a coreografia dos episódios que

⁸⁸ Vale recordar que, embora o assunto tenha sido debatido com veemência já nos anos 40, até o início dos anos 60 ainda não tinha sido inteiramente consumada a ruptura entre História e Geografia nos cursos universitários, principalmente nas licenciaturas, que eram as mais procuradas. Havia um certo equilíbrio nos currículos, pendendo-se para especializações nos anos finais dos cursos, mas sem grandes cortes. Muitos depoimentos de geógrafos militantes que cito ao longo destas páginas conduzem à idéia de que a verticalização e o aprofundamento em certos setores do conhecimento era obtida bem mais nos encontros da AGB e de suas regionais, nas excursões e nas revistas do que nos bancos escolares. Apesar de não estarem em questão neste momento, devo mencionar que outros pesquisadores, adeptos ou pelo menos simpatizantes de algumas das vertentes da tradição marxista, centravam suas abordagens em interpretações, por definição, processuais. Nesta segunda linhagem aparecem os escritos de vários sociólogos ligados de uma ou outra forma à Universidade de São Paulo. Em que pese o predomínio de modelos analíticos que, em vários aspectos, eram quase que opostos aos enquadramentos históricos rotineiros, como era o caso do paradigma funcionalista, recorria-se com freqüência à longas dissertações visando diacronizar os objetos estudados. Aliás, esta foi, não tenho a menor dúvida, uma das originalidades incontestáveis dos estudos de comunidade realizados por aqueles investigadores sociais. Por esta razão, as críticas àqueles modelos de enquadramento tinham um interessante característica esquizóide: pronunciavam-se a respeito de pesquisas concretas como se elas nada mais fossem do que aplicações literais de Sumas Metodológicas importadas dos centros universitários norte-americanos. Deixavam de perceber, pois estavam obnublados por um certo preconceito formalizante, que os resultados efetivamente comunicados das investigações de comunidade, na maioria das vezes desviavam-se dos modelos importados e dedicavam-se, em parte, a reproduzir / dialogar com as tradições intelectuais internas. Refiro-me, em particular, aos estudos, em tantos aspectos radicalmente inovadores, de IANNI, Octavio: *A constituição do proletariado agrícola no Brasil*. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, (12), outubro de 1961, p.27-46; SINGER, Paul: *A agricultura na bacia Paraná-Uruguai*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3(2), 1963, p.31-164; MONTEIRO, Duglas Teixeira: *O Norte do Paraná: Elementos Para Sua Interpretação*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP-FFLCH, 1963.

sucessivamente representam as etapas de seu povoamento. A região, nestas perspectivas, antecede ontologicamente a presença dos atores sociais de carne-e-osso e, justamente por isso, confere sentido aos destinos daquela presença. Noutros termos: a tendência interpretativa dominante na literatura sobre o Norte do Paraná reifica uma sorte de espaço transcendental, atribuindo-lhes caracteres de tal maneira absolutos que, fatalmente, as delimitações regionais tornam-se reféns de um ou outro arranjo de elementos naturais ou cartográficos. Na maior parte dos textos, estes elementos são os magnânimos recursos ambientais que lhe fazem o nicho perfeito da cafeicultura. Melhor: o *locus* de uma forma de aproveitamento das benesses naturais que combinou dotes sociais estimulados pelo modelo de colonização com a riqueza geológica e climática que caboclos, índios e outros humanos ante-capitalistas *jamais teriam sabido aproveitar*.

Em 1956, Nice Lecocq Müller sintetizou toda uma percepção daquele espaço que, com ligeiros acréscimos, manteria sua vigência como forma dominante de caracterização, até meados dos anos 70. Acentuando que apesar de possuir *traços fisiônômicos bastante marcados, para ser reconhecido com facilidade, o Norte do Paraná não teve, até hoje, suas fronteiras demarcadas de maneira satisfatória*, ela centrou foco na determinação dos componentes climatológicos e edáficos que facilitavam a propagação da produção do café, uma vez que este era o *elemento que lhe assegura individualidade no conjunto do Estado*. Dos aspectos edáficos, a *terra roxa* era, sem dúvida, o mais pronunciado. Contudo, Müller observou que, pelo fato de a cafeicultura extrapolar sua área e invadir os solos arenosos do extremo ocidental do Terceiro Planalto, ela - terra roxa - não era o fator essencial na delimitação regional, mas, sim, os traços climatológicos. Em suas palavras,

*Se os solos não parecem ter influência decisiva, constitui o clima limite bem mais rígido. De fato, tem o Norte do Paraná clima de transição entre o tipo subtropical, que caracteriza a maior parte do Terceiro Planalto, ao sul do Ivaí, e o tropical de altitude do Oeste paulista; assim sendo, a medida que se caminha para o Sul, a diminuição das temperaturas e a maior frequência e intensidade das geadas vão tornando impraticável a cultura do café. Sendo o clima fator decisivo, parece lícito adotar o limite climático do café como a própria demarcação do limite meridional do Norte do Paraná.*⁸⁹

Descontando a atribuição de valência causal à variável clima, o procedimento descritivo de Müller apenas atualizava, em maiores detalhes, os termos empregados, alguns anos antes, por Salette Cambiaghi. Tratava-se, na realidade, de um modo de

⁸⁹ MULLER, Nice Lecocq: *Contribuição ao estudo do Norte do Paraná*. *Boletim Paulista de Geografia*, (22), março de 1956, p.55-57. Veja-se, também, *O Norte do Paraná: região pioneira* in FRANÇA, Ary: *A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras*. Rio: CNG/UGI, 1960, p.202-246

regionalização que, nos anos 50 e 60, foi reiterado por muitos geógrafos e cientistas sociais.⁹⁰ Com efeito, depois de chamar atenção para os dados do clima, do solo, e da cobertura vegetal em franco desaparecimento, ela comentou que

É inegável que uma região com tais condições físicas é favorável, bastante atraente mesmo, ao estabelecimento do homem. A presença da terra roxa, solo resultante da decomposição do basalto, os numerosos cursos d'água, relevo pouco movimentado, etc, tomam a região mais atraente ainda quando se considera que estas condições são favoráveis à cultura do café, cultura altamente rendosa. (...) Apesar disso, vamos ver que só tardiamente ela começou a ser aproveitada como devia, e seu povoamento só tomou verdadeiro impulso quando uma companhia de colonização aproveitando as ótimas condições físicas do norte do Paraná, desenvolveu um bem organizado plano de colonização.⁹¹

Realmente, poucos pesquisadores atentaram para a fabricação conceptual tardia do Norte paranaense. Uma significativa exceção veio de Heloisa Barthelmess. Analisando a marcha da cafeicultura, no início do século, como parte de uma tentativa de especificar um quadro cartográfico dos usos da terra em todo o Estado, ela ao mesmo tempo reproduziu o padrão descritivo dominante como, adicionalmente, acenou com uma breve especificação da historicidade dos termos. Segundo ela,

*Em 1920 uma ramificação da frente pioneira do café já apontava no Paraná. O café galgara em São Paulo, de longa data, o planalto arenítico-basáltico e do sul desse planalto, (Avaré e Piraju), enveredou pelo segundo planalto paranaense e, através dele se expandiu para o sul, tendo seu avanço detido pela fronteira climática condicionada pela linha de geada que passa justamente em Tomazina e em São João da Boa Vista. Assim sendo, no extremo norte do segundo planalto, em áreas de solos relativamente pobres é que o café travou conhecimento com o nosso Estado, pois as melhores terras do que depois veio a constituir o norte do Paraná só puderam ser conquistadas **pari passu** com a construção da Estrada de Ferro do Norte do Paraná e, mais recentemente, com o advento do caminhão.⁹²*

Caracterizações deste gênero foram, contudo, raras até muito recentemente. De qualquer modo, umas e outras compartilhavam pontos de partida que levaram Lucio Tadeu Mota a concluir que os geógrafos dos anos 50 reproduziram de modo ampliado uma construção da história regional fundada na idéia de que antes da chegada dos empresários imobiliários e dos pioneiros compradores de terras o que havia no interior paranaense eram *imensos vazios demográficos*. Para ele, a maior parte dos estudos feitos sobre o Norte e outras áreas do Estado tendeu a desenvolver uma

⁹⁰ Confira-se, PADIS, Pedro Calil: **Formação de uma Economia Periférica: O Caso do Paraná**. São Paulo/Curitiba: Editora Hucitec/SCE-PR, 1981, p.83-89.

⁹¹ CAMBIAGHI, Salette Magdalena: **O povoamento do Norte do Paraná**. *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: 6(1), 1951-1952, p.83

⁹² BARTHELMESS, Heloisa: *Uso da terra no Estado do Paraná em 1920*. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. Volume IX, 1967, p.52 (grifos meus - JHRG)

ideologia da construção de um território vazio, desabitado, no terceiro planalto paranaense. Esta perspectiva

*alimenta um conceito de natureza externa à sociedade, à espera de ser possuída. Assim, o norte e o oeste paranaense, da metade do século XIX em diante, com suas florestas, campos, rios, rochas, terras roxas, climas amenos, aguardariam a sua internalização no processo de produção da sociedade industrial moderna.*⁹³

De acordo com Mota, ela tornou-se o *olhar dominante sobre as terras indígenas* do Paraná. Mas, não custa acrescentar, tal *olhar*, na realidade, dirigiu-se a todas as áreas que não tinham sido integradas, até meados dos anos 20, aos circuitos de reprodução do capital no campo. Daí que, na medida em que avançavam as relações mercantis e se estabelecia o reino da propriedade,

*Cria-se o vazio demográfico a ser ocupado pela colonização pioneira. Vazio criado pela expulsão ou eliminação das populações indígenas que, desse modo, são colocadas à margem da história.*⁹⁴

Desta forma, a historiografia regional norte-paranaense tem como um de seus traços mais característicos e perenes a presença de mecanismos discursivos de legitimação - mediante a re-construção ocidentocêntrica do passado - da erradicação de terras inteiras de populações que viviam naqueles espaços muito antes de sua incorporação ao movimento de territorialização do Estado Nacional capitalista.

Justamente por isso, não basta apenas denunciar as manobras etnocidas que suprimem a existência histórica de indígenas, caboclos e todos os demais tipos humanos fabricados e excluídos pelo Ocidente nas partes setentrionais do Estado do Paraná, antes que frentes de colonização redefinisse suas configurações espaciais. Este é apenas um primeiro passo, ainda que vasto e conceptualmente arriscado. É preciso interrogar mais a fundo - mesmo diante da aparição repentina de aporias paralisadoras - as construções conceptuais em si mesmas. Noutras palavras, lançar suspeitas sobre os arranjos discursivos que estabelecem os significados dominantes do termo Norte do Paraná. O que estou procurando fazer neste breve estudo é ao menos uma parte deste trabalho de desconstrução. Tomar criticamente as sintaxes textuais que asseguram, dando-lhe consistência rítmica, um espaço verbal de circulação para as imagens mais espalhadas do Norte paranaense. Certo: o que acabou de ser dito exige que se dê uma resposta razoável para a seguinte pergunta: se as recorrências aos relatos históricos costumam ser, ao contrário do que parecem, efeti-

⁹³ MOTA, Lucio Tadeu: *Transformação dos territórios indígenas do Paraná em imensos "vazios demográficos"*. *Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa*. Maringá: 5(4), 1993, p.2-

⁹⁴ MOTA, Lucio Tadeu: *Op. Cit.* p.9

vamente muito pouco históricas e muito menos ainda esclarecedoras, de que valeria estabelecer os traços marcantes das caracterizações regionais fundadoras tomando como ponto de partida justamente sua maior ou menor remissão aos processos históricos?

Uma resposta possível relaciona-se com os lugares discursivamente estratégicos ocupados pelas referências à episódios passados. Há no seio da historiografia uma espécie de luta semântica pela captura conceptual do Norte do Paraná que opõe duas ordens - não excludentes, mas hierarquicamente distribuídas - de seqüenciamento. A primeira, que é a mais generalizada e que referi de passagem ainda há pouco, sugere que havia um determinado espaço dotado de maravilhosos atributos ambientais que, desde priscas eras, estava aguardando a chegada, sempre prometidas, sempre adiada, mas incontornável, dos homens ocidentais e de seus produtos. E estes vieram através de São Paulo, ainda que procedessem das mais variadas paragens nacionais. Em lá chegando, os migrantes teriam rompido a letargia dos *paraniadas* nativos e instaurado um flanco avançado dos vizinhos paulistas, algo facilitado até mesmo por determinadas similitudes ambientais.

Uma segunda ordem de seqüenciamento, de maneira geral - mas nem sempre, como se acabou de ver - subordinada à anterior, estabelece que o Norte do Paraná representa uma das etapas do processo de territorialização natural das estruturas político-institucionais paranaenses. Das missões jesuíticas, criadas no século 17, até as repartições públicas contemporâneas, passando pela fundação de fortificações, colônias militares e aldeamentos indígenas, durante o século 19, a história regional é traduzida como uma permanente tentativa de apropriação daquele espaço pelo Poder Público. Ela confundir-se-ia com alguns aspectos da memória do Estado e, evidentemente, das elites dirigentes que, pretensamente consumando a história, teriam empreendido aquilo que, ainda aqui mais uma vez, indígenas e caboclos jamais poderiam realizar: a derradeira ocidentalização do território setentrional paranaense.

Foi, ainda, Nice Lecocq Müller, cujos textos representam momentos particularmente incisivos em termos de prática da geografia regional de linhagem vidaliana neste país, quem padronizou, em tintas gerais, a formatação histórica dominante até hoje. Como apontou, com rigor de minúcias, Lucio Tadeu Mota, ela tendeu a desconsiderar tudo o que não é Ocidente e mercado na construção da trajetória regional. Referindo-se aos primeiros tempos de sua emersão histórica - algo que, repito, depende de um etnocídio simbólico - Müller estabeleceu uma linhagem de tentativas e

fracassos que remonta ao segundo século colonial americano. Sua didaticidade autoriza uma longa citação:

*O povoamento do Norte do Paraná teve início no século XVII, por meio dos jesuítas que aí instalaram várias missões. Esta região pertencia então à província de Guaíra, que estava sob o domínio espanhol e foi com o conhecimento e apoio do governo da Espanha que os missionários fundaram "reduções" com o intuito de reunir e catequizar os índios guaranis. Foi este o primeiro esboço de povoamento que não teve, no entanto, vida longa: já em fins do século XVII, estavam as missões inteiramente aniquiladas pelas incursões dos bandeirantes paulistas, que expulsaram para a margem direita do Paraná índios e jesuítas. Dessa primeira tentativa de colonização restam hoje apenas ruínas: no vale do Ivaí, as de Vila Rica e de Jesus Maria e no vale do Paranaíba, as de Loreto e de Santo Inácio. (...) Durante o século XVIII o Norte do Paraná ficou inteiramente à margem das correntes de colonização: processava-se, então, a ocupação do segundo planalto pelos criadores (...). Foi somente em meados do século XIX que se processou a retomada da colonização no Norte do Paraná, de forma mais efetiva, mas mesmo assim tímida: trata-se da fundação da colônia militar de Jataí e dos aldeamentos de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo da Serra (...). Esses centros de povoamento, postos avançados de colonização num sertão ainda desbravado, mantiveram-se como pequenos povoados até este século quando, sob o impulso da colonização moderna, começaram a se desenvolver.*⁹⁵

Esta forma de reconstrução histórica, centrada nas ações territorializadoras do Estado e nas tentativas de captura mercantil por empresários colonizadores, expandiu-se pelo corpo da historiografia norte-paranaense, durante os anos 50. Ela apareceu depois que alguns geógrafos do IBGE e da USP travaram contatos mais apurados com a literatura produzida pelos intelectuais tradicionais do Primeiro Planalto. Por isso, guarda sutis relações com a produção de painéis do passado marcados por visões francamente regionalistas. Seus autores, envolvidos com bastante frequência em querelas contra os (ou a favor dos) paulistas, insistiam em caracterizar em maiúsculas a luta dos governantes paranaenses e seus prepostos para fincar domínios nas partes setentrionais. Fabricaram, assim, um conjunto de obras de fundo doutrinário que encontra seus momentos mais destacados naqueles escritores que faziam do Paraná uma causa, um objeto de reverência, e destinavam o melhor de sua verve ao enaltecimento do Estado e de certos atributos de suas populações. Falo, em suma, dos ideólogos paranistas, como Ermelino Agostinho de Leão, Francisco Negrão e, sobretudo, Romário Martins.⁹⁶

⁹⁵ MULLER, Nice Lecocq: *O Norte do Paraná: região pioneira* in FRANÇA, Ary: *A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras*. Rio: CNG/UGI, 1960, p.217-218 e 220

⁹⁶ Sobre os *paranistas* e suas ideologias historiográficas, veja-se o panorama traçado por KEINERT, Ruben Cesar: *Regionalismo e Anti-Regionalismo no Paraná*. Dissertação de Mestrado. FFLCH-USP, 1978, esp. p.40 e ss. Referências bio-bibliográficas sobre os *paranistas* mais significativos foram reunidas de maneira inevitavelmente sumária em vários verbetes de WESTPHALEN, Cecilia Maria et Alli: *Dicionário Histórico-Biográfico do Paraná*. Curitiba:

Ainda aqui, no entanto, há importantes e tortuosos vieses. Os primeiros escritos técnico-científicos sobre o Norte do Paraná foram produzidos a partir de uma perspectiva bem precisa: o avanço da cafeicultura. Viram a formação de frentes pioneiras como processos eminentemente sócio-espaciais, como se as determinações político-institucionais não passassem de eventualidades. Eles ignoraram inteiramente o que quer que tivesse a ver com o Poder Público. Em parte, isto atendia aos modelos de enquadramento regional que manuseavam. Doutro lado, contudo, o apagamento da presença e das intervenções do Estado derivava de opções político-ideológicas nem sempre explicitadas. Dentre elas a centralização dos processos sociais nuns poucos atores dotados de enormes atributos causais. Como se sabe, a tradição vidaliana dominante negligenciou completamente os elementos políticos atuantes na caracterização de uma região. Em certa medida, o esquecimento da política era fundamental para denotar um patamar de cientificidade e a entronização de um objeto específico dos saberes geográficos. As regionalizações feitas pelo Estado deveriam, neste sentido, ser negadas em favor de outros critérios de demarcação. Mesmo que os geógrafos estivessem, como era freqüente, trabalhando para o Estado.

Nas páginas seguintes destrincharei alguns significados menos discutidos, embora sempre referidos, destas formas cristalizadas de seqüenciamento histórico do Norte paranaense. Minha argumentação visa demonstrar que não se deve deixar de lado as inserções político-institucionais dos processos de produção de delimitações regionais. Tampouco deve-se descuidar da permanente remissão dos termos e conceitos ao ambiente semiológico onde eles foram cunhados ou re-semantizados. Do contrário, acontece o que tem sido muito comum nos estudos regionais, mesmo os recentes: a aceitação tácita dos proferimentos fácticos e das explanações causais empreendidas ao longo de várias décadas sem a devida contextualização histórica.

[04] ALGUNS MODOS DE SE TORNAR O NORTE DO PARANÁ UM PROLONGAMENTO DE UM CERTO SÃO PAULO

Nada mais disseminado na literatura pertinente do que a tópica historiográfica que consiste em falar do Norte do Paraná como um prolongamento do Estado vizi-

Livraria do Chain Editora/Banestado, 1993. Sua produção, dispersa pelos principais órgãos da imprensa (sul) paranaense, foi comentada muitas vezes nas páginas do **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense** e no **Boletim do Círculo de Estudos Bandeirantes**. Comentários acrícticos que, na maioria das vezes, não passam de meras peças de retórica apologética.

nho. Trata-se de um lugar-comum narrativo que alastrou-se de tal forma a ponto de parecer auto-explicativo. Ele pode assumir um sentido restrito, como nos termos de Nice Lecocq Müller, ao dizer que

Do ponto de vista econômico e paisagístico, o Norte do Paraná - criado pelo extravasamento da cultura cafeeira paulista - tem pontos de contato com o Estado de São Paulo. Por outro lado, no que se refere aos traços fisiográficos, tem íntimas relações com o conjunto do Estado do Paraná, uma vez que reúne porções que fazem parte de regiões naturais que a ele pertencem. Desse jogo de afinidades deriva a originalidade do Norte do Paraná: é um capítulo da vida paulista, mas em território paranaense.⁹⁷

Ou, ainda, na caracterização lacônica feita certa vez por Altiva Pilatti Balhana, que observou, enfatizando outra série de traços regionais, que

Do ponto de vista econômico o Norte do Paraná é também o prolongamento natural da economia paulista em torno da qual sem dúvida, gravita a economia cafeeira paranaense.⁹⁸

Por outro lado, pode funcionar como uma tópica que sintetiza todo um quadro de elementos, ao mesmo tempo, geográficos e político-institucionais. Atentando para os traços conflitivos que envolveram, por várias décadas, as relações entre ambos os Estados, tal como crispadas no espaço setentrional paranaense, Gilbert Butland comentou que

O Norte do Paraná, ainda que atado com tenacidade àquele Estado em virtude de seu enorme desenvolvimento econômico e por sua contribuição para o crescimento da importância do Estado do Paraná como um todo, é, em muitos aspectos da geografia econômica, uma continuação do Estado de São Paulo, do qual está separado pelo rio Paranapanema.⁹⁹

Mais precisamente, aquela região - como as áreas meridionais de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais - seria mais um dos inúmeros resultados dos movimentos de expansão territorial desencadeados, em diferentes contextos históricos, pelos paulistas.

100

Certo: o fato desta tópica narrativa aparecer em quase todos os escritos sobre a região norte-paranaense deveria ser motivo suficiente para se passar por cima de qualquer intuito de interrogá-la a fundo. Afinal, o que parece haver de mais fático, evidente e indiscutível do que as levas migratórias formadas por diferentes segmentos sociais que, desde meados do século 19, foram ocupando o Norte do Paraná,

⁹⁷ MULLER, Nice Lecocq: *Contribuição ao estudo do Norte do Paraná*. *Boletim Paulista de Geografia*, (22), março de 1956, p.55

⁹⁸ BALHANA, Altiva Pilatti: *A inserção do homem no quadro ecológico*. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*. 7(3-4), julho-dezembro de 1957, p.25

⁹⁹ BUTLAND, Gilbert J.: *Frontiers of settlement in South America*. *Revista Geográfica*, Rio: IPGH, (65), dezembro de 1966, p.99-100.

¹⁰⁰ Confira-se, MONBEIG, Pierre: *Uma viagem de São Paulo a Goiania: Estudo sobre as zonas de influência paulista*. *Boletim Geográfico*, 7(79), 1949, p.737-739

integrando-o aos poucos à dinâmica de reprodução do complexo cafeeiro? Senhores rurais, arrastando seus escravos e dependentes - vindos sobretudo de Minas Gerais e do interior de São Paulo - que estavam preocupados adquirir terras muito férteis a custos muito baixos, e que montaram pequenos domínios coronelísticos isolados das capitais e controlando áreas até então trilhadas por uns poucos tropeiros, caboclos e indígenas.¹⁰¹

Ocorre que todas aquelas evidências não existem em estado puro, fora dos enunciados dos quais elas são justamente as provas, os suportes referenciais de validação. Por mais óbvios que pareçam, os episódios que avivam o processo de apropriação mercantil do Norte paranaense são narrados a partir das mais diversas fundamentações doutrinárias e político-institucionais. Grandes quadros que lhes conferem - mas também deles extraem - poderes de significação. Assim, foi muito comum, nos anos 30 e 40, atribuir a ocupação da região a mais uma etapa de desdobramento de uma entidade metafísica, a *psicologia* ou *mentalidade bandeirante*. Ela traduziria um *espírito de aventura* etnicamente inato, que catalisaria as causas mais profundas dos avanços paulistas. É desaconselhável, portanto, ler os relatos daqueles movimentos sem evocar algumas das grandiloqüentes construções épicas desenvolvidas por vários literatos paulistas retratando a saga dos bandeirantes, da assim-chamada *raça planaltina* que curvou a vertical de Tordesilhas e fabricou o território nacional. Como se sabe, em grande medida devido aos acontecimentos de 1932, uma longa série de obras de cunho historiográfico - mas centralmente publicitárias - foi escrita por muitos daqueles intelectuais que, identificados com as oligarquias constitucionalistas, decidiram vingar-se da história reanimando as mitologias das velhas famílias quatrocentescas.¹⁰² Alocados nos Institutos Históricos e Geográficos e nas Academias de Letras e de História, fazendo-se presentes como professores nas universidades paulistas e publicistas altamente produtivos, oligopolizando rodapés literários e páginas culturais da grande imprensa, os intelectuais orgânicos

¹⁰¹ Para detalhamentos acerca do processo de formação de uma economia regional no norte paranaense integrada ao mercado regional e, mais tarde, nacional, confira-se, PADIS, Pedro Calil: **Formação de uma Economia Periférica: O Caso do Paraná**. São Paulo/Curitiba: Editora Hucitec/SECE-PR, 1981; CANCIAN, Nadir: **Cafeicultura Paranaense - 1900/1970**. Curitiba: Grafipar/SECE-PR, 1981; LOPES, Ana Yara Dania Paulino: **Pioneiros do Capital: A Colonização do Norte-Novo do Paraná**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP-FFLCH, 1982; PAYÉS, Manuel Antonio Munguía: **Norte do Paraná: Expansão Cafeeira e Apropriação da Renda Fundiária Desde Fins do Século XIX Até 1960**. Dissertação de Mestrado. Rio: UFRRJ-ICHS, 1984, e WACHOWICZ, Ruy Christovam: **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

¹⁰² Conferir LEITE, Dante Moreira: **O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia**. 3.ª edição. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1976, p.232-237; BEZERRA, Holien Gonçalves: **O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Editora Moderna, 1988, esp. p.74-99. Também, ABUD, Katia Maria: **O bandeirante e o movimento de 32: alguma relação?** in QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (org): **O Imaginário em Terra Conquistada**. São Paulo: USP-CERU, 1993, p.36-44 (Col. Textos - Série 2, nº 4).

da coligação oligárquica puderam assegurar a disseminação e a enorme influência dos afrescos históricos e dos esquemas de interpretação que estavam desenvolvendo.

Decerto, nem todos os componentes mais característicos das idealizações dos paulistas/bandeirantes foram acionados quando se escreveram as modernas sagas colonizadoras. Até porque, apesar de toda a remissão referencial à história de São Paulo, os migrantes procediam dos mais diversos lugares do país e não seria possível reduzi-los etnograficamente de modo tão drástico e arriscado. De fato, alguns daqueles traços carregavam nas cores regionalistas e não eram extensíveis à outras áreas. Resumindo-os, em 1965, Brasil Bandecchi, ele mesmo muito ligado aos valores localistas de São Paulo, descreveu os bandeirantes coloniais - recuperando alguns perfis feitos por Cassiano Ricardo - da seguinte maneira:

(...) o homem, aqui, olhando para o futuro se esquecia de muita coisa que ficou para trás. É evidente que os reais valores da civilização permaneciam, mas é certo que tomavam cor local, nacionalizavam-se. (...) A rebeldia do paulista não pode ser tomada como uma atitude de indisciplina, porém como manifestação de seu espírito independente. (...) Disciplina e democracia. A bandeira tinha que ser, acima de tudo, uma organização disciplinada e democrática, porque isto impunha a mobilidade de sua fronteira. É da própria natureza da sua organização. São Paulo foi assim, e sempre, uma cidade democrática. (...) Os engenhos do Nordeste com suas divisas fixas, dentro das quais o poder do senhor se manifestava absoluto, deram origem à aristocracia. Era a sociedade nos moldes europeus, enquanto no sul ela despontou cheia de originalidade. (...) É de se observar, ainda, que o paulista, e dizendo paulista digo bandeirante, apesar de toda sua rebeldia, era, na verdade, um autoritário, porque ao mesmo tempo que não aceitava imposições, impunha e não querendo obedecer a outrem, criava aquela obediência inteligente sem a qual sua obra desbravadora não seria possível realizar-se. E mais, desafiando o jesuíta na questão dos índios, era um temente a Deus, de tal forma que seus testamentos são páginas de fé, de profunda religiosidade, de respeito à palavra empenhada, para tranqüilidade e sossego da alma, quando desta passasse para a outra vida.¹⁰³

Reúnem-se nestas passagens cerca de cinquenta anos de permanentes e obcecadadas elaborações. Elementos os mais diversos bricolaram-se para fazer emergir um verdadeiro *mitema*, um herói fundador da singularidade (diferença específica) paulista que, no mesmo movimento de doação de sentido e auto-imolação, fabrica a nacionalidade brasileira. Tais ideologias historiográficas, articuladas a partir de núcleos doutrinários de fundo racial, caracterológico ou étnico, espalharam-se como sustentadores ontológicos da maior parte dos esquemas de formatação narrativa dos processos de abertura e colonização de frentes pioneiras no Brasil, durante todo o século 20.

¹⁰³ BANDECCHI, Pedro Brasil: *Anti-Todesilhas*. 2ª edição. São Paulo: Editora Obelisco, 1965, p.16-17

Em particular, apresentaram pretensas evidências de que é possível territorializar a nacionalidade à revelia do Estado. Naquela perspectiva, os bandeirantes eram individualidades em matéria bruta, rebeldes àquelas leis e costumes que, ao estabelecerem marcos espaciais ou sociais que não deviam ser transpostos, bloqueavam a realização mesma da brasilidade. Foi ainda Brasil Bandecchi quem sintetizou a aparente dialética da globalidade e da particularidade inerente ao ser dos bandeirantes. Segundo ele,

*Quando os paulistas romperam a linha de Tordesilhas não eram contra ninguém, eram pelo engrandecimento do Brasil. Luta própria dos que querem crescer e vencer sem humilhar. Dos que nessa luta fazem um patrimônio de cultura e de progresso, que, afinal, é patrimônio da humanidade.*¹⁰⁴

Ainda em 1962, Luís Martins, (re)conhecido literato da capital paulista, ao reeditar um artigo em que louvava a aparição dos afrescos históricos de Cassiano Ricardo, retomou em bloco toda a etnografia bandeirante. Naquela oportunidade, conferindo-lhe a mais ampla e funcional positividade, aduziu:

*A bandeira, encarada objetivamente em sua realidade histórica, é um ciclo, um momento épico que teve função específica na formação geográfica do Brasil - e se extingue, ao se tornar resíduo da História, deixando ao brasileiro de hoje a nostalgia daquela "raça de gigantes" que atuam ainda em nosso espanto com o fascínio poderoso dos heróis mitológicos. Mas, justamente, transformá-los em mitos, isto é, perpetuá-los, incorporá-los à nossa realidade humana, como uma infra-estrutura psicológica e cultural, que ainda orienta os nossos atos e as perspectivas do nosso destino, pertence aos domínios da poesia, e não deixando de ser obra de erudição e de cultura, tem qualquer coisa de poema épico.*¹⁰⁵

Neste sentido, parece-me que uma ardilosa longevidade foi garantida para aquelas tópicas narrativas, a despeito de observações excessivamente otimistas, como a de Maria de Lourdes Monaco Janotti, para quem

¹⁰⁴ BANDECCHI, Pedro Brasil: Op. Cit. p.35

¹⁰⁵ MARTINS, Luís: *Marcha para oeste* in _____: **Homens & Livros**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1962, p.59. É preciso observar, no entanto, que Luís Martins recusava-se a compartilhar do otimismo de um Cassiano Ricardo e doutros epígonos intelectuais de Getúlio Vargas. Ele contestava, por exemplo, o alargamento do epônimo bandeirante para o restante dos brasileiros, não por bairrismo, mas porque lhe parecia algo que não correspondia à realidade crua dos fatos geográficos. Ele disse: *Que restaram, no paulista de hoje, resíduos psicológicos de seu passado "bandeirante", admito facilmente. A mentalidade "pioneira" da gente de Piratininga encontra estímulo e justificação histórica nas epopéias sertanejas dos seus ancestrais dos primeiros séculos. Generalizar, atribuindo ao brasileiro em geral uma constante fidelidade ao seu destino "bandeirante", é que me parece excessivo. Pelo contrário: continuamos, até hoje, fiéis à política colonizadora do português, isto é, arranhando a costa como caranguejos. Os norte-americanos, conquistando e civilizando o Oeste ainda no século passado, foram, neste sentido, muito mais "bandeirantes" do que nós* (p.61). Cabe lembrar que a menção à frase célebre de Frei Vicente do Salvador era uma constante nos anos 40 e 50, quando boa parte do debate sobre as questões agrárias, como se verá no próximo capítulo, estava relacionada com o estabelecimento de políticas de ocupação das áreas (pseudo-anecumênicas) do interior.

Os sistemas historiográficos, até a década de 1920, tenderam a escamotear o sentido real da história paulista, personificando o Estado de São Paulo e transformando-o em sujeito do discurso histórico. Mas, a reviravolta dos anos 30, representada pelo aparecimento de Caio Prado Jr, desmistificou o sujeito São Paulo, substituindo-o pelo real conteúdo que ocultava: a história da dominação exercida pelas burguesias agrária e industrial.¹⁰⁶

Acontece que, para além dos desejos etnocêntricos dos docentes e pesquisadores contemporâneos, que reconhecem Caio Prado Jr como um de seus pares, não há como negar a extrema vitalidade funcional do lexema bandeirante na condensação narratológica da história do povoamento ocidental do Brasil. E, quando se diz bandeirante, na maior parte do tempo o que se faz é metonimizar São Paulo. Tanto assim que, apesar de todo o trabalho de devoração semiológica e de deslocamento referencial da figura do herói colonial feito por Cassiano Ricardo, durante o Estado Novo, o lexema permaneceu paradoxalmente plástico e restrito. Plástico porque possibilitou, dentre outras coisas, a emergência de interpretações anti-autoritárias daquela personagem, como fizeram, cada um a seu modo, Afonso Arinos de Melo Franco e Vianna Moog. Restrito porque, apesar do esforço envidado pelos intelectuais estadonovistas para nacionalizar o bandeirante, ele manteve remissão inequívoca aos paulistas.¹⁰⁷

Os geógrafos franceses que, nos anos 30, publicaram os primeiros artigos de cunho técnico-científico sobre a região norte-paranaense expressaram com notável clareza aquela perspectiva, tanto em seus conteúdos genéricos, como em seus aspectos mais propriamente relacionados com as figurações dos bandeirantes. É vantajoso estudá-los por vários motivos. Para começar, eles traduziram todo um conjunto de percepções que circulavam pelas elites intelectuais paulistas nos moldes da terminologia que a prestigiada escola francesa de geografia regional estava divulgando pelo mundo através dos liceus e das missões culturais. E, se não é justo supor que eles o tenham feito melhor do que qualquer outro geógrafo por aqui, é, sem dúvida, correto dizer que o valor social de seus diplomas e certificados era bem maior que os dos demais. Este capital simbólico acumulado não era nada desprezível naquele universo intelectual tão ávido de novidades e autoridades francesas que, sem disfarçar

¹⁰⁶ JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco: *Historiografia, uma questão regional? São Paulo no período republicano, um exemplo* in SILVA, Marcos A. da (coord): **A República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Editora Marco Zero/ANPUH/CNPq, 1990, p.86.

¹⁰⁷ Confira-se FRANCO, Afonso Arinos de Mello: *A sociedade bandeirante das Minas* in VV. AA.: **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, p.77-104 e MOOG, Vianna: **Bandeirantes e Pioneiros. Paralelo Entre Duas Culturas**. 12 edição. Rio: Editora Civilização Brasileira, 1978.

uma certa crueldade, Claude Levi-Strauss descreveu, uns vinte anos depois, do seguinte modo:

*Quanto aos nossos estudantes, queriam saber tudo; qualquer que fosse o campo do saber, só a teoria mais recente merecia ser considerada. Fartos dos festins intelectuais do passado, que de resto só conheciam de ouvido, pois nunca liam as obras originais, mostravam um entusiasmo permanente pelos novos pratos. Seria preciso, no que lhes diz respeito, falar de moda e não de cultura: idéias e doutrinas não apresentavam aos seus olhos um valor intrínseco, eram apenas considerados por eles como instrumentos de prestígio, cuja primazia tinham de obter. O facto de partilhar uma teoria já conhecida por outros era o mesmo que usar um vestido pela segunda vez; corria-se o risco de um vexame. Por outro lado, verificava-se uma concorrência encarniçada, com grande reforço de revistas de divulgação, periódicos sensacionalistas e manuais, com o fito de obtenção do exclusivo do modelo mais recente no campo das idéias.*¹⁰⁸

Por outro lado, os escritos dos geógrafos franceses, quando acompanhados ao longo do período em que tiveram relações diretas com o Brasil, denotam as maneiras como eles negociaram discursivamente com aqueles mesmos padrões coletivos de percepção reinantes no Centro-Sul brasileiro. Em certos sentidos, eles foram muito rapidamente aculturados por valores e esquemas de representação do mundo cultivados regionalmente. Reproduziram, muitas vezes, literalmente, em estudos destinados à publicação aqui e lá fora, opiniões que grassavam nos meios intelectuais paulistas e cariocas. No entanto, é evidente que puderam fazê-lo porque compartilhavam de estilos mentais ocidentais não muito diferentes dos brasileiros com os quais conviviam. Escrevendo, em 1934, logo que chegou ao Brasil, sobre uma das possíveis divisões regionais do Estado de São Paulo, Pierre Deffontaines não deixou de incluir as áreas recém abertas para vendas, adiante do rio Tibagi, pela CTNP. Elas

¹⁰⁸ LEVI-STRAUSS, Claude: **Tristes Trópicos**. Tradução de Jorge Constante Pereira. Lisboa: Edições 70, 1986, p.97-98. Mais importante ainda foi sua reflexão a respeito da presença de docentes franceses no Brasil. (...) *os senhores da Universidade esperavam que eu contribuísse para o ensino de uma sociologia durkheimiana para a qual tinham sido impelidos pela tradição positivista da América do Sul e pela preocupação de fornecer uma base filosófica ao liberalismo moderado que é a arma ideológica habitual das oligarquias contra o poder pessoal* (p.54). Decerto ele estava dando sua própria versão dos conflitos entre as elites paulistas e o Governo Vargas, este identificado com a pessoa do presidente. Noutro momento, Levi-Strauss falou acidamente de uma *feudalidade que, se era certo que nos tinha introduzido no Brasil, fizera-o apenas para lhes servirmos em parte de caução e em parte de passatempo* (p.15). Muitas décadas depois, ele decidiu ser mais polido com seus antigos alunos. Numa entrevista, falando sobre a USP, nos anos 30, disse que *naquela época um francês podia se sentir em casa no Brasil. Todo brasileiro um pouco cultivado falava francês. Além disso, pelo menos do ponto de vista da literatura, os intelectuais estavam a par de tudo o que acontecia. Eu diria, até, que eram mais atualizados do que nós. Havia pessoas de uma vitalidade extraordinária*. LEVI-STRAUSS, Claude: *Um futuro de sombras - Entrevista a Paulo Moreira Leite*. **Veja**, 21/12/83, p.5-8.

representavam a mais nova etapa de desdobramento da *vanguarda da colonização*.

Esta era

*cada vez mais deixada aos lavradores modestos; não são mais fazendas de muitas centenas de alqueires, mas sítios de algumas dezenas somente que desbravam a mata virgem. [Assim,] já o povoamento do Estado de São Paulo transborda ao seu redor; no norte do Paraná é uma economia paulista de cafezais que se desenvolve ao longo do ramal que parte de Ourinhos em direção ao Iguazú e que já ultrapassa Londrina.*¹⁰⁹

Por sua vez, Pierre Monbeig, jovem professor do Liceu de Caen, que viajara para São Paulo a fim de substituir Deffontaines, caracterizando a *franja pioneira* norte-paranaense, em 1935, ponderou que se tratava de *uma região que - se bem que pertença administrativamente ao Estado do Paraná - não deixa de ser de fato uma região de economia paulista*.¹¹⁰ Além disso, demarcando com bastante clareza o momento inaugural do que a ele parecia ser uma nova fase histórica definida a partir de um ato civilizador dos paulistas, resumiu toda uma figuração regional que, excetuando-se algumas arestas que logo comentarei, faria carreira desde então:

Sobre que massa humana iam apoiar-se os recém-chegados? Qual a base que ia achar o novo povoamento? Não há dúvida que havia um povoamento, e como consequência caminhos e culturas; mas pode-se imaginar em que estado primitivo! Se, de um lado, a colônia Jatai figura no mapa do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, daí em diante, para oeste não há indicação alguma de povoamento, salvo alguns ranchos de caboclos perto das aguadas, com uma derrubada insignificante e uma cultura que se limita ao milho. Quanto aos caminhos, não são senão picadas que trepam pelas encostas e descem por elas bruscamente com a única preocupação de chegar o mais rapidamente possível ao ponto de aguada onde se acha o arranchamento; as montarias são capazes de esforços formidáveis e suportavam tal estado de coisas; não deveríamos falar no passado, pois há uns cem quilômetros a montante de Jataí, sobre as margens do Tibagi, este estado de coisas ainda subsiste. Tem-se a tentação, às vezes, de considerar este esforço rudimentar do caboclo como um esboço longínquo da verdadeira colonização, porém, bem longínquo para falar a verdade; particularmente no norte do Paraná não se percebe a herança transmitida aos pioneiros pelos caboclos. A colonização moderna teve que criar tudo. (...) [Não obstante, apesar de tudo isso], Não há que admirar na colonização do norte do Paraná uma concepção nova dos co-

¹⁰⁹ DEFFONTAINES, Pierre: *Regiões e paisagens do Estado de São Paulo (II)*. *Boletim Geográfico*. Rio: 3(25), abril de 1945, p.26-27 (Grifos meus - JHRG).

¹¹⁰ MONBEIG, Pierre: *A zona pioneira do Norte-Paraná*. *Boletim Geográfico*. Rio: 3(25), abril de 1945, p.11-12 (Grifos meus - JHRG). Este artigo, desde o primeiro parágrafo, propõe-se a ser um complemento ao modelo de divisão regional de São Paulo encaminhado por Deffontaines no artigo citado na nota anterior. (Ele foi publicado pela primeira vez em *Geografia*, São Paulo: 1(3), 1935, p.221-236). A mesma idéia foi repetida, quinze anos depois, em *As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista* in _____: *Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1957, p.105-106 e, é claro, na própria concepção narrativa de *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1984.

*Ionizadores. Estes não utilizaram senão o que uma experiência secular ensinou aos paulistas.*¹¹¹

As falas de Deffontaines e Monbeig, emanavam de autoridades locucionais inegáveis naquele momento de redefinição dos critérios de prestígio acadêmico no seio da intelectualidade brasileira. Afinal, eles estavam criando a geografia universitária no país. E vinham, sem escalas, dos templos venerandos do franco saber. Traziam, uma vez mais, *um bando de idéias novas*. De fato, ao embarcar para a América do Sul, com 40 anos de idade, em 1934, Pierre Deffontaines já era bastante conhecido e respeitado na comunidade dos geógrafos franceses. Mantinha relações íntimas com Jean Brunhes, um dos principais codificadores da assim-chamada geografia possibilista, de quem se considerava discípulo. Além disso, tivera grande papel na difusão dos métodos e dos princípios teóricos daquela geografia que se afirmava, pois atuava como diretor de uma coleção de obras de síntese publicada pela influente editora Gallimard.¹¹² Todos esses dotes, decerto, reforçavam seu prestígio entre os brasileiros, assegurando adicionais de confiabilidade aos seus proferimentos. Nos anos seguintes, conforme foi se inteirando da vida brasileira e re-definindo-a nos termos de sua própria nomenclatura, permitiu-se fazer descrições cada vez mais adensadas das áreas de colonização, sempre reforçando a originalidade e o ímpeto dos paulistas. Seus estudos, é importante ter em mente, recebiam a chancela dos editores das mais célebres revistas francesas e, a partir de 1938, do Conselho Nacional de Geografia, cujos periódicos publicavam traduções de seus trabalhos. Deste modo, bem ao gosto dos padrões de enquadramento regional sugeridos pelo encontro entre geografia e etnografia, que mestres como Jean Brunhes, Albert Demangeon e Maximilien Sorre procuraram promover, Deffontaines tentou estabelecer etno-tipologias dos brasileiros que, em última análise, faziam dos empreendedores paulistas uma sorte de habitantes de um estágio evolutivo superior no processo de interação entre homens e meio-ambiente. Para ele,

*A definição humana de uma região dada, cifra-se menos pelo arranjo do povoamento ou distribuições étnicas, do que pela escolha de gêneros de vida, cuja associação íntima assegura a entreter a exploração do terreno. Tais gênero de vida encontram sua expressão nos indivíduos-tipos, cuja seriação ocupa o primeiro plano na caracterização de cada país.*¹¹³

¹¹¹ MONBEIG, Pierre: *A zona pioneira do Norte-Paraná*. *Boletim Geográfico*. Rio: 3(25), abril de 1945, p. 17.

¹¹² Confira-se, ANDRADE, Manuel Correia: *Geografia - Ciência da Sociedade: Uma Introdução à Análise do Pensamento Geográfico*. São Paulo: Editora Atlas, 1987, p.72-73 Comentários adicionais acerca das propostas de Brunhes e Deffontaines de uma interface entre geografia e etnologia aparecem em DERRUAU, Max: *Tratado de Geografia Humana*. Tradução de Raimundo Griño. Barcelona: Editorial Vincens-Vives, 1964, esp. p.15 e ss.

¹¹³ DEFFONTAINES, Pierre: *Os indivíduos-tipos do Brasil*. *Boletim Geográfico*, 5(50), maio de 1947, p.140 (a edição original do texto é de 1936).

Como resultado desta perspectiva ele isolou cinco *indivíduos-tipos* espalhados pelo país: o *fazendeiro*; o *colono*; o *mascate*; o *operário*; o *mestiço*. Fica evidente que, apesar dos seus intentos de fugir aos dados étnicos, foi-lhe impossível evitar uma associação caracterológica entre um bio-tipo, o *mestiço*, e certas atividades que contrastavam com o vigor do afã pioneiro dos paulistas. Com certeza, foram as leituras de suas obras e as conversas entabuladas com intelectuais brasileiros, para quem, ainda naquele momento, os presumíveis determinantes raciais eram fundamentais para a explicação dos comportamentos humanos, que levaram Deffontaines a cristalizar aquela tipologia. Em 1936, ele observou que

*O fazendeiro, o colono, o mascate, constituem o que poderia denominar-se a população organizada dos campos; contudo, há outros elementos que vivem à margem, além das regiões pioneiras, em pleno sertão: são os chamados caboclos ou caipiras. Trata-se de mestiços em que os sangues branco, indígena e negro se acham mesclados em proporções variadas. O caboclo recua ante o avanço da faixa pioneira. Muitos, entretanto, permaneceram no interior da zona civilizada, nos rincões que o avanço colonizador deixou intactos ou nos que a exploração européia abandonou após a degradação do solo e a decadência das fazendas.*¹¹⁴

Depois que voltou para a Europa, após uma breve experiência docente na efêmera Universidade do Distrito Federal, ele publicou várias sínteses de suas pesquisas em revistas brasileiras. Nesses trabalhos aparecem de modo praticamente consumados aqueles diálogos, aquelas interações de crenças e valores entre o mundo intelectual francês do entre-guerras e os dois centros mais cosmopolitas - e riválissimos - do país. Deffontaines distinguia macro-regiões: aquela onde a civilização estava plenamente instituída, onde a *exploração européia* fincara-se em definitivo, e as *regiões de desbravamento* (ou *regiões pioneiras*). Nestas últimas ainda não se encontrava uma *população do interior organizado* (ou *população organizada dos campos*). Mas seriam logo ocupadas pelos padrões de civilização, como mais um dos resultados de um processo de longa duração que brotou no planalto de São Paulo, onde o meio natural

favoreceu o aparecimento de outro tipo de homens particularmente prolíficos, robustos e aventureiros [que] enxamearam todo o centro do Brasil e fornece-

¹¹⁴ DEFFONTAINES, Pierre: Op. Cit. p.144-145. Cabe notar que o geógrafo francês, naquele momento, usava o termo colono em uma acepção bastante restrita, respeitando os usos correntes no Centro-Sul do país. Segundo ele, *O designativo colono tem um significado especial em São Paulo, que não alude ao homem que vem instalar-se na terra livre cedida pelo governo, como é prática nos Estados do Paraná e Santa Catarina. O colono aí é um trabalhador engajado pelo fazendeiro e que permanece nômade, errando de fazenda em fazenda; constitui assim um proletariado rural e não um campesinato.* DEFFONTAINES, Pierre: *Investigações sobre os tipos de povoamento no Estado de São Paulo. Boletim Geográfico*, 5(51), junho de 1947, p.251 (O texto original publicado em francês é de 1935)

ram com suas "bandeiras" os primeiros elementos de povoamento das imensas regiões dos planaltos e das savanas (...).¹¹⁵

Não há como deixar de ver nestas palavras ecos de um certo modo de produzir etnotipologias dos brasileiros fundadas em presumíveis diferenças genotípicas que tinha em alguns intelectuais paulistas, como Alfredo Ellis Junior, por exemplo, fervorosos defensores. É bastante provável que suas opiniões, naquele texto de 1935, resultassem menos de leituras e observações cuidadosas do que de conversas e consultas aos principais veículos de imprensa. Ainda estavam muito acesos os dramas de 1932 e muitos professores com os quais ele convivia tinham se engajado fervorosamente tanto no que entendiam como a *causa paulista* quanto na idolatria bandeirante. Sem falar em seus alunos, que, com toda certeza, eram importantes canais de aculturação.¹¹⁶

Cabe apontar, por outro lado, que o fato de ele publicar seus textos em revistas francesas de grande circulação e prestígio na comunidade dos geógrafos apresenta, em si mesmo, aspectos extremamente significativos. Um deles, que é o que mais me interessa aqui, é justamente aquele encontro entre variáveis demográficas e comportamentais que ele traduzia em termos psíquicos coletivos. Tais procedimentos evidenciam a permanência de esquemas naturalistas de explicação nos quadros mesmos de uma geografia que se pretendia cada vez mais sociológica e menos determinista. Estes traços não foram ressaltados por importantes comentadores, que preferiram, em regra, adotar um ponto de vista linearizante, preche de crenças no progresso/aperfeiçoamento/ruptura com as ideologias como um dado intrínseco ao desenvolvimento de qualquer forma de conhecimento científico.¹¹⁷ Diante disso, tendo em vista as noções empregadas por Deffontaines para conferir sentido aos tipos

¹¹⁵ DEFFONTAINES, Pierre: *Geografia Humana do Brasil*. Revista Brasileira de Geografia, 1(2), abril-junho de 1939, p.24.

¹¹⁶ Esta hipótese de uma aculturação - fluida, virtual, naturalmente - aparece, noutros termos, em QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de: *O Brasil dos cientistas sociais não-brasileiros*. Ciências Sociais Hoje/1990. São Paulo: Editora Vértice/ANPOCS, 1990, p.65-97. Seria preciso, todavia, desenvolver mais ampla e documentadamente estas conjecturas. Sabe-se que um dos mais assíduos interlocutores de Pierre Deffontaines em seus primeiros anos paulistas foi Caio Prado Junior. E, curiosamente, naqueles tempos, este parecia bem menos preocupado com o tema dos tipos étnico-raciais do que no final da década, quando estava escrevendo seu *Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia*. 14ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976, onde há um capítulo sobre raças, p.85-115, e várias menções esparsas. Em sua *Evolução Política do Brasil*. 11ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974, publicada pela primeira vez em 1933, ele dá atenção apenas residual ao assunto. Apesar disso, é de se ressaltar que ele escreveu, justo numa época de grande atividade com Deffontaines, uma *Contribuição para o estudo das influências étnicas no Estado do Paraná*. Geografia, São Paulo: 1(2), 1935, p.215-219, reportando observações sobre a vida de imigrantes europeus na área de Curitiba.

¹¹⁷ Confira-se, dentre outros, CLAVAL, Paul: *Evolución de la Geografía Humana*. Tradução de Alexandre Ferrer. Barcelona: Editorial Oikos-Tau, 1974; LACOSTE, Yves: *A Geografia* in CHÂTELET, François (dir): *História da Filosofia - Idéias, Doutrinas*. Volume 7. Tradução Hilton Japiassu. Rio: Zahar Editores, 1974, p.221-274; QUAINI, Massimo: *A Construção da Geografia Humana*. Tradução de Liliana Langaná Fernandes. Rio: Editora Paz e Terra, 1983

e aspectos da população brasileira; e, ainda, sua preocupação em estabelecer delimitações regionais que, superando - mas, como se vê, nem sempre conseguindo - as estritas causações ambientais, pudessem se fundamentar nas diversidades dos gêneros de vida, sua caracterização de uma área Norte-paranaense, feita em 1938, afigura-se menos prosaica do que poderia parecer num primeiro e contemporâneo relance:

*Rolândia, fundada em 1934 pela Companhia Norte do Paraná, contava em outubro daquele ano como único edifício um hotel que elevava no meio dos troncos calcinados das árvores da floresta; fios de ferro marcavam através desta paisagem de desolação o traço das ruas e dos lotes. (...) Construiu-se também muito depressa uma prisão, isto marcava a diferença com o sertão, onde reinava o direito do mais forte; com o patrimônio entrava-se na legalidade. (...) Muitas vezes a prisão é um dos mais belos edifícios da cidade, porque ela representa uma das marcas essenciais da civilização.*¹¹⁸

Perspectiva similar - de valorização dos elementos etnográficos, mas também de incapacidade de romper com os sutis determinismos ambientais - era abraçada por Pierre Monbeig. Ao contrário de seu predecessor na Universidade de São Paulo e na animação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, ele ainda era bastante jovem, tinha 27 anos, quando desembarcou no Brasil e praticamente um desconhecido nos meios mais autorizados da comunidade geográfica francesa. Não obstante isso, nos 14 anos seguintes, ele escreveu dezenas de artigos que produziram efeitos teóricos e, sobretudo, educacionais decisivos no ainda imaturo campo dos estudos espaciais brasileiros. Muitos daqueles trabalhos estavam direta ou indiretamente ligados a seu - naquele então - tema favorito: as frentes de colonização. Como se sabe, tudo culminou em uma tese de doutoramento, exemplar fantástico de estudo regional, que, ainda hoje, é o texto mais consultado sobre a gênese e os desdobramentos iniciais do Oeste-Sudoeste paulista e do Norte (-Novo) paranaense.¹¹⁹ Ainda bem diferente de Deffontaines, que ficou uns poucos três anos por aqui, Monbeig não somente permaneceu por mais de uma década, como tornou-se uma referência tão intensa que foi transformado em verdadeiro herói fundador/civilizador nos trópicos. Seus estudos ficaram, como é natural, crescentemente refinados e complexos durante todo aquele tempo. E, compensando a guerra e a conseqüente dificuldade de se obter

¹¹⁸ DEFFONTAINES, Pierre: *Como se construiu no Brasil a rede de cidades*. **Boletim Geográfico**, 2(15), junho de 1944, p.302 (O original, em francês, é de 1938)

¹¹⁹ MONBEIG, Pierre: **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1984. Esta obra, indiscutivelmente excepcional, foi terminada como tese, em 1948, e publicada, em 1952.

novas publicações e informações, eles preencheram admiravelmente as carências teórico-metodológicas dos geógrafos brasileiros.¹²⁰

Na realidade, tanto Deffontaines como Monbeig tinham muito claro o papel que deles esperavam alguns segmentos das elites paulistas e cariocas. Sabiam do poder imanente às suas palavras e gestos, e reconheciam-se como verdadeiros catequisadores acadêmicos. O primeiro foi literalmente caracterizado por Nilo Bernardes como *um apóstolo do pensamento geográfico francês de então, pregando e convertendo pessoas para uma nova profissão*. Já Pierre Monbeig chegou a ser apelidado, quando lhe escreveram um elogio fúnebre, de *patriarca da geografia paulista e nacional*.¹²¹ Em 1937, preocupado com o que lhe parecia ser um atraso gigantesco dos padrões de conhecimento geográfico reinantes, definiu um programa de trabalho para a USP que, ao mesmo tempo, era uma avaliação rude e franca do meio intelectual de seu tempo. Aquele mesmo ambiente com quem ele trocava informações, algumas das quais devoradas e retraduzidas pelo vocabulário da geografia regional francesa. Segundo ele,

*(...) meus alunos se comprazem com os quadros grandiosos, com as questões que lhes permitam estabelecer debates inutilmente longos e em que são repetidos eternamente os mesmos argumentos, os mesmos exemplos, mas que, enfim, a nada conduzem. E isso nada tem de científico senão o exterior, e eu preferiria que eles soubessem a geografia antes de discuti-la. À força de considerar unicamente generalidades, o estudante se esquece de que a geografia é uma ciência de base territorial; que é necessário essencialmente delimitar e descrever estes territórios; que ela não é um ramo da filosofia, mas uma ciência que se liga mais às ciências naturais.*¹²²

¹²⁰ Para algumas referências bibliográficas de seus estudos teóricos, veja-se o excuro a seu respeito adicionado a este capítulo. Consulte-se, ainda, MONBEIG, Pierre: **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1957, p.237-239.

¹²¹ BERNARDES, Nilo: *A influência estrangeira no desenvolvimento da geografia no Brasil*. **Revista Brasileira de Geografia**, 44(3), julho-setembro de 1982, p.521 e BRAY, Silvio Carlos: *Pierre Monbeig, o patriarca da geografia paulista e nacional*. **Geografia**, 12(24), outubro de 1987, p.119-120. Para um quadro amplo dos objetivos e das expectativas dos criadores da USP, veja-se CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro: **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Editora Cortez, 1982. Quanto à Universidade do Distrito Federal, onde ensinou Deffontaines, leia-se PAIM, Antonio: **A UDF e a Idéia de Universidade**. Rio: Editora Tempo Brasileiro, 1981.

¹²² Citado por LIMONGI, Fernando: *Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo in MICELI, Sergio (org): História das Ciências Sociais no Brasil - Volume 1*. São Paulo: Editora Vértice/IDESP/FINEP, 1989, p.183. Quarenta anos mais tarde, suas opiniões continuavam severas. Observando que, fora a presença isolada de Carlos Delgado de Carvalho, que, em todo caso, teve uma formação escolar e geográfica diretamente francesa, não existiam professores de geografia nos anos 30, aduziu: *Com raras exceções, não existiam também historiadores no Brasil, no conceito moderno de história, que não é uma lista de datas de batalhas, tratados de paz, revoluções etc. Havia também poucos sociólogos. Naquela época os brasileiros estavam sempre procurando modelos estrangeiros. Conheciam muito melhor a literatura francesa do que a brasileira. O desejo de todos os que tinham um pouco de dinheiro era viajar para Paris, Londres, Genebra, para abastecer-se nas fontes européias*. MONBEIG, Pierre: *A filosofia que orientou a criação da USP continua válida* - Entrevista a Lourenço Dantas Mota e Antonio Carlos Pereira. **O Estado de S. Paulo**, 04/11/79.

Todas essas posturas influenciaram seus alunos e interlocutores. Dentre estes, muitos investigadores que, anos depois, fizeram viagens de estudo em áreas do Norte paranaense. Na realidade, em termos das auto-identificações profissionais, dos esquemas metodológicos e, ainda, das crenças políticas e etnológicas costumeiramente não explicitadas que costuram os conceitos da geografia regional possibilista, seus estudos sobre aquela região estabeleceram tanto modelamentos retóricos muito consistentes quanto pretensas evidências fáticas que, com o tempo, foram tidas como indiscutíveis. E no meio de algumas daquelas referências fáticas estavam as relações entre São Paulo e Norte do Paraná. Desconheço em que medida ele tinha consciência disso, mas o fato é que Monbeig estabeleceu a história modelar das epopéias do Ocidente nos sertões do Paranapanema. Um relato que, uma vez assumindo a forma de saga, não mais poderia isentar-se de fluir ao redor de funções narrativas que tudo conduzem para a sagração de heróis quase sempre mitológicos, mesmo que de carne e osso. Saga, tenha-se claro, descrita mediante categorias irrigadas pela crença de que se estava produzindo algo muito parecido com o que fazem os cientistas naturais. Depois de seus textos, pareceu de bom alvitre citá-los sempre que se tratava de mencionar os laços entre São Paulo e as partes setentrionais do Paraná.¹²³

¹²³ Pierre Monbeig, diga-se em reforço, liderou uma das marcantes excursões de estudantes da USP ao Norte do Paraná, em 1948. A viagem, que contou com a participação de outros professores, dentre eles Felix Rawitscher, eminente naturalista, durou cerca de um mês. Nem é preciso dizer que a Companhia de Terras Norte do Paraná deu efusivo apoio ao evento. Ele teve, sem sombra de dúvida, um caráter solene e fundador. Tanto que ficou marcado nas recordações de alguns importantes geógrafos que se formaram no final dos anos 40, como João José Bigarella e Pasquale Petrone. Com efeito, a viagem de estudos chefiada por Monbeig destoava de outras empreendidas, desde 1934. Era um acontecimento institucional. Contudo, ao mesmo tempo, atualizava a presença de europeus cultos na região, o que era sempre visto com bons olhos pelos empresários colonizadores. Nada melhor do que uma razoável publicidade cientificamente articulada. De fato, cidades como Londrina e Rolândia foram visitadas, desde a segunda metade dos anos 30, por muitos intelectuais que, em um ou outro momento, lecionaram na USP. Em 1935, Levi-Strauss e Paul Arbusse-Bastide lá estiveram, em companhia de Monbeig, *quando Londrina se resumia a uma só casa de madeira, erigida para negociar o primeiro loteamento da cidade*, na imprecisa lembrança do segundo. Emilio Willems, que nos anos 60, já trabalhando nos Estados Unidos, andou estudando a mobilidade social naquela região, por lá morou e lecionou em uma escola, situada em área de colonos alemães, em 1934-35. No início dos anos 50, Charles Morazé, que ensinava ciência política, aproveitou para, diante de Londrina, evocar Monbeig e pensar nos *contrários que desencorajam o geógrafo*, sugerindo que se grafasse nos mapas *zona em evolução*. Londrina que, em 1951, é, *em quinze anos, quatro séculos de história de São Paulo, vinte séculos de história de uma cidade da Europa*. Mas, pela influência de seus ensinamentos, não há dúvida de que a viagem liderada pelo geógrafo francês teve um significado bem mais amplo. Confirma-se, BIGARELLA, João José: *Londrina, feliz aniversário?* **Gazeta do Povo**, 10/12/84, p.8; PETRONE, Pasquale: *Entrevista. Geosul*, Florianópolis: 8(15), janeiro-julho de 1993, p.113-114; ARBOUSSE-BASTIDE, Paul: *O que o Brasil me ensinou. O Estado de S. Paulo*, 16/09/84, p.22; WILLEMS, Emilio: *Dezoito anos no Brasil. Resumo de atividades didáticas e científicas* in CORRÊA, Marisa (comp): **História da Antropologia no Brasil: 1930-1960, Testemunhos**. São Paulo: Editora Vértice, 1987, p.118-127; MORAZÉ, Charles: **Les Trois Ages du Brésil: Essai de Politique**. Paris: Librairie Armand Colin, 1954, p.14-15

Sendo mais específico, devo acentuar que, ao contrário dos escritos de Pierre Deffontaines, que se tornaram monotonamente reiterativos, o lugar ocupado por São Paulo nos contextos explicativos do Norte do Paraná sofreu importantes modificações nos estudos de Monbeig, conforme ele foi se familiarizando com a região e, também, na medida em que foi experimentando novos conceitos. De fato, se sua formação universitária desde cedo estimulou-o a dar bastante atenção aos processos históricos, durante os anos 40, ele parece ter se aproximado cada vez mais de uma perspectiva de cunho funcionalista, aderindo de maneira explícita à terminologia descritiva que designava as relações sócio-espaciais a partir das principais *funções* desempenhadas por uma certa localidade em tela. Sendo assim, São Paulo, traduzida como conjunto de múltiplas funções urbanas, tornava-se agora, conceptualmente, o ponto nevrálgico de um processo de irradiação. Na década de 1940, a noção de *zona de influência* parecia radiografar o resultado da ação expansionista de uma certa cidade ou micro-região. Naquele período, Pierre Monbeig dirigiu várias pesquisas localizadas empreendidas por seus alunos confirmando o que se lhes afigurava como o valor operacional dos conceitos de *zona de influência* e de *funções*.¹²⁴

Não quero dizer com isso que as novas categorias analíticas tenham significado apenas rótulos novos para velhos conteúdos. Mas o esquema narrativo não foi alterado. Monbeig continuou descrevendo os processos de formação e desdobramento de frentes de colonização tomando como ponto de partida os movimentos de interiorização empreendidos por São Paulo. Nos anos 40, escapava-lhe ainda uma percepção que se tornou clara em suas obras na década seguinte: os elementos étnicos que eventualmente estivessem atuando na configuração de uma determinada paisagem regional eram, em última análise, tributários de estímulos dados pelo avanço do capital.¹²⁵ Seja como for, Pierre Monbeig tinha toda razão ao dizer, evocando Lucien Febvre, que sempre é preciso bastante cautela para evitar os habituais riscos de anacronismo.¹²⁶ Por isso, vale ter em conta que, nos anos 20 e 30, a palavra *paulista* e seus correlatos estavam sendo permanentemente imantadas por novos atributos. Em suas caracterizações genéricas, ela era com bastante frequência empregada em

¹²⁴ Confira-se, para começar, um texto programático, escrito em 1940, MONBEIG, Pierre: *O estudo geográfico das cidades* in _____: **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1957, p.33-68 (mais um *Apêndice*, p.69-77). Veja-se, a seguir, a série de pequenas monografias por ele coordenadas e publicadas nos *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia* - Volume 3. Rio: CNG, 1944, p.566 e ss.

¹²⁵ Confira-se MONBEIG, Pierre: *Capital e geografia* in _____: **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1957, p.215-236.

¹²⁶ Ver, mais adiante, em excursão específica, observações mais detalhadas acerca das proposições metodológicas de Pierre Monbeig e suas relações com os historiadores de seu tempo de estudante e jovem professor/pesquisador.

franca oposição à palavra *brasileiro* e boa parte de seu campo semântico. Também era voz corrente, sobretudo entre os intelectuais regionalistas - e era difícil encontrar quem não tivesse uma pitada de bairrismo naqueles tempos de enormes rivalidades interestaduais, significar o extremo-oposto do termo *carioca*.

Nestes sentidos precisos, estudados com excepcional cuidado por Marly Silva da Motta, prevalecia um eixo de identificação - ora messiânico, ora racista, ora oligárquico, ora moralista, ora tudo ao mesmo tempo - dos paulistas como seres genéricos, os verdadeiros brasileiros, aqueles que construíram e ainda estavam construindo os alicerces mais nobres da brasilidade. O restante do país, em suma, devia dobrar-se, reconhecendo sua mediocridade polimotivada, aos missionários destinos de São Paulo. Comentando as opiniões de largos setores da intelectualidade paulista, aquela pesquisadora observou que, em uma época de disputa ferrenha entre as elites estaduais pelo controle do Estado Nacional,

(...) fundamental era ligar a imagem dos paulistas aos bandeirantes - pioneiros, desbravadores e empreendedores - restaurando uma linha de continuidade que negasse a demarcação entre passado, presente e futuro. Necessário era apelar à liderança paulista, firmemente impregnada do ethos bandeirante, configurado no amor ao trabalho, à ordem, à disciplina, à determinação, à ação, ao pragmatismo, à abnegação. E mais: estes valores deveriam se entranhar na própria alma brasileira (...). História e geografia confluíam para firmar a idéia de que São Paulo era o berço da nação. Com os pés fincados na terra firme, de costas para o mar, o bandeirante, de ontem e de hoje, seria o guardião pragmático e ordeiro das tradições nacionais. Ao contrário, o carioca, "cidadão do litoral", seria cosmopolita, aventureiro, contemplativo, desinteressado dos negócios, incapaz, portanto, de dirigir o Brasil, cujo destino seria a terra firme e não as "sereias do mar".¹²⁷

Apesar disso, havia escritores naquele período que, invertendo o polo umbilical dos regionalistas, falavam de paulistas numa acepção globalizante, muito próxima daquela de Euclides da Cunha que, no início do século, sugeriu que a *significação histórica deste nome abrange os filhos do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e regiões do Sul*. Tratava-se, neste sentido, bem mais de qualificar indivíduos dotados de um presumível *ethos* similar do que de um agrupamento de pessoas dividindo um espaço residencial comum.¹²⁸ Retomando as posições de Euclides, João Frederico Normano, ao escrever para leitores norte-americanos, em 1932, explorou uma noção de *paulista* que extremava a construção de um figurino arquetípico.¹²⁹ Para ele, o

¹²⁷ MOTTA, Marly Silva da: **A Nação Faz Cem Anos: A Questão Nacional no Centenário da Independência**. Rio: FGV-CPDOC, 1992, p.95.

¹²⁸ CUNHA, Euclides da: **Os Sertões**. 27ª edição. Rio: Livraria Francisco Alves Editora, 1968, p.63

¹²⁹ NORMANO, João Frederico: **Evolução Econômica do Brasil**. Tradução de Theodoro Quartim Barbosa et Alli. 3ª edição. Brasília/São Paulo: MEC/Companhia Editora Nacional,

termo indicava antes de mais nada um *tipo econômico*, algo que ele não chegou a definir claramente, mas que era, em última análise, um condensador etológico de um certo conjunto de atividades econômicas. Os tipos expressariam uma íntima solidariedade entre os atores sociais e os sistemas dentro dos quais eles agem, isto é, produzem e são produzidos. Assim, o procedimento metodológico de isolar aqueles caracteres possibilitaria

dar uma história não de fatos, mas de tipos e tendências, [de maneira a permitir a compreensão de] séculos de deslocação de fronteira no Brasil, iniciada pelos bandeirantes e trilhada hoje pelos homens de negócios [onde a] diferença está na forma e nos métodos; o objetivo era e é o mesmo - a extensão do território econômico.

Normano faria, então, uma qualificação dos tipos onde estariam o *sertanejo*, o *bandeirante*, o *fazendeiro*, o *estrangeiro* e o *paulista*. Este último seria, para começar,

o tipo líder do período da República, representativo por excelência do elemento urbano no Brasil, [de forma que, considerando que] a fronteira geográfica de um paulista é o Brasil econômico, [fica evidente que] é-se paulista mesmo que não se tenha nascido no país.

Em síntese, para o economista de ascendência brasileira ensinando nos Estados Unidos e sentindo, em suas palavras, *grande decepção pela falta de interesse que a edição em inglês de seu livro despertara no Brasil*,

O termo paulista, neste sentido, compreende todas as características do tipo moderno que vive na cidade, de um homo economicus brasileiro. Do ponto de vista brasileiro, a palavra pode, ao mesmo tempo, exprimir um julgamento, um sentimento de orgulho, que não existe quando o termo é usado pelos filhos de outros Estados, quando se referem aos paulistas. O paulista apareceu no horizonte econômico como produto de condições novas, como consequência da idade do caminho de ferro, do nascimento e fundação das cidades. [Trata-se, enfim] desse ianque do continente sulino, cujos ascendentes foram os bandeirantes, equivalentes aos "pioneiros" dos Estados Unidos.¹³⁰

1975 (Col. Brasiliana, 152). Não se costuma dar o devido valor ao caráter pioneiro, em muitos níveis, do livro de Normano. Ele ficou conhecido quase que tão-somente pela sugestão de se falar em *produto-rei* para definir a mercadoria que encimava cada um dos ciclos econômicos tradicionais do país. Mas sua tentativa de associar tipos psico-sociais ou, como prefiro dizer, etológicos, aos sistemas econômicos fazia transparecer u'a modernidade teórica que, decerto sem muita consciência - ou sem pagar o devido tributo - escritores como Afonso Arinos de Mello Franco, Roberto Simonsen, e Celso Furtado, adotaram. O primeiro, diga-se de passagem, elaborou um modelo de ciclos econômicos, divulgado em 1938, que lembrava com todas as letras as formulações de Normano feitas alguns anos antes. Confira-se, FRANCO, Afonso Arinos de Mello: *Síntese da História Econômica do Brasil*. 2ª edição. Salvador: UBA/Livraria Progresso Editora, 1958. Para uma apreciação genérica da historiografia econômica brasileira, em muitos aspectos ainda válida, veja-se IGLÉSIAS, Francisco: *Situação da história econômica do Brasil*. *Anais de História*. Assis: (2), 1970, p.9-64.

¹³⁰ NORMANO, João Frederico: *Op. Cit.* p. 14, 83 e 84.

Normano acreditava, como muitos intelectuais de seu tempo, dentro e fora do Brasil, que os elementos raciais eram componentes efetivamente decisivos na definição dos comportamentos econômicos brasileiros. Tanto que chamou atenção para existência de outros *tipos*, como o *jesuíta*, o *índio* e o *negro*, que não foram caracterizados em sua obra porque, segundo ele, *a falta de material disponível forçou-me a adiar esta investigação para outra oportunidade, em que terei acesso às fontes, tanto no Brasil como em Portugal*. Daí que, ao finalizar uma descrição dos contatos entre os imigrantes europeus e os brasileiros, em particular os *paulistas*, expressou a confiança habitual dos setores liberais (menos conservadores!!) das elites brasileiras nos aspectos favoráveis desse laboratório de caldeamento em que se transformara o país, assinalando que

*todas as indicações demonstram que o processo de formação de um tipo brasileiro, de uma nova raça, está a caminho. Ele será um paralelo sulino ao homo economicus norte-americano.*¹³¹

Enfim, pelos exemplos dados acima, parece muito evidente que se não se tiver presente o variado campo léxico a disposição dos intelectuais imigrantes na caracterização do termo paulista, corre-se o risco de acreditar que os proferimentos acerca de seu passado e de suas ações no presente eram entendidos sempre de maneira neutra, unimodal. Com efeito, Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, bem como seus alunos e outros interlocutores não escreviam no vazio das significações. É claro que as relações de continuidade e causalidade entre tendências expansionistas ou irradiadoras de São Paulo e a colonização cafeeira no Norte do Paraná foram estabelecidas conceptualmente pelos geógrafos franceses através de uma nomenclatura que, por auto-definição, pretendia-se isenta de preconceitos regionalistas e dotada de fortes matizes anti-especulativos. No entanto, entre o projeto cognitivo e sua efetividade há, como sempre, uma distância gigantesca.

De qualquer maneira, entre os dois produtores de matrizes geográficas narrativas havia nítidas diferenças no trato dos dados fornecidos pelas terminologias populares. Pierre Deffontaines não se importou muito em interrogar os conteúdos implícitos às palavras que ele transpunha de um contexto de enunciação para outro. Aparentemente, afigurava-se-lhe normal lançar mão de termos de uso corrente sem se preocupar se eles estavam ou não carregados de preconceitos ou se o ato de empregá-los não conduzia à determinadas formas de apreensão da realidade. Pierre Monbeig, por seu turno, agiu de maneira bem diversa. Talvez por ter experimentado

¹³¹ NORMANO, João Frederico: Op. Cit. p.16 e 89.

por muito mais tempo as particularidades brasileiras, percebeu, algumas vezes, a enorme plasticidade dos categoremas espalhados pelas zonas de colonização. Instruído por uma tradição de geografia que valorizava as pistas cognitivas fornecidas pelos nomes locais de coisas e gentes, ele atentou para os circuitos semânticos que redefiniam, convertendo-os à condição de adjetivos, substantivos que, a primeira vista, poderiam parecer os termos menos controversos do mundo. Assim, ele observou que já não convinha estabelecer relações muito estreitas entre procedência regional e atividades padronizadas, posto que, naqueles espaços, as mudanças eram vertiginosas. Referindo-se ao final dos anos 40, ele disse:

Ainda não estancou a corrente emigratória das montanhas de Minas para os planaltos ocidentais de São Paulo e do norte do Paraná. Quando se divisa uma plantação de fumo ou uma bela criação de porcos, pode-se apostar, sem excesso de risco, que esse pioneiro é de Minas. Mas, não demorou ele a sentir-se paulista; é o que lhe fazem ver, no caso de ele regressar à vila natal, para ali arrastar os amigos a seguir-lhe o exemplo: logo o chamam o "paulista". Seus filhos e netos estiveram entre os paulistas mais agressivos.

¹³²

No sentido inverso as re-semantizações populares também eram freqüentes. Foi o caso, para citar o mais conhecido dos exemplos, da caracterização dos nordestinos. Nas frentes pioneiras do Sul-Sudeste, quem quer que viesse de regiões do Norte de Minas Gerais para cima era chamado de *nortista* e, sobretudo, de *baiano*. Segundo Monbeig, isto acontecia porque a *Bahia foi o principal centro de emigração para as zonas pioneiras de São Paulo e do norte do Paraná*. Todavia, esta denominação - que não ocultava, em muitas ocasiões, fortes preconceitos étnico-raciais - disseminou-se pelo interior paulista desde os primeiros anos deste século, quando as migrações efetivamente baianas - que se acentuaram a partir dos anos 20 - ainda eram pouco expressivas.¹³³ Por outro lado, muitos migrantes se referiam à quem vivia no interior do Paraná, independente de onde tivesse nascido, como *paranaense*. Na maioria das vezes, tratava-se de um categorema muito próximo à um estigma, uma vez que classificava negativamente duas ordens de indivíduos. De um lado, os caboclos e os indígenas que, por não participarem regularmente das atividades mercantis,

¹³² MONBEIG, Pierre: **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1984, p.137.

¹³³ MONBEIG, Pierre: **Op. Cit.** p.150; e, ainda, MERRICK, Thomas W. & GRAHAM, Douglas H.: **População e Desenvolvimento Econômico no Brasil: De 1800 Até a Atualidade**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio: Zahar Editores, 1981, p.154-163. Uma descrição breve do impacto causado pelas migrações baianas sobre o mercado de trabalho no interior de São Paulo (região de Assis) aparece em LECOCQ, Nice Magalhães: *Exploração da madeira na Alta Sorocabana. Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia - Volume 4*. Rio: CNG, 1944, p.691-707

eram vistos como seres de qualidade humana inferior. De outro, os habitantes de outras áreas do Estado que, por não terem promovido a ocupação capitalista do Norte, eram considerados, no mínimo, desleixados e incompetentes ou, então, elites parasitárias e declinantes que, agora, aproveitavam-se do trabalho alheio para exorbitar nos tributos e no clientelismo político.

Diga-se de passagem, a historiografia regional, sobretudo aqueles trabalhos mais encorajados por perspectivas provincianas e/ou extremadamente regionalistas, não deixou de refletir aquele estado de coisas. Foi certamente animada por algo daquele ambiente de acusações que Ana Cleide Chiaroti Cesário escreveu toda uma história da vida política em Londrina tendo por uma de suas mais fortes motivações, a permanente oposição de suas elites aos ditos interesses político-partidários da capital e do Sul paranaense em geral. Por sua vez, Ruy Wachowicz, indignado, ao mesmo tempo, com as classes dominantes tradicionais do Paraná e com os migrantes que desprezavam o Estado para onde vieram, recolheu grande quantidade de fontes para demonstrar que o estado de abandono do Norte pelas primeiras foi o principal motivo da recusa dos segundos a se integrar ao mundo sócio-político paranaense.¹³⁴ Mas esta já é (quase) uma outra história. Pretendo contar alguns de seus episódios noutra oportunidade. Por enquanto, interessava-me apenas fazer um breve exercício de sociologia do conhecimento tomando como pretexto uma literatura fundadora e alguns de seus efeitos cognitivos a longo prazo. Neste sentido, antes de encerrar este capítulo, com a finalidade de aduzir mais evidências para meus argumentos anteriores, reproduzo como excurso uma descrição analítica dos usos feitos por Pierre Monbeig, em seu principal estudo, do tema do bandeirante.

[05] EXCURSO: PIERRE MONBEIG E AS FRENTES PIONEIRAS: EM TORNO DE UMA RECRIAÇÃO LIBERAL DO MITEMA BANDEIRANTE

Em sua tese de doutoramento, publicada nos anos 50 - mas escrita na década anterior, Pierre Monbeig trabalhou com dois registros epistemológicos bastante distintos e de difícil, mas, de modo algum impossível, conciliação. Por um lado, ele operou com os conceitos funcionalistas que estavam entrando em voga naqueles anos. Por outro, reproduziu construções históricas que, decorrentes de sua adesão a-

¹³⁴ CESARIO, Ana Cleide Chiarotti: **Poder e Partidos Políticos em uma Cidade Média Brasileira. Um Estudo de Poder Local: Londrina - PR, 1934-1979**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1986. ; WACHOWICZ, Ruy Christovam: **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987, p.122 e ss.

crítica ao acervo de idealizações épicas das elites intelectuais paulistas, terminaram por beirar as fronteiras dos discursos mitológicos. Neste sentido, seu estudo é deveras representativo de uma, dentre as várias maneiras, através das quais foi recriado - no contexto de uma construção técnico-científica da figura do *pioneiro* - aquilo que, na falta de um termo mais exato, pode-se chamar de *mitema* bandeirante.¹³⁵ Não se trata, portanto, de procurar, anacronicamente, fazer correções críticas de conteúdo ao texto. Meu foco de análise concentra-se apenas no modo como o *mitema* foi retomado, de forma que não estou preocupado com a veracidade fáctica do que foi dito.

136

Tenho várias razões para considerar este texto efetivamente representativo. Para começar, Monbeig escreveu uma dissertação universitária onde forçosamente buscou obedecer a certos cânones de objetividade expressiva. Seu trabalho está atravessado pela crença numa cientificidade intrínseca ao discurso geográfico, tendo, por isso, de demonstrar empiricamente, a todo momento, seus proferimentos teóricos. Aduza-se que a cientificidade preconizada fundamenta-se numa outra crença profissional: o valor dos estudos regionais no âmbito da geografia humana, algo particularmente caro aos franceses de seu tempo de estudante. Além do mais, trata-se de um livro extremamente influente entre os geógrafos e historiadores brasileiros, e tido, ainda em nossos dias, como verdadeiro modelo de obra científica de alto nível. Desde que foi publicado na França, em 1952, é raro não encontrá-lo como referência decisiva na bibliografia sobre frentes pioneiras e políticas de colonização no território brasileiro.

Noutro registro, sua representatividade aparece bem definida pelo modo como se apropriou da figura do bandeirante para dar fundamentos a certas considerações a respeito de possíveis traços psíquicos que sedimentariam o comportamento de amplas frações da população brasileira. Ele essencializou e reificou um *ethos* bandeirante sem romper com os termos da questão tais como foram colocados, so-

¹³⁵ MONBEIG, Pierre: **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1984

¹³⁶ Utilizo o termo *mitema*, contrabandeando-o da antropologia estrutural, para designar a matéria-prima com a qual se fabrica um discurso mitológico ou fabulizador. Trata-se de um uso, por assim dizer, neutro, uma vez que não me interessa julgar o valor dos mitemas na produção da memória. Todavia, quero notar desde já que o uso da expressão em tela não me compromete com uma concepção do pioneiro enquanto mito, tampouco com um entendimento da obra de Monbeig como uma fábrica de mitologias. Reconheço, contudo, que é bastante sedutora a idéia de ver daquele jeito a figura do bandeirante, algo como uma variante brasileira de um constructo arquetípico: o desbravador americano, tal como o fez, num certo sentido, o próprio Pierre Monbeig.

bretudo, por Cassiano Ricardo.¹³⁷ E, seguiu este caminho para operar uma reconstrução do passado - tomando a longevidade de determinados mitemas no discurso das elites como dados adquiridos, fatos de veracidade inquestionável. Outro argumento pela representatividade é o fato de que ele expressou uma avaliação do mitema bandeirante em termos de franca positividade naquilo que teria incrustado nas pautas de conduta dos brasileiros. Monbeig, um francês que usufruiu da generosidade liberal-comensalista da burguesia paulistana, segregou em seu texto muitos traços da cultura política das elites locais, o que permite que se afira o grau de sedução das crenças e opiniões daquele grupo no que se referia aos supostos atributos mentais dos brasileiros. Por fim, ele entendeu o bandeirante menos como um personagem de carne e osso do que como idealidade, apesar de acreditar que existia um solo factual que assegurava a veracidade da conversão simbólica daquele ator social. Daí ter se concentrado nos efeitos psíquicos que sua perenidade ocasionaria no seio das mentalidades coletivas.

O crescimento do interesse dos historiadores pelo Estado Novo, a partir de finais dos anos 70, ampliou consideravelmente os conhecimentos acerca de seus mecanismos simbólicos de legitimação e afirmação da autoridade.¹³⁸ No entanto, sua tematização em uma conjuntura ainda definida pelos rumos da ditadura militar, não escapou da influência exercida sobre os pesquisadores por modelos teóricos que valorizavam o caráter eminentemente interventor do Estado Nacional brasileiro em todas as épocas. Ele teria sido o criador da nacionalidade, o propulsor do crescimento industrial, o inventor e gerente da esfera pública. Uma entidade monolítica que funcionava como máquina de pura opressão; como um catalisador dos conflitos entre as classes, porém, raramente, entre frações de classes. No que se refere aos símbolos e ideologias políticos, os pesquisadores optaram, em sua maioria, por um caminho de interpretação que acentuava as potências manipuladoras do Estado. Assim, as contradições entre as frações da classe dominante, trabalhadas em planos discursivos ou icônicos, foram, quase sempre, negligenciadas.

Ocorre que um tratamento criterioso dos usos da figura do bandeirante, por menores que sejam suas ambições, precisa atentar para o fato de que sua re-

¹³⁷ Confira-se, RICARDO, Cassiano: **Marcha para Oeste: A Influência da Bandeira na Formação Social e Política do Brasil**. Rio: Livraria José Olympio Editora, 1940. Mas é sempre interessante lembrar que o bandeirante já tinha sido tema de um belo poema de Ricardo, o **Martim Cererê**, publicado em 1928. Ver, ainda, *O Estado Novo e o seu Sentido Bandeirante*, *Ciência Política*, 1(1), março de 1941, e o **Pequeno Ensaio de Bandeirologia**. Rio: MEC, 1956 (Col. Cadernos de Cultura).

¹³⁸ Veja-se, para um balanço ainda válido, LENHARO, Alcir: *Estado Novo, Estado velho - novas direções historiográficas*. **Anais do Museu Paulista**, Tomo XXXV, 1986-1987, p.7-14

semantização pelos intelectuais estadonovistas foi uma forma de expropriação, de subtração de um símbolo de seus donos tradicionais: os oligarcas paulistas. A operação de abasileiramento do bandeirante não foi tranqüila, sem resistências. Ela feriu toda uma tradição regionalista que, através de escritores como Alfredo Ellis Junior, Affonso Taunay e outros menos votados, opunha um *ethos* dinamizador da locomotiva paulista à um *ethos* arcaizante que seria dominante nos demais cantos do país¹³⁹. Mais ainda: se o bandeirante ancestral do autoritarismo sobreviveu ao Estado Novo, seja como positividade, dada a difusão dos textos de Cassiano Ricardo e seus epígonos, seja como negatividade, como na obra de Vianna Moog¹⁴⁰, sua contrapartida liberal, o indivíduo dotado de atributos empresariais que constrói um mundo à revelia do Estado, não desapareceu nem minimizou-se. Ele foi entronizado nos relatos acerca dos homens que estavam abrindo as franjas pioneiras organizadas por empresas particulares, no Norte do Paraná e no Extremo-Oeste de São Paulo. Em suma, o ícone bandeirante, ao contrário do que uma historiografia angustiada diante da imensidão totalizadora do Estado Autoritário deu a entender, foi, nos anos 40 e 50, antes de mais nada um objeto de disputa - por suposto, desigual - entre produtores, diferencialmente motivados, de ideologias político-históricas. Referindo a nomenclatura bourdieuriana, os bandeirantes foram colocados no centro de uma luta de classificações. Tratava-se de uma batalha entre intelectuais - *frações dominadas da classe dominante* - pelo controle dos significados legítimos conferidos às suas figurações.¹⁴¹

Nos anos de sua formação acadêmica, durante as décadas de 20 e 30, Monbeig travou contactos muito íntimos com alguns debates doutrinários e metodológicos referentes ao lugar ocupado pelas então chamadas psicologias coletivas nos quadros das explicações geográficas. Além disso, Albert Demangeon, professor de grande prestígio, seu primeiro orientador de tese e uma influência intelectual largamente venerada por ele, expressou em algumas de suas obras fortes preocupações com os elementos psicológicos que atuam no processo de interação entre homens e

¹³⁹ Para um balanço recente dos momentos mais importantes da historiografia bairrista dos paulistas consulte-se o admirabilíssimo estudo de QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de: *Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário*. Revista USP, (13), março-maio de 1992, p.78-87.

¹⁴⁰ MOOG, Clodomir Vianna: **Bandeirantes e Pioneiros: Paralelo Entre Duas Culturas**. 12ª edição. Rio: Editora Civilização Brasileira, 1978.

¹⁴¹ Extraí a frase de efeito de BOURDIEU, Pierre: *Como liberar os intelectuais livres?* in _____: **Questões de Sociologia**. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio: Editora Marco Zero, 1983, p.54. Para uma caracterização breve da análise bourdieuriana das lutas de classificações, leia-se ORTIZ, Renato: *A procura de uma sociologia da prática* in _____ (org): **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática, 1983, p.7-29 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

meio-ambiente.¹⁴² Comentando o assunto, Paul Claval referiu-se àquele período nos seguintes termos:

*(...) para a maioria dos geógrafos franceses e, segundo os pontos de vista conformes à doutrina de Demangeon, considera-se as disposições psicológicas, os fatos de percepção e de representação sob a condição de que sejam coletivos; têm-se a certeza, assim, de ficar num terreno sólido se os tomamos de testemunho objetivamente mensuráveis e cartografáveis, que são as denominações, as obrigações de fidelidade aceitas ou recusadas, as formas de pertencer claramente manifestadas pelo conjunto de uma população.*¹⁴³

Por outro lado, aqueles eram também os anos em que alguns pesquisadores voltados para o estudo histórico-sociológico de padrões de percepção e de memória, como Maurice Halbwachs e Charles Blondel estavam usufruindo de amplo reconhecimento nos meios universitários.¹⁴⁴ Era o ápice do controle acadêmico exercido pelos durkheimianos. Herdeiros de uma linhagem que valorizava a investigação das representações coletivas, eles estavam exercendo enorme fascínio sobre os investigadores que procuravam enfoques totalizantes, onde todos os planos das experiências sociais eram tidos como significativos e, portanto, deviam ser equilibradamente contemplados. E este era justamente o caso da geografia que, pretendendo romper com a velha tradição corográfica, lançava-se à aventura da conceptualização e do aperfeiçoamento de modelos explicativos.¹⁴⁵

Em um de seus estudos teóricos publicados nos anos 50, Monbeig referiu-se às dificuldades de um tratamento geográfico das mentalidades. Demonstrando profundo conhecimento da literatura metodológica e dos textos exemplares que circulavam entre os sociólogos e os historiadores, ele estimou, num primeiro momento, que *os geógrafos não se acham preparados para o estudo das mentalidades. Eles sabem disso e recusam-se a experiências audaciosas. E, ainda, que uma das melhores justificativas para essa prudência incomum encontra-se no temor da má literatura, terreno para onde poderia descambar uma geografia das mentalidades.* Todavia, como se

¹⁴² MONBEIG, Pierre: **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1984, p.17-18

¹⁴³ CLAVAL, Paul: *A geografia e a percepção do espaço*. **Revista Brasileira de Geografia**. 45(2), abril-junho de 1983, p.245

¹⁴⁴ Confira-se, para observações mais específicas, DUVIGNAUD, Jean: *Prefácio* in HALBWACHS, Maurice: **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p.9-17 e BLONDEL, Charles: **Introdução à Psicologia Coletiva**. Tradução de Frederico Lourenço Gomes. Rio: Editora Fundo de Cultura, 1960.

¹⁴⁵ Conferir, para enfoques gerais dos processos de transição de paradigmas corográficos para paradigmas analíticos, QUAINI, Massimo: **A Construção da Geografia Humana**. Tradução de Liliana Langaná Fernandes. Rio: Editora Paz e Terra, 1983 e, sobretudo, SANTOS, Milton: **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora Hucitec/EDUSP, 1978. Quanto às influências exercidas pelos cientistas sociais sobre a geografia francesa, leia-se as ponderações de GEORGE, Pierre: **Sociologie et Géographie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1966

verá logo a seguir, é difícil não ver audácia nas suas caracterizações das psicologias coletivas dos pioneiros brasileiros. Sabendo disso, ele ponderou, com espantosa concisão analítica, que

*(...) não se cogita de proclamar a primazia da mentalidade e conceder-lhe a priori uma espécie de preeminência na explicação geográfica. Reabrir o debate entre o ovo e a galinha a propósito das estruturas econômicas e das superestruturas mentais não nos levaria a nenhum resultado; mas desmontar o mecanismo que as reúne e investigar suas origens e conseqüências geográficas seria frutuoso. O que se pretende é que sejam associados mais frequentemente o estudo dos modos de pensar e os dos gêneros de vida.*¹⁴⁶

Suas remissões, ainda aqui, são os comentários metodológicos de Lucien Febvre que, talvez por lhe parecerem inteiramente conhecidos e aclimatados, ele nem cuidou de referenciar bibliograficamente. Em particular, Monbeig lembrou-se de atentar para um dos temas favoritos do grande historiador: os riscos, sempre insidiosos, do anacronismo. Assim, partindo de uma observação, que lhe pareceu por demais impressionista, de Roger Caillois sobre como o jogo representa um papel considerável na economia latino-americana, ele aduziu:

*Pode-se atribuir às estruturas econômicas a virulência desta mentalidade de jogador que não aparece como um fator geográfico decisivo, e é apenas invocada rapidamente, como se fora um pormenor pitoresco e exótico. A percepção de um modo de pensar radicalmente diferente do nosso exige, se não uma certa convivência, pelo menos um sério esforço da parte do pesquisador. Se este o esquece, cometerá um pecado que, para ser situado no espaço, deverá ser comparado no mínimo aos pecados do anacronismo, de que fala Lucien Febvre.*¹⁴⁷

A atualidade dos termos de Monbeig incomoda. Não sei em que medida suas *boutades* perseguiam efeitos retóricos um tanto o quanto vaidosos. Mas seu entendimento de uma polêmica que, para certos setores intelectuais brasileiros estava na ordem do dia, como a questão das causalidades infra ou super-estruturais, denotava uma segurança epistemológica invejável. Debochando dos reducionismos de todos os matizes - e aqueles eram os anos brabos de Guerra Fria, onde cada lado do *front* intelectual se esmerava em fabricar pílulas epistemológicas de efeito imediato, ele arrematou suas ponderações com uma plataforma teórica de irrecusável atualidade:

Toma-se necessário que o homem seja verdadeiramente considerado como outra coisa além de uma casa, de um trator ou de uma estatística. Se o homem, o homem em sociedade, constitui o centro da Geografia Humana, deve

¹⁴⁶ MONBEIG, Pierre: *Os modos de pensar na geografia humana* in ____: **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1957, p.29-30. Comentários sobre os tratamentos de questões típicas dos sociólogos pelo mestre francês da geografia aparecem em QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de: *Pierre Monbeig e a pesquisa geográfica no Brasil: atualidade de sua contribuição*. **Ciência e Cultura**. Rio: 40(12), dezembro de 1988, p.1180-1185

¹⁴⁷ MONBEIG, Pierre: *Os modos de pensar na geografia humana* in ____: **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1957, p.31

*aparecer de maneira total, com seus modos de vida e com seus modos de pensar, que afinal se confundem. A limitada tarefa dos geógrafos deve consistir em explicar a parte dos fatores geográficos na formação e na evolução dos modos de pensar, e das influências que eles exercem sobre os modos de vida e o peso que estes representam, sobre aqueles.*¹⁴⁸

Não é o caso aqui de fazer um estudo circunstanciado de suas obras. Para os fins de minha argumentação é preciso apenas fixar dois pontos: [a] os trabalhos de Monbeig eram rigorosamente científicos de acordo com os padrões epistemológicos dominantes em seu tempo; [b] os juízos de valor que abraçavam jamais chegaram a comprometer os efeitos reais de conhecimento da totalidade de seus enunciados. Desta forma, ao transformar um texto científico em documento-objeto, estou procurando preservar os núcleos de verdade que ele contém. Que lugar específico ocupa o bandeirante na estratégia expositiva de Pierre Monbeig? Como se opera a recriação daquele mitema? Uma vez reproduzido, que efeitos de desqualificação o bandeirante mitológico produz sobre sua sincera intenção científica? Estas perguntas muito simples permitem que o tema seja finalmente afluído. Vou começar fazendo algumas citações e paráfrases. Depois tentarei responder às questões postas acima.

Há um mini-capítulo no livro onde ele procurou estabelecer o significado e as origens do que chamou de *psicologia bandeirante*. Nele reside o essencial de sua falação. Começou estabelecendo suas amarras no passado, ao sustentar que *Desde o fim do século XVIII, haviam os paulistas renunciado às expedições para o sertão. Delas, porém, tinham conservado a lembrança e o pendor. Ainda hoje provoca entusiasmo a narrativa desses empreendimentos audazes.*¹⁴⁹ Ora, nestas palavras aparece com nitidez a função paradigmática do bandeirante no discurso de Monbeig. Permanência psíquica coletiva que sobrevoa a materialidade crua da história em seu dia-a-dia. O geógrafo conferia valor de verdade à uma certa memória dos feitos bandeirantes e, ao falar de *pendor*, tornou desnecessária a reconstituição dos liames que teriam assegurado concretamente a perenidade daquelas *lembranças*. Há um *ethos*, e basta. É fácil verificar que Monbeig aceitou os valores repassados pela historiografia tradicional paulista que, é bom que se diga, era praticamente a única fonte disponível naquele momento. Por isso, em seu trabalho ficou definido que o bandeirante, elemento simbólico, fazia parte do fabulário cotidiano dos brasileiros:

Num país cujo passado é curto, fica-se apaixonadamente preso ao que ele pode ter de prestigioso. Sendo um dos mais assombrosos da jovem história

¹⁴⁸ MONBEIG, Pierre: *Op. Cit.* p.31-32

¹⁴⁹ MONBEIG, Pierre: *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1984, p.121

*brasileira, o episódio das bandeiras impressiona muito as crianças. Ao aprender a ler, aprende o brasileiro a história dos bandeirantes.*¹⁵⁰

Dois registros aparecem nesta observação. Um deles remete para a valorização intrínseca da memória dos povos. Não se falava em recordações socialmente diferenciadas. Há uma história unificada que comporta os brasileiros em geral. Em momento algum ele se interrogou sobre a presença eventual de memórias contraditórias e estratificadas mesmo em termos de uma escala reduzida, como nas áreas de frentes pioneiras. Aqui encontram-se muito nitidamente alguns dos limites conceituais e, portanto, cognitivos da tradição de pensamento geográfico relacionada com Vidal de la Blache, Jean Brunhes e Lucien Febvre, mestres evidentes de Pierre Monbeig: a coisificação do *gênero humano* como essência que se manifesta através de entidades como *Nação, Região, Civilização* e assim por diante. Anula-se, nesta via, as diferenças socialmente construídas. Busca-se identidades, experiências coletivas indiscriminadas, processos capazes de permitir a singularização de uma pequenina e mapeável humanidade nacional.¹⁵¹

Por sinal, a palavra civilização merece considerações mais extensas. Tão caprichosamente cultivada pelos intelectuais franceses do entre-guerras, tornou-se um termo central nos estudos geográficos que pretendiam elucidar as dinâmicas vorazes das frentes pioneiras. Monbeig definiu-a certa vez como sendo (...) *o conjunto de suas técnicas e de sua cultura espiritual* [através dos quais] *uma sociedade de homens entra em contacto com o meio físico*. Este meio, por mais que o professor francês o associasse às ações humanas, terminava sempre por denotar um substrato intangível em suas essências. Tanto que ele, em idioma publicitário, observou eufórico, na mesma ocasião, que

*É nisto que reside um dos principais atrativos da geografia humana: procurar ver como civilizações distintas, ou uma mesma civilização tomada em diferentes momentos históricos de sua evolução, utilizam os dados impassíveis do meio natural.*¹⁵²

Vinda de um pesquisador que se sentia seduzido pelas frentes de colonização, com seu formigamento, com seu frêmito de mudanças ambientais radicais e irreversíveis, soa muito decepcionante tamanha aceitação conformista de um meio dotado de *dados impassíveis*. Ele não considerava nem a possibilidade de pensar o meio natural

¹⁵⁰ Idem, *Ibidem*

¹⁵¹ Confira-se, para uma avaliação geral, embora indireta, LACOSTE, Yves: *Braudel geógrafo* in _____ (coord): *Ler Braudel*. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas: Editora Papirus, 1989, p.175-220.

¹⁵² MONBEIG, Pierre: *Algumas notas de geografia humana*. *Boletim Geográfico*, 8(85), abril de 1950, p.66.

em permanente e indissolúvel interação com os agrupamentos sociais nem, tampouco, que o espaço não permanece intacto depois de reordenado pelos homens. Daí, também, um certo paradoxo se fazer presente quando ele disse que *não há geografia sem história, tanto quanto não há verdadeira história sem geografia* ou, ainda, quando sustentou um *prius* epistemológico generalizante como o seguinte

*A interpretação [sic!] da história e da geografia é, pois, geral e constante, uma pesquisa de geografia humana não tendo senão um resultado incompleto e um valor científico limitado se aquele que a realiza não tem, além do espírito geográfico, uma mentalidade histórica.*¹⁵³

O primado onto-lógico que fundamentava a determinação das interações entre grupos humanos e meio natural encaminhava a pesquisa de Monbeig para uma hipostasiação da unidade, para o apagamento das diferentes estratégias e interesses que animam os indivíduos em suas produções permanentes de novas espacialidades. Deste modo, em poucos momentos suas concepções mais amplas acerca do que deviam cuidar de estudar os geógrafos ficaram tão esclarecidas quanto na seguinte passagem:

*Volta-se infalivelmente à clássica afirmação de Vidal de La Blache: tudo quanto se refere ao homem é contingente. Mas não se trata do homem em si, abstração oca, ou mero elemento da classificação zoológica: é o grupo humano que se debate com as condições naturais. Ora, este grupo evolve sem cessar, é um perpétuo vir a ser. E assim como trazemos em nossa mentalidade e em nossos costumes os legados de nossos antepassados, assim como não podemos verdadeiramente compreender o estado presente de uma sociedade humana sem conhecer seus estados passados, assim também não podemos colher todo o sentido das relações entre esta sociedade atual e o meio geográfico em que ela vive, se ignorarmos o que foram essas relações no passado.*¹⁵⁴

Parece estranho, digo uma vez mais, que alguém que investigava justamente áreas onde a interpenetração entre homens e ambiente assumia feições de espetáculo tivesse deixado de considerar a possibilidade de que o espaço não é uma entidade perene, uma substância que antecede toda e qualquer existência social. Seja como for, acredito que é possível fazer do meu estranhamento o móvel de uma hipótese. Suspeito que o idioma falado pelos geógrafos regionais franceses de linhagem vidaliana permitia-lhes conferir largo espaço de autonomia ontológica e causal aos elementos do meio natural de maneira que, assim agindo, asseguravam um lugar próprio ao saber geográfico. Do contrário, fariam sociologia ou etnografia, fariam até

¹⁵³ MONBEIG, Pierre: *Estudos geográficos*. *Boletim Geográfico*, 1(11), fevereiro de 1944, p. 10

¹⁵⁴ MONBEIG, Pierre: *Algumas notas de geografia humana*. *Boletim Geográfico*, 8(85), abril de 1950, p. 66.

mesmo história, mas nunca geografia. Acontece que afirmar a especificidade deste campo de saber era, naquele momento, uma das obstinações mais recônditas dos descendentes de Vidal de La Blache. Nesta conexão, ousou sugerir - e daqui por diante tentar demonstrar - que a formatação conceptual das pesquisas regionais talvez tenha sido um dos mais profundos obstáculos cognitivos enfrentados por aqueles investigadores e seus alunos e seguidores.

Personagens unificadores como os bandeirantes, enevoados por uma aura mítica, exemplificavam com grande felicidade aquele *grupo humano* em pleno desempenho de uma (pseudo-)concretude histórica que a epistemologia possibilista imaginava desvendar. É certo que a literatura didática e pára-didática infantil e juvenil consumida naqueles anos de vivência no Brasil de Pierre Monbeig, fazia do bandeirante um verdadeiro guia para a descoberta triunfalista do passado nacional. Que se pense nos livrinhos de Olavo Bilac e Raimundo Correia que tanto atuaram na alfabetização das crianças das camadas médias e, eventualmente, proletárias. Naquele *Brasil para as crianças* que Regina Zilberman e Marisa Lajolo analisaram com tanta acuidade, poucos heróis estavam tão disponíveis para a edificação de um fabulário da brasilidade¹⁵⁵. O bandeirante, neste particular, era profundamente condensador. Ele não representava uma categoria social específica, cujos interesses próprios pudessem ser facilmente identificados. Sua natureza fluida permitia que, a princípio, qualquer grupo social pudesse ser absorvido em suas entranhas. Desgarrado de vinculações fixas com alguma forma imediatamente identificável de atividade sedentariante, o bandeirante irradiava um amplo espectro de empatias possíveis. Em suma: era pau para qualquer obra de edificação do *homo brasiliensis*. Mas na tática demonstrativa de Monbeig, as narrativas sobre o passado assumiam papel de fontes de recordação, cuja positividade efetuava-se pela capacidade de gerar um consenso instrumental:

*Não que se ignore, nem mesmo que se esconda o que houve de brutal no comportamento dos bandeirantes, nem a sede de lucro que os animava. Mas que episódio de história gloriosa, em não importa que país, deixará de estar manchado por algum crime? Eis o que de bom grado se recorda.*¹⁵⁶

Quando li a passagem acima pela primeira vez, logo pensei na resignação típica do discurso liberal. Sua tendência para a neutralização moral do passado. Claro que Monbeig estava, dentre outras coisas, falando para os intelectuais franceses que

¹⁵⁵ ZILBERMAN, Regina: *Um Brasil Para Crianças*. São Paulo: Editora Global, 1985. Ver, também, LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina: *Literatura Infantil Brasileira - História e Histórias*. São Paulo: Editora Ática, 1982.

¹⁵⁶ MONBEIG, Pierre: *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1984, p.121

julgaram sua dissertação. Lá, como aqui, o descaramento positivista era então predominante. Não havia porque lamentar o leite derramado, tampouco o sangue. A meu ver aqui coincidiam dois dispositivos pragmáticos: [a] a idéia de que não se deve avaliar o passado [dá uma certa caução para] [b] a idéia de que não se deve julgar a moralidade do fabulário bandeirante que, ainda hoje (décadas de 40 e 50) empolga as atitudes conquistadoras:

*A intrepidez desses pioneiros de extensa linhagem, sua ousadia de aventurar-se tão longe, com tão escassos meios, no imenso Brasil, exercem forte atrativo sobre as crianças e os adolescentes para que se condoam dos morticínios de índios e se indignem com tal esbanjamento de energia para conquistar ouro.*¹⁵⁷

Evidentemente, as crianças de que o professor francês falava eram generalizações. Eram, pelo menos, aquelas que freqüentavam as escolas. Por isso, enfatizou o papel simbólico que a figura do bandeirante representaria nas mentalidades coletivas. Tratava-se de uma inoculação educacional que jamais seria problematizada, porque absolutamente aceita como verídica e que, por isso, chegou ao ponto de adquirir vida própria. Vendo continuidade entre os valores transmitidos no âmbito da cultura letrada (que, naquela ocasião, não era tão ampla como ele deu a entender) e os elementos perenes das simbologias coletivas, Monbeig pode, enfim, estabelecer a função do bandeirante na esfera real, descrevendo-a com toda neutralidade que o sonho técnico-cientificista lhe permitia imaginar. Ele concluiu que a densidade de suas figurações tornou-se um *Fato extremamente importante, pois que se criou um mito do bandeirante, cuja eficácia psicológica é incontestável.*¹⁵⁸

Monbeig, em momento algum, sugeriu que houve qualquer intenção deliberada de se construir aquele mito. Entendeu-o com naturalidade. O resultado esperado de décadas de recordações reativadas nas conversas familiares, nas escolas e na imprensa. Por isso, mesmo acertando na observação de que o bandeirante é figura mítica, não conseguia diferenciar o mito de primeira ordem - que certamente não se lhe afigurava como tal, mas como realidade empírica inquestionável - do mito de segunda ordem - que era justamente aquele que lhe parecia ter profunda eficácia na articulação de traços psíquicos coletivos. Afinal, em seus termos de observador dos costumes brasílicos, *diz-se tudo de um homem, quando se diz que ele é um verdadeiro bandeirante. Levemos em conta essa ênfase bem latina e não nos espante essa promoção indireta e póstuma do bandeirante a colonizador.*¹⁵⁹

¹⁵⁷ Idem, Ibidem

¹⁵⁸ Idem, Ibidem

¹⁵⁹ Idem, Ibidem

Falei um pouco acima em inoculação educacional. De fato, Monbeig refere-se ao comportamento de certos sujeitos como se tivessem incorporado os emblemas bandeirantes:

*No curso de minhas viagens, muitas vezes encontrei moços, nascidos nas grandes cidades, antigos alunos de escolas de Medicina, de Agronomia, de Engenharia, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, que viviam duramente, no meio de gente rude e bruta, e experimentavam evidente alegria na vida sertaneja. Nisso contava muito o lado esportivo. Mas também a sensação de criar, o sentimento de manter uma tradição e o orgulho de contribuir para engrandecer o seu país.*¹⁶⁰

É difícil levar a sério uma afirmativa deste tipo em nossos dias. Isto requer um esforço sobre-humano de abstração das condições reais de existência dos brasileiros. Pode-se pensar que Monbeig era apenas um ingênuo e crédulo professor francês que se extasiava diante do comportamento construtivo dos nativos. Pode-se também pensar que ele estava apenas constatando a eficácia psicológica do mito do bandeirante. Mas a tentação de ver aqui um simples recurso retórico é maior. Ou então, uma reles presença de crenças anacrônicas:

*Há nos brasileiros, mais freqüentemente nos de Minas Gerais e de São Paulo, uma espécie de instinto que os impele sempre para diante, para além da civilização.*¹⁶¹

Inútil refutar a bobagem da frase acima. É claro que Monbeig estava encantado com os impulsos individuais, como manda o figurino da ideologia liberal. Como também é claro que não queria levar em consideração os fortes fatores de expulsão que levavam às migrações para as zonas pioneiras. Pensar em termos de traços psíquicos é mais vantajoso porque deste modo é possível ancorar os comportamentos presentes nas determinações mais profundas do passado. Por esta razão eu disse anteriormente que ele não rompe com as amarras estabelecidas pela visão tradicional do mitema bandeirante. A ideologia liberal comparece aqui para reatualizar o mitema, mas, igualmente, para dar sentido aos fatos observados:

*Desejo de solidão ou vocação de luta podem ser satisfeitos, porque vastos espaços estão à disposição de todos. Uma espécie de fascínio exerce sobre os espíritos a presença de terras desocupadas.*¹⁶²

Evidentemente, enquanto geógrafo experimentado, o professor francês sabia que não podia reduzir o comportamento povoador às suas possíveis determinações psicológicas. Todo o seu trabalho rumava no sentido de demonstrar a presença de amplos espaços abertos que possibilitavam o desenvolvimento ampliado da economia mer-

¹⁶⁰ MONBEIG, Pierre: *Op. Cit.* p.122

¹⁶¹ Idem, *Ibidem*

¹⁶² Idem, *Ibidem*

cantil no Brasil. Mesmo quando ele próprio parecia não se dar conta disso, e deixava que a questão de partida chegasse, freqüentemente, às raias do caricatural. Sobre a abundância de terras ele disse:

(...) essa circunstância provoca o desinteresse: se as coisas não vão bem, se a terra se fadiga, se os preços descambam, simples é o remédio, pois que basta partir para mais longe.¹⁶³

Não é fácil encontrar os motivos desta afirmativa. Ela dá claramente a entender que nada era mais tranqüilo, nos anos 30 e 40, do que arrumar uma fatia de terra. Até parece que a *Marcha para o Oeste* deu certo. Tornar-se fazendeiro: aspiração nacional. Monbeig, contudo, não desconhecia nem os eventos nem a literatura acerca dos enormes grilos e dos ratazânicos grileiros que tinham se apossado de centenas de milhares de alqueires pelo interior paulista e paranaense. Tampouco desconhecia os conflitos entre classes sociais pela apropriação dos recursos abertos nas zonas de fronteiras. Ele dedicou uns bons parágrafos a respeito daquele que, *na linguagem popular (...) é um fabricante, no mínimo, um falsificador de títulos de propriedade*. Observou que as condições ambientais favoreceram, em certos lugares, a resolução dos conflitos pela propriedade das terras, mas apresentaram graves empecilhos adicionais em outros. Em suas palavras:

Surgiu o problema da propriedade, em todos os países pioneiros. Não foi muito difícil resolvê-lo, onde a topografia plana e a vegetação de pradarias facilitava a aplicação de uma legislação rigorosa, apoiada numa magistratura e numa polícia soberanas. Outras dificuldades apresentava esse problema, numa região coberta de matas de penetração difícil e na qual nem os costumes políticos, nem a moral individual, sempre se inspiravam em considerações desinteressadas. (...) A colonização era uma questão de segundo plano, vindo antes o desejo de especular.¹⁶⁴

Doutro lado, referindo-se aos grandes fazendeiros paulistas, que, em boa medida, eram os principais responsáveis pela abertura de frentes de colonização no interior, não fez por menos em sua caracterização ácida. Falando de pessoas que, com toda certeza, não lhes eram estranhas ao conviver, uma vez que podiam ser encontradas, vez-por-outra, nas redações dos jornais, a trocar favores, e nos ambientes mundanos freqüentados pelas elites intelectuais paulistanas dos anos 30 e 40, Monbeig retratou o supra-sumo das famílias notáveis da oligarquia paulista do seguinte modo:

Casamentos, camaradagem entre colegas de escola, relações de negócios apertavam os laços entre elas. Podiam surgir rivalidades políticas, ásperas, às vezes, porém concerniam mais à eleição deste ou daquele, que a divergências doutrinárias. Tinham todos os mesmos interesses profundos e estavam de

¹⁶³ Idem, Ibidem

¹⁶⁴ MONBEIG, Pierre: Op. Cit. p.143

*acordo quanto às grandes linhas que a administração devia seguir. Até a década de 30, foram os grandes fazendeiros, de algum modo, os dirigentes de São Paulo. Confundia-se o interesse coletivo com o seu interesse de classe. Esse fato sociológico liga-se à geografia do movimento pioneiro. Os problemas de mão-de-obra e, conseqüentemente, o povoamento, os das vias de comunicação, os dos preços foram considerados e tratados acima de tudo, em função dos interesses dos fazendeiros. A marcha pioneira foi primeiramente assunto deles.*¹⁶⁵

Apesar destas caracterizações tão argutas, ao falar, no contexto específico de um comentário sobre a *psicologia bandeirante*, dos migrantes que se deslocavam para as zonas pioneiras, ele pareceu esquecer todas as determinações estruturais e todas as ponderações que sabia serem fundamentais. Ir para mais longe:

*muitos o experimentaram; esqueciam-se os que se malograram, pensando-se só nos sucessos de que toda gente falava: o modelo invejado era o do "bandeirante de hoje", o grande homem de tal ou qual zona, celebrado pela imprensa local e que conquistou fortuna e prestígio político. Por que não nos ocorreriam esses golpes de sorte?*¹⁶⁶

O turbilhonamento social nas áreas de fronteiras, durante os anos 30 e 40, poderia facilmente sugerir a imagem de uma enorme roda-viva antropológica. Gente ganhando, gente perdendo, e o viver transformado em simples e banal aposta. Monbeig pode observar em minúcias as frentes de colonização abertas em Goiás, no Oeste paulista e no Norte do Paraná. E teve, certamente, numerosas informações de tantas outras, como nas bordas amazônicas do Maranhão e no Norte do Espírito Santo. Além disso, orientou muitas pesquisas sobre zonas pioneiras, tendo a vantagem adicional de contar com informes de primeira mão dados por alguns de seus alunos que tinham domicílios no interior paulista e paranaense. De tudo isso, ele derivou a conclusão de que naqueles espaços em regime de vertigem, mais do que quaisquer constrangimentos sistêmicos, atuavam, antes de tudo, as inclinações pessoais:

*Esse gosto pelo jogo não é incompatível com a resignação fácil com o que é ou parece inevitável. Muitas vezes parte-se, porque parentes e vizinhos já partiram. Sem nem saber porque, segue-se o exemplo dado.*¹⁶⁷

Penso que declarações deste tipo são compreensíveis pelo fato de que as premissas teóricas da Geografia lablacheana não eram de modo algum incompatíveis com o primado liberal da responsabilidade individual. Eram, de fato, racionalizações acadêmicas de crenças bastante arraigadas. Partia-se do princípio de que todos possuíam um substrato emocional comum, e que apenas a cotidianidade funcionava

¹⁶⁵ MONBEIG, Pierre: *Op. Cit.* p.141

¹⁶⁶ MONBEIG, Pierre: *Op. Cit.* p.123

¹⁶⁷ Idem, *Ibidem*

como razão discriminadora. Tampouco a detecção de presumíveis traços psíquicos [talvez fosse melhor dizer comportamentais] coletivos poderia parecer incompatível com as premissas de um certo individualismo, se não metodológico, ao menos, ideológico. Do mesmo modo, sua propensão a generalizar modelos de atitudes coletivas não parecia soar-lhe em contradição com sua percepção muito clara dos mecanismos de dominação fundados no controle legal ou real do acesso à propriedade da terra. Assim, não teve freios ao comentar, um tanto de chofre, que *Resignação, imitação, são mais próprias da gente humilde que dos fazendeiros.*¹⁶⁸

Estereótipos à parte, a retomada do tema lobatiano (afinal, os anos de Monbeig em São Paulo, são os anos de fama do ícone popular do Jeca Tatú cunhado por Monteiro Lobato) não é radical, mas temperada com a visão de que todo um povo está submetido emocionalmente às pressões atávicas que marcam o drama específico de sua história:

*Evitemos, porém, simplificar em excesso. Todos, fazendeiros, pequenos síitantes, assalariados, estão sujeitos ao mesmo mecanismo psicológico, em que a força da tradição e a do exemplo, o gosto pela novidade e a atração da sorte se combinavam e exerciam poderosa sedução sobre massas incrédulas e facilmente impressionáveis.*¹⁶⁹

Eis um estranho modo de subtração do real. Ali, onde forças de uma tradição de dominação e monopólio secular das terras atuavam como vetores determinantes das migrações, encontramos, na fala de Monbeig, o peso de uma tradição meramente psicológica, verdadeira camisa de força mental legada pelo passado. Lá, onde a seletividade estrutural das relações sociais implicava na fabricação de vencidos e vencedores, ele preferia apenas ver predisposições ao risco, fidelidades hereditárias e encantamentos:

*Realizava o filho do imigrante, em uma geração, o que a família paulista fizera em três etapas. Para ele, tratava-se também de prosseguir uma tradição, a dos pais que vieram amiscar a sorte, e era dentro desse espírito que ele continuava. A bem dizer, sofriam todos a magia dos grandes espaços livres e experimentavam todos a ardente convicção de que a fortuna lá os esperava.*¹⁷⁰

Procurei dar acima uma breve panorâmica das referências de Pierre Monbeig àquilo que ele chamou de *psicologia bandeirante*. Volto a apontar o fato de que ele entendeu aquele personagem como um mito, um tipo de herói exemplar que, incrustado nos corações e mentes dos brasileiros, motiva-os a peregrinar mato-a-dentro devastando selvagerias para semear civilizações. Pensou-o, também, como o cor-

¹⁶⁸ Idem, *Ibidem*

¹⁶⁹ Idem, *Ibidem*

¹⁷⁰ Idem, *Ibidem*

respondente brasileiro de outros mitos que, da mesma forma, empolgam as condutas desbravadoras noutras regiões:

Em todos os países novos, do norte ao sul do continente americano, observa-se a sedução das terras novas e a paixão pelo ganho rápido do dinheiro. Apelo do Grande Norte ao Canadá, marcha para oeste, ainda não há muito tempo, nos Estados Unidos, desbravamento do sertão paulista, não passam de variações de um grande tema continental. Ali o colono moderno se põe a serviço do caçador, acolá se converte em herdeiro do pioneer; em São Paulo é o continuador do bandeirante.¹⁷¹

Esta maneira de conceber a construção e a eficácia dos mitos de maneira tão afirmativa pode parecer, em nossos dias, uma verdadeira aposta na mistificação. Afinal, estamos hoje inteiramente voltados para o exame meticoloso das falsas unificações que as memórias dominantes nos legaram. Cada vez mais adotamos uma epistemologia que tem como ponto de partida a suspeita absoluta. Por isso, a resignação de Monbeig não deixa de irritar. Todavia, inserido no aroma cultural de seu tempo, o texto adquire plena compreensibilidade. E estimula algumas conjecturas finais. Seu entendimento de mito tem algo de muito próximo às formulações de Georges Sorel. Trata-se de um conjunto de idéias-força, de bandeiras mobilizadoras das vontades e animadoras dos projetos e das lutas coletivas.¹⁷² Mas tem alguma coisa de inusitadamente antecipador, ao sugerir, aqui e ali - mas sem muita firmeza - que as narrativas históricas, para além do verdadeiro ou do falso, do provável ou do plausível, podem ser, antes de mais nada, as grandes ficções políticas e etnológicas das sociedades capitalistas contemporâneas.

Certo, o professor francês não se deu ao trabalho de fazer aquilo que costumamos chamar de crítica das fontes. Em vários sentidos ele acatou os termos verbais do discurso colonizador estadonovista como se expressassem algo mais do que pura retórica destinada a justificar a territorialização completa do Estado e do capitalismo no Brasil. Assumiu a narrativa dos feitos bandeirantes feita pelos funcionários intelectuais do regime e pelos publicitários das empresas de colonização como se fossem consensuais. Em particular, superestimou a escolarização dos nativos e sua capacidade de fixar a epopéia bandeirante. Neste ponto, tudo leva a crer que ele viu com simpatia aquela idéia de uma *democracia sentimental*, onde *uma imagem vale cem vezes mais do que um argumento* à qual Cassiano Ricardo gostava de se dirigir. É bem verdade que ele não faz referência ao trabalho do poeta. Mas usa o ícone bandeirante num registro bastante próximo.

¹⁷¹ MONBEIG, Pierre: Op. Cit. p.124

¹⁷² Conferir SOREL, Georges: **Reflexões Sobre a Violência**. Tradução de Paulo Neves. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

Essa concepção instrumental e positiva do passado, onde fabrica-se ou reiteira-se heróis nacionais capazes de condensar a moral da história, não faz, necessariamente, de Pierre Monbeig um aliado dos projetos autoritários vigentes naquele momento. Em parte alguma de seu texto vamos encontrar, por exemplo, qualquer coisa que cheire a enaltecimento do Estado ou das lideranças políticas totalitárias. Pelo contrário: ele reteve apenas os aspectos do mitema bandeirante que favorecem a armadura do discurso liberal. Trata-se de valorizá-lo pelo que pode ajudar na explicação dos comportamentos empreendedores privados, na confirmação empírica do primado da livre-iniciativa:

*Lançar-se na abertura de uma fazenda nova, equivalia a arriscar a sorte, liquidar um negócio proveitoso, porém obscuro, para empreender outro novo, contando com o valor da terra e com as probabilidades do mercado, correspondia a uma audaz especulação.*¹⁷³

Além disso, em momento algum referiu-se ao Estado como agente privilegiado dos processos de interiorização. Certo: as áreas que ele estudou eram organizadas por companhias particulares, notadamente aquelas criadas por seus hóspedes. Mas era impossível desconhecer a retórica expansionista que o Estado Novo divulgou naqueles tempos. Por isso, penso que Pierre Monbeig, mesmo conservando muitos aspectos do bandeirante varguista, operou uma reconstrução liberal daquele mitema. Tal como os historiadores quatrocentescos da República Velha, ele fez de São Paulo mais do que um espaço geograficamente demarcado de onde irradiou-se a saga bandeirante. São Paulo afigura-se na sua obra como um território de catalisação de um projeto de Brasil, projeto no qual não há muito espaço para proselitismos autoritários. Dali partem os vetores de construção de uma economia vitalizada. Não foi por simples ato retórico ou por mero agradecimento pela atenção dispensada que Monbeig encerrou sua obra da seguinte maneira:

*Por demais incerto é o futuro para que se arisquem prognósticos. É preferível cingir-se ao presente. Atraindo brasileiros do sul, do centro e do nordeste, imigrantes de toda a Europa e do Japão, acumulou e aliou a franja pioneira energia preciosa, numa já sólida unidade...Nisto reside a grande riqueza, com que a franja pioneira paulista presenteou a coletividade brasileira.*¹⁷⁴

Estudando as conjunções entre perspectivas epistemológicas e posicionamentos políticos nas obras de Pierre Monbeig escritas durante seu período brasileiro, Silvio Carlos Bray nelas detectou a presença de viéses positivistas que sustentariam a presumível cientificidade de suas afirmações de cunho liberal. Segundo ele,

¹⁷³ MONBEIG, Pierre: **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1984, p.123

¹⁷⁴ MONBEIG, Pierre: **Op. Cit.**, p.392

uma vez que expressava as crenças políticas e os projetos cognitivos que animavam Vidal de la Blache e seus seguidores, Monbeig, *ilustre e competente representante da escola francesa no Brasil*, deve ser visto como alguém que

*incorporou o positivismo como método, o liberalismo político como doutrina, e a abordagem sistêmico-organicista como prática; predominando a teoria do equilíbrio entre o homem-natureza e dos homens entre si, através da geografia da solidariedade. (...) A solidariedade é um princípio do liberalismo político e uma contraposição ao evolucionismo competitivo concorrencial de base darwinista-ratzeliana. Nos estudos dos gêneros de vida e nas análises de tendências funcionalistas da geografia francesa, a solidariedade é um princípio fundamental.*¹⁷⁵

Entendendo positivismo de forma bastante livre, de maneira a caracterizar praticamente todo tipo de projeto de conhecimento que se pretenda vinculado à interesses técnicos, Bray observou que o desejo de neutralidade e a adesão à um modelo de cariz organicista seriam os principais traços definidores daquela conjunção. Segundo ele,

*O liberalismo político apoia-se no modelo orgânico, onde a diversidade dos elementos que compõem o sistema organicista, mesmo sendo diferenciados e exercendo funções diferentes, constituem uma unidade orgânica. (...) Os ideais da democracia burguesa e do liberalismo político inspiraram o positivismo nas primeiras décadas do século XIX, através da nova ordem orgânica-social e sistêmica-organicista. No pensamento liberal-político e positivista, as idéias políticas e os interesses das classes sociais podem ser os mais diferenciados sem contudo alterar o sistema, que se encontra regido por uma Constituição burguesa.*¹⁷⁶

Ele estabeleceu uma oposição histórica entre os projetos políticos liberais, que animariam as teses lablachianas dos geógrafos regionais franceses e as concepções econômicas liberais. Estas, valorizando a *teoria de conflito* e a *concorrência entre os elementos do sistema* contrapor-se-iam ao modelo de equilíbrio do liberalismo político. Mais especificadamente, a idéia de liberalismo econômico

*encontra sua justificativa na competição, onde os mais fracos perdem sempre para os mais fortes. Só através da livre concorrência e da competição é que teremos progresso e desenvolvimento. Por trás dessa teoria de conflito do capitalismo concorrencial, temos o domínio imperialista e os interesses dos grandes grupos econômicos.*¹⁷⁷

A oposição entre os dois viéses liberais seria, de acordo com Silvio Carlos Bray, uma constante na história contemporânea das idéias e práticas geográficas. As posições de Monbeig ao defender uma geografia neutra, técnica e capaz de aconse-

¹⁷⁵ BRAY, Silvio Carlos: *O pensamento e o método na obra de Pierre Monbeig - análise dos trabalhos publicados no Brasil nas décadas de 30 e 40*. *Revista de Geografia*. São Paulo: (2), 1983, p.84

¹⁷⁶ BRAY, Silvio Carlos: *Op. Cit.* p.85.

¹⁷⁷ Idem, *Ibidem*

lhar governantes sem se comprometer com as coisas mundanas da vida política aparecem-lhe, assim, perfeitamente enquadráveis no macro-espço doutrinário que envolvia os professores franceses que vieram ajudar a instituir a geografia de ofício no Brasil. Mais: partindo de uma perspectiva essencialista, que deduz mecanicamente as ações possíveis dos modelos de comportamento previstos pelas ideologias vigentes, ele derivou conseqüências políticas inevitáveis dos proferimentos monbeigianos. Uma delas seria o enlaçamento com os projetos de dominação conduzidos pelo Estado capitalista:

A tradição da geografia clássica, em ver a geografia como ciência neutra, faz parte da tradição positivista que absorveu o estado burguês e a nova ordem social, como fundamentos não questionáveis. Na essência do pensamento positivista, as ciências existem para justificar o novo estado e para exercerem o papel de prestadoras de serviços à nova ordem social estabelecida pela burguesia no poder.¹⁷⁸

Naquele quadro, embora resistisse ao atrelamento incondicional dos geógrafos ao Estado, Monbeig não fugiria - quando seus estudos são vistos em termos amplos - aos constrangimentos ocasionados pela ideologia liberal-política. Visando ser uma técnica de conhecimento e apoio à intervenção estatal sobre a realidade sócio-espacial, sua geografia, na opinião de Bray, terminava por legitimar a modalidade existente de autoridade do Poder Público.

É bastante provável que o autor das observações acima tenha mudado ou, pelo menos, aprofundado suas idéias nos anos mais recentes. Do jeito que foram expostas nos trechos que reproduzi acima elas careciam de uma atenção mais apurada no que se refere às múltiplas mediações entre as ideologias formalizadas e as práticas. E sucumbiam à um automatismo reducionista que chega a incomodar pela sua capacidade de hiper-simplificar dimensões tão complexas como aquelas que envolvem as interfaces entre os campos científicos e as demais instâncias da vida social. É bem verdade que quando ele escreveu seu breve estudo sobre os trabalhos de Pierre Monbeig, vivia-se uma época particularmente delicada na história da geografia brasileira. Alguns pesquisadores estavam começando a discutir as possibilidades de uma análise histórico-sociológica das formas de conhecimento presentes em seu campo, mas ainda não tinham aperfeiçoado bons instrumentos conceituais para isso. Tendiam, portanto, a estabelecer relações mecânicas para caracterizar situações onde o que mais existiam eram enlaçamentos meândricos e fugidios.¹⁷⁹

¹⁷⁸ Idem, *Ibidem*

¹⁷⁹ Confira-se, para um exemplo de excessiva simplificação, que tem a ver com este estudo, CARLOS, Ana Fani Alessandri & LENCIONI, Sandra: *O "regional" no Boletim Paulista de Geografia. Anais do IV Congresso Brasileiros de Geógrafos - Geografia, Sociedade e Estado*. Livro 2-Volume 2. São Paulo: AGB, 1984, p.335-355.

Neste sentido, o que procurei delimitar como uma postura de cunho liberal presente nos proferimentos fáticos de Pierre Monbeig difere sobremaneira das deduções de Silvio Carlos Bray. Minha opção foi partir de uma conceituação relacional e puramente operacionalizante de procedimento liberal: um quadro de idéias que se opunha à extrema valorização do Estado Novo por uma significativa e influente pleiade de intelectuais brasileiros nos anos 30 e 40. Mais do que buscar a determinação conceptual do sentido político e ideológico dos textos do professor francês produzidos no Brasil, interessou-me tomá-los como indícios indiretos de um clima de produção de significados. Em particular, das lutas pela apropriação da figura do bandeirante por diferentes frações das elites, setores com os quais ele conviveu de muito perto em todos os seus anos de experiência brasileira.

TERCEIRO CAPÍTULO: O TEMA DA DEMOCRACIA RURAL E DA REFORMA AGRÁRIA NO NORTE DO PARANÁ, ENTRE OS ANOS 50 E 70.

[01] CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Uma das mais bem acabadas e disseminadas formas de re-significação política do Norte paranaense consiste na identificação, feita pelos mais diversos emissores, entre o tipo de colonização realizado na região e a implementação de uma *reforma agrária*. Como em todos os demais processos de caracterização regional, ela é tanto um núcleo semântico de condensação de memórias quanto um instrumento de intervenção nas lutas discursivas que marcam determinadas conjunturas. Trata-se de um complexo articulado de temas gestado, durante os anos 50, em íntima conexão com dois movimentos decisivos na configuração do contexto nacional daquela época: o crescimento das lutas dos trabalhadores rurais pela ampliação dos direitos de cidadania e pela redistribuição da propriedade da terra no país; e as multiformes reações dos setores rurais conservadores e seus aliados urbanos. Naquela conjuntura, que se desfez quando se deu o golpe militar de 1964, as mais diversas propostas de mudança na estrutura e na legislação agrárias foram intensamente debatidas na imprensa, nos encontros políticos e científicos e, em particular, no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas estaduais. Nestas instâncias legislativas as coalizões conservadoras capitaneadas, sobretudo, pelo PSD e pela UDN conseguiram sistematicamente protelar as decisões substantivas. Além disso, fora dos espaços parlamentares, um crescendo de lutas populares implicou em impasses políticos cada vez mais incontornáveis que terminaram por representar um papel causal de primeira ordem no desencadeamento das reações conservadoras que levaram ao Golpe Militar de 1964.¹⁸⁰ De fato, não são poucos os pesquisadores que assinariam as observações de Elisa Pereira Reis segundo a qual

É amplamente reconhecido que a questão agrária constituiu um fator-chave na precipitação do golpe de 1964. Naquele contexto, as classes baixas no campo eram percebidas por muitos como propensas ao radicalismo político, à sublevação e ao comunismo. Demandas crescentes por uma reforma agrária, tentativas localizadas de mobilização autônoma por parte dos camponeses e freqüentes relatos na imprensa sobre ameaças de insurreição pareceram aos setores mais conservadores da sociedade civil e aos militares ameaças insu-

¹⁸⁰ Sobre a face parlamentar da questão da reforma agrária nos anos anteriores ao Golpe de 1964, ver a análise de CARVALHO, Abdias Vilar de: *Reforma agrária: união e cisão no bloco agrário-industrial* in ARAUJO, Braz José de (coord): **Reflexões Sobre a Agricultura Brasileira**. Rio: Editora Paz e Terra, 1979, p.161-180. Uma descrição bastante minuciosa das principais linhas de rumo do assunto encontra-se em CAMARGO, Aspásia de Alcântara: *A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)* in FAUSTO, Boris (org): **História Geral da Civilização Brasileira** - Tomo III/Volume 3. São Paulo: DIFEL, 1983, p.121-224. Um estudo sociológico interessante aparece em HOROWITZ, Irving Louis: **Revolución en el Brasil - Política y Sociedad de Vargas a Goulart (1930-1964)**. Tradução de Florentino Torner. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1966.

*portáteis. E uma das conseqüências mais óbvias e imediatas do golpe militar de então foi varrer da agenda política visível a questão agrária.*¹⁸¹

Aqueles foram tempos de acirradas lutas re-significadoras e de combates pelo controle dos meios de reprodução dos sentidos públicos dos conceitos e das fórmulas. Naquela conjuntura, os problemas agrários brasileiros apareciam relacionados com dois macro-tópicos que, com frequência, mas nem sempre, estavam imbricados: a assim-chamada questão nacional e o tema do desenvolvimento econômico. E, por extensão, ligados à permanente querela entre defensores de uma crescente intervenção do Estado na regulação das atividades econômicas e partidários do que muito abstratamente era (e é) chamada de iniciativa particular. Sendo assim, nada mais compreensível que, durante aqueles anos e ao longo do período ditatorial, o Norte do Paraná fosse cantado em prosa e verso pelos dirigentes da CTNP, por parlamentares estaduais e nacionais, por jornalistas, e mesmo por investigadores técnico-científicos. Segundo eles, tratava-se de uma demonstração viva da viabilidade de uma reforma agrária eficiente: uma transformação na estrutura agrária inteiramente baseada na ação multiplicadora de pequenos, médios e grandes empresários que, muito raramente, puderam contar - e por diversas vezes teriam dispensado - a participação dos tecno-burocratas e de outros funcionários públicos graúdos ou miúdos.

As várias instâncias de enunciação que fabricaram relatos sobre um Norte paranaense que teria sido a consumação de uma *verdadeira reforma agrária* nos moldes concebidos pelas elites liberais, tiveram como contrastes biunívocos as falas, mas, sobretudo, as práticas dos trabalhadores que produziram, por algum tempo, espaços reais de transformação do mundo rural brasileiro. Refiro-me, para mencionar apenas alguns eventos decisivos, às várias territorializações das lutas camponesas no Norte-Nordeste brasileiro, em várias áreas paranaenses, bem como em Formoso e Trombas, no Estado de Goiás, no decorrer dos anos 50 e 60. Sem dúvida, seria temerário dizer que aqueles processos determinaram a produção de identificações regionais no Norte do Paraná como um espaço de cristalização fáctica dos ideários liberais. Mas não me parece descartável a hipótese de que o aprofundamento e a radicalização das lutas dos trabalhadores rurais tenha estimulado, inicialmente até por uma simples reação publicitária, aquela articulação que, no fim das contas, revelou-se duradoura e multi-fundamentada conceptualmente. Em todo caso, aquela

¹⁸¹ REIS, Elisa Pereira: *Mudança e continuidade na política rural brasileira. Dados - Revista de Ciências Sociais*, 31(2), 1988, p.203. Leia-se, ainda, SIGAUD, Lygia: *A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento* in CAMARGO, Aspásia & DINIZ, Eli (orgs): *Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República*. São Paulo: Edições Vértice, 1989, p.163-178.

identificação não foi operada em uma espécie qualquer de vazão de ideologias. Ela representou, antes de mais nada, uma modalidade de interpelação discursiva nos embates políticos pela mudança ou pela conservação das estruturas agrárias brasileiras. Em seus contextos de enunciação estavam em jogo produções de imagens regionais que pretendiam colonizar corações e mentes.¹⁸²

Nas páginas a seguir encaminho comentários sobre de algumas fórmulas particularmente bem tomadas de caracterização do espaço regional norte-paranaense. Elas adquirem plena inteligibilidade quando emergem no contexto das diferentes maneiras como foi conduzido o problema da reforma agrária, durante a assim-chamada Democracia Populista, entre 1945 e 1964. Foi justamente naquela época que os principais sentidos do termo foram disseminados - desigualmente, vale dizer, pela sociedade brasileira. Um campo semântico que inflacionou-se bastante, desde a segunda metade dos anos 40, quando passou a freqüentar a imprensa e as falas de políticos e intelectuais. Sempre vago, atravessado por vastas ambigüidades, ele permitiu-se, logo cedo, aos mais diversos usos e abusos. Em linhas muito amplas de aproximação, é possível determinar seu espectro através da imagem de um processo contínuo. Traduzido graficamente ele seria como um par de eixos cartesianos onde estariam representadas por pontos diversas possibilidades de combinação de circunstâncias, procedimentos e resultados. No ponto inicial de uma abscissa estaria, digamos, a simples incorporação de melhorias tecnológicas, sem qualquer alteração na ordem fundiária. No ponto final, estaria um conjunto de processos definidos sobretudo a partir de uma profunda modificação da estrutura agrária de um país ou de uma parte dele. Por sua vez, na ordenada distribuir-se-iam outras tantas possibilidades, desde um ponto de partida onde formas de colonização de terras públicas/devolutas dariam o tom principal do movimento, até um ponto de chegada, onde estariam contempladas medidas como expropriações de terras sem quaisquer compensações aos antigos proprietários.

A maior ou menor radicalidade e popularidade de uma reforma agrária estaria, neste modelo, dada pelos pontos cartesianos que uma cota ou uma curva deveriam trilhar. Na realidade, o que se tem como resultado desta perspectiva gráfica, sem

¹⁸² Confira-se, para dados gerais, MARTINS, José de Souza: **Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de: **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio: FASE, 1989. Para detalhes mais específicos, leia-se SILVA, Osvaldo Heller da: **Communistes et Anticomunnistes: L'Enjeu du Syndicalisme Agricole Dans L'Etat du Paraná de 1945 a la Fin des Annees 70**. Tese de Doutorado. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1993, 2v. e CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes: **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas**. Goiania: Editora da UFG, 1988 (Col. Teses, 42).

dúvida, bastante esquemática e formal, é uma figura similar à um ideal-tipo weberiano dotado de vantagens - do ponto de vista da comunicação de uma pesquisa - propriedades de manuseio estatístico. Encaradas deste modo, inúmeras propostas de intervenção sobre o meio rural, inclusive aquelas feitas no mais remoto passado, poderiam ser interpretadas como iniciativas de reformas agrárias. Afinal, dentro daqueles eixos de continuidade todas as combinações são permitidas. Entretanto, é preciso evitar este caminho, pois é justamente ao percorrê-lo que se corre o permanente risco de ampliar as quase inevitáveis anacronias cognitivas segregadas pelos discursos políticos. Mais especificamente, seria dar ensejo à tradução de fenômenos ocorridos em um tempo e em um lugar bem determinados através de uma linguagem que dissipa todas as remissões contextuais.

De fato, considerando as definições correntes, é sempre tentador ver nos mais diversos programas de mudanças do agro nacional discursos que podem ser interpretados como projetos de reforma agrária. E é bem isso que acontece, vez por outra, quando o frêmito da luta ou a simples falta de atenção historiográfica dão azo à produção ensandecida de anacronias cognitivas. Essas coisas ocorrem sobretudo quando a realidade que se pretende nomear é definida não por sua efetividade, por sua (re)posição ôntica, mas por sua contumaz ausência. Com efeito, na medida em que ela é caracterizada como algo premente, inevitável, posto que inscrito na dedutibilidade mesma das leis do mundo, há quem consiga ver lutas e vindicações pela reforma agrária em todos os tempos e, portanto, fora dos tempos. Neste aspecto, é bastante comum que desapareçam importantes diferenças - tão notáveis noutras circunstâncias - entre emissores de esquerda e seus rivais conservadores. Ambos, muitas vezes, recolhem episódios aqui e acolá nos livros e arquivos e, manietando-os em função de interesses cognitivos imediatos, fabricam passados que não são mais do que alegorias do presente.

No auge das polêmicas parlamentares, em 1962, quando polarizavam-se, mais do que nunca, posturas favoráveis ou desfavoráveis a mudanças mais ou menos profundas no agro nacional, sobretudo na estrutura da propriedade, o Senador Fernandes Távora, da UDN cearense, pronunciou falações que considero um excelente exemplo do que venho caracterizando. Depois de reconhecer que *neste país não haverá alguém de bom-senso que não pleiteie a reforma agrária*, e de afirmar que *a agricultura do Brasil é a mais rotineira do mundo*, e que *é preciso modificá-la*, mas que *para fazê-lo é preciso haver dinheiro e o Brasil não o possui*, cometeu um

desses padronizados atos retóricos de espacialização, historiando, a partir dos patamares de percepção dos conservadores rurais nordestinos, que

*A questão da colonização, como preparo à reforma agrária, vem do tempo de Dom João VI. O decreto que este Rei publicou em 1808, declarava positivamente que a agricultura deste país precisava ter como base a colonização. Foi realmente desde esse tempo que o Brasil começou a receber os primeiros imigrantes suíços, austríacos, alemães, franceses e espanhóis, enfim, de toda parte, formando a base da pequena agricultura rotineira que ainda possuímos.*¹⁸³

Observe-se que, independente dos erros palmares de um oligarca que desconhecia ser o rei com letras maiúsculas apenas um príncipe regente e, mais ainda, que fazia associações que nada tinham a ver com os objetivos do herdeiro do trono lusitano, estava em questão o manuseio da ausência de tempo. A interrogação que percorria suas palavras era muito simples: se o problema da reforma agrária remontava a épocas remotas da trajetória brasileira, e se por todos esses anos não pode ser equacionada a contento, porque agora, com o país imerso em vasta crise, questão tão imensa deveria - apesar das ações dos instrumentos dos moscovitas - receber solução definitiva? No seu entendimento, os frutos precisavam amadurecer. Era preciso, como ele já advertira no ano anterior, ecoando surrados lugares-comuns conservadores, fazer ainda mais uma série de estudos, arrumar umas novas linhas de crédito, desenhar plantas de projetos de colonização com limites bem definidos e fora de quaisquer controvérsias, e, acima de tudo, garantir que não haveria modificações nos direitos assegurados de propriedade. Se o problema era tão velho, o país podia esperar um pouco mais. Na realidade, deveria, segundo ele, esperar, pois muitas das demandas ditas populares, muitos diagnósticos considerados precisos e urgentes, podiam, no fundo, ser manobras solertes dos comunistas e seu bando de inocentes úteis: os camponeses e os operários.

Certo: ambigüidade por ambigüidade, manipulação por manipulação, o inverso também pode acontecer. No mesmo momento, o Senador petebista goiano Nogueira da Gama, aparteado por Fernandes Távora com os termos supra-citados, agradeceu ao rival partidário o aparente esclarecimento histórico, aduzindo, todavia, que

*Na verdade, os primeiros movimentos em prol da colonização neste país datam do tempo de Dom João VI, mas também, na verdade, ainda estamos, em matéria de organização agrária, nos tempos de Dom João VI.*¹⁸⁴

¹⁸³ BRASIL. SENADO FEDERAL-SEVIÇO DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA (QUINTELA, Glória Fernandina et ALLI): *Reforma Agrária*. Volume 3. Brasília: Senado Federal/Diretoria de Publicações, 1963, p. 270 e 272

¹⁸⁴ *Idem, Ibidem*

Em seguida, chamando atenção para os entraves que, em sua opinião, atrapalhavam o funcionamento da Carteira de Colonização do Banco do Brasil, apontou como *responsável maior* o Congresso Nacional. Este, com maioria rejeitando praticamente *in limine* várias propostas de arregimentação de recursos financeiros através de loterias federais e outros expedientes, como fizera na legislatura encerrada em 1958, estaria, agora, opondo-se a projetos governamentais que, com medidas amenas, pretendiam assegurar mecanismos de ampliação dos financiamentos aos planos de colonização e aos pequenos proprietários já estabelecidos. Nogueira da Gama se referia concretamente à oposição que se arvorava no Congresso contra a *Lei Delegada* nº 11, de 11 de outubro de 1962, que criou a Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA). Em sua opinião - isto é, de acordo com os petebistas de raízes latifundiárias - uma vez instituído aquele instrumento, *a reforma agrária a ser organizada e implantada, não pode ser mais retardada.*¹⁸⁵

Em suma: os mesmos episódios - um tanto mal descritos - podiam atestar quer a inviabilidade quer a inevitabilidade das mudanças por muitos preconizadas na estrutura agrária brasileira. Transformações que pouco alterariam a ordem presente da propriedade da terra, uma vez que estavam fundadas na idéia de colonização de áreas devolutas por pequenos agricultores visando o mercado interno, principalmente as grandes cidades. Com efeito, na medida em que preocupações com a criação de setores agrícolas voltados para o abastecimento de uma região ou um país passaram a ser entendidas como propostas de reforma agrária - ou, no mínimo, como elementos decisivos em quaisquer bandeiras agro-reformadoras - não foi difícil enxergar tais prospectos nos mais diversos lugares e épocas. Nesta mesma conexão, um pesquisador atual, Leopoldo Jobim, estudando a obra de Luis do Santos Vilhena e de alguns outros escritores presentes na Bahia, na segunda metade do século 18, ao verificar a presença de demandas por áreas produtoras de alimentos operadas por camponeses livres, concluiu que estava diante de projetos de reforma agrária. Noutro registro, um intelectual comunista amplamente lido nos anos 50 e 60, Alberto Passos Guimarães, verificando propostas similares durante o século 19, procurou legitimar, pela autoridade conferida as coisas duradouras, seus próprios programas contemporâneos. Sendo assim, transformou André Rebouças, que falara em criação de espaços de produção mercantil simples para o consumo dos mercados locais, em paladino do reformismo agrário.¹⁸⁶

¹⁸⁵ *Idem*, p.273.

¹⁸⁶ JOBIM, Leopoldo Collor: *Ideologia e Colonialismo: Um Estudo Sobre o Pensamento Político e Econômico no Brasil Setecentista*. Rio: Editora Forense-Universitária/INL, 1985,

Nas primeiras décadas do século 20, foram feitas diversas propostas de mudanças no campo brasileiro que podem ser relidas através da facilidade polissêmica do termo reforma agrária. Alguns agraristas reformadores, como Virgínio Santa Rosa, Martins de Almeida e Vivaldo Coaracy, chegaram a propor formas de expropriação dos latifúndios e sobretudo de formação de um universo de pequenos proprietários destinados a configurar uma classe média rural dotada de valores civilizacionais modernizantes. Entendiam que somente daquele modo seria possível combater *males* que eles diagnosticavam como causadores dos problemas nacionais, como a falta de produção para o mercado interno, o desprezo especulativo pela terra, a reprodução de formas de clientelismo político, e o espraiamento de moléstias ocasionadas pela associação entre desproteção dos trabalhadores rurais e pobreza crônica.¹⁸⁷ Por outro lado, nas discussões travadas durante as Assembléias Constituintes de 1934 e 1946, embora muito se tenha debatido acerca da imperiosidade de *leis agrárias* - que, nas querelas entre os parlamentares eram elásticas, cobrindo desde a legislação trabalhista até as condições de possíveis desapropriações de terras improdutivas - poucas vezes a expressão *reforma agrária* foi pronunciada. Quando o foi, em 1946, o termo veio sobretudo da boca de comunistas.¹⁸⁸ Por sinal, Alberto Passos Guimarães chamou atenção para o fato de que a primeira vez em que a expressão reforma agrária apareceu em documento público foi na *Mensagem Presidencial* do Presidente Eurico Gaspar Dutra ao Congresso Nacional, em 1947. Naquela oportunidade, ele reportou-se ao que considerava uma necessidade de

*conter o êxodo para as cidades e de atrair para os campos parte da população marginal existente nos centros urbanos, [de maneira que cabia ao governo garantir que] as linhas fundamentais dessa intentada reforma agrária serão prudentemente inspiradas na realidade e encontram seu marco inicial nos artigos 147 e 156 da Constituição.*¹⁸⁹

p.62-83 e, ainda, seu livrinho sobre **Reforma Agrária no Brasil-Colônia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983 (Coleção Tudo é História) e GUIMARÃES, Alberto Passos: **Quatro Séculos de Latifúndio**. 3ª edição. Rio: Paz e Terra, 1968, p.102-103. Posição similar a deste último aparece em FACÓ, Rui: *Notas sobre o problema agrário*. **Estudos Sociais**. Rio: 3(11), dezembro de 1961, p.304-310.

¹⁸⁷ Para uma síntese das proposições agraristas-reformadoras anteriores ao Estado Novo - e que influenciaram em certos aspectos a política de colonização empreendida pelo Governo Vargas, veja-se os importantes estudos de GOMES, Eduardo Rodrigues: *Campo contra cidade: o ruralismo e a crise oligárquica no pensamento político brasileiro, 1910-1935*. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, (56), janeiro de 1983, p.49-96; *O campo no debate político-intelectual dos anos 30: conservação e mudança*. **Revista de Cultura Vozes**. Petrópolis: 80(1), janeiro-fevereiro de 1986, p.51-66 e *A reforma (agrária) que não houve*. **Ciência Hoje**. 5(29), março de 1987, p.66-70.

¹⁸⁸ Confira-se o discurso na Assembléia Nacional Constituinte de PRESTES, Luis Carlos: *A reforma agrária*. **Problemas**. Rio: 1(1), agosto de 1947, p.5-20.

¹⁸⁹ Citado por GUIMARÃES, Alberto Passos: *Reforma agrária* in SILVA, Benedicto (coord): **Dicionário de Ciências Sociais**. 2ª Ed. Rio: FGV/MEC, 1987, p.1042. Quanto às constituin-

O texto final da Carta de 1946 tem relevância aqui. Pleno de ambigüidades, ele estabeleceu muitos aspectos semânticos dos embates parlamentares e das polémicas que circularam pela imprensa durante seu período de vigência. Apesar das insistentes arengas das esquerdas e de alguns setores liberais, que objetivavam determinações inequívocas no tocante à implementação de formas de distribuição de terras para os trabalhadores pobres, sua forma mais impediu do que estimulou a resolução de problemas agrários nacionais. O *artigo 141*, genérico em suas especificações doutrinárias, uma vez que tratava de um dos pilares centrais dos direitos liberais, observava que

É garantido o direito de propriedade, salvo no caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.

Por sua vez, o *artigo 147* re-introduzia um velho complicador que, desde sua promulgação, tornou-se um dos pontos de acirradas disputas entre vários setores político-ideológicos nacionais. Refiro-me ao termo *bem-estar social*, que, tal como a idéia de *interesse social* ou *coletivo*, presente na Carta de 1934, ensejava as mais diversas interpretações. Os conservadores pretendiam mantê-lo com todas as ambigüidades que, efetivamente, lhe esterilizavam enquanto eixo de um diploma legal. Os militantes de esquerda, por seu turno, propunham mudanças mais ou menos amplas naquelas passagens constitucionais com a finalidade de torná-las minimamente operacionais. De acordo com aquele item,

O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, par. 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos

Já o *art. 156* tratava, em vários pontos, da candente questão das migrações dos brasileiros pobres. Mas em nenhum deles havia qualquer referência, mesmo indireta ao termo reforma agrária. Foi Dutra quem, em seu pronunciamento, estabeleceu aqueles liames conceptuais. Seguindo, com toda certeza, instruções de seus assessores, dentre eles Afrânio de Carvalho, autor do *Ante-Projeto de Lei Agrária* apresentado em nome do Presidente da República ao Congresso Nacional, em 30 de junho de 1947.

Enfim, parece que os parlamentares *falavam* de *reforma agrária*, mas não *escreviam* facilmente a expressão. Cabe esclarecer que, em 1946, o tratamento conceptual do problema da propriedade privada conheceu tal unanimidade entre os

constituintes que alcançou até os membros do Partido Comunista do Brasil. Ela era entendida simplesmente como um direito alienável apenas em circunstâncias muito excepcionais, de modo que boa parte dos embates travados no Parlamento e noutros espaços públicos, desde então, estava relacionada com o clareamento (ou obscurecimento !) do que eram aquelas eventualidades. No que se referia aos militantes do PCB, segundo apontou João Almino,

*Os comunistas acreditavam que naquela fase de consolidação da ordem burguesa do Brasil, a propriedade privada desempenharia um papel fundamental. O liberalismo e a visão de mercado do Partido se explicavam, além disso, pela crença de estar o mundo vivendo um momento em que, em razão das ameaças reacionárias e fascistas, era necessária a aliança entre a classe operária e a pequena e a grande burguesias. Esta aliança serviria, entre outras finalidades (...) para eliminar os restos de feudalismo ainda existentes.*¹⁹⁰

Assim, de acordo com os dizeres constitucionais de 1946, havia amplas garantias ao direito de propriedade, embora fossem feitas algumas ressalvas. Estas eram muito parecidas com aquelas que estavam presentes nas Cartas-Magnas republicanas anteriores, ainda que marcadas por redefinições conjunturais decorrentes das lutas entre setores políticos ideologicamente muito diversos.

De todo modo, pode-se concluir que, exceção feita à uma pequena parcela de militantes comunistas, acostumados a tomar o termo reforma agrária enquanto jargão de sua terminologia específica, até a segunda metade dos anos 40, eram poucos os políticos e técnicos que o empregavam no Brasil.¹⁹¹ Mais: que até meados dos anos 50, inclusive para muitos parlamentares que estavam debatendo o assunto, desde 1947, quando o Deputado baiano Nestor Duarte apresentou seu detalhado *Projeto de Lei Agrária*, ele era praticamente sinônimo de *colonização* para a maioria das pessoas que a empregavam.¹⁹² Além disso, ainda que estivesse vinculada à uma crítica mais ampla da estrutura agrária brasileira, a idéia de reforma agrária por muito tempo ficou associada à maior ou menor intervenção estatal através da distribuição de terras devolutas. Ora, uma boa parte das polêmicas travadas sobre o assunto pelos

¹⁹⁰ ALMINO, João: *Era Uma Vez Uma Constituinte - Lições de 1946 e Questões de Hoje*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p.39.

¹⁹¹ Indicações bastante úteis para se acompanhar a história dos usos internacionais da expressão política reforma agrária, nos anos 40 e 50, encontram-se em JOHNSON, V. Webster & BARLOWE, Raleigh: *Land Problems and Policies*. New York: McGraw-Hill, 1954, p.374-400. Ver, também, SMITH, Thomas Lynn: *Sociologia da Vida Rural*. Tradução de A. Ramos. Rio: Casa do Estudante do Brasil, 1946, p.336-338. Neste alentado manual já se falava em reforma agrária, mas naquele sentido tipicamente anglo-americano de *rural reform* ou *land reform*. De qualquer modo, a adaptação para a língua portuguesa talvez seja um indicador de penetração do termo naquele momento.

¹⁹² Veja-se DUARTE, Nestor: *Projeto de Lei Agrária* (de 22/04/1947) in BRASIL-Ministério da Agricultura: *Reforma Agrária no Mundo e no Brasil*. Rio: Serviço de Informação Agrícola/Ministério da Agricultura, 1952, p.333-344.

parlamentares brasileiros, entre 1947 e 1964, tinha a ver com o alcance conceptual da expressão reforma agrária. Como em diversas outras ocasiões, quando se debatia temas de fortes implicações sociais, aquele era um dos motivos freqüentemente evocados para o adiamento das votações. Numerosos projetos foram apresentados e discutidos à sociedade, mas nenhuma decisão substantiva foi tomada até, 1963, quando o Congresso Nacional aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural.¹⁹³

Os termos dos discursos políticos são dotados de magias semânticas específicas e geram efeitos de verdade uma vez que sejam empregados. O vasto campo de virtualidades fáticas abrigado pela expressão reforma agrária não esperou que ela fosse pronunciada para nascer. Mas, inversamente, uma vez que ela nasceu e alastrou-se pela esfera pública, aquele campo nunca mais foi o mesmo. O acréscimo de significações, de dobraduras interpretativas, e as lutas pelo controle das definições e de seu espraiamento pelo tecido público vieram ampliar a energia das magias semânticas intrínsecas ao termo. Deste modo, a hipótese que desenvolvo adiante é a seguinte: os marcos temporais que caracterizam a história do lexema reforma agrária na sociedade brasileira também indicam mudanças decisivas no contexto mais amplo das lutas políticas. A instituição de um campo semântico não é apenas um evento de natureza lingüística em sentido estrito. É um signo que referencia, mas que também condensa potências causais. É consequência que provoca efeitos em suas causas.

[02] MUNHOZ DA ROCHA E OUTROS FORMULADORES PARLAMENTARES DO TEMA DA REFORMA AGRÁRIA NO NORTE DO PARANÁ, 1958-1964

Não é fácil saber qual a influência que os discursos de um parlamentar podem exercer sobre outros receptores/emissores localizados fora do espaço político-

¹⁹³ Para um comentário analítico sobre a multiplicidade de acepções da expressão reforma agrária nos debates políticos dos anos 50 e 60, leia-se CARVALHO, Abdias Vilar de: *Reforma agrária: união e cisão no bloco agrário-industrial* in ARAUJO, Braz José de (coord): **Reflexões Sobre a Agricultura Brasileira**. Rio: Editora Paz e Terra, 1979, p.161-180. Quanto à associação entre colonização e reforma agrária, tal como discutida pelas elites nacionais a partir dos anos 30, veja-se as observações de CAMARGO, Aspásia de Alcântara: *A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)* in FAUSTO, Boris (org): **História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III/Volume 3**. São Paulo: DIFEL, 1983, p.121-224. Sobre a evolução das avaliações do clero católico sobre o problema durante a vigência da democracia populista, consulte-se CARVALHO, Abdias Vilar de: *A igreja católica e a questão agrária: alguns elementos para a análise dos pronunciamentos do episcopado brasileiro no período de 1945-1964* in PAIVA, Vanilda (org): **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Edições Loyola. 1985, p.68-103. Deve-se notar que nos quadros da burocracia estadonovista - que sobreviveu à queda de Vargas - desenvolveu-se toda uma doutrina da colonização como solução para os problemas agrários brasileiros. É o que se percebe através da leitura de LENHARO, Alcir: **A Sacralização da Política**. Campinas: Editora Papirus/Editora da UNICAMP, 1986, p.53-74.

institucional propriamente dito. Por isso, ainda que os pesquisadores sociais façam farto uso desse *corpus*, a pressuposição mais elementar que eles compartilham é a de que tais pronunciamentos são expressões de algo mais envolvente que lhes condiciona. E que, apenas muito raramente, são proferimentos capazes de provocar, por eles mesmos, efeitos de verdade ou qualquer outra forma de interferência sobre audiências externas ao campo de enunciação imediato. Decerto, sabe-se de vários casos de governantes autoritários que chegaram a destruir registros oficiais de falas parlamentares temendo sua disseminação pela sociedade.¹⁹⁴ Mas trata-se de um temor que, freqüentemente, visa mais amedrontar os emissores do que isolar os eventuais destinatários, sobretudo se se considera a macérrima difusão desse tipo de discurso para além de um meio muito restrito de políticos e intelectuais. Daí que minhas referências às falações de senadores e deputados enquadrem-nas como tipificações ideais de tópicos espalhadas pela imprensa e presentes nos folhetos publicitários da CTNP/CMNP. O que não desqualifica, sem dúvida, suas formas específicas de articulação narrativa, principalmente no que se refere ao deputado paranaense Bento Munhoz da Rocha Neto, que muitas vezes ergueu a voz no Congresso Nacional para estabelecer uma relação direta entre a forma de colonização adotada no Paraná e os objetivos de uma reforma agrária que não implicasse em desapropriação de terras improdutivas.

Seus posicionamentos, pouco cambiantes, ao longo dos anos, eram, em grande medida, compartilhados pelas principais lideranças ruralistas do Estado. Estas, manifestando-se costumeiramente contra a idéia de ação governamental pela regulação e distribuição da propriedade fundiária, entendiam que a participação do Poder Público nas questões agrárias deveria restringir-se à criação de infra-estruturas de transportes e telecomunicações, ao investimento em escolas técnicas nas áreas rurais, à prática agressiva de colocação de produtos no mercado externo e, sobretudo, ao fornecimento de créditos subsidiados aos proprietários rurais. Com efeito, a elevada estima política que as elites agrárias paranaenses dedicavam à Bento Munhoz da Rocha revelou-se claramente quando de sua candidatura ao Senado, em 1962, pelo Partido Republicano. Tendo como suplente o deputado paulista Ulysses Guimarães, ele foi efusivamente apoiado por uma entidade de agricultores e pecuaristas conservadores, a *Mobilização Agrária do Paraná*, fundada em junho daquele

¹⁹⁴ Um comentário interessante a respeito da censura aos discursos parlamentares durante o Governo Medici aparece em SKIDMORE, Thomas: **Brasil: De Castelo a Tancredo - 1964/1985**. Tradução de Mario Salviano Silva. Rio: Editora Paz e Terra, 1988, p.301-303. Ele chama a atenção para a raridade das medidas repressoras sobre o **Diário do Congresso Nacional**, embora ressaltando que elas existiram durante os anos mais terríveis da Ditadura.

ano.¹⁹⁵ Um de seus líderes, o advogado Ostoja Roguski, tinha sido deputado federal entre 1951 e 1958, eleito por coligações lideradas pela UDN, e preparava-se para retornar à Câmara dos Deputados. No início dos anos 60, atuando como Vice-Presidente da Federação das Associações Rurais do Paraná e diretor da Confederação Rural Brasileira, tornou-se um dos mais importantes elos de ligação entre setores da burguesia paranaense e organizações de empresários golpistas, como o IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais). Numa reunião celebrada em Londrina, no final de julho de 1962, aquela entidade lançou comunicado para

*recomendar ao esclarecido eleitorado rural do Paraná como garantia de vigência da democracia representativa no Brasil [e, também, pela] manutenção das nossas mais caras tradições de povo cristão, ordeiro e progressista, [pessoas que, se eleitas, iriam portar-se com] dignidade, probidade e independência no exercício de mandatos legislativos.*¹⁹⁶

No entanto, Bento não logrou ser eleito. Obteve expressivos 224.959 votos, mas foi derrotado por candidatos do Partido Trabalhista Brasileiro. Naquele pleito, Abdon de Souza Naves, que logo depois faleceria, conseguiu 291.200 votos, e Amauri de Oliveira e Silva, homem de Londrina, ligado aos esquemas janguistas, chegou a perfazer 390.057. Quem assumiu no lugar de Souza Naves foi outro político com articulações na região Norte do Estado, Nelson Maculan, que tinha conseguido 154.690 votos. Os demais candidatos - a Deputado Federal - apoiados pela Mobilização Agrária do Paraná foram, em geral, bem votados. Mas o importante é ressaltar os comprometimentos de Munhoz da Rocha com determinados segmentos político-institucionais que, em seus discursos parlamentares, costumavam ser sublimados ou referenciados em generalidades como, para citar uma das mais constantes, sua filiação católica.¹⁹⁷ Todavia, ainda que alinhado com os setores conservadores - embora

¹⁹⁵ MOBILIZAÇÃO AGRÁRIA DO PARANÁ: *Carta de Princípios do Ruralismo Brasileiro*. Curitiba: junho de 1962, reproduzida por DREIFUSS, René Armand: **1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, p.661.

¹⁹⁶ MOBILIZAÇÃO AGRÁRIA DO PARANÁ: *Carta de Londrina*, julho de 1962. Também, _____: *Carta de Pato Branco*, de 28/08/62, ambas reproduzidas por DREIFUSS, René Armand: **1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, p.662 e 665. Segundo uma fonte, até a criação da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), em outubro de 1962, a direção da Confederação Rural Brasileira - órgão que congregava as Federações das Associações Rurais de vários estados, criado em setembro de 1951 - não se opunha abertamente ao Governo Jango. *Para a confederação, a reforma agrária consistia em um processo de utilização racional de todos os fatores de produção. A confederação também denunciava o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais que, segundo ela, estaria possibilitando a intervenção de elementos estranhos à classe.* LAMARÃO, Sergio & FLAKSMAN, Dora: *Confederação Nacional da Agricultura* in BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves (coords): **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - 1930/1983**. Volume 2. Rio: Editora Forense-Universitária/FGV/FINEP, 1984, p.898-869.

¹⁹⁷ Ainda não foram divulgados estudos específicos a respeito dos agrupamentos conservadores que coligavam proprietários rurais paranaenses nos anos 50 e 60. Todavia, enorme provei-

procurando manter frente a estes um distanciamento intelectual, Bento tinha sua própria e, muitas vezes, pitoresca fala. E uma biografia política que, conjugada com suas inclinações doutrinárias, permitia-lhe tentar vôos de conceptualização que conferiam significados bastante complexos aos processos sócio-espaciais norte-paranaenses.¹⁹⁸

Entre finais do Estado Novo e as eleições para o Governo Estadual de 1965, quando sua candidatura malogrou, sua trajetória foi a seguinte: Deputado Constituinte, em 1946, tendo assegurado ampla notoriedade no Sul do país por seu barulhento combate contra a manutenção do Território do Iguazu, criado, em 1943, por Vargas; Governador do Paraná, entre 1951 e 1954, justo no auge das exportações cafeeiras; Ministro da Agricultura, durante o efêmero Governo Café Filho, em 1955; Deputado Federal, entre 1959 e 1962. Ao longo daquele período ele foi professor universitário em Curitiba, detendo uma cátedra de História da América na Universidade do Paraná, e publicou ensaios a respeito, dentre outras coisas, de temas de história regional e brasileira. De resto, era filho de Caetano Munhoz da Rocha, oligarca político tradicional que governara o Estado por dois mandatos, de 1920 a 1928, e mantinha vínculos familiares com outro notável da elite regional, Afonso Alves de Camargo, que, de igual maneira, governara o Paraná em duas ocasiões, sendo derrubado, na segunda vez, quando se processaram os acontecimentos de 1930.¹⁹⁹ As filiações partidárias de Bento Munhoz da Rocha Neto foram sempre conservadoras, apesar de, em certas ocasiões, ter recebido apoio de agrupamentos situados nas bordas das esquerdas convencionais. Assim, ele iniciou sua carreira como Deputado por uma coligação do Partido Republicano com a União Democrática Nacional, e, quando candidatou-se a governador, em 1950, foi apoiado por uma aliança envolvendo a maioria dos udenistas paranaenses, o Partido Republicano, o Partido Social Trabalhista e o Partido de Representação Popular. Na época em que pronunciou os discursos que refiro mais

to pode ser tirado do trabalho altamente documentado de SILVA, Osvaldo Heller da: **Comunistes et Anticomunistes: L'Enjeu du Syndicalisme Agricole Dans L'Etat du Paraná de 1945 a la Fin des Annees 70**. Tese de Doutorado. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1993, 2v. Reproduções bastante úteis de panfletos contrários aos projetos mais literais de reforma agrária, no início dos anos 60, podem ser encontradas em DREIFUSS, René Armand: **1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. Tirei minhas conclusões sobre a sinonímia de interesses e interpretações gerais entre Munhoz da Rocha e os fazendeiros paranaenses destes estudos.

¹⁹⁸ Para uma apresentação abreviada e encomiástica de sua idéias e ações parlamentares, leia-se SOARES, Luiz Roberto N.: *Pensamento e obra de Munhoz da Rocha* in ROCHA NETO, Bento Munhoz: **Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1987, p.24-43 (Col. Perfis Parlamentares, 32).

¹⁹⁹ Cf. BALHANA, Altiva Pilatti et Allii: **História do Paraná**. Volume 1. Curitiba: Grafipar, 1969, p.210-212

abaixo, sua militância udenista expressava laivos de independência, como, por exemplo, quando aproximou-se de um grupo liderado pelo democrata-cristão André Franco Montoro, e que era composto por membros do Partido Trabalhista Nacional e do Partido Socialista Brasileiro. Não obstante, foi desde sempre um intelectual ligado visceralmente às elites dirigentes, e profundamente anti-comunista, naquele sentido usual dos anos 50, que remetia para estilos um tanto o quanto paranóides de enunciação das coisas do mundo político. Basta notar que, embora tendo se manifestado corajosamente contrário à cassação do registro do Partido Comunista do Brasil, em 1947, não o fez por convicções democráticas insofismáveis, mas em nome do fato de que, como *intelectual católico* ligado a um *núcleo de intensa doutrinação anti-totalitária, quer contra o nazismo e fascismo, quer contra o comunismo*, temia que, dadas as mazelas nacionais intocadas, os stalinistas e outros gêneros de marxistas-leninistas fizessem da clandestinidade uma virtude e pudessem pregar seu credo sem os freios da civilidade parlamentar.²⁰⁰

Enquanto representante na Câmara dos Deputados, numa conjuntura em que, como se disse muitas vezes, era impossível não se pronunciar sobre o problema candente da reforma agrária, ele produziu peças retóricas extremamente ricas em significações atribuídas ao Norte do Paraná e, em termos mais específicos, aos comportamentos dos indivíduos que fervilhavam nas frentes de colonização do Estado. Profundamente ancorado numa perspectiva regionalista, era capaz de chegar ao ponto de fazer do Paraná um berço esplêndido das mudanças ordeiras no mundo rural. Em 1959, debatendo com seu correligionário baiano, Nestor Duarte, ele asseverou que

*(..) se a reforma agrária, mal considerada como tem sido, consistisse essencialmente na divisão do latifúndio, para o meu estado, o Paraná, ela não teria nenhum sentido, porque fizemos a divisão do latifúndio há mais de 100 anos, com a colonização estrangeira. (...) Democratizamos até a produção cafeeira; levamos a divisão da propriedade cafeeira a uma área tão reduzida que, sem a instituição das cooperativas, a sua produção se torna antieconômica.*²⁰¹

O motivo que levou Bento a falar em reforma agrária *mal considerada* era significativo no contexto dos embates discursivos de seu tempo. Não foram poucos os parlamentares que - decerto ecoando fórmulas que ultrapassavam as paredes do Congresso - se recusaram por anos a fio a empregar aquele termo. No limite, a razão principal residia na identificação da reforma agrária como uma bandeira dos co-

²⁰⁰ Pronunciamento na Sessão de 26/12/47 da Câmara dos Deputados in ROCHA NETO, Bento Munhoz da: *Op. Cit.*, p.233-245.

²⁰¹ Pronunciamento na Sessão de 29/06/59 da Câmara dos Deputados in ROCHA NETO, Bento Munhoz da: *Op. Cit.*, p.280

munistas.²⁰² Foram, de fato, os jornalistas do Partido Comunista do Brasil que, por volta de 1945, puseram a expressão em circulação no vocabulário político-institucional brasileiro. Até então, ela era empregado para caracterizar situações bastante localizadas, como no México e na Espanha, esta antes da ascensão dos fascistas liderados por Francisco Franco.²⁰³ Todavia, foi somente quando o Presidente Eurico Gaspar Dutra mencionou-a, em *Mensagem Presidencial* de 1947, que ela adquiriu legitimidade mínima entre os parlamentares. Mesmo assim, a resistência a seu uso foi intensa até meados da década seguinte. Na realidade, muitos políticos distanciados das esquerdas, sobretudo os bacharéis que enxameavam a UDN e o PSD, alegavam motivos rigorosamente semânticos para evitar seu emprego. O próprio Afrânio de Carvalho, autor do projeto de lei enviado por Dutra ao Congresso visando dar partida num processo de alteração de certos aspectos mais gritantes do atraso rural, observou em seu documento que, não existindo uma legislação anterior da mesma natureza, era impróprio falar em reforma, posto que não havia o que alterar. Em 1963, reeditando o texto, voltou a desqualificar o termo, ainda que, desta feita, sintetizando quinze anos de perorações conservadoras. Segundo ele,

*(...) se bem toda lei nova implique uma reforma da existente, o que torna redundante incluir este termo no título, é essencial que a inovação se compreenda no raio de possibilidades do ordenamento jurídico do país. A extensão desse raio de possibilidades é determinada não só pela existência de normas superiores, com as quais as da reforma hão de coordenar-se logicamente, como ainda pela realidade social.*²⁰⁴

Desqualificar as palavras em pugna faz parte de qualquer combate no plano das enunciações. Sobretudo quando se trata de um termo ou quadro de termos que

²⁰² Considerando o áspero contexto de Guerra Fria, não deve causar espécie o fato de que o governo dos Estados Unidos chegou a se pronunciar contra os usos do termo reforma agrária. Em meados de 1951, um telegrama da United Press, citando *fontes bem-informadas*, disse que o governo norte-americano preferia falar em *utilização da terra* para caracterizar a *exploração das terras de lavoura por meios modernos, para aproveitar sua produtividade*. Deixando explícito que se tratava do *pensamento oficial*, o despacho dizia que as autoridades dos EUA *não acreditam que a simples divisão das grandes propriedades em terras, nos países infra-desenvolvidos, constitua uma boa solução para os problemas. Explicaram que é de muito mais importância a introdução de novos tipos de sementes, a adoção de métodos modernos de colheita, de lavoura e de tratamento do solo, ao par de conhecimentos técnicos sobre como obter o máximo de rendimento das terras*. Cf. *Reforma agrária na América Latina. Jornal do Comércio*. Rio: 04/08/1951.

²⁰³ Confira-se, para um panorama do período anterior à Segunda Guerra Mundial, o excelente verbete *Reforma agrária* in *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*. Madrid: Espasa-Calpe, Tomo IX, (Apêndice), 1933, p.5-16. Nas sucessivas atualizações foram sendo expostas as leis agrárias dos países que os editores consideravam que estavam experimentando transformações induzidas no campo.

²⁰⁴ CARVALHO, Afrânio de: *Reforma Agrária*. Rio: Edições O Cruzeiro, 1963, p.247. Veja-se, também, seu artigo *A lei agrária e a geografia*. *Revista Brasileira de Geografia*, 10(4), outubro-dezembro de 1948, p.535-552.

um determinado pólo conseguiu especificar cuidadosamente os significados possíveis. E isto era justamente o que acontecia com as palavras reforma agrária nos anos 50 e 60. Enquanto limitaram-se a ridicularizar seu emprego, alegando uma forma de redundância que somente fazia sentido quando se entendia reforma agrária como ação eminentemente jurídica - e era para o campo institucional que udenistas e pesedistas sempre tentaram jogar o problema, aqueles setores ficaram como espectadores de uma disputa encarniçada entre tecno-burocratas e segmentos das esquerdas. Entre os primeiros, alocados sobretudo no Conselho Nacional de Imigração e Colonização e no IBGE, predominava a identificação entre reforma agrária e políticas governamentais de estímulo à formação de classes médias rurais através de projetos públicos de colonização.²⁰⁵ Os segundos, por sua vez, divididos entre formulações mais ou menos radicais, assemelhavam-se no considerar que tratava-se de combater o latifúndio - sinal superior do maior dos atrasos - e não somente de distribuir terras aos camponeses e assalariados rurais.²⁰⁶

A seu modo, Bento Munhoz da Rocha Neto, cioso de sua inegável erudição, procurou, em suas falas parlamentares, acentuar aquela aparente impropriedade. Para começar, ele custou a falar a expressão *reforma agrária*. Em setembro de 1961, depois de participar de tantas querelas sobre o tema, ele ainda era capaz de reclamar dos usos do termo. Apreciando uma proposta que circulava no Parlamento daqueles dias, comentou que

*O projeto Gileno De Carli, amplamente estudado, chama-se Lei de Acesso à Terra, mas o nome que já se vulgarizou é de reforma agrária. (...) Assim, votemos o que quisermos, a denominação será a de reforma agrária, mesmo que não venha a reformar coisa alguma.*²⁰⁷

²⁰⁵ Confira-se, dentre tantos e tantos, SILVA, Leopoldo P. da: *A solução do problema humano dos sertões pela colonização nacional*. *Revista de Imigração e Colonização*, 11(2), segundo semestre de 1950, p.298-310.

SOUZA, José Cavalcanti de: *A agricultura e o governo*. *Revista de Imigração e Colonização*, 13(2), segundo semestre de 1952, p.69-82; FAISSOL, Speridião: *Problemas de colonização na Conferência de Goiânia*. *Revista Brasileira de Geografia*, 14(3), julho-setembro de 1952, p.363-368, e VALPASSOS, Oswaldo: *Aspectos políticos da reforma agrária*. *Boletim Geográfico*, 17(153), novembro-dezembro de 1959, p. 649-651.

²⁰⁶ Confira-se, também dentre muitos, SABOYA, Carlos Viriato: *Fatores de fixação do homem à terra*. *Revista de Imigração e Colonização*, 11(2), segundo semestre de 1950, p.220-225; GUIMARÃES, Alberto Passos: *A questão agrária brasileira*. *Boletim Geográfico*, 20(166), janeiro-fevereiro de 1962, p.53-57; ALVES, Mario: *Dois caminhos da reforma agrária*. *Estudos Sociais*. Rio: 4(13), junho de 1962, p.18-35; OCML-POLOP: *O movimento camponês no Brasil* - (1963), reproduzido em CARONE, Edgard: *Movimento Operário no Brasil (1945-1964)* - Volume II. São Paulo: DIFEL, 1981, p.238-247.

²⁰⁷ *Pronunciamento na Sessão de 27/09/61 da Câmara dos Deputados* in ROCHA NETO, Bento Munhoz da: *Op. Cit.* p.279

Parecia-lhe fundamental insistir na essência jurídica da questão, o que, na conjuntura de finais dos anos 50, era antes de mais nada a pendenga acerca das alterações possíveis na Carta Constitucional de 1946. Nesta existiam artigos que pretendiam normatizar políticas de mudança da estrutura fundiária, mas eram referências tão vagas que exigiam regulamentações ou reformas substanciais, algo que um Congresso de maioria conservadora, onde havia centenas de parlamentares diretamente ligados às classes dominantes rurais, até as vésperas do Golpe Militar, não tinha o menor interesse em fazer. Como resumiu Moacir Palmeira, naquela conjuntura de ascensão das demandas e das articulações camponesas,

(...) a reforma agrária tinha assumido tal força como questão política que, tal como ocorre hoje, ninguém mais ousava se declarar contra sua realização, embora o significado da expressão fosse, é claro, antagônico em proclamações da Confederação Rural Brasileira e em manifestações de entidades de trabalhadores. O grande entrave legal a uma solução reformista naquela época era a Constituição Federal. É verdade que a Carta de 1946 avançara formalmente com referência às constituições anteriores ao postular, em seu artigo 147, que “o uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social” e ao prever que “a lei poderá (...) promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos”. Introduzira também uma novidade: a desapropriação por interesse social, ao lado daquelas por utilidade ou necessidade públicas. Mas o seu artigo 141, de fato, inviabilizava qualquer programa de reforma agrária, por menos ambicioso que fosse, ao estabelecer que qualquer tipo de desapropriação deveria ser paga “mediante prévia e justa indenização em dinheiro”. A reforma da Constituição, com a substituição do artigo 141, tomou-se a grande reivindicação das forças pró-reforma agrária, e a defesa do texto constitucional, o grande argumento usado pela direita para congregar as forças que, em abril de 1964, iriam jogar fora não o artigo, mas toda a Constituição de 1946 e inaugurar o regime ditatorial.²⁰⁸

Um dos autores da Carta de 1946, Munhoz da Rocha decerto sabia que as contradições doutrinárias e as dificuldades lógicas nela encontradas tinham sido resultados imediatos dos embates, na Assembleia Constituinte, entre diferentes programas de tratamento das questões agrárias. E um dos assuntos mais discutidos tinha sido exatamente aquele que ele escolheu para voltar ao tema: as diferenças regionais e a condução de projetos reformadores. Na sua opinião, era preciso descentrar a questão da erradicação do latifúndio, tanto porque se tratava de um conceito bastante impreciso de acordo com as variações geográficas, quanto porque a questão fundamental era estender a propriedade a todos e, não, arrancá-la de alguns. Em suas palavras,

Quando se fala em lei agrária, vem logo à tona o debate da divisão da propriedade, da guerra aos latifúndios. Aí, então, é que se faz mister que a geogra-

²⁰⁸ PALMEIRA, Moacir. *Reforma agrária e constituição*. *Ciência Hoje*, 6(35), novembro de 1987, p.68-69.

*fia esteja presente. Se a propriedade é um bem, se é uma garantia da personalidade humana e da sua liberdade, como acredito, ela então deve ser multiplicada o mais possível, deve ser um bem acessível a todos e, portanto, não apenas benefício de poucos. Mostram as estatísticas que, em grandes regiões brasileiras, a massa da produção agrícola não está nas mãos dos proprietários. Não é o caso do Sul do Brasil (...).*²⁰⁹

Neste mesmo discurso, pronunciado uns poucos meses depois de assumir sua legislatura federal, após observar que no Paraná, *dentro da sua tradição de pequena propriedade, de há muito impera a mania do loteamento*, ele foi aparteadado diversas vezes por parlamentares que, aduzindo energias semânticas, cristalizaram toda uma paisagem idílica que fazia do Paraná, em suma, a anatomia viva das possibilidades de mudanças sem rupturas sociais profundas. Para o Deputado Rui Ramos, por exemplo,

*O Estado do Paraná é de fato um exemplo para darmos ao Brasil numa boa reforma agrária. Talvez seja o Estado do Paraná hoje, na geografia do mundo, na sociologia do mundo, um dos mais impressionantes fenômenos, talvez superior ao que aconteceu na Índia, no Egito e em Israel, pela rapidez com que lá se processou a colonização, o povoamento e a produtividade, especialmente a produtividade. (...) o que ocorreu no Paraná foi o acesso do homem à pequena propriedade, com a divisão do grande latifúndio e a permissão ao agricultor de lavrar sua propriedade.*²¹⁰

Ocorre que as diferenças específicas paranaenses iam, de acordo com Munhoz da Rocha, muito além dos procedimentos econômicos *tout court*. Na opinião do parlamentar parnaguara, elas assumiam traços etnográficos que, com ampla radicalidade, evidenciariam conflitos abissais instaurados no seio da nacionalidade brasileira como um todo. O mais importante desses conflitos era, do seu ponto de vista - e como era de se esperar -, aquele causado pela presença de condições favoráveis ao espraiamento dos comunistas e de suas propostas, algo que significava, em última análise, uma previsível onda de acelerada desestabilização generalizada das estruturas sociais. Daí uma de suas associações recorrentes: a abertura de frentes de colonização em terras devolutas como antídoto contra o vírus subversivo. De fato, tratava-se, a primeira vista, de um dos mais surrados lugares-comuns políticos espalhados nos anos 50 e 60. Intelectuais e políticos pertencentes a um amplo espectro de vetores ideológicos acreditavam que a formação de uma rede consistente de pequenos empresários agrícolas e a definição de um corpo de leis que não fosse apenas uma extensão improvisada da legislação urbana ao campo, mas algo adaptado às

²⁰⁹ ROCHA NETO, Bento Munhoz: *Pronunciamento na Sessão de 29/06/59 da Câmara dos Deputados* in ROCHA NETO, Bento Munhoz da: *Op. Cit.* p.269

²¹⁰ ROCHA NETO, Bento Munhoz: *Pronunciamento na Sessão de 29/06/59 da Câmara dos Deputados* in ROCHA NETO, Bento Munhoz da: *Op. Cit.* p.275

espinhosas singularidades do meio rural, seriam instrumentos que evitariam quer a destruição dos mais recônditos valores liberais - os direitos de propriedade, quer o rastilho das fantasmagóricas guerras camponesas teleguiadas por militantes cidadãos de esquerda.

Numerosas iniciativas governamentais, como as agências de colonização e imigração, foram, desde os anos 40, pelo menos, justificadas em nome do combate aos motivos daqueles temores. A preocupação em criar nichos de pequenos burgueses que explorariam uma força de trabalho bem alimentada de assalariados rurais obcecados com o amealhamento de um dinheirinho para comprarem seus próprios lotes e virarem, igualmente, empresários do campo, encheu milhares de relatórios e artigos em revistas editadas pelo Estado. Em geral, eram textos que pouco mais faziam do que glosar pela enésima vez um parágrafo de pronunciamento presidencial ou discurso de ministro. De fato, enquanto frases feitas ou tópicas narrativas, aquelas idealizações percorriam os mais diversos diplomas governamentais e funcionavam como um adorno discursivo das elites dirigentes. Assim, flutuantes, automáticas, elas aparecem em programas de partidos rivais, em textos de varguistas empedernidos e falas de anti-getulistas viscerais.²¹¹

Bento Munhoz da Rocha Neto tinha vôos conceptuais muito próprios naquele oceano de jargões enfadonhos. Suas construções verbais de entidades antinômicas eram lapidares. Caíam como luva na entronização utopizante do Norte paranaense. Com efeito, recorrendo a terminologias sociológicas então em voga, como os conceitos desenvolvidos pelo último Karl Mannheim, em várias oportunidades ele contrastou o que lhe parecia ser um profundo embate de *mentalidades*, isto é, a contradição entre o que chamava, respectivamente, de *mística socialista* e de *mística do pioneirismo*. Em torno daquela polaridade etno-tipológica giram, em suma, quase todos os lugares-comuns que, articulados, sedimentaram um invólucro doutrinário de cariz liberal para as construções de determinadas imagens do Norte do Paraná. Sua matriz era simples. Numa passagem que se repete em vários momentos de seus discursos, no início dos anos 60, ele comentou que a *diversificação regional* brasileira acabava apresentando, no que respeita ao *problema agrário*, algo como a *existência de duas nações*. Tratar-se-ia de uma *clara contradição* encravada no âmago do país. Por isso,

(...) a *mística socialista* que tantos seguidores tem hoje, e não é evidentemente aquela socialização, fato da nossa época, pela produção mecanizada, pela produção em massa, socialização que todos teremos que aceitar porque um

²¹¹ Pode-se constatar isso compulsando os programas e outros documentos partidários coligidos por CARONE, Edgard: *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo: DIFEL, 1977 e por CHACON, Vamireh: *História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Brasília: EdUNB, 1982.

*benefício para todos os homens, mas a mística socialista que coloca na mão do Estado a solução de todos os problemas e todas as fontes de produção. Quero mostrar um conflito de mentalidade que acho mais grave de todos: o conflito entre a mística socialista que tenta resolver os problemas a seu modo e o espírito pioneiro que tão bem conhecemos no Sul. (...) Hoje é o Paraná, todo dominado pelo espírito pioneiro. Já não é apenas o Norte do Estado - o Norte verdadeiro, caracteristicamente diferenciado do Norte velho, que defini-rei como Nordeste; mas o Noroeste, o Oeste e o Sudoeste do Estado. É todo ele dominado pelo espírito pioneiro. E o pioneirismo é a negação da mística socialista.*²¹²

A definição de tipos humanos diferentes sugeria alguma fatalidade, destinos pouco contornáveis. E envolvia existências organizadas em temporalidades históricas cada vez mais intocáveis e incomunicantes. As diversidades regionais não se apresentavam, naquele momento, apenas como resultados de sociabilidades cambiáveis, mas como decorrências de experiências que abrigavam-se nas interações sociais e geravam padrões mentais cada vez mais maquínicos. Daí ele vislumbrar um aprofundamento dos contrastes entre os espaços sulinos de valorização do indivíduo - menos como cidadão, bem mais como produtor/consumidor - e as cadeias de anulação de egos que vicejavam através do clientelismo estatal nas áreas ao Norte-Nordeste do país. Referindo-se ao Sul brasileiro ele observou que o avanço do pioneirismo é a *grande afirmação individualista*, algo que se completava com uma *socialização capitalista* que Bento deduzia, não tanto da observação da realidade social, mas da leitura atenta das letras da Encíclica *Rerum Novarum*. Analisando a socialização do capitalismo, ele asseverou que

*(...) já estamos vivendo beneficentemente esta fase, nas áreas mais desenvolvidas do país, de ausência de discriminação. No Brasil, coexiste várias fases econômicas, desde a economia tradicional, representada ainda pela atividade agrícola em seu aspecto primitivo, que o marxismo chama de economia feudal, até a última fase, a do consumo em massa (...). Hoje, o empregado subalterno de qualquer um de nós (...) pode ter o mesmo refrigerador elétrico que o patrão possui. É a indiscriminação. Esta é a benéfica socialização.*²¹³

Naquele contexto de modernização dos consumidores, de um lado, e afloramento perene de arcaísmos feudais, de outro, as diferentes mentalidades corresponderiam às modalidades de respostas dadas em diferentes circunstâncias ao cisalhamento espaço-temporal da brasilidade. Munhoz da Rocha retomava, a seu modo, uma das variações possíveis das perspectivas sociológicas dualistas que grassavam na América Latina por aqueles anos. Daí observar, nostálgico, que

²¹² *Pronunciamento na Sessão de 26/04/62 da Câmara dos Deputados* in ROCHA NETO, Bento Munhoz da: *Op. Cit.* p.369

²¹³ *Pronunciamento na Sessão de 26/04/62 da Câmara dos Deputados* in ROCHA NETO, Bento Munhoz da: *Op. Cit.* p.372

*Nos debates sobre os problemas fundamentais da nacionalidade, como é o da Reforma Agrária, surgem então duas nações. Já não existe mais aquele Brasil tão unido, aquele Brasil que, apesar de todas as suas divergências regionais, de todas as suas divergências humanas, apresentava-se bem caracterizado com um denominador comum que definia a alma brasileira, que dava a personalidade do homem brasileiro como um dos melhores homens contemporâneos, pela sua generosidade, hoje não muito rara entre outros povos (...) Então não haverá mais o Brasil definido por essa alma, pois os conflitos de ordem econômica apresentam divergências de forma verdadeiramente agressiva.*²¹⁴

Não é surpreendente que, após este diagnóstico tão espantado, ele apresente a idéia de que o espalhamento da *mística pioneira* poderia ser uma forma de resgatar a alma ameaçada pelo socialismo e outros laceramentos sociais. Deste modo, explanando o conteúdo do que acreditava ser a tal *grande afirmação individualista*, Bento desenvolveu uma caracterização completa do que os liberais-conservadores brasileiros entendiam como o tipo social adequado para os campos nacionais. Para ele

*O pioneirismo representa a confiança no esforço pessoal, no esforço individual, no trabalho próprio; o pioneirismo significa, se não uma exigência de assistência do Governo, pelo menos atitude do Governo no sentido de que não atrapalhe a expansão pioneira. (...) O homem pioneiro é o homem que acredita no futuro, que acredita no seu esforço, no seu trabalho, e é dominado por aquilo que (...) chamam de ascetismo capitalista. (...) Leva vida parca, econômica, modesta, é todos os recursos de que dispõe, todos os recursos que adquire investe para melhorar o seu futuro.*²¹⁵

Apesar de estar ligado à União Democrática Nacional, há muitos anos, as falas de Munhoz da Rocha não pareciam - como acontece, via-de-regra, com os parlamentares de todas as cores ideológicas - estar muito preocupadas em sustentar o programa do partido. No que se referia ao tema genérico da política agrária, os udenistas tinham consignado, em seu programa fundador, divulgado em 1945, além dos jargões a respeito da importância de se *fixar o trabalhador no campo*, alguns objetivos específicos. Dentre eles, um que aparecia com grande frequência formulado de maneira inversa pelo parlamentar paranaense. Assim, se o programa partidário falava em *colonizar as grandes áreas devolutas ou escassamente povoadas*, Munhoz da Rocha insistia que

Divisão de terras, assistência rural, numa zona longe dos centros populosos, nada significa. É preciso que essa atuação do Estado se dê justamente nas

²¹⁴ Pronunciamento na Sessão de 26/04/62 da Câmara dos Deputados in ROCHA NETO, Bento Munhoz da: *Op. Cit.* p. 370

²¹⁵ Pronunciamento na Sessão de 26/04/62 da Câmara dos Deputados in ROCHA NETO, Bento Munhoz da: *Op. Cit.* p. 370

*zonas mais densamente povoadas, nas zonas de transporte, nas zonas que devem abastecer os nossos grandes centros urbanos.*²¹⁶

As intervenções parlamentares do ex-governador paranaense e ex-ministro da agricultura condensavam, enfim, uma percepção do Paraná Setentrional que o tomava como palco de um processo de mudanças no mundo rural que, mais do que uma reforma agrária, representava uma alternativa civilizacional. Seus pronunciamentos apresentavam contrapontos e complementos às próprias enunciações políticas no Norte paranaense realizadas, em várias ocasiões, pelos dirigentes da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Em particular, sua preocupação em delimitar caracteres etno-tipológicos relacionados com os estágios de desenvolvimento de uma determinada área, forneceu adendos conceptuais importante em um momento em que acirravam-se as contradições sociais naquela região.

Noutras falas parlamentares da mesma época, o Norte cafeeiro aparecia como realização de uma sorte de *via americana* de desenvolvimento do capitalismo no campo. Alguns meses após a realização, em Maringá, de um tenso encontro de lideranças sindicais de esquerda, o II Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná, o Senador Alô Ticoulat Guimarães, do PSD paranaense, diferenciando os anseios camponeses de transformações agrárias no Nordeste e no Sul do país, voltou a carga, fabricando mais uma série de ilações que apontavam as particularidades do Norte do Estado. Depois de alardear que *o Deputado Francisco Julião não obteve sucesso nas suas pregações no norte do Paraná* - esquecendo de dizer, evidentemente, que lideranças dos católicos conservadores tinham chegado a atentar contra sua vida, em Maringá, em agosto daquele ano - , ele pronunciou-se em tom de esclarecimento:

Explico por que no Paraná o fenômeno não é esse do trabalhador braçal querer a posse da terra, porque ele tem tanta confiança na exuberância do clima, na possibilidade de desenvolver e enriquecer que não quer a terra no sentido de posse transitória. Realmente quer a terra porque a cultiva e um dia há de ser proprietário dela, não quer perdê-la. Mas o sentido de propriedade não está vinculado à vida e ao trabalho do agricultor. Quer, de fato, a terra para sempre e não pela reforma agrária preconizada pelo ilustre Deputado Francisco Julião, que afasta, em definitivo, a esperança das populações do Norte do Paraná de se tomarem agricultores abastados que é o que realmente desejam. (...) No Sul do Brasil o pensamento do agricultor, mesmo sendo apenas trabalhador rural da terra, é diferente daquele do Norte. O nordestino, tendo em vista as dificuldades impostas pelo clima, deseja uma propriedade rural onde possa ter residência, onde possa sustentar a família. O homem do Sul sabe que da terra pode tirar proveito para si e para os seus, sabe, enfim, que

²¹⁶ *Pronunciamento na Sessão de 26/04/62 da Câmara dos Deputados in ROCHA NETO, Bento Munhoz da: Op. Cit. p. 370*

*pode enriquecer. O sentido da propriedade agrícola é completamente diferente no Nordeste.*²¹⁷

Mas os pronunciamentos que identificavam tanto o território quanto os tipos humanos do Norte paranaense com os resultados palpáveis de uma reforma agrária que deu certo não se restringiam aos grupos escancaradamente conservadores. O Senador Nelson Maculan, que tinha iniciado sua vida política como prócer udenista em Londrina, mas debandara para o PTB, no final dos anos 50, também fez seu uso próprio da região para discutir a questão. Associando reforma agrária e criação de instrumentos públicos de política agrícola, um tema que estava candente na boca daqueles que criticavam as iniciativas tidas como meramente distribucionistas das correntes de esquerda, ele observou, em maio de 1963, que

*(...) se a política de preços mínimos da produção agrícola fosse realmente adotada, daríamos condições ao homem para tornar-se pequeno proprietário rural, como aconteceu no norte do Paraná através de colonização muito bem feita. A esse respeito, nós paranaenses, somos agradecidos aos ingleses, que penetraram nas nossas terras férteis, construíram estradas de rodagem e dividiram as terras em pequenas propriedades, apenas exigindo como parte inicial de pagamento 30% do valor delas. Assim se transformaram em trabalhadores rurais os colonos vindos de São Paulo, Minas Gerais e de outros Estados. Hoje, são todos proprietários rurais no Paraná.*²¹⁸

[03] O TEMA DA VERDADEIRA REFORMA AGRÁRIA PELA ÓTICA DA PROPAGANDA EMPRESARIAL LIBERAL-CONSERVADORA

Para além dos debates parlamentares, que, de todo modo, eram travados a distância da chamada opinião pública, a imagem dominante de um Norte do Paraná que teria realizado uma utopia liberal-farmer, freqüentava regularmente os jornais, naqueles tempos de acirramento dos conflitos e de profusão de projetos reformadores. Em agosto de 1961, por exemplo, quando estava sendo realizado, em Maringá, o evento de trabalhadores rurais que referi acima, um editorialista curitibano manifestou

²¹⁷ *Aparte ao Discurso do Senador Lima Teixeira na Sessão de 22/11/61 do Senado Federal in SENADO FEDERAL-SEVIÇO DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA (QUINTELA, Gloria Fernandina et ALLI): Reforma Agrária. Volume 3. Brasília: Senado Federal/Diretoria de Publicações, 1963, p.182. Uma opinião bastante parecida com esta a respeito das diferenças entre trabalhadores nordestinos e trabalhadores do sul foi emitida por um dos mais conhecidos conspiradores militares da história deste país, o Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, eminente político conservador. Veja-se CAMARGO, Aspásia & GÓES, Walder de: Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias. Rio: Editora Nova Fronteira, 1981, p.484-485. É bastante provável que se tratasse de um lugar-comum nas hostes reacionárias udenistas.*

²¹⁸ *Discurso pronunciado na sessão de 29/05/63 do Senado Federal in SENADO FEDERAL-SEVIÇO DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA (QUINTELA, Gloria Fernandina et ALLI): Op. Cit. p.428.*

estranhamento profundo, pois parecia-lhe sem sentido falar de reforma agrária *onde ela já teria sido feita há bastante tempo*. Mais: continuava sendo feita processualmente, na medida em que a colonização avançava para o chamado Norte Novíssimo.²¹⁹ Por sua vez, pela mesma época, um editorialista paulistano, erroneamente observando que a colonização do Norte do Paraná era *raramente citada nos debates travados em torno do problema da reforma agrária*, aproveitou para reforçar a oposição, tantas vezes propalada pelos dirigentes udenistas da CMNP, entre inoperância dos órgãos públicos versus virtudes e objetividade administrativas da iniciativa particular. Ressalvando que *as terras do Norte do Paraná são de excepcional qualidade e a cultura do café proporciona renda apreciável*, o que daria qualificações não muito usuais à região, proclamou:

*(...) devemos reconhecer que a Companhia Melhoramentos não contou com o favoritismo dos cofres governamentais para realizar a sua magnífica obra de desbravamento. Enquanto órgãos oficiais como o Instituto Nacional de Imigração e Colonização permaneceram mergulhados no marasmo das manobras políticas e das barganhas de gabinete, essa empresa ultrapassou o Parana-panema e fixou nas terras conquistadas à floresta um grupamento humano que hoje ultrapassa um milhão de indivíduos. Esse é o exemplo que desejamos apontar aos que levianamente tratam hoje em dia do problema da repartição de terras.*²²⁰

Os dirigentes da CTNP/CMNP não perdiam, evidentemente, a oportunidade para interpretar seus feitos comerciais sob a ótica da identificação entre colonização e reforma agrária. Faziam-no de modo a perseguir a idéia de que teriam feito aquilo que sucessivos governos populistas, desde Vargas, não conseguiram fazer: uma gigantesca obra de colonização dirigida, centrada nas facilidades de acesso à pequena e à média propriedades e na valorização não-paternalista da livre-iniciativa. Em um suplemento minuciosíssimo encartado n' **O Estado de S. Paulo**, em janeiro de 1965, a empresa teceu, pela primeira vez de modo sistemático em material publicitário, considerações sobre o modelo de reforma agrária que preconizava para o país. E discorreu longamente a respeito do caráter supostamente exemplar de seu próprio empreendimento. Observando que *os projetos de reforma agrária não podem contrariar as leis básicas da economia*, eles fizeram um diagnóstico do debate que, nos anos anteriores, catalisou o país:

²¹⁹ (Editorial) *Clima de Tensão*. **Gazeta do Povo**. Curitiba: 15/08/61, p.3.

²²⁰ Editorial de **O Estado de S. Paulo**. 14/11/61, reproduzido parcialmente em SANTOS, Rubens Rodrigues dos et Alli: *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo: s/ed. (Edanee Impr.), 1975, p.162. Vale notar que o recurso à afirmativa de que pouca gente conhecia o processo norte-paranaense era, do ponto de vista retórico, um modo de reforçar a imagem de coisa rara, tão excepcional que era desprezada pelo comum dos políticos profissionais.

*Não são poucos os que se arvoram em conhecedores da realidade agrária brasileira e tentam ditar normas de ação ao nosso governo. (...) Infelizmente, não passa um único dia sequer sem que se assistam as mais contraditórias manifestações sobre o delicadíssimo problema. Todos discutem o tema que simplesmente foi batizado de "reforma agrária": estudantes e professores, banqueiros e operários, militares e donas de casa, todos têm opinião formada sobre o assunto, e defendem-na com ardor que só se justificaria nas discussões entre professores de sociologia e de economia política. Raros, porém, são os homens deste país que podem assumir a responsabilidade de estudar a conveniência ou não de se alterar a nossa estrutura agrária. Daí a confusão que nos debatemos e o perigo de adotarmos precipitadamente medidas que se revelem, no futuro, prejudiciais à estabilidade econômica e social do Brasil.*²²¹

Reúnem-se nesta passagem vários elementos que definem a auto-imagem arrogante da empresa, as concepções de seus dirigentes a respeito do que deve ser a vida política de uma população e, mais particularizadamente, sua posição com relação às tarefas do novo governo em matéria de política agrária. Para começar, debates políticos, no entender daqueles empresários, são atividades para intelectuais e, quando empolgam as pessoas comuns, arriscam incorrer nos perigos do arrivismo e do populismo. Eles, pelo contrário, contando com a experiência adquirida no Norte do Paraná, podiam exibir uma folha corrida que autorizaria sua fala prescritiva. Afinal, segundo seu ponto de vista - que não era isolado, já se viu - a colonização empreendida pela CMNP

*representa, antes de mais nada, um exemplo do que pode fazer a livre iniciativa nesse importantíssimo setor da nossa política econômico-social, sem atentar, nem de longe, contra esse patrimônio inalienável das democracias que é o direito de propriedade. Toda a estupenda região que se estende de Londrina até Cianorte deveria ser percorrida e estudada cuidadosamente por todos quantos hoje em dia participam de discussões em torno do problema da repartição de terras.*²²²

O cardápio de procedimentos sugeridos pela empresa não diferia, em linhas gerais, do que era recomendado por alguns juristas ligados à UDN e pelos funcionários intelectuais de organismos patronais como o então bastante influente IPÊS (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais). Isto não deve causar espécie, uma vez que o grupo empresarial que possuía a CMNP era um dos grandes financiadores de estudos e projetos desta natureza. No entanto, havia uma declinação ligeiramente mais conservadora em suas mensagens. Observa-se isso considerando mais de perto o que eles entendiam

²²¹ COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ: *Certeza de lucro e garantia do direito de propriedade colonizaram o Norte do Paraná. O Estado de S. Paulo*, 15/01/1965, (Encarte Publicitário, p.7). Note-se o tom de impertinência diante da expressão reforma agrária que, apesar de encampada pelo próprio Governo Militar, continuava soando desagradável aos ouvidos da direita mais troglodita.

²²² Idem, *Ibidem*

com as *leis básicas da economia*. Embora não tivessem sido formuladas como tais, elas subjaziam à noção de que a *apreciação honesta do problema da reforma agrária no Brasil exige, antes de tudo, a fixação de algumas premissas*. Em síntese, elas seriam as seguintes:

(a) Não se deveria fazer uma *generalização do problema diante da diversificação de aspectos das várias parcelas do nosso imenso território*. Por si só, tal variedade depõe contra se *aprovar um único estatuto da terra, que se aplique indiscriminadamente a todos esses casos e procure resolvê-los dentro da rigidez de uma única lei*.

(b) É fundamental ter uma definição bem precisa de reforma agrária pois *todos quantos vêm dedicando ao progresso da agricultura o melhor dos seus esforços, técnicos, sociólogos, economistas e lavradores, conhecem há muito uma verdade básica que muitos ignoram ou fingem ignorar e que deita por terra as teses dos que desejam a revolução agrária e o atentado ao direito de propriedade: a inexistência no Brasil de uma questão agrária*.

(c) O problema da reforma agrária é bem mais complexo do que a *insignificância do problema da expropriação e repartição da terra*. Por suposto, se o governo não possuía recursos para dar assistência aos pequenos e médios proprietários já existentes, não teria condições para desapropriar terras, assentar e assistir os novos proprietários. Desta forma, somente a ignorância ou a má fé poderiam explicar o entusiasmo causado pelas idéias de expropriação dos patrimônios consolidados.

Numa primeira instância, é evidente que os empresários estavam respondendo às propostas reformadoras radicais acenadas, nos últimos dois anos que antecederam ao Golpe Militar, pela OCML-POLOP, por dissidentes do Partido Comunista que estavam criando (ou conservando?) o Partido Comunista do Brasil e, mais notoriamente, por políticos e líderes camponeses influenciados por Francisco Julião e certos sacerdotes católicos da AP (Ação Popular). Eram estes que mais insistiam em diferenciar um projeto de reforma agrária eminentemente expropriadora de todas as demais proposições que, via-de-regra, ressaltavam a importância das transformações tecnológicas e da consolidação de formas mais avançadas de capitalismo no campo. Naturalmente, os corolários eram inteiramente diversos: o estímulo ao crescimento das formas capitalistas no setor agrário implicava não tanto na distribuição da propriedade, mas sobretudo, na extensão e aperfeiçoamento da legislação trabalhista e previdenciária ao mundo rural.²²³

De qualquer modo, o projeto agrário da CMNP derivava de uma interface entre lugares-comuns das teorias econômicas liberais e cartogramas político-ideológicos ex-

²²³ Confira-se, par um apanhado geral, CARONE, Edgard: *A República Liberal - I: Instituições e Classes Sociais (1945-1964)*. São Paulo: DIFEL, 1985, p.292 e ss.

tremamente conservadores. Tanto assim que sua conceituação de questão agrária decorria de uma compreensão eminentemente demográfica: tratava-se de um evento que somente podia ocorrer em países onde a escassez de terras implicava em pressões populacionais. Deste modo,

*não existe o imperativo de uma revolução agrária, como foi realizada em países hoje dominados pelo comunismo, mas sim de ordenação agrária, que corrija as falhas verificadas em nossa estrutura rural e ao mesmo tempo garanta os direitos de todos quantos desejam ou venham a ser proprietários de maneira a se preservar este fator de progresso humano que é o incentivo ao trabalho decorrente da ambição legítima de possuir e de legar.*²²⁴

Em função de tais evidências, as intensas agitações rurais daqueles anos que precederam o Golpe de 1964 não deviam ser interpretadas como decorrências lógicas de uma questão agrária que não existia, mas como um processo que

*não passa de um açulamento dos trabalhadores rurais, numa tentativa de empolgá-los politicamente com a idéia de distribuição simplista da terra entre os que não a possuem, e de assim obter vantagens eleitorais. O êxito desses demagogos baseia-se sempre na ignorância e na boa fé do nosso homem do campo, incapaz de compreender o verdadeiro significado de uma reforma agrária. Desconhece, por exemplo, que de nada lhe adianta receber alguns hectares de terra sem que essa medida seja acompanhada de uma série de iniciativas complementares que incluam crédito, transportes, assistência técnica e social, garantia de preços mínimos, e inúmeras outras indispensáveis para que se obtenham elevados índices de produtividade nas lavouras.*²²⁵

Observe-se a contundência da linguagem. O tom messiânico que rivaliza com os documentos produzidos pelos setores de esquerda. Em ambos os casos, são os dirigentes que pretendem saber o que é o ser do povo, o que é melhor para este e para o país. Trata-se de uma didática do liberalismo conservador. Aquelas premissas antes enunciadas deveriam atender às exigências de propensões que vinculam-se às *tendências mais íntimas do indivíduo e às leis fundamentais da economia, que sempre presidiram e presidirão os processo históricos de desenvolvimento das comunidades*. Neste idioma de um economicismo rastaqüera de causar inveja aos stalinistas mais empedidos de seu tempo, o empresariado colonizador pretendia revelar os segredos que as massas rurais, enchafurdadas na burrice, na incapacidade de compreender as verdades que mais lhes deviam interessar, não captavam:

²²⁴ COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ: *Certeza de lucro e garantia do direito de propriedade colonizaram o Norte do Paraná. O Estado de S. Paulo*, 15/01/1965, (Encarte Publicitário, p.7).

²²⁵ Idem, *Ibidem*

*O homem deve ser incentivado nas suas realizações tendo em conta os anseios naturais que lhe são peculiares, como os desejos de posse, de acúmulo de bens, de progresso e de bem-estar, para si e para os seus familiares e descendentes. Ora, o estatuto que garante essa tendência natural do homem, e que portanto garante a ele e à coletividade a que pertence todos os frutos do seu labor, é o direito de propriedade. (...) Paralelamente, a lei básica que rege nas sociedades humanas essas tendências individuais de posse, ordenando-as, estimulando-as, restringindo-as, é a lei da oferta e da procura. (...) E eis que novamente nos surge o exemplo inquestionável, o norte do Paraná, cuja transformação na mais promissora e na mais democrática das regiões agrícolas brasileiras só foi possível pelo respeito a estes dois fatores básicos de progresso: certeza de lucro e garantia do direito de propriedade.*²²⁶

Enfim, os textos publicitários da CMNP não visavam somente seduzir compradores de terras e mão-de-obra para as zonas de colonização, mas denotavam óbvias intenções político-pedagógicas. Eles pretendiam ser discursos arregimentadores de indivíduos e grupos que pudessem compartilhar dos ideários liberal-conservadores.

Não foi à toa que seus produtores passaram os anos 60 e 70 batendo na tecla da realização de uma *verdadeira reforma agrária*. Havia, mesmo naqueles anos, diferentes projetos concorrentes e, neste aspecto, o novo bloco de poder instalado em 1964, não representou uma ruptura total. Fica evidente pelas falas dos dirigentes da CMNP que eles perfilavam-se ao lado de frações das elites que desejavam fazer valer uma perspectiva de política fundiária centrada na manutenção das formas existentes de relações de trabalho e do perfil da estrutura de propriedade. Acontece que muitos militares que cercaram Castello Branco nos primeiros meses de governo tinham veleidades reformistas. Não se deve esquecer que eles acataram os termos do Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em pleno Governo Jango, e pressionaram os parlamentares mais reacionários, entocados na UDN e no PSD, para que referendassem o Estatuto da Terra, em outubro de 1964. Os udentistas renitentes, assessorados informalmente por intelectuais como Antonio Delfim Netto e Severo Gomes, manifestavam-se contra toda e qualquer forma de distribuição da terra. Segundo contou Foster Dulles, alguns deles chegavam a ponderar que o importante mesmo naquele momento era estimular o êxodo rural, a única forma efetiva de diminuir as tensões sociais no campo. Outros, acenando jargões liberais, diziam-se assustados diante dos super-poderes que seriam acumulados pelas agências estatais de reforma agrária - mais claramente, o IBRA (Instituto Brasileiro de

²²⁶ Idem, *Ibidem*. Chega a beirar o cretinismo absoluto a defesa da lei da oferta e da procura por uma empresa que herdou milhares e milhares de alqueires de um gigantesco latifúndio no Norte do Paraná.

Reforma Agrária), criado para implementar projetos de colonização e coordenar as eventuais expropriações de áreas indiscutivelmente improdutivas.²²⁷

Nos meses e anos seguintes, diversos segmentos debateram, muitas vezes acirradamente, os destinos da política agrária. Ora, são conhecidas as atitudes tomadas naquele período pelos setores mais poderosos da burguesia cafeeira norte-paranaense e paulista, aliados ao segmento imobiliário-industrial representado pela CMNP. Seus líderes falavam abertamente nos jornais de traição dos militares e tecnocratas que, implementando medidas reformadoras, teriam, no fim das contas, dado continuidade aos projetos *subversivos* do regime anterior. José de Souza Martins recolheu um momento de expressiva lamúria dos empresários cafeeiros. Em junho de 1965, Salvio de Almeida Prado, *agrarista* ortodoxo, daqueles que, ainda nos anos 60, se colocavam contra as *indústrias artificiais*, retomando bandeiras anacrônicas das oligarquias tradicionais, discursou em nome da Sociedade Rural Brasileira acusando o governo de persistir em erros crassos por não ter escutado a voz da razão agrária:

*Inspiradas em conceitos sadios e construtivos, foi que as entidades representativas dos vários rincões brasileiros, na Concentração nacional de Ruralistas, realizada logo após a vitória militar da resistência democrática, firmaram uma Carta de Princípios, onde a agricultura exprime o seu dever e proclama o seu direito. O dever de cumprir a tarefa que lhe compete e o direito de participar da destinação dos novos rumos, liberada de tutelas e de processos discriminatórios injustos e injustificáveis(...). Eram os rumos que se esperavam do governo a se implantar, e a cuja ação tenho procurado dar colaboração com pronunciamentos alertadores e, por vezes, não muito bem compreendidos. (...) No entanto, preferiu-se continuar, ao invés de recomeçar. (...) As advertências caíram no vazio, conservando-se o programa político e econômico-financeiro em moldes cuja ineficácia a experiência já havia demonstrado.*²²⁸

Entre 1964 e 1968, os cafeicultores paranaenses e paulistas, através de memorandos, entrevistas, marchas e concentrações, protestaram contra as políticas de estímulo ao desenvolvimento econômico que passavam pela manutenção dos esquemas fiscais

²²⁷ Confira-se DULLES, John Foster: **Castello Branco - O Presidente Reformador**. Tradução de Heitor Herrera. Brasília: EdUNB, 1983, p.72-74. Apesar de centrado nas ações de uns poucos indivíduos - o que não é de se estranhar numa biografia - o livro contém uma riqueza formidável de dados que ajudam quem quiser compreender os meandros das lutas entre diferentes setores do empresariado brasileiro para dar as cartas políticas nos dois primeiros anos que se seguiram ao Golpe Militar.

²²⁸ *Presidente da SRB: a lavoura quer mudanças. Folha de S. Paulo, 01/06/1965* apud MARTINS, José de Souza: *O sentido do associativismo empresarial no Brasil agrário* in SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo (orgs): **Vida Rural e Mudança Social**. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p.213.

e tributários de transferência de capitais do setor agrícola para o segmento industrial. Eles chegaram a cair no ridículo de acreditar que os novos dirigentes não passavam de fantoches das oligarquias que, por isso, podiam ser desalojados a qualquer momento. Houve mesmo quem falasse em fazer um novo movimento, pois os militares reformadores seriam tão subversivos quanto os governantes derrubados. Luiz Vianna Filho, que foi íntimo colaborador de Castello Branco, citou, aprovando, um fragmento de opinião do conhecido jornal conservador *O Globo* acerca dos cafeicultores norte-paranaenses que, sendo *elementos das classes produtoras prejudicados em seus interesses*, estariam se opondo às reformas que o grupo castelista pretendia implementar. Segundo o jornal, eles eram simplesmente *reacionários*. Pareciam desconhecer - ou não levar a sério - os compromissos dos militares e tecno-burocratas tanto com seus aliados internacionais quanto com frações modernizadoras da burguesia brasileira.

De fato, parece-me que a adesão da aliança formada por tecnoburocratas-militares-empresários industriais e financeiros aos projetos de mudanças nas arcaicas estruturas agrárias divulgados pelos Estados Unidos - que uns poucos anos antes, patrocinaram a formação da *Aliança Para o Progresso*, e conseqüentemente, a divulgação da *Carta de Punta del Este* - não era somente retórica. Não se deve menosprezar a evidência dada pela citação quase literal de um longo trecho daquela *Carta* no preâmbulo da *Mensagem Presidencial nº 33*, que encaminhou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei referente ao Estatuto da Terra. Segundo os termos do convênio inter-governamental assinado no Uruguai, eram objetivos permanentes dos países componentes da *Aliança*, dentre tantos,

*(...) Aumentar consideravelmente a produtividade e a produção agrícolas, e melhorar, igualmente, os serviços de armazenamento, transporte e distribuição. (...) Impulsionar, respeitando as particularidades de cada país, programas de reforma agrária integral. Encaminhar a efetiva transformação onde fôr necessária, das estruturas e dos injustos sistemas de posse e uso da terra, a fim de substituir o regime de latifúndios e minifúndios por sistema justo de propriedade de maneira que, complementada por crédito oportuno e adequado, assistência técnica, comercialização e distribuição dos seus produtos, a terra se constitua, para o homem que a trabalha, em base da sua estabilidade econômica, fundamento do seu crescente bem-estar e garantia de sua liberdade e dignidade. (...) Reforçar a base agrícola, estendendo os benefícios da terra, em proporção crescente, aos que a trabalham.*²²⁹

²²⁹ *Carta de Punta del Este - 17/08/1961*, reproduzida em DREIER, John C. (org): **A Aliança Para o Progresso: Problemas e Perspectivas**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio: Editora Fundo de Cultura, 1962, p.169 e 172.

O temor dos fazendeiros conservadores de que o Estatuto da Terra mudasse a ordem fundiária revelava que dava-se bastante crédito às aspirações declaradas. Por isso, o fato de os objetivos proclamados jamais terem sido cumpridos a risca não é uma prova, como muitos podem pensar, de que os militares estavam blefando ao escudarem o documento reformador. Apenas atesta que não bastam transformações jurídicas para se obter mudanças sócio-econômicas. O ritmo e a amplitude destas últimas dependem do permanente jogo de demandas e pressões dos setores sociais capazes de se articular enquanto grupos de interesses e ação.

No que tange ao relacionamento com o Estado Militar, os dirigentes da CMNP procederam - ao menos em seus discursos - com a mesma arrogância dos oligarcas tradicionais. Após terem se decepcionado com Castelo Branco, em virtude das veleidades reformistas do Marechal-Presidente, eles incluíam no rol dos incompetentes até mesmo os governantes militares. Assim, quando João Sampaio, que foi um alto dirigente da CTNP, recebeu um título de *Cidadão Honorário* de Londrina, na Câmara Municipal, em 1967, ele pronunciou uma peça de oratória em que se vê bem sintetizada a auto-propaganda feita pela empresa colonizadora acerca de sua decantada intervenção na política fundiária nacional. Intervenção que é alardeada como se fosse a própria ausência de política. Buscando deslocar sua personalidade e fazendo-se encarnação da empresa como um todo, ele agradeceu a *homenagem e reconhecimento* aos diretores da CTNP,

*pelos relevantes serviços por eles prestados à antiga e abandonada região do Guairá, outrora integrante da Capitania de São Vicente. Nobres cidadãos honorários, esses que - por seu descortínio, operosidade e coragem na realização - têm sido proclamados, pela seleta imprensa dos Estados do Paraná, de São Paulo e da Guanabara, como "os grandes vultos da colonização e da deslumbrante Reforma Agrária", do quadrante Norte-noroeste deste Estado; operadas sem qualquer ônus para os cofres públicos estaduais - e ainda menos da Nação - sendo certo que desta, sob regime ditatorial, só recebeu entraves e perseguição.*²³⁰

Apenas abrindo um parêntese: a ditadura a que se refere o empresário laureado é o governo Vargas. Curiosamente, agentes do Estado Novo também tinham muitas reclamações a fazer da Companhia de Terras Norte do Paraná. O Interventor paranaense Manuel Ribas, por exemplo, ao terminar seu mandato, relatou minuciosamente ao Presi-

²³⁰ *Oração na Câmara de Vereadores de Londrina, em 12/06/67.* Citada por ZORTÉA, Alberto João: *Londrina Através dos Tempos e Crônicas da Vida*. São Paulo: Editora Juriscredi, 1975, pp.88-89..

dente as dificuldades de enquadrar aquela empresa nos objetivos de territorialização do Estado apregoados pelos dirigentes governamentais. Note-se que suas palavras referem-se em particular à tão decantada fase inglesa da CTNP/CMNP:

Conquanto esteja hoje em mãos de brasileiros, não compreendeu ainda as suas exatas finalidades. Os preços altos das terras da sua vastíssima concessão, têm impedido que sejam as glebas distribuídas mais rapidamente aos colonos de todos os pontos do país, que as desejam adquirir. Comprova isso o fato de, em uma concessão cuja área se eleva a 500.000 alqueires de 24.000 m² aproximadamente, ter a referida companhia vendido, até agora, área insignificante, face ao montante de sua concessão. Vinte anos para a distribuição de área que não ultrapassou uma vigésima quinta parte da área concedida, muito embora todas as facilidades pelo governo proporcionadas! Com a terminação da guerra, vão ser iniciadas as corridas imigratórias. Caberá, pois, ao governo, apoiado em adequada e justa legislação, intervir diretamente na vida de empresas particulares cujas atividades não estejam conformes com os impostergáveis interesses da coletividade, fazendo com que as mesmas - no caso específico da colonização - mais como órgãos auxiliares da administração pública do que como meras empresas comerciais, num trabalho verdadeiramente patriótico, colaborem para o progresso e desenvolvimento do país.²³¹

Pela mesma época em que João Sampaio teceu sua auto-apologia, Hermann Moraes Barros, que desde os anos 50 era diretor-presidente da CMNP, falando sobre as lições que poderiam ser extraídas pelo país da ocupação moderna do Norte-Novo do Paraná, deu o seguinte depoimento a um repórter paranaense:

Já estudei e encaminhei projetos para a execução de plano idêntico na Amazônia e se não está ainda sendo executado é porque os governos não foram capazes de resolver.²³²

Além disso, talvez fazendo jus ao rótulo de *fanático anticomunista* nele grudado por René Armand Dreifuss, referindo-se à legislação agrária promulgada pelo governo Castelo Branco através do Estatuto da Terra, ele arrematou:

Agora tudo ficou mudado diante da nova legislação agrária. O estatuto da terra estabeleceu uma intervenção estatal tão intensa que impede o exercício da livre iniciativa e transforma as empresas colonizadoras em meras agências do governo. (...) Imagine-se, então, uma legislação que pretende indicar até aquilo que se deve produzir em cada pedaço de terra. É uma lei socialista, feita por teóricos, que copiaram dos países da Europa Central, todos fracassados na reforma agrária.²³³

²³¹ RIBAS, Manuel: *Relatório do ano de 1932 - apresentado pela Interventoria Federal no Paraná ao Exmo. Sr. Presidente da República (enviado em janeiro de 1945)*, citado por MARTINS, Wilson: **Um Brasil Diferente - Ensaio Sobre Fenômenos de Aculturação no Paraná**. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1989, p.100.

²³² *Entrevista à NP - Novo Paraná*. Curitiba: 1967, p.26.

²³³ Idem, *Ibidem*

Por fim, para fechar a breve listagem de referências empresariais ao Norte do Paraná, cabe citar o capitalista e *double* de intelectual orgânico das frações liberal-fundamentalistas da burguesia brasileira, Henri Maksoud. Ele escreveu, logo após as terríveis geadas de 1975, um verdadeiro panegírico em favor da generalização pelo país a fora do modelo de colonização adotado no Norte-Novo do Paraná pela CTNP/CMNP. Suas palavras sintetizam com maestria uma percepção bastante espalhada no seio de determinado segmento empresarial do significado das políticas de ocupação das áreas setentrionais brasileiras. E denotam, com rude clareza, as representações enviesadas de fortes preconceitos em relação aos trabalhadores rurais, tidos, alguns destes, como desprovidos dos mais mínimos conhecimentos acerca das técnicas de produção e possuidores de (sabe-se lá o que é isso !) *padrão humano inferior*. Criticando os métodos de encaminhamento das malogradas práticas colonizadoras na região da Transamazônica, ele chamou atenção para a falta de *estudos detalhados e de suporte técnico*. Além disso, ecoando termos similares aos veiculados em prosa e verso pelos dirigentes da CMNP, estabeleceu a seguinte comparação:

*sob inspiração paternalista e eivada de vícios burocráticos, a execução do plano foi empreendida ao sabor da improvisação. Assim, isolado no seu lote e ao desamparo da assistência técnica, o colono, ainda não adaptado à seu novo meio, sequer sabia o que plantar e como fazê-lo, nem mesmo estava informado sobre as possibilidades de escoamento de eventual produção. (...) Contrastando com o malogro verificado na Amazônia, o êxito do trabalho de colonização do Norte do Paraná, cujo cinqüentenário de implantação transcorre este ano, constitui prova confortadora da capacidade da iniciativa particular para promover a exploração econômica de terras virgens e, mais do que isso, para acelerar o processo de distribuição de riquezas. (...) No momento em que os setores governamentais, com honestidade de propósitos, parecem empenhados em reformular a política de colonização, tendo em conta o fracasso que se observou na Transamazônica, é preciso não perder de vista a participação que neste setor deve caber à iniciativa particular. (...) Livre iniciativa, garantia do direito de propriedade, estímulo de lucro e alto padrão do elemento humano. Sem dúvida esses princípios podem enquadrar-se na política de colonização que o Brasil espera para todo o seu território.*²³⁴

²³⁴ MAKSOUD, Henry: *Política de colonização. Dirigente Rural*, São Paulo: 14(9-10), setembro-outubro de 1975, p.7. É engraçado - mas trágico - constatar que foi justamente por aquele período que o Governo Geisel iniciou uma nova ofensiva de territorialização da relação Capital Monopolista-Estado Militar na Amazônia. Foram abandonadas, de uma vez por todas, as preocupações proclamadas pelo General Medici, o tirano anterior, com a criação de agro-vilas para trabalhadores nordestinos e abertura de áreas de colonização para pequenos e médios proprietários do Sul-Sudeste. Nada mais distante do modelo de ocupação via grandes projetos agro-pecuários e mineiros tocados por grandes empresas particulares do que as propostas dos senhores Moraes Barros e Maksoud. Como foi demonstrado até a exaustão por uma criteriosa literatura, a expansão conquistadora do desenvolvimento capitalista nas áreas amazônicas representou um bem acaba-

[04] LEGITIMAÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS DOS TEMAS DA DEMOCRACIA RURAL E DA REFORMA AGRÁRIA NO NORTE PARANAENSE

Quando comentei o ambiente léxico onde foram escritas as primeiras interpretações geográficas do processo de colonização do Norte(-Novo) do Paraná, nos anos 30 e 40, ressalttei o quanto ele estava impregnado de entusiasmo conquistador. Os olhos dos contemporâneos não viam, naturalmente, um processo imensamente devastador, etnocida no que se referia aos indígenas e caboclos; ecocida, no que tangia aos recursos naturais. Acreditavam que aquele era o melhor dos usos que se podia fazer do meio-ambiente, e, sobretudo, uma forma bastante eficiente e civilizada de incorporar segmentos sociais que somente por força da cartografia deviam ser considerados brasileiros. Nas décadas seguintes, geógrafos, sociólogos e economistas continuaram visitando periodicamente a região, adicionando-lhe significações novas, mas, principalmente, reproduzindo boa parte dos modelos de enquadramento gerados nos anos anteriores. A euforia, o entusiasmo com a possibilidade de se estar diante de uma fórmula mágica para a resolução dos sérios conflitos fundiários nacionais continuava determinando aspectos marcantes das percepções. E tudo isso transparecia - mais: interferia - em seus estudos técnico-científicos.

No decorrer deste item vou discutir alguns trabalhos de autores influentes que, entre os anos 50 e 80, reproduziram, nem sempre em consonância com suas posturas políticas mais gerais, o que venho chamando de consenso interpretativo dominante sobre o Norte do Paraná. Neles aparecem os mesmos elogios à pretensa eficácia redentora do desejo de propriedade e do distanciamento do *trabalhador-empresário* diante do Estado, de modo que este, o Poder Público, deveria ceder lugar às carícias paternas do capital. No entanto, ao contrário dos escritos anteriormente comentados, estes não se destinavam aos combates discursivos imediatos, tampouco pretendiam fazer publicidade comercial. Ao identificarem no Norte do Paraná uma realidade sócio-espacial inusitada,

do movimento de conservação de formas tradicionais de trabalho e propriedade, ainda que em circunstâncias de um aparente processo de modernização da economia agrária brasileira. Para uma análise ampla dos conflitos pelo controle da terra entre setores populares e frações da burguesia, bem como das divergências entre estas últimas no que se refere aos projetos de apropriação capitalista da Amazônia leia-se MARTINS, José de Souza: **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993. Estudos mais antigos, mas ainda de grande valia, são IANNI, Octavio: **Ditadura e Agricultura: O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia - 1964/1978**. Rio: Editora Civilização Brasileira, 1979 e **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

Paraná já estava perdendo população e experimentando um processo de concentração fundiária, Manuel Correia de Andrade, não teve a menor preocupação de indagar alguma coisa acerca da imersão conjuntural dos discursos e fez pleno uso de pesquisas publicadas nos anos 50, como se elas conservassem irrestrita validade. Reiterando a listagem de caracteres distintivos que dariam personalidade inusitada ao norte paranaense, particularmente as insistentes afirmações acerca das facilidades maiores de mobilidade social ali encontradas, ele observou que

*Forma-se deste modo uma nova sociedade neste Novo Canaã. Os solos férteis e a organização atraem população de todas as partes do Brasil que aí chegando conseguem melhores dias, ou labutam desesperadamente para consegui-los.*²³⁷

As conclusões de Andrade, que fez uso de uma tópica, *Novo(a) Canaã*, que remonta aos anos 20, poderiam ser permutadas com qualquer grupo de frases de efeito propagandístico, como as encontradas nas publicações da CMNP e nos informes veiculados pelos jornais. Em todos os casos, há a fixação da imagem idílica de uma sociedade de pequenos e médios proprietários rurais que conseguem viver sob uma espécie de proteção calcada na confiança mútua da empresa colonizadora que, destarte, assume funções usualmente próprias ao Estado. Note-se que nas várias edições posteriores de seu manual, muito provavelmente o mais lido texto de apoio para o ensino superior de geografia brasileira, na década de 1970, o pesquisador pernambucano não alterou nem uma vírgula sequer de sua caracterização. Manteve-a fundada em textos geográficos dos anos 50 e nos relatos impressionistas de Temístocles Linhares, sobre o Norte do Paraná.²³⁸

Estranhamente, tal como Valverde, Manuel Correia de Andrade sempre foi um geógrafo militante, que procurou desvincular a complexa questão da reforma agrária de uma simples política de colonização dirigida.²³⁹ Na realidade, foi ele mesmo quem descreveu, em ligeiras pinceladas, o ambiente de polêmicas que compunha o entorno político das análises geográficas de temas agrários entre finais dos anos 50 e 1964, chamando

²³⁷ ANDRADE, Manuel Correia de: **Paisagens e Problemas do Brasil - Aspectos da Vida Rural Brasileira Frente à Industrialização e ao Crescimento Econômico**. São Paulo: Editora Brasileira, 1968, p.237.

²³⁸ Durante os anos 70, o livro-texto de Andrade atingiu pelo menos quatro edições. O sub-ítem sobre a região em tela chama-se *O Norte do Paraná - Um Novo Canaã* (p.232 e ss). O livro mencionado é LINHARES, Temístocles: **Paraná Vivo - Um Retrato Sem Retoques**. Rio: Livraria José Olympio Editora, 1955.

²³⁹ ANDRADE, Manuel Correia de: *Prefácio* in VALVERDE, Orlando: **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, p.13-16 e *A reforma agrária e os planos regionais*. **Boletim de Geografia**. Maringá: 5(1), março de 1987, p.25-30.

estavam, na realidade, expressando perspectivas acerca das resoluções possíveis para as questões agrárias nacionais, mesmo que alguns autores, em outros momentos, tivessem defendido posturas que não iam de encontro aos projetos dos proprietários das empresas colonizadoras e seus aliados políticos.

Em plenos anos 50, acirraram-se os confrontos entre trabalhadores e fazendeiros na região, espoucando greves de colonos por falta de pagamentos em várias fazendas, depois de 1956. Mesmo assim, um geógrafo costumeiramente perspicaz e bastante crítico, Orlando Valverde, comentando o caráter planejado do processo de colonização, disse que *sua execução deve servir de modelo a outros serviços de colonização oficial e particular*. E, complementando, sintetizou:

*Existem no Brasil outras áreas cuja densidade de população rural iguala ou mesmo supera a do Norte do Paraná, como por exemplo alguns trechos da zona da Mata nordestina e a zona fumageira do Recôncavo baiano, mas em nenhuma delas o nível de vida geral da população é tão elevado. No Norte do Paraná constituiu-se o mais forte reduto de uma democracia rural do Brasil.*²³⁵

Valverde, em diversas ocasiões, entre os anos 50 e 60, se pronunciou em favor de uma Reforma Agrária regionalizada, jogando, naturalmente, com sua autoridade socialmente reconhecida de geógrafo integrante permanente de uma entidade governamental, o Conselho Nacional de Geografia (CNG). Este, por mais de duas décadas, reinou soberano como foco de estudos e projetos de planificação territorial no país. Daí que, dispondo de um capital cultural de tal monta, sua palavra fosse naturalmente influente. Neste sentido, é compreensível que uma caracterização, como a que se segue, da estrutura social norte-paranaense nos anos 50, assumisse foros de incontestável veracidade:

*(...) pode-se afirmar que a sociedade rural do Norte do Paraná é mais democrática do que a do planalto paulista em geral, embora esteja baseada no mesmo produto agrícola: o café. O regime de propriedade predominante no primeiro gera contratos e relações de trabalho entre os proprietários da terra e os trabalhadores rurais em que quase não há superioridade econômica entre uns e outros. A riqueza está mais bem distribuída e a classe mais pobre tem oportunidade de ascender econômica e socialmente. Esse é um fenômeno social raro no Brasil. O Norte do Paraná é, por isso, a terra da esperança.*²³⁶

Verifica-se isso nas inúmeras citações de seu trabalho por outros pesquisadores de vulto até bem avançada a década de 70. Ainda em 1968, quando o Norte-Novo do

²³⁵ VALVERDE, Orlando: *Planalto Meridional do Brasil*. Rio: UGI/CNG, 1957, p.182.

²³⁶ VALVERDE, Orlando: *Planalto Meridional do Brasil*. Rio: UGI/CNG, 1957, p.188. e *Regionalização da reforma agrária in Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, p.261-266. Ver, ainda, *Reforma agrária*. *Correio da Manhã*, 14/08/1961.

do atenção para as principais divergências. Em suas palavras, por volta de 1962, as disputas acerca do significado da reforma agrária opunham duas posições:

*Uma, mais conservadora, mas convencida de que o status quo rural, herdado do regime colonial, não poderia ser mantido, que preconizava reformas tecnicistas, teoricamente bem elaboradas, visando resolver o problema com uma política de colonização, que desapropriando algumas propriedades ou usando terras do Estado implantassem colônias onde seriam localizados trabalhadores rurais a serem transformados em pequenos proprietários. Admitia-se que a formação de núcleos de propriedades familiares, "ilhados" no meio dos latifúndios, atenuaria o problema que se agravava de luta de classes perante a criação de uma classe média rural e despertaria nos sem terras a esperança de poderem resolver os seus problemas, no futuro, com a aquisição de uma gleba de terras. O exemplo do sistema de colonização do norte do Paraná, comandado por uma companhia inglesa, era freqüentemente citado. Muitas vezes, também, proprietários particulares obtinham empréstimos no Banco do Brasil, adquiriam grandes propriedades, loteavam as mesmas e vendiam a agricultores, auferindo grandes lucros e justificando o seu negócio como uma contribuição à tão falada e tão desejada reforma agrária.*²⁴⁰

Apesar de considerar este gênero de alternativa algo conservador, Andrade não deixou de aderir ao linguajar eufórico dos admiradores incondicionais do empreendimento colonizador norte-paranaense. Seus trabalhos, independente de suas considerações políticas posteriores, tornaram-se monumentos de um modo de legitimação técnico-científico do discurso da verdadeira reforma agrária naquela região.

Imagem de uma quase utopia aparece, igualmente, nos estudos de dois economistas de grande renome que tiveram a rara oportunidade de acompanhar os rumos da economia regional norte-paranaense por três décadas. William Nicholls e Ruy Miller Piva eram pesquisadores sempre muito sensíveis ao papel das mudanças tecnológicas nas transformações do setor agrícola brasileiro. Eles analisaram detalhadamente o meio rural maringense em duas oportunidades, 1963 e 1973, e ainda conferiram seus dados num breve estudo de campo feita em 1978. Estavam interessados em fazer comparações entre padrões de desenvolvimento técnico e estratégias de solução de problemas de reprodução sistêmica em várias regiões do país. Por isso, escolheram realidades sócio-econômicas muito diferenciadas. Desde seu primeiro relatório, eles insistiram no que entendiam como superioridade dos empresários norte-paranaenses frente aos hábitos técnicos e os obstáculos advindos das tradições que atrapalhavam os processos de tomada de decisão e desencadeamento de inovações noutras áreas do país.

²⁴⁰ ANDRADE, Manuel Correia de: *Ligas camponesas e sindicatos rurais no Nordeste (1957-1964)*. Temas de Ciências Humanas. São Paulo: (8), 1980, p.115-116.

Durante todos aqueles anos, Nicholls e Paiva publicaram diversos artigos remetendo para suas investigações no Norte do Paraná, sendo que um deles, dado a lume em 1970, e assinado apenas por Nicholls, exerceu enorme influência nas percepções acadêmicas do processo de formação da fronteira agrícola no Estado. Em certo momento daquele trabalho, há uma caracterização geral da região que tem a vantagem de sintetizar todas as adjetivações encomiásticas até então pronunciadas por numerosos admiradores de seu modo de colonização e desenvolvimento. Comentando a iniciativa da Companhia de Terras Norte do Paraná e seus desdobramentos, ele disse que

*Um plano tão idílico não era notável por si só, visto que milhares de tais planos no papel provavelmente cobriram-se de poeira, com pequena ou nenhuma execução, nos arquivos das agências governamentais de colonização latino-americanas. O que foi realmente notável foi ter sido esse plano executado em larga escala com sucesso.*²⁴¹

Um pouco mais adiante, naquele mesmo texto, ele não se conteve e, profético a seu modo, vaticinou que apenas os caprichos ao acaso de um cosmos irridento poderiam ameaçar o funcionamento daquela estrutura sócio-econômica, onde até mesmos os salários eram mantidos em níveis relativamente elevados. Nicholls falou, enfim, que

*No que toca ao Norte do Paraná, a única nuvem que vem perturbar um quadro tão ensolarado é a questão da frequência com que a região é assolada por geadas, que podem ter efeitos desastrosos sobre o café. [E, logo depois, dando margem para algumas dúvidas amenas, completou seu prognóstico:](...) Na medida em que a frequência e rigor das geadas força uma redução futura na área plantada de cafezais, uma expansão tanto das culturas de colheita anual quanto das pastagens artificiais dará alguma estabilidade adicional à renda local do setor agrícola, apesar de o nível tanto da renda quando do emprêgo neste setor poder ser reduzido consideravelmente. Porém, parece não restar dúvida de que, mesmo que o norte venha a se tornar mais diversificado pela redução de sua dependência do café, seus ricos solos, chuvas regulares e o fácil acesso aos melhores mercados urbanos do Brasil bastam para assegurar a continuidade da sua prosperidade, mesmo que essa região não faça no futuro inteiramente juz à sua fabulosa reputação.*²⁴²

²⁴¹ NICHOLLS, William H.: *A fronteira agrícola na história recente do Brasil: O Estado do Paraná, 1920-65*. *Revista Brasileira de Economia*. Rio: 24(4), outubro-dezembro de 1970, p.46.

²⁴² NICHOLLS, William H.: *A fronteira agrícola na história recente do Brasil: O Estado do Paraná, 1920-65*. *Revista Brasileira de Economia*. Rio: 24(4), outubro-dezembro de 1970, p. 62 e 63. Ele repetiu várias vezes a observação sobre os salários, sem se preocupar em dar números detalhados, embora assegurando sempre que resultavam de árduo levantamento empírico. Veja-se, a título de exemplos, *Estrutura e produtividade da agricultura brasileira*. *Revista Brasileira de Economia*. Rio: 17(2), abril-junho de 1965, p.5-28; *A agricultura e o desenvolvimento econômico do Brasil*. *Revista Brasileira de Economia*. Rio: 26(4), outubro-dezembro de 1972, p.169-206; e *A oferta de alimentos no Brasil: problemas e perspectivas* in PELÁEZ, Carlos Manuel (coord.): *Ensaio Sobre Café e Desenvolvimento Econômico*. Rio: MIC-IBC, 1973, p.521-534.

Alguns anos depois, quando divulgaram os resultados agregados de suas investigações, William Nicholls e Ruy Miller Paiva uma vez mais referiram-se às geadas devastadoras de 1975, no Norte do Paraná, atribuindo-lhes valor causal decisivo na reconfiguração das estruturas sócio-espaciais regionais. Recapitulando suas primeiras impressões da área, feitas em 1963, eles falaram que

*(...) as plantações de cafeeiros enormes e luxuriantes da principal zona cafeeira comprimiam as próprias margens das estradas rurais, das quais suas folhas verde-escuro recebiam uma grossa camada de poeira vermelha. No mínimo sufocantes para quem tivesse tendências claustrofóbicas, esse vasto cobertor de cafezais (quando visto de cima de um morro ou de avião) oferecia um panorama rigidamente ordenado, ao mesmo tempo lindo e monótono.*²⁴³

Tentando explicar os motivos das profundas transformações no complexo cafeeiro regional durante os anos 70, eles sucumbiram conceptualmente diante de fatores relativamente fortuitos, que em muito pouco correspondiam às suas permanentes preocupações com os viéses de desenvolvimento tecnológico da agricultura brasileira :

*(...) foi em 1963 que o município atingiu seu apogeu como centro produtor de café, com um sistema atraente de pequenas propriedades, sendo que a menor delas podia sustentar uma ou mais famílias num nível de vida confortável e frequentemente próspero. Contudo, não prevemos, nem ninguém, que as geadas de 1962 e 1963 eram uma espécie de presságio dos 10-15 anos subsequentes, durante os quais a frequência e o rigor das geadas transformaram completamente toda essa região, de tal forma que, apesar de ainda admirável pelo sucesso marcante dos ajustes realizados face às circunstâncias inesperadas, mudou todo o padrão de produção e quase arruinou a estrutura agrária ideal dos pequenos proprietários que o café havia mantido por um período.*²⁴⁴

Em meados dos anos 80, Ricardo Abramovay e alguns de seus colaboradores, trataram dos problemas de abastecimento e de desnutrição que acometeram o Norte do Paraná no período que se seguiu à dissolução do complexo cafeeiro. Uma época em que praticamente desapareceram as culturas intercalares de alimentos, e processou-se a definitiva proletarização dos antigos colonos. Em seu minucioso relatório eles disseram que não houve, *ao contrário do que se crê geralmente, a democratização da propriedade fundiária* na região. E, censurando aqueles que nela enxergam algo parecido com uma *via americana* de desenvolvimento capitalista, acusaram William Nicholls de ser o *principal porta-voz dessa verdadeira apologia a-crítica ao processo de colonização dirigida*

²⁴³ NICHOLLS, William H. & PAIVA, Ruy Miller: **Mudanças na Estrutura e Produtividade da Agricultura Brasileira - 1963/73. Noventa e Nove Fazendas Revisitadas. Tomo I - O Brasil Sul e Sudeste.** Rio: IPEA/INPES, 1979, p. 104.

²⁴⁴ Idem, p.103.

*implantado no Norte do Paraná.*²⁴⁵ É certo que aquela primeira assertiva atinge muita gente que se dedicou ao estudo do Norte paranaense, desde os anos 30. Mas as demais objeções exigem melhores qualificações.

Na realidade, quem falou de *via americana* foi(ram) o(s) redator(es) de um muito conhecido estudo prospectivo feito pelos técnicos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Ainda que o *paper* de Nicholls sobre a fronteira agrícola seja expressamente citado para corroborar aquelas afirmações, cabe lembrar que suas aproximações do processo de ocupação do interior paranaense com as formas de colonização do Meio-Oeste e do Oeste dos Estados Unidos tinham mais uma função retórica de clareamento expositivo, enfim, uma intenção didática, do que um objetivo comparativo, metodologicamente justificado, e, numa palavra, decisivo para o perfeito entendimento do seu artigo. De fato, os intelectuais orgânicos do setor de planejamento do governo Ney Braga simplesmente forçaram a barra. Nicholls muito provavelmente desconhecia a terminologia *via americana* - que, de resto, é sempre relacionada com as análises marxistas do desenvolvimento do capitalismo no campo. Além do mais, sua comparação tinha finalidades políticas reformistas que não pareciam ocorrer aos técnicos do IPARDES. Nicholls e Paiva manifestavam clara oposição aos projetos de modernização da agricultura a qualquer custo que os ditadores brasileiros, incluindo o acima citado governante paranaense, pretendiam encaminhar. Eles apregoavam um modo de desenvolvimento do setor agrícola que fosse equilibrado e tecnologicamente comedido, de maneira que não ocorressem impactos indesejáveis sobre o nível de emprego e nem acentuada concentração fundiária. Por isso, é injusto atribuir tantas responsabilidades à William Nicholls. O fato é que quase todos os escritos produzidos sobre as partes setentrionais do Paraná têm nítidos carizes encomiásticos.²⁴⁶

A mesma perspectiva foi endossada acriticamente por um historiador muito influente, como José Honório Rodrigues. Para demonstrar o equívoco do então Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário do Governo José Sarney, Nelson Ribeiro, que, atra-

²⁴⁵ ABRAMOVAY, Ricardo et Alli: **Pesquisa Sobre Mudanças nos Padrões de Consumo e de Abastecimento de Camadas da População de Baixa Renda no Campo: O Caso dos Assalariados**. Rio: (Convênio) FINEP/INAN/FASE, 1984, p.13 (mimeo).

²⁴⁶ Cf. IPARDES: **Paraná: Economia e Sociedade**. Curitiba: IPARDES, 1982, p.8-9. Para um comentário curto, mas profundo, a respeito das propostas de Nicholls e Paiva relacionadas ao desenvolvimento do setor agrícola, que eles acreditavam dever ser equilibrado e tecnicamente comedido, de maneira que não houvesse impactos indesejáveis sobre o emprego e nem acentuada concentração fundiária, leia-se SANTOS, Robério Ferreira dos: **Presença de Viéses de Mudança Técnica na Agricultura Brasileira**. São Paulo: IPE-USP, 1986, p.32-34.

vés de Decreto assinado pelo Presidente da República, tornou o Município de Londrina uma das *áreas prioritárias para fins de reforma agrária no Estado do Paraná*, ele reiterou literalmente o fraseado publicitário da CMNP.²⁴⁷ Cumpria assim, o lastimável papel de simples propagandista, fazendo uso da documentação produzida pela CMNP como se esta refletisse o movimento do real ou, o que é pior, como se ela fosse a voz mais autorizada a falar do Norte-Novo do Paraná.

*A única reforma agrária de grande sucesso no Brasil, porque criou riquezas, estradas, cidades, foi a promovida pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná, a maior empresa colonizadora da América do Sul, a mais notável obra de colonização que o Brasil já viu. (...) O maior incentivo ao êxito do empreendimento foi, sem dúvida, a subdivisão da propriedade, sistema adotado desde o início pela Companhia e que deu os melhores resultados. Sem desprezar o concurso dos grandes proprietários, a Companhia de terras sempre procurou favorecer aqueles que, embora não possuíssem grandes reservas financeiras, tinham capacidade de trabalho e iniciativa. O resultado foi o que vemos agora. Solo fértil, trabalhado por homens capazes dentro do novo sistema de colonização (...). Na verdade, o sucesso das cidades do Norte do Paraná, a começar por Londrina, deve-se à reforma agrária inicial de que ela resultou.*²⁴⁸

Nota-se, portanto, que a imagem do Norte-Novo do Paraná como espaço onde ter-se-ia realizado a única reforma agrária efetiva neste país circula muito além das limitadas bordas dos folhetos de propaganda da CMNP. Especificamente quanto aos artigos de José Honório Rodrigues, considerando a conjuntura de acirramento da luta de classes no campo que caracterizou o Governo José Sarney, é difícil atribuir-lhes um mínimo de serenidade científica. Eles foram divulgados no mesmo contexto em que as elites agrárias partiram para o enfrentamento com os trabalhadores sem terras e os sindicatos de trabalhadores rurais definindo um novo patamar de organização. Deve-se recordar que foi em junho de 1985, que várias associações tradicionais das elites, como a Sociedade Rural Brasileira, a Sociedade Nacional da Agricultura e a Confederação Nacional

²⁴⁷ O Decreto nº 91.390, de 02/07/85 foi publicado no **Diário Oficial da União** do dia seguinte e, logo depois, revogado. Para maiores detalhes sobre o furor causado pelo documento governamental, veja-se os vários comentários impressos pela **Folha de Londrina**, nos dias posteriores à assinatura do Decreto. Uma análise do problema, que é também uma defesa através do ataque, foi escrita pelo então Presidente do INCRA. Cf. SILVA, José Gomes da: **Caindo Por Terra - Crises da Reforma Agrária na Nova República**. São Paulo: Editora Busca Vida, 1987 (esp. cap. 7: *Londrina: a versão e o fato*). Para referências sobre as diversas posições político-ideológicas em plena crise do evento londrinense, leia-se *Mais tempo para discutir. Exame*. São Paulo: 10/07/85, p.25-26 e *Ainda há tempo para os omissos. Visão*. São Paulo: 03/07/85, p.18.

²⁴⁸ RODRIGUES, José Honório: *Londrina e a reforma agrária* - Partes I e II. **Folha de S. Paulo**. 19 e 22/07/85, p.3. As frases grifadas - por mim, JHRG - são antigos *slogans* de propaganda divulgados pela CTNP/CMNP.

da Agricultura, além de outras de menor alcance, realizaram em Brasília um tal de Congresso Brasileiro de Reforma Agrária, tendo como ponto de aglutinação, a demanda por representação dos segmentos patronais rurais no MIRAD/INCRA e a proposição de formas de encaminhamento para a política governamental de reforma agrária.²⁴⁹

E cabe lembrar também que, alguns poucos dias depois, como resultado de vários encontros entre seus representantes, segmentos expressivos das elites agrárias forjaram a União Democrática Ruralista (UDR), associação que se tornou pública quando iniciou, em agosto de 1985, sua prática de fazer gigantescos leilões de gado a fim de arrecadas fundos para campanhas eleitorais de candidatos identificados com o ideário típico do liberalismo agrarista brasileiro. Assim, como parte de seu perfil ideológico, a entidade propugnava, ao menos nos discursos de alguns de seus líderes, que uma área da política agrária governamental se voltasse para o atendimento técnico-financeiro dos pequenos e médios proprietários e para a promoção de projetos de colonização. Ora, sem forçar de modo algum os fatos, não é difícil assemelhar certas propostas da UDR com a antiga cantilena de organismos empresariais como o IBAD e o IPES, que sugeriam procedimentos idênticos para aliviar as tensões no campo e conservar a ordem monopolista que caracteriza a propriedade fundiária no país.²⁵⁰

Como já observei, vários dirigentes da CMNP foram membros ativos daquelas entidades. Aliás, o principal agenciador intelectual da questão da *verdadeira reforma*

²⁴⁹ Confira-se, FREITAS, Elizabeth S. & SILVA, Isabelle B.P. da: *Reforma agrária e cidadania* in FIGUEIREDO, Wilma de M. (coord): **Cidadão, Estado e Políticas no Brasil Contemporâneo**. Brasília: EdUNB, 1986, p.9-28; D'INCAO, Maria Conceição: *Governo de transição: entre o velho e o novo projeto político de reforma agrária*. Lua Nova - Revista de Cultura e Política. Nº 20, maio de 1990, p.89-120, e FERREIRA, Brancolina & TEIXEIRA, João Gabriel L.C.: *Constituinte e reforma agrária: embates de classe*. Ciências Sociais, Hoje - 1988. São Paulo: Edições Vértice/ANPOCS, 1988, p.99-134.

²⁵⁰ Veja-se, por exemplo, CAIADO, Ronaldo: *A semente e o pastor*. Folha de S. Paulo, 02/05/88, p.3. Sobre a UDR, conferir: SILVA, José Gomes da: *UDR: surgimento, bandeiras e perspectivas*. Tempo e Presença, 11(239), março de 1989, p.4-9 e RUA, Maria das Graças: *A UDR e a representação de interesses dos proprietários rurais: a nova elite agrária no processo de transição política no Brasil*. Ciências Sociais, Hoje - 1990. São Paulo: Edições Vértice/ANPOCS, 1990, p.281-310. Quanto ao IBAD e o IPES, veja-se DREIFUSS, René Armand: **1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981. O principal estudo divulgado pelos intelectuais do IPES foi RIBEIRO, Paulo de Assis et Alii: **A Reforma Agrária: Problemas, Bases, Soluções**. Rio: IPES, 1963. Quanto ao IBAD, leia-se RIOS, José Arthur et Alii: **Recomendações Sobre Reforma Agrária**. Rio: IBAD, 1961. Consulte-se também seus vários artigos publicados em **Cadernos Brasileiros**. Rio: (4), julho-agosto de 1963. Uma obra bastante densa de um antigo militante intelectual ligado ao complexo IBAD/IPES, e que expressa o ponto de vista de setores menos extremistas da direita nacional, é FISCHLOWITZ, Estanislau: **Fundamentos da Política Social**. Rio: Livraria Agir Editora, 1964.

agrária, Herman Moraes Barros, chegou mesmo a citar os nomes dos técnicos do IPES que se dedicavam ao tema da reforma agrária para reforçar suas proposições críticas quanto aos projetos de colonização na Amazônia e de assentamento no Nordeste, durante os Governos Medici e Geisel. Comentando que pouquíssimos lotes teriam sido efetivamente titulados via ação do INCRA, contrariando o que preconizavam os numerosos documentos oficiais do período, ele disse que o *malogro* da política de distribuição de terras ocorreu:

*(...) não por falta de boa vontade, não por desídia, não por falta de mobilização de planos e de trabalho. Mas, por falta completa de conhecimento do problema. O desastre se nos afigura real, portanto deve haver uma causa. Essa causa, parece, pode ser identificada facilmente quando se analisa a conclusão de um trabalho conjunto sobre o problema da terra elaborado por um grupo de especialistas em que figuram nomes como Dênio Nogueira, Garrido Torres, José Arthur Rios e Paulo de Assis Ribeiro. Disseram eles, após aprofundado estudo da "reforma agrária" que "... apenas 5% do território nacional - 426 mil quilômetros quadrados - tem efetivamente problemas relevantes de natureza fundiária". E daí ressalta a conclusão dolorosa: até agora, ano após ano, os governos estiveram gastando energias e dinheiro na tentativa de fazer uma reforma agrária que a ninguém interessa realizar, esquecendo-se de que só através da livre-iniciativa será possível colonizar as áreas suscetíveis de exploração agropecuária remuneradora. Tudo o mais que se tem feito até agora é paternalismo sustentado por burocratas sem conhecimento do assunto, mas que sempre conseguem novas verbas para sustentar a indústria do empreguismo devoradora de recursos imensos.*²⁵¹

Na realidade, as arengas do dirigente da CMNP dirigiam-se contra todas as propostas de ação estatal centralizadora e contra as várias tentativas governamentais realmente executadas de praticar a reforma agrária, que sempre resumiram-se à formas de colonização dirigida. No seu entender, esta deve resultar da pedagógica e anti-paternalista combinação entre vendedores e compradores privados de terras. Daí a associação facilmente empreendida entre Norte-Novo do Paraná e única reforma agrária de êxito no país. Mais amplamente, entre reforma agrária e colonização dirigida através

²⁵¹ *Depoimento* in SANTOS, Rubens Rodrigues dos et ALLI: **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo: s/ed. (Edanee Impr.), 1975, pp.181-182. Vale notar que o engenheiro Paulo de Assis Ribeiro, arauto da proposta referida pelo Diretor da CMNP, foi o primeiro presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), criado no Governo Castelo Branco. Algumas fontes dizem que sua administração foi acusada de diletante, para não dizer, proteladora. Cf. VIANNA FILHO, Luiz: **O Governo Castello Branco**. Rio: Livraria José Olympio Editora, 1975, pp.283-285 e DULLES, John W.F.: **Castello Branco: O Presidente Reformador**. Tradução de Heitor Herrera. Brasília: EdUNB, 1983, p.73. Uma apreciação amarga e decepcionada do trabalho feito pelo IBRA saída da lavra de um de seus antigos dirigentes - que hoje mudou bastante de posicionamento - aparece em SILVA, José Gomes da: **A Reforma Agrária no Brasil - Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?** Rio: Zahar Editores, 1971.

de empresas particulares, identificação que conhecia ampla aceitação entre vários segmentos da burguesia brasileira e seus associados multinacionais.²⁵²

Para finalizar este item, uma referência deve ser feita à tese de titularidade de Odah Regina Guimarães Costa defendida, em 1977, em Curitiba. A análise desse estudo me possibilita construir uma ponte para o item seguinte, onde tematizo pesquisas que procuram deliberadamente problematizar o uso da expressão reforma agrária para qualificar o processo de colonização do Norte-Novo paranaense. Com toda certeza, a tese em tela, constitui-se, ainda hoje, no mais amplo levantamento de fontes da história institucional das questões agrárias paranaenses. Além de fazer um sistemático apanhado da legislação fundiária ela descreveu com rigor de minúcias as mais importantes ações governamentais relacionadas com o que chamou de *problemas de terras* no Paraná, desde finais do século dezenove.²⁵³

Entretanto, seu texto ficou todo atravessado por uma curiosa tensão conceptual, que é o principal motivo para que eu o insira neste tópico. Ela operou sobre o tema da reforma agrária dividindo-se entre uma clara percepção política de que ainda é preciso realizá-la e o enredamento numa certa conceituação que subentende que, em *algumas partes* do território paranaense, há a algum tempo, ela já é uma evidência tangível. Destarte, logo no começo da tese Odah Guimarães Costa diz literalmente que, entre as hipóteses que pretende testar, uma delas

diz respeito à necessidade da realização de reformas agrárias, à ação direta e decidida do Governo do Estado no processo de colonização, e à aplicação de

²⁵² Cf. para discussões acadêmicas desta identificação, THIESENHUSEN, William C.: *Colonización: alternativa o suplemento de la reforma agraria* in DORNER, Peter (recomp): **La Reforma Agrária en América Latina - Problemas y Casos Concretos**. Tradução de Mayto Antonio Sánchez. Ciudad de Mexico/Buenos Aires: Editorial Diana/CRYT-USAID, 1974, p.265 e GARCIA, Antonio: **Sociología de la Reforma Agrária en América Latina**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974. Para um painel recente das posturas do empresariado brasileiro, leia-se o amplo dossier publicado pela SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA nas coletâneas intituladas *Reforma agrária: textos para análise e pesquisa*. **A Rural**. (594), dezembro de 1985, p.3-70 e (595), janeiro de 1986, p.3-66. Cabe contrastar a noção de uma *exploração agropecuária remuneradora* com o tema da *terra de trabalho*, que muitos pesquisadores sociais consideram o traço mais relevante que diferencia as lutas camponesas das propostas burguesas e pequeno-burguesas de *reforma agrária* ou de *reordenamento agrário*. Sobre isso, a fonte mais conhecida é MARTINS, José de Souza: *Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil* in _____: **Expropriação & Violência - A Questão Política no Campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980, p.45-66.

²⁵³ COSTA, Odah Regina Guimarães: **A Reforma Agrária no Paraná**. Tese para Professor Titular de História Contemporânea. Curitiba: UFPR/Depto. de História, 1977. (mimeo).

*uma política de preços de terras acessíveis, de modo a facilitar a compra da terra e a sua utilização econômica.*²⁵⁴

No entanto, um pouco antes ela mesma tinha mencionado lugares no território paranaenses onde teriam acontecido reformas agrárias. Como é de se esperar, aquelas partes são as áreas setentrionais do Estado. Deste modo, reportando-se às primeiras décadas do século vinte, ela observou que

*Com a crescente procura das terras paranaenses, principalmente as do Norte do Paraná, próprias para a cultura cafeeira, começam a se avolumar os problemas de terras, agravados pela inobservância das cláusulas contratuais de concessões, feitas pelo Governo, a companhias e a particulares, e pela invasão e ocupação desordenada, com graves implicações de ordem judicial. O Governo enfrenta o problema da colonização imediata e efetiva das suas terras, numa época em que lidar com terras começava a se tornar um negócio bastante rentável. A terra pouco a pouco vai-se tomando uma mercadoria, uma forma de fazer dinheiro, sendo necessário aplicar medidas urgentes para solucionar os problemas que vão surgindo. A política de terras vai se caracterizar por tentativas de reforma agrária, que se fazem por determinação do Governo, através da constituição de colônias oficiais, da ação de companhias particulares, como a Companhia de Terras Norte do Paraná, ou naturalmente, isto é, de modo não oficial. Neste caso se situam aqueles que, de uma forma ou de outra, se apropriaram de terras para explorá-las, muitos deles tratando depois de regulamentar a situação mediante a compra dessas terras ao Governo.*²⁵⁵

Na realidade, o que fica evidente desde o início é que trata-se de uma obra com título, no mínimo, estranho, posto que dificilmente irônico, dado o conteúdo marcadamente empirista do trabalho. Ao falar literalmente de a *reforma agrária* no Paraná, sem caracte-

²⁵⁴ COSTA, Odah Regina Guimarães: *Op. Cit.* p.4. Tem amplo significado chamar logo a atenção para sua ousada liberalidade conceptual, em se tratando de um estudo que alega filiar-se às politicamente inodoras matrizes braudelianas. Ao justificar sua proposta de trabalho, uma das interrogações que Odah Guimarães Costa colocou foi a seguinte: *Porque não esboçar uma periodização relativa à questão de terras no Paraná, e tentar estudar e compreender uma história econômica voltada para um dos aspectos mais importantes da vida humana, qual seja o da ocupação e da legitimação da terra, da qual o homem tira o seu sustento se serve de sustentáculo para uma economia essencialmente agrícola, como é o caso da economia brasileira* (p.6-7). Em seguida ela referiu um daqueles aforismos metodológicos que tanto caracterizam as obras de Fernand Braudel: *Toda a economia, toda a sociedade, toda a civilização, universo em si, está dividida também do interior, dividida desigualmente contra si própria. É preciso, pois, desmontar, tornar a montar cada uma destas máquinas particulares, procurar entre os seus elementos parencças, semelhanças, "regularidades", hierarquias necessárias.* BRAUDEL, Fernand: *Civilização Material e Capitalismo (Séculos XV- XVIII)*. Tomo 1. Lisboa/Rio: Edições Cosmos, 1970, p.9-10. Por fim, ela diz que *Essas idéias [de Braudel] inspiram e apresentam algumas das diretrizes gerais para o presente trabalho* (p.7). Observo que utilizei a tradução portuguesa de Maria Antonieta Magalhães Godinho ao invés de verter eu mesmo a passagem do texto braudeliano citada por Odah Regina Guimarães Costa. Uma comparação mostrará que as frases em francês mantinham uma fluidez poética que foi eliminada pela segura da tradução lusitana. Mas o sentido geral não foi, de modo algum, prejudicado.

²⁵⁵ COSTA, Odah Regina Guimarães: *Op. Cit.* p.2-3 (grifos meus - JHRG)

rizar o que está efetivo no interior do texto, a saber, que são as *tentativas* de empreendê-la que constituem o real objeto de estudo, ela deu margem para a autorização/reprodução de um sem número de ambigüidades.

Entretanto, não obstante o interesse intrínseco do assunto, permito-me, neste momento, deixar de lado o problema aventado pela imprecisão do nome do trabalho. É que no corpo do texto aparecem, por várias vezes, ambigüidades e tensões menos escancaradas, que talvez sejam bem mais influentes em termos cognitivos. Logo depois das observações acima citadas, onde fica bem nítida a perspectiva de que, quando muito, foram feitas *tentativas de reforma agrária*, variando apenas os promotores, ela ponderou que o debate sobre o tema, embora vivo *desde a época do Império*, não logrou resultados substantivos em termos de mudanças no mundo rural brasileiro. Em sua opinião, a reforma agrária, em que pesem tantas discussões, por tantos anos a fio,

*nem por isso se tomou uma realidade. É um permanente desafio a todos não tendo sido encontrada uma solução justa e eficiente quer no âmbito nacional, como estadual, não tendo passado de tentativas, muitas delas infrutíferas.*²⁵⁶

Mais tarde, contudo, ao comentar o papel representado pela Companhia de Terras Norte do Paraná, a partir dos anos 30, ela foi bastante enfática, recuperando aquela terminologia eminentemente política que, estando sempre disponível no mercado semiológico, constrói uma auspiciosa e fantasmática imagem do Paraná setentrional. Lugar onde as soluções para os problemas agrários teriam sido encaminhadas de tal forma que a colonização dirigida redundou em exemplar modelo do modo correto de se efetivar uma fecunda reforma agrária. Em suas palavras,

*A colonização inglesa do Norte do Paraná constitui importante capítulo da história regional e vai contribuir para que o Estado dinamize a sua política de colonização, iniciando no Norte e depois aplicando a outras regiões do Paraná. Pouco a pouco se vai afirmando a necessidade de institucionalização da pequena propriedade no Estado do Paraná, como meio para se realizar uma **verdadeira reforma agrária**, anulando os problemas que os grandes latifúndios, na maior parte improdutivos, traziam para a economia paranaense.*²⁵⁷

O que ela queria dizer precisamente com o termo reforma agrária? Antes de mais nada, devo fazer notar que sua busca de definições claras notabiliza-se por uma agradável perspectiva historicizante. Odah Guimarães Costa sintetizou o que considerou como conceituações limitadas, aquelas que atribuem à umas poucas variáveis de natureza jurídico-institucional ou técnico-econômica funções causais capazes de disparar a

²⁵⁶ Idem, p.3-4.

²⁵⁷ Idem, p.79 (Grifos meus - JHRG)

realização de processos de reforma no meio rural. Assim, ao comentar as usuais propostas de mero reordenamento da propriedade fundiária e abertura de linhas de crédito, ela disse que isto significa

*simplesmente transferir para a esfera jurídica o direito de redistribuição da propriedade da terra ou da criação de condições favoráveis para a sua concretização.*²⁵⁸

Pretendendo, pelo contrário, operar com um vocabulário abrangente e multi-variável, ela aderiu àquela que considerou, mencionando e, logo, parafraseando, José Gomes da Silva,²⁵⁹

*uma definição objetiva, incisiva, que inclui uma dinâmica, sugerindo uma série de atos que se sucedem, uma dimensão determinada no tempo e no espaço, visando a redistribuição dos direitos sobre a propriedade da terra, isto é, a transformação do regime de posse, uso e benefício advindos da terra. É a própria essência da reforma agrária que exige a transformação de uma situação pré-existente em outra, garantindo, acima de tudo, o exercício do direito de propriedade. A reforma agrária inclui, em geral, desapropriação, da competência do Governo Federal, Estadual ou Municipal, daí a ação destacada do poder dirigente no processo de reforma agrária. Nesse processo, o principal interessado é o camponês, que se faz ouvir através das organizações de classe, dos sindicatos, que lutam pela sua melhor condição humana, social, política, econômica e cultural.*²⁶⁰

Pois bem, a mesma pessoa que produziu com detalhamento político esta conceituação, onde sobressai o papel ativo do Poder Público, afirmou, linhas antes, o valor prototípico de uma iniciativa praticamente inversa. Mais uma vez, vem a baila o processo de apropriação capitalista do espaço norte-paranaense. Notando, como já o fizera nas primeiras páginas da tese, que o debate sobre reforma agrária remonta aos tempos do Império, *com algumas medidas legislativas, sem que tenha chegado à concretização*, ela sentiu a necessidade de ressaltar que

É verdade que houve, no decorrer do tempo, algumas tentativas de reforma agrária, objetivando a instalação do sistema de pequena propriedade, através de experiências que se constituíram, algumas, em pleno êxito, como a colonização levada a efeito pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Constitui, entretanto, caso isolado, local, a exemplo do que o próprio Governo do Estado se açou,

²⁵⁸ Idem, p.80-81

²⁵⁹ SILVA, José Gomes: **A Reforma Agrária no Brasil: Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?** Rio: Zahar Editores, 1971, p.37-38. Vou retornar, daqui há pouco, à este estudo verdadeiramente fundador de toda uma perspectiva de análise e de resolução da questão da reforma agrária neste país. A própria Odah Guimarães Costa atenta para o fato de que suas conceituações não divergem, antes assemelham-se bastante com o que está escrito no parágrafo 1º do art. 1º do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30/11/64): *Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento da produtividade.*

²⁶⁰ Idem, p.82-83

*através de novos planos oficiais de colonização, aplicados a partir de 1939, a dinamizar um processo de reforma agrária, em âmbito estadual, com alguns resultados.*²⁶¹

Em suma, ainda que suas análise se fundamentem em um espantoso levantamento documental acerca das trajetórias fundiárias paranaenses, uma vez mais a pesquisa sucumbe à duas associações muito problemáticas e limitantes. [a] a equivalenciação entre reforma agrária e colonização centrada em pequenas propriedades, e [b] a identificação do Norte-Novo do Paraná como uma singular exceção diante de uma gigantesca quantidade de tentativas frustradas de se empreender uma *verdadeira reforma agrária*. A primeira daquelas associações não se realiza nos domínios do certo ou do errado, mas tem a ver com numerosas e sempre abertas e intermináveis disputas locucionais. A segunda, é o próprio resultado tátil de uma significativa vitória semiológica de determinados agrupamentos de indivíduos costurados por interesses político-cognitivos similares.

No entanto, Odah Regina Guimarães Costa evitou julgar a eficácia do Poder Público na condução de programas de colonização. Seu elogio ao desempenho empresarial da Companhia de Terras Norte do Paraná e ao caráter modelar do empreendimento colonizador não teve como corolário a habitual condenação das iniciativas estatais. Convenha-se que, no contexto preciso de meados dos anos 70, com todas as mazelas causadas pela Ditadura e seus acólitos na Universidade Federal do Paraná, tratava-se de uma iniciativa cheia de amplos significados. Uma professora resolveu, não sei porque cargas d'água, narrar a trajetória de *tentativas* que, considerando seu conceito de reforma agrária, eram sempre frustradas. Mais: que as práticas efetivas de reformas agrárias nada tinham a ver com aquelas conversas fiadas dos incríveis INCRAS da vida.²⁶²

²⁶¹ Idem, p.82 (Grifos meus - JHRG)

²⁶² Isto apesar de, em determinado momento, numa passagem bastante obscura do ponto de vista terminológico, ela parecer endossar a pertinência da noção eminentemente diversionista de módulo rural, ao dizer que *O conceito de reforma agrária deve ser inserido no contexto histórico brasileiro. Significou, por largo tempo, divisão de latifúndios em pequenas propriedades, conforme as produções e a incorporação de novos trabalhadores no setor da produção agrícola. (...) Hoje já existem outros aparelhamentos, estando o conceito de reforma agrária ligado à constituição de módulos, em princípio gleba que basta para a manutenção da família proprietária, mesmo não havendo área predeterminada no Estatuto da Terra, mas com regulamentação do sistema de trabalho. As outras conceituações são complementares e elucidativas da problemática que ela envolve (p.80).*

**QUARTO CAPÍTULO: ALGUMAS FORMATAÇÕES REGIONAIS
BLOQUEADAS - AVENTANDO OUTROS NORTES DO PARANÁ**

[01] ANÁLISE CRÍTICA DE ALGUMAS ANÁLISES CRÍTICAS DO TEMA DA REFORMA AGRÁRIA NO NORTE DO PARANÁ

Uma vez expostos alguns dos mais constrangedores comprometimentos de importantes pesquisadores com uma perspectiva francamente a-crítica da política de colonização dirigida tutelada pela CTNP/CMNP, cabe discutir agora algumas propostas de análise que procuram decididamente ultrapassar a imagem, ainda hoje dominante, do Norte (-Novo) paranaense, entre os anos 30 e finais dos anos 70. Sandino Hoff e Nelson Tomazi argumentaram, em linhas gerais, que a identificação daquela região com um espaço onde foi empreendida uma reforma agrária não é pertinente, tanto por motivos terminológicos quanto porque os dados quantitativos disponíveis sugerem uma significativa concentração da propriedade rural já nas primeiras décadas de colonização. Apesar disso, o que mais notabiliza os estudos que discutirei a seguir é, antes de mais nada, o rigor conceptual com que seus autores procuraram lidar com o assunto. Eles não aduziram muitos materiais documentais novos, mas, em compensação, introduziram patamares de interpretação que destoam dos anteriores, sobretudo pela dúvida metódica que perpassa de ponta-a-ponta seus trabalhos. Ao comentar longa e criticamente suas análises, não tenho a menor pretensão de estar disputando politicamente as cores da bandeira da *verdadeira reforma agrária*. Tampouco meter todos os gatos no mesmo balaio. Os caminhos conceptuais trilhados e os detalhamentos factuais manuseados são os mais diversos e, até mesmo, em certas ocasiões, antagônicos. É oportuno, ainda, que fique bem claro que as ásperas observações que faço mais adiante sobre certas teses defendidas por eles não me eximem de reconhecer que, no fundo, estamos, cada um de seu jeito e maneira, do mesmo lado da trincheira crítica. Além disso, pode parecer desproporcional e fora de propósito escrever tantas páginas analisando estudos que se dedicam à aspectos da história de uma região tendo em conta o tamanho do país e de seus temas e problemas. Ocorre que não se trata apenas de fazer um balanço da literatura; mas de partir de alguns de seus tópicos para, dialogando, desenvolver novos argumentos analíticos.

O primeiro exemplo de enfoque intencionalmente demolidor do que ando chamando de imagem dominante do Norte-Novo paranaense, vem de pesquisas, infelizmente de circulação muito restrita aos meios universitários regionais, realizadas ou supervisionadas por Sandino Hoff.²⁶³ Em seu principal estudo ele se ocupou bre-

²⁶³ Ver, sobretudo, HOFF, Sandino: **O Movimento da Produção de Excedentes Numa Região Pioneira - Nas Pegadas do Trabalho: Café e Idéias**. Maringá: DED-UEM, 1983 (mimeo).

vemente da disseminada formulação que entende o Norte do Paraná como resultado de uma reforma agrária. Com efeito, embora o complexo cafeeiro estivesse experimentando profunda e irreversível dissolução na região, muitos pequenos proprietários, no início dos anos 80, ainda insistiam em conservar suas terras e seus cultivos. Eles sabiam que, do contrário, não teriam condições financeiras de implementar agricultura de escala, como estava acontecendo com seus vizinhos que optaram por uma nova forma de subordinação, desta feita às agro-indústrias processadoras de oleaginosas e aos vendedores de equipamentos mecânicos e insumos bioquímicos. Muitos trabalhadores volantes, que tinham sido porcenteiros ou colonos num passado bem recente, permaneciam igualmente na região, morando em favelas ou bairros de periferia. Em termos de emprego, tinham pulado das ruas dos cafezais para os eitos dos canaviais. Aproveitando essa oportunidade, Hoff desenvolveu um estudo partindo alegadamente *do ponto de vista dos trabalhadores*.²⁶⁴ Minha análise dos seus estudos cinge-se aos elementos conceptuais. Deixo inteiramente de fora uma avaliação de seus recursos documentais e da pertinência dos materiais utilizados como provas de suas assertivas. Foi partindo de uma razoável coleta de depoimentos e, com certeza, refletindo o ainda muito recente e forte impacto das mudanças sociais desencadeadas no setor agrícola naqueles anos, que Sandino Hoff advertiu, já no início de sua análise, que

*A idéia de que o Norte do Paraná formou uma nova classe média, através de uma bem sucedida "reforma agrária", é falsa. Alguns trabalhadores rurais conseguem apreender esta contradição.*²⁶⁵

Ao longo de seu texto, ele utilizou a expressão *reforma agrária* quase sempre entre aspas; ora com ironia nua e crua, ora sugerindo que é possível empregá-la sem que isso signifique necessariamente uma adesão ao tipo de definição proposto pela

Confira-se, ainda, HOFF, Sandino, LEAL, Leila Leane Lopes & GRACIOSO, Jane Fadel: **O Movimento da Produção Agrícola e a Instalação de Escolas no Meio Rural de Maringá**. Maringá: DED-UEM, 1984 (mimeo); HOFF, Sandino, BERGONSI, Sandra Suelly Soares & RIBEIRO, Eliana: **As Formas de Trabalho Rural no Conteúdo do Ensino no Primeiro Grau**. Maringá/Curitiba: DED-UEM/CONCITEC, 1985 (mimeo), e HOFF, Sandino: *A ocupação do norte* in PAZ, Francisco Moraes (org): **Cenários de Economia e Política: Paraná**. Curitiba: Editora Prephacio, 1991, p.25-39. Este último texto apresenta reelaborações de posições desenvolvidas nos trabalhos anteriores e sugere interessantes pontos de partida para se estudar a gênese da colonização do Norte-Novo do Paraná em termos de suas determinações políticas. Contudo, deixa escapar a riqueza de suas propostas quando recua para um atroz e esterilizante *prius* explicativo fundado na assim-chamada *lógica imanente do capital*. Isto é, quando recorre a axiomas metafísicos do tipo *necessidades históricas, consciência material da história* e demais coisas do gênero.

²⁶⁴ HOFF, Sandino: **O Movimento da Produção de Excedentes Numa Região Pioneira - Nas Pegadas do Trabalho: Café e Idéias**. Maringá: DED-UEM, 1983 (mimeo), p.10-11

²⁶⁵ Idem, p.08

CMNP e por seus admiradores. Um claro exemplo de uso simplesmente irônico está neste trecho

*A "reforma agrária" possibilitou, de um lado, a cooptação que favoreceu o acesso à terra e que manteve a esperança pequeno-burguesa da propriedade da terra; de outro lado, possibilitou a exploração, à medida em que o agricultor, proprietário de terras ou produtor de parceria, devia submeter-se a um processo pelo qual se ampliava, por livre vontade e por necessidade, a jornada de trabalho e se estabelecia a intensificação deste.*²⁶⁶

Todavia, o que estimula a análise das proposições avançadas por Hoff não é, evidentemente, sua ironia. Mas a sua preferência por trabalhar a questão da chamada *verdadeira reforma agrária* pela ótica das relações entre forma de colonização adotada no Norte-Novo paranaense e as limitações, digamos, estruturais, dos processos decisórios empresariais, numa conjuntura muito específica do desenvolvimento do capitalismo no país. Ainda que ele deboche do uso da expressão *reforma agrária* colocando-a entre aspas, fica nítido que a reconhece como sinônimo de algum tipo de distribuição de pequenas propriedades rurais trabalhadas por extensa mão-de-obra e com mínimos investimentos tecnológicos. Noutros termos, para ele reforma agrária era sinônimo de recuo ou atraso do desenvolvimento capitalista no campo.

Os proferimentos de Sandino Hoff fundam-se em profusas referências aos escritos de Marx e de alguns pesquisadores a ele diretamente ligados, sobretudo, José de Souza Martins. Apesar disso, minha opção foi evitar o cansativo confronto de interpretações canonizantes. Preferi admitir uma espécie de autonomia conceptual relativa de seus escritos e, daí, analisá-los em si mesmos. No mais, minha preocupação limita-se ao plano das interpretações gerais da idéia de *reforma agrária* no Norte do Paraná. Deixo de lado, portanto, a discussão - que seria muito interessante fazer, mas este não é o lugar - acerca das várias possibilidades de tratamento das formas de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e de suas articulações com os segmentos industriais.

Se o entendi bem, sua tese é fundamentalmente a seguinte: a expansão do capital no campo sempre implica uma crescente incorporação de progresso técnico e uma acumulação contínua e ampliada centrada na extração imediata de mais-valia através do assalariamento generalizado. Neste sentido, não importam decisivamente nem o tamanho nem as características ecológicas do espaço a ser apropriado e re-desenhado pelo capital. O âmago da questão reside na existência ou não de recur-

²⁶⁶ Idem, p.83

sos previamente acumulados, que é o que diferencia em termos de capacidade operacional as várias frações empresariais. Por isso,

*O processo de produção capitalista (...) sofre um retrocesso na colonização do Norte do Paraná. O capital não foi capaz de desenvolver as terras. É comum que, em épocas de crise, o capital retome a formas menos desenvolvidas de capitalismo. A Companhia de Terras do Norte do Paraná não ficou sendo a proprietária única das terras, pois teria que assalariar os derrubadores de mato, os agricultores, de acordo com o modo de produção capitalista: encontrou formas de produção menos desenvolvidas, propiciando uma "reforma agrária".*²⁶⁷

Em suma: a Companhia de Terras Norte do Paraná, mesmo tendo obtido, em meados dos anos 20, uma gigantesca fração de terras, não tinha como mobilizar recursos suficientes para inversões por conta própria visando patamares superiores de acumulação de capitais. Daí sua opção pelo modelo de colonização calcado na pequena e na média propriedades. Portanto, o processo de colonização do Norte-Novo paranaense teria sido determinado, em última análise, pela lógica metálica de desdobramento do capital. Esta, em seu âmago, mover-se-ia em função das relações mais ou menos balanceadas entre trabalho vivo e trabalho morto acumulados no processo produtivo como um todo. Seguindo literalmente esta perspectiva, Sandino Hoff concluiu que

*Constata-se a incapacidade inicial da companhia em captar um segundo capital, após ter gasto o primeiro na aquisição das terras e nos negócios com o Estado, com o fim de abrir as matas e formar uma **plantation** de algodão. Superou este obstáculo com a venda dos lotes, acumulando capital para remeter aos acionistas ingleses e para investir na industrialização. Há de se observar que, à época, não existiam máquinas para abrir as matas e fazer o plantio e a colheita. A composição orgânica do capital era baixa, tendo-se que utilizar um elevado grau de capital variável, o que tornaria onerosa a **plantation**.*²⁶⁸

Ocorre que, nas condições objetivas de finais dos anos 20 e inícios dos anos 30, as decisões tomadas pelos empresários ingleses e seus prepostos brasileiros obedeciam a interesses e condicionamentos que não podem ser resumidos à resultados de deduções mecânicas a partir de supostas propensões do capital. Tendo conseguido uma gigantesca fatia do Norte paranaense - onde a qualidade do solo era notável - a companhia tinha a seu favor a falta de concorrentes, já que, ao que tudo indica, eliminara todas as controvérsias sobre propriedade e, sobretudo, mantinha excelentes relações com os governantes estaduais. Naquele contexto, ela podia intervir fortemente no mercado de terras e, quiçá, agir no próprio processo de regula-

²⁶⁷ Idem, p.82-83.

²⁶⁸ HOFF, Sandino: *A ocupação do norte* in PAZ, Francisco Moraes (org): **Cenários de Economia e Política: Paraná**. Curitiba: Editora Prephacio, 1991, p.34.

ção do mercado cafeeiro, uma vez que controlava o ritmo de colonização de uma zona de recursos abertos. Por tudo isso, a venda de lotes de terras não deveria ser vista como uma alternativa fatal, mas indesejável, ao investimento agro-industrial. Ela era, no fundo, a coisa mais banal a fazer em qualquer sociedade capitalista onde as terras apresentavam as qualidades do Norte (-Novo) do Paraná.

Numa passagem um tanto obscura e infelizmente com problemas notórios de revisão textual, ele procurou especificar sua apreensão mais profunda dos condicionantes ontológicos que delimitaram a formatação do processo. Em suas palavras,

Houve formas de trabalho bem diversas para produzir mercadorias promovidas pela divisão dos lotes efetuada pela CMNP. A questão fundamental, porém, não é investigar apenas a forma particular que o capitalismo assumiu na região em diferentes épocas, mas é procurar analisar que as formas assumidas são condições necessárias ao modo de produção capitalista a fim de realizar o excedente. Dessa maneira, pode, também, fazer frente às suas próprias contradições com que se defronta historicamente. (...) É o movimento geral de transformação de todas as relações mercantis - suas contradições internas - e de todas as ações recíprocas - as causas externas de transformação - que determina o conteúdo do movimento. (...) A concepção da totalidade histórica faz compreender o movimento como consciência material da história.²⁶⁹

Há, enfim, uma sorte qualquer de onto-teleologia intrínseca ao modo de produção capitalista que Sandino Hoff, sem disfarçar o velho gosto hegeliano, substancializa enquanto forma de consciência que confere lógica aos processos históricos. Donde algumas conclusões inevitáveis acerca do ato final da coreografia do capital na região em tela. Destarte, falando do que entende como *movimento* que é a *consciência material da história*, ele disse expressamente que este

pode ser exemplificado pela própria ação da CMNP incentivadora e executora da "reforma agrária". Facilitou o acesso à terra a milhares de agricultores, nas décadas de 30 a 60. Na década de 80, a mesma companhia derruba, com tecnologia e maquinaria modernas, seis mil hectares de reserva florestal - a última reserva florestal do Norte do Paraná - para formar uma "plantation" de cana-de-açúcar, com o decorrente assalariamento das massas produtoras, e com recursos provenientes de financiamentos - para a produção de excedentes.²⁷⁰

²⁶⁹ HOFF, Sandino: **O Movimento da Produção de Excedentes Numa Região Pioneira - Nas Pegadas do Trabalho: Café e Idéias**. Maringá: DED-UEM, 1983 (mimeo), p.92.

²⁷⁰ Idem, p.92. O ecocídio referido foi o que aconteceu, em 1981, nas proximidades do Município de Cianorte, onde a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná ainda possui extensas reservas de terras. Na época, a violência devastadora e suas implicações para o entorno social foram matérias noticiadas em âmbito nacional. Pessoas de Cianorte e de municípios vizinhos e até distantes estavam em pé de guerra contra a CMNP. Muitas aproveitavam para recordar antigas reclamações contra promessas de investimentos em infra-estrutura de urbanização não cumpridas pela empresa desde os anos 50. Outras chamavam atenção para os maus tratos infringidos a indivíduos que teriam caçado em terras daquela empresa. Outras, ainda, falavam dos focos de insetos provocados pelo assoreamento inadvertido dos rios dado o modelo de ocupação territorial adotado. De resto, várias denúncias de crimes ambientais que teriam sido por ela perpetrados foram levantadas e fortes protestos estavam sendo feitos contra or-

Note-se que a menção aos eventos ecocidas não aparece no texto em discussão sob a forma de denúncia. Muito pelo contrário: trata-se da constatação de que houve uma re-condução do desenvolvimento capitalista ao seu leito natural, depois de quase cinquenta anos de desvios. Nessa linha de análise, as intervenções ambientais do capital representam expressões do avanço das forças produtivas capitalistas rumo à patamares mais elevados e coerentes com a essência do sistema. Afinal, o movimento (*consciência material da história* - logo: onto-teleologia pura) revela seus segredos mais recônditos quando se nota que tudo o que aconteceu, desde os anos 20, não passava de preâmbulo, de acumulação em termos precários, que resultaria na consumação, a partir dos anos 50, dos mais íntimos e mais verdadeiros motivos da ação dos burgueses: o investimento industrial. Por isso, ao sintetizar o processo como um todo, ele disse que

*As colonizadoras aparecem como a unificação do proprietário e do capitalista rurais. A essência, entretanto, está a revelar a face do capitalista - não agrícola, mas industrial - ocultada pela condição do proprietário que divide suas terras para realizar a "reforma agrária".*²⁷¹

Algumas páginas antes, ainda no roteiro de especificação de sua categoria de movimento, ele fez um amplo balanço de toda a trajetória do modelo regional de desenvolvimento capitalista, acentuando, uma vez mais, a precariedade dos usos da expressão *reforma agrária*. Falando de novo através de um vocabulário confuso, onde não se percebe quando começa a tentativa de análise e quando termina a prescrição normativa/política, Sandino Hoff observou que

O importante é considerar que uma política agrária que tem por base uma "reforma agrária", entendida como divisão de pequenos lotes rurais, fracionando como atrativos, para proporcionar o acesso à pequena propriedade, não se sustém. Como se pode enaltecer uma política agrária que consolidou o acesso à terra, quando: a) a própria colonizadora, após 3 dezenas de anos, abandona o próprio projeto, ao efetuar a concentração da renda desenvolvendo ela própria uma grande propriedade rural, com o respectivo assalariamento dos trabalhadores; b) o acesso à propriedade beneficiou apenas 39,5 % da população rural (...); c) a pequena propriedade - o ponto central da "reforma agrária" - praticamente desaparece do mapa territorial de Maringá; d)

ganismos governamentais, como o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e o ITCF (Instituto de Terras, Cartografia e Florestas) que tinham autorizado o brutal desmatamento. Cf. CAPOZOLI, Ulisses: *Norte do Paraná está perdendo sua última floresta natural*. Folha de S. Paulo, 13/09/81, 2º cad., p.20. Episódios ecocidários similares ocorridos numa propriedade da CMNP em Tuneiras do Oeste, cidade próxima a Cianorte, foram relatados por BIGARELLA, João José: *Desmatamento criminoso no norte do Paraná*. *Gazeta do Povo*, 09/08/83. Vale sempre recordar que o fato de os proprietários rurais localizarem suas residências e currais nas proximidades dos rios e riachos, deixando as terras mais altas para os cafezais, já que aquelas partes do terreno eram menos vulneráveis às geadas, contribuiu grandemente para o assoreamento e a poluição das águas e aguadas

²⁷¹ Idem, p.95

a colonizadora acumulou capital para investir preferencialmente na industrialização.²⁷²

Seja como for, as observações acima, ao contrário das ponderações expostas anteriormente, são muito mais plausíveis e têm a vantagem de remeter para um terreno empírico de pesquisa. Trata-se de uma caracterização centrada em um perfil estatístico regional. Aceitando falar de *reforma agrária* como um processo de reespecialização das estruturas sócio-econômicas, que termina com a implantação de uma enorme quantidade de pequenas propriedades, ele procurou verificar a veracidade histórica da tão enfatizada democratização do acesso à propriedade rural. Assim, partindo de dados fornecidos pelo IBGE, por pesquisadores que produziram amostragens, e pela própria Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, ele concluiu que aquela bandeira empresarial, em grande medida, não passa de uma grande balela.

*Em parte é verdade; mas se formos verificar os Censos Agrícolas, podemos pôr em questão tal afirmação. (...) O Censo de 1940 apresenta a classificação fundiária de Londrina, a primeira área loteada pela companhia. Aí se verifica que 66,78% da área rural era ocupada por estabelecimentos com mais de 100 ha. Quando o loteamento chegou ao município de Maringá e quando os lotes estavam todos vendidos, a situação ocupacional na década de 50, época do auge da produção cafeeira, que exige muita mão-de-obra, acusa o seguinte: os lotes rurais acima de 100 ha ocupavam uma área de 19,43% do total da área. Verifica-se que, à medida que o loteamento se estendia para o Oeste, aumentavam os lotes de pequenas propriedades. (...) Os dados de 1960, se acoplados às vendas realizadas no município, permitem avançar uma distribuição demográfica entre proprietários e não-proprietários residentes na região rural de Maringá. O Censo Agrícola registrou 59.539 habitantes rurais e classificou 1.740 proprietários que ocupavam efetivamente suas terras, enquanto 1.986 proprietários utilizavam parceiros, colonos, camaradas e empreiteiros. O número de habitantes rurais não proprietários fica, então, estimado em aproximadamente 38 mil pessoas num total de 59.539, ou seja, 63,82%. (...) A pesquisa realizada em 1961 por Douglas Monteiro, em região de recente colonização (Cianorte) e em área de antiga colonização (Gleba dos Caçadores no município de Cambé) conclui que a proporção de não proprietários entre os entrevistados é praticamente igual tanto em Cianorte como na Gleba dos Caçadores, atingindo 87,02% e 89,39% respectivamente.*²⁷³

Outro crítico acerbo dos abusos do termo reforma agrária no Norte do Paraná é Nelson Tomazi.²⁷⁴ Algumas de suas mais profundas objeções fundamentam-se,

²⁷² Idem, p.92

²⁷³ HOFF, Sandino: *A ocupação do norte* in PAZ, Francisco Moraes (org): **Cenários de Economia e Política: Paraná**. Curitiba: Editora Prephacio, 1991, p.34-35 (grifos do autor).

²⁷⁴ Os comentários adiante limitam-se ao estudo referido na nota seguinte. Tenho bons motivos para achar que o Nelson Tomazi já não concorda inteiramente com muitas afirmativas que ele sustentou em seu trabalho de mestrado. Recentemente estivemos juntos em uma mesa redonda, durante o **IV Encontro Regional de História/ANPUH-Paraná**, realizado em Londrina, entre 11 e 14 de outubro de 1995. Diante de suas intervenções simplesmente seminais, ficou claro para mim que estamos compartilhando de muitas tematizações críticas conquanto à

igualmente, em dados estatísticos. Lançando mão de números trabalhados por Nadir Cancian a respeito do tamanho das propriedades vendidas na chamada fase inglesa da empresa colonizadora, ele pode constatar que *já no ato de venda das terras da Companhia houve uma significativa concentração da propriedade rural.*²⁷⁵ Fazendo um apanhado genérico, onde foram agregadas informações de vários lugares da região, ele observou que

*Quase 3/4 (72,81%) dos compradores/proprietários possuíam apenas um pouco menos de 1/3 (32,06%) do total da área, enquanto que apenas 2,17% dos compradores/proprietários possuíam pouco menos de 1/4 (24,07%) da área total, demonstrando que a maioria dos proprietários, já no ato da venda/compra tinha pouca terra e uma minoria expressiva dos proprietários tinha um volume muito grande de terras.*²⁷⁶

A partir desses dados, Tomazi poderia ter aduzido a conclusão de que nunca esteve na ordem do dia empresarial no Norte do Paraná fazer qualquer coisa parecida com uma distribuição - via mercado - da propriedade da terra em moldes minimamente equilibrados. No entanto, preocupado em polemizar diretamente com os publicitários e admiradores da empresa colonizadora, ele preferiu dizer que *nunca esteve no projeto da Companhia fazer uma reforma agrária. E mais:*

*que a sua própria argumentação contra os projetos e a legislação sobre a reforma agrária no Brasil contradiz o seu "exemplo de reforma agrária", que muito pelo contrário, toda a sua argumentação visou sempre a disseminar uma idéia contra a reforma agrária e que mesmo o processo de venda de terras que ela desenvolveu, já no ato da própria venda, o fez de modo a concentrar a propriedade, processo este que somente se intensificou nas décadas posteriores.*²⁷⁷

Apesar de tudo o que foi dito acima, parece-me que o que torna importante e inovador o trabalho de Nelson Tomazi é sua minuciosa desconstrução do que ele chamou de *mito* da CTNP. Isto é, a proposta em si de sua investigação sobre um vasto corpo de fontes. Não obstante isso, minha análise de seu estudo restringe-se às suas considerações críticas acerca do tema da reforma agrária. Tomando-o tal como aparece nos textos divulgados pela empresa, Tomazi inseriu-o no interior de um conjunto de temas que foram fabricados ou redefinidos pelo prisma de um projeto mi(s)tificador pelos dirigentes e admiradores da CTNP. Com efeito, em seu longo e bastante documentado estudo, ele preocupou-se em analisar/desmontar o que ele considera

historiografia regional norte-paranaense. No entanto, tenho certeza de que o que se segue é justo, uma vez que refere-se à uma fase anterior de suas investigações.

²⁷⁵ TOMAZI, Nelson Dacio: **Certeza de Lucro e Direito de Propriedade - O Mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Assis: Diss. de Mestrado. ILHP/UNESP, 1989, p.190

²⁷⁶ Idem, p.191

²⁷⁷ Idem, p.192-193.

*um discurso mítico que procura construir a sua memória e, consequentemente, a memória da ocupação e desenvolvimento do norte do Paraná, colocando-se como o agente privilegiado deste processo*²⁷⁸.

Aquela retórica estaria bastante disseminada na maioria das cidades da região, mormente em Londrina, onde, em seu parecer, alguns dirigentes da empresa colonizadora eram motivos de verdadeira veneração e a *Companhia era objeto de uma crença muito arraigada*. Daí sua percepção de que haveria efetivamente um *mito*; uma perfiguração da empresa e de seus donos e funcionários graduados que se efetua em dois planos de enunciação. Ela é, por um lado, fala a respeito da CTNP/CMNP. Mas, por outro, é narrativa auto-remissiva da própria CTNP/CMNP. Como disse Tomazi, nestas circunstâncias a tarefa do pesquisador consiste em

*analisar o discurso da Companhia enquanto um discurso mítico que procura construir a sua memória e, consequentemente, a memória da ocupação e desenvolvimento do norte do Paraná, colocando-se como o "agente" privilegiado deste processo.*²⁷⁹

Infelizmente, os usos do termo mito no texto de Tomazi apresentam algumas dificuldades de compreensão. Em certos momentos a palavra parece indicar alguma coisa próxima a objeto de idolatria. Noutros, sugere-se como um discurso mistificador - deliberadamente mentiroso - e voltado para a hegemonia, o que a torna muito semelhante aos empregos menos elaborados da noção de ideologia. Este segundo sentido apareceu quando ele disse, por exemplo, que

*o essencial para a companhia é a organização de sua memória a partir dos elementos constitutivos da ordem burguesa em geral e da forma como esta se efetivou na região norte paranaense, em particular. Aí estarão presentes as idéias de ação civilizatória e progressista da burguesia, do espírito público da empresa privada que sempre visa o bem coletivo, bem como a ação empreendedora de determinados personagens, que por suas características pessoais conseguem abrir novos caminhos para os outros que vierem depois, além de colocar a sua ação como um exemplo a ser seguido.*²⁸⁰

De qualquer modo, é sua definição de mito que importa. Articulando formulações de Roland Barthes e Ernst Cassirer - teorias que embora divirjam largamente em suas fundações, compartilham de um entendimento do mito como narrativa cuja espessura ontológica transcende as interações dos atores sociais imediatos e assume vitalidade própria - ele produziu um conceito agregador, tipicamente operacional. Seu ponto de partida é, nesta conexão teórica, o fato de que o mito *é uma fala construída, é uma mensagem, é um sistema de comunicação que procura fixar uma de-*

²⁷⁸ Idem, p.3.

²⁷⁹ Idem, p.6.

²⁸⁰ Idem, p.186-187.

terminada visão da história. No entanto, para evitar que se dilua na ausência de referentes precisos, sua definição prescreve mais detalhadamente que

Um mito, para ser considerado como tal, deve ter algumas características, entre elas, a transhistoricidade e a supratemporalidade, aparecendo como algo que se situa acima de toda a contingência. Outra característica fundamental é a respeitabilidade e a credibilidade que lhe são essenciais, permitindo-lhe uma permanência constante no cotidiano da vida de uma cidade, região ou mesmo das pessoas. Para tanto, um elemento fundamental que lhe possibilita vida longa é a reiterabilidade de seu discurso.²⁸¹

No entanto, apesar da riqueza dos problemas levantados, não é esta a ocasião para discutir em detalhes as numerosas questões empíricas desenvolvidas por Tomazi. Nem mesmo de quedar-se interrogando suas opções conceituais. Interessa-me neste momento apenas sua observação de que o tema da reforma agrária era um dos elementos integrantes do *mito da CTNP*. Ele apontou vários traços que foram condensados por aquela tópica: [a] o entendimento de que a empresa tinha uma missão social desde a sua gênese; [b] a valorização quase histórica da pretensa superioridade da empresa privada sobre os órgãos públicos; [c] a redução da questão agrária a uma simples melhoria na distribuição de terras (evidentemente através da colonização dirigida por firmas particulares sobre terras devolutas). E concluiu que o discurso da empresa, consubstanciado em suas publicações e nas falas de seus dirigentes,

esconde claramente o seu caráter contra-reformista ao procurar excluir a expropriação de terras como um elemento essencial da reforma agrária, reconceituando-o como um processo de "ordenação agrária" ou apenas como uma ação governamental para resolver um "desequilíbrio agrário". Além disso, procura reconceituar a reforma agrária afirmando que esta seria apenas um caso de assistência técnica e social aos trabalhadores que já têm terras.²⁸²

Com efeito, não restam dúvidas de que os dirigentes da CMNP aproveitaram todas as oportunidades que lhes foram oferecidas para fazer proselitismo a respeito das virtudes da colonização dirigida por empresas particulares na resolução das questões agrárias brasileiras. Por isso, não obstante o que dá a entender a leitura feita por Tomazi, as posições difundidas pelos dirigentes da CMNP eram/são bem mais generalizadas do que poderia parecer a primeira vista. Ao permanecer adstrito aos documentos imediatamente postos diante dos seus olhos, Tomazi acabou por reforçar aquilo que ele pretendia combater: o mito da CTNP. Isto é: ele autarquizou-a, tornou-a uma entidade que fluiu independente das várias conjunturas políticas atravessadas pelo país, por todos esses anos após 1930. Isto fica evidente quando se vê

²⁸¹ Idem, p. 153.

²⁸² Idem, p.186-187.

Tomazi dizer que é preciso *analisar a confusão que a Companhia procura estabelecer entre Reforma Agrária e Projetos de Colonização*.²⁸³ Para ter plausibilidade, suas conclusões ficaram, então, dependendo de uma conceituação apriorística e por demais normativa do que deveria ser reforma agrária. Mas precisaram, sobretudo, que a história específica do termo fosse abandonada, dissolvida. É fácil compreender por que ele foi forçado, pela própria lógica de sua intervenção, a contrapor à perspectiva expressa pelos textos da CMNP uma definição dogmática e, por assim dizer, trans-histórica. Afinal, superestimando as potencialidades mistificadoras dos empresários colonizadores e seus porta-vozes, restou-lhe trabalhar no vazio formal das essências, tentando fazer valer uma *verdadeira reforma agrária* a outra *verdadeira reforma agrária*. No seu caso, uma definição inspirada em um antigo estudo de José Gomes da Silva, que foi ligado ao Marechal Castelo Branco, escrito quando ele ainda acreditava que era possível convencer os governantes militares de empreender um projeto de reforma agrária que fosse além do que tinha sido propugnado pelo Estatuto da Terra. Nas justificativas de sua auto-proclamada *conceituação diferencial*, que Tomazi estranhamente deixou de mencionar, ele observou que ela visava

*distinguir a Reforma Agrária de todos os demais processos que a ignorância e a má fé querem impingir como tal. Sobretudo que a diferenciem de colonização, esse moloch insaciável que a contra-reforma têm sempre a mão, desde a Amazônia, para deglutir qualquer tentativa que ameace o latifúndio que se formou no Brasil já ocupado.*²⁸⁴

Mais adiante ele deixou claro que se trata de um procedimento que deve estar bem caracterizado constitucionalmente, de maneira a evitar os casuísmos, e que precisa ser desencadeado e conduzido diretamente pelo governo. Deste modo, tais atribuições permitem que se dirima *certas dúvidas oriundas da realização de ensaios privados - meritórios, sem dúvida - mas que de nenhuma forma podem alcançar a amplitude que a Reforma Agrária requer*. Dai sua definição:

*Reforma Agrária é o processo amplo, imediato e drástico de redistribuição de direitos sobre a propriedade privada da terra agrícola, promovido pelo Governo, com a ativa participação dos próprios camponeses e objetivando sua promoção humana, social, econômica e política.*²⁸⁵

²⁸³ Idem, p.187.

²⁸⁴ SILVA, José Gomes da: **A Reforma Agrária no Brasil - Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?** Rio: Zahar Editores, 1971, p.36.

²⁸⁵ Idem, p.37-38. Note-se que bem antes de propor sua definição, ele deixou claro sua perspectiva normativa tanto ao dizer que o *conceito de Reforma Agrária tem sofrido tantas e tais deformações em nosso País* (p.15), quanto ao propor uma nomenclatura grafada com magnanimidade: *Em todo o texto (...) a verdadeira Reforma Agrária será referida em letra maiúscula* (p.16).

Decerto, nada mais distante daquilo que foi empreendido no Norte-Novo do Paraná pela CTNP/CMNP do que os encaminhamentos preconizados nesta conceituação. Parafraseando Tomazi, que já o fizera com o texto original de Gomes da Silva, ao contrário do projeto defendido pelos empresários imobiliários, que volta-se para os pequenos proprietários, a definição acima aponta para uma intervenção imediata do Estado sobre o meio rural visando favorecer os trabalhadores sem terras. O que vem a significar para Tomazi que:

*a finalidade da reforma agrária é a redistribuição dos direitos sobre a propriedade da terra, e não apenas assistência social, técnica, sistema creditício e garantia de preços mínimos, pois estas medidas são inerentes ao processo da reforma agrária, desde, portanto, que haja, antes, a modificação do regime de posse (...) A reforma agrária deve ser, pois, promovida pelo governo, que além de expropriar a terra e redistribuí-la, desenvolverá e aplicará as medidas acima apontadas, para que com a ativa participação dos camponeses estes possam se desenvolver social, econômica e politicamente.*²⁸⁶

Ao optar por um tipo de enfoque que abre mão da análise científica para colocar as coisas sob o signo da norma contra a norma, Tomazi deixou escapar a historicidade mesma das questões substantivas alcançadas pelo uso da expressão *reforma agrária*. Afinal, do mesmo modo que os discursos da CTNP/CMNP, as ponderações de José Gomes da Silva precisam ser entendidas em seu contexto preciso de enunciação. Naquele momento, inícios dos anos 70, a conjuntura assinalava o difícil enfrentamento de frações reformistas da burguesia - incluídos seus intelectuais orgânicos - com setores extremamente reacionários do mundo rural brasileiro. Estes, no dizer do conhecido agrônomo, tornaram praticamente estéril a ação das agências governamentais destinadas ao implemento da reforma agrária, e que, *passado o susto que o Presidente Castelo Branco lhes pregara com o Estatuto da Terra, começavam a movimentar-se para impedir a alteração do status quo fundiário.*²⁸⁷ Mais exatamente, da perspectiva de Gomes da Silva, tratava-se de criticar uma política agrária voltada, naquela fase de redefinição de prioridades empreendida pelo governo Medici, para o adiamento ou mesmo o abandono das discussões sobre distribuição de terras e combate aos latifúndios improdutivos. Temas que, de um modo ou de outro, estavam presentes na pauta de objetivos de alguns dos setores que apoiaram as proposições dos castelistas, nos idos de 1964-65, acerca dos destinos do campo brasileiro. Recorde-se que a principal - *de facto*, a única - proposta do Governo Medici para os trabalhadores sem terras residia nas migrações para frentes de coloniza-

²⁸⁶ TOMAZI, Nelson Dacio: **Op. Cit.** p.189.

²⁸⁷ SILVA, José Gomes da: **Op. Cit.** p.17.

ção na Amazônia e no Centro-Oeste.²⁸⁸ Aliás, diga-se de passagem, nisto o Governo Medici não apresentava novidade alguma diante dos demais países latinoamericanos, incluindo as mais notórias ditaduras gorilesacas do período. Aquele foi um tempo em que espalharam-se pelo continente numerosas frentes de colonização mais ou menos dirigidas, sobretudo por agências governamentais. Um consultor do governo norte-americano, comentou, em 1971, que

*De fato, mais que a reforma agrária, a colonização descreve com maior justiça a atividade empreendida como resultado da maioria (ainda que não todas) das leis de reforma agrária promulgadas na América do Centro e do Sul nos últimos dez anos, com a óbvia exceção de Cuba.*²⁸⁹

Os dirigentes da CMNP sabiam muito bem do que estavam falando quando contrapunham uma versão colonizadora à uma versão expropriadora de reforma agrária. Como demonstrei acima, eles tinham vinculações políticas muito precisas nas camadas conservadoras e alguns deles eram líderes de frações hiper-reacionárias da burguesia paulista. Por sinal, seria de se estranhar muitíssimo se eles fossem favoráveis às proposições sobre a questão agrária dos comunistas ou dos demais agrupamentos de esquerda articulados nas Ligas Camponesas e, depois de 1964, no seio da CONTAG. O Próprio Tomazi observou que eles somente foram falar de reforma agrária quando esta tornou-se uma questão candente em escala nacional. Em suas palavras,

*É importante assinalar que nos documentos da Companhia, até 1956, pelo menos, a temática da reforma agrária não aparece em nenhum momento como preocupação sua. Significa que não era seu objetivo inicial e que, efetivamente, não havia nenhuma preocupação em desenvolver, no norte do Paraná, um programa desta natureza. Esta temática aparece, em seu discurso, somente quando esta questão passou a ser discutida a nível nacional, e que a Companhia, pelo fato de ser contra uma ação desta natureza, passa a intervir na discussão.*²⁹⁰

²⁸⁸ Cf. SANTOS, José Vicente Tavares dos: **Matuchos: Exclusão e Luta - Do Sul para a Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993, esp. p.43-62 e BECKER, Bertha K.: **Geopolítica da Amazônia - A Nova Fronteira de Recursos**. Rio: Zahar Editores, 1982.

²⁸⁹ THIESENHUSEN, William C.: *Colonización: alternativa o suplemento de la reforma agrária* in DORNER, Peter (recomp): **La Reforma Agrária en América Latina - Problemas y Casos Concretos**. Tradução Mayo Antonio Sanchez. Ciudad de Mexico/Buenos Aires: Editorial Diana/CRYT-USAID, 1974, p.265. Para os primeiros tempos, veja-se CHONCHOL, Jacques et Alli: **Reformas Agrarias en la América Latina**. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1965; SMITH, Thomas Lynn (ed): **Agrarian Reform in Latin America**. New York: Alfred A. Knopf (Borzoj Books), 1965; BUTLAND, G.J.: *Frontiers of settlement in South America*. **Revista Geográfica**. México: IPGH, nº 65, dezembro de 1966, p.93-108 e, para a época agora assinalada, GARCÍA, Antonio: **Reforma Agrária y Dominación Social en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones SIAP, 1974 e SOARES, Gláucio Ary Dillon: **A Questão Agrária na América Latina**. Rio: Zahar Editores, 1976.

²⁹⁰ TOMAZI, Nelson Dacio: **Op. Cit.**, p.190.

Todavia, a observação acima ao invés de ser esclarecedora, revela um lamentável esquecimento da perspectiva histórica. Tomazi não considerou a trajetória específica do termo reforma agrária neste país. Quando assemelhavam-na com prática de colonização, os dirigentes da CTNP/CMNP nada mais faziam do que reproduzir um dos sentidos correntes na literatura e no debate político. Como esclareceu, apesar do linguajar tecnocratizante, Thiesenhusen,

Na maioria dos países é difícil separar a colonização dirigida da reforma; a distinção finalmente feita amiúde depende da orientação política do observador. Uma distinção apropriada é seu alcance: uma reforma de êxito inclui uma maior porcentagem de terras agrícolas do país e de sua força de trabalho rural. Os custos por colonos são usualmente menores na reforma agrária do que na colonização dirigida (...) Ademais, a reforma agrária usualmente supõe uma mudança drástica nos padrões de propriedade no setor privado estabelecido. Por outro lado, a colonização dirigida em terras do Estado ou em um pequeno grupo de glebas que foram de propriedade privada não podem fazer grande coisa para os recursos totais ou para a distribuição da renda mais equitativa, pois somente se beneficiam uns poucos colonos.²⁹¹

Deste modo, o fundamental parece ser atentar para a multiplicidade de definições que resultam de lutas de classificações que não se colocam no campo da verdade ou da falsidade, tidas estas como qualidades essenciais de uma determinada entidade. Tampouco se trata de des-historicizar acepções que aparecem em momentos precisos. Os empresários da CMNP estavam mantendo um significado que, até meados dos anos 50, era quase consensual entre todos os que se ocupavam das mais diversas críticas à ordem fundiária brasileira. Como apontei mais acima, quase não se empregava por aqui o termo reforma agrária. Falava-se, desde os anos 20, em *questão agrária* e *problema agrário*, indicando-se com tais expressões, dentre tantos elementos, aqueles que incluíam o que, apenas no final dos anos 40, foi ser designado como *reforma agrária*. Mais tarde, quando tornou-se impossível fingir que ele não existia, os setores conservadores passaram a disputar encarniçadamente seus significados e, naturalmente, os meios de disseminação daquelas acepções.

Neste sentido, a perspectiva de Tomazi reproduz, paradoxalmente, as interpretações costumeiramente despolitizadoras da história do Norte-Novo do Paraná. Sobretudo, porque ao invés de fazer uma análise política do que ele chamou de *mito da CTNP*, inserindo-o nas lutas de classificações específicas que marcam a história das relações entre classes e agrupamentos sociais na região, ele ocupou-se de contrapor uma conceituação doutrinária à outra. Esconjurou o que pensou ser a má

²⁹¹ THIESENHUSEN, William C.: *Colonización: alternativa o suplemento de la reforma agrária* in DORNER, Peter (recomp): **La Reforma Agrária en América Latina - Problemas y Casos Concretos**. Tradução Mayo Antonio Sanchez. Ciudad de Mexico/Buenos Aires: Editorial Diana/CRYT-USAID, 1974, p.265 (grifo meu - JHRG).

política e tentou colocar boas abstrações em seu lugar. Disso resultou uma possibilidade de leitura da questão que muito provavelmente não estava nas intenções originais de Tomazi, mas acabou aparecendo: a política fica reduzida ao plano das palavras, das encenações, das maiores ou menores possibilidades de que os discursos representem mais ou menos honesta e desmi(s)tificadamente o mundo.

Ora, a questão não reside na veracidade nominal (ou não) da reforma agrária que teria (ou não) sido empreendida no Norte-Novo do Paraná. O problema está, na minha opinião, na possibilidade de que os valores que organizam os discursos que referenciam uma *verdadeira reforma agrária* na realidade norte-paranaense podem ter um alcance bem mais amplo. Entretanto, tais valores não conhecem uma vida autônoma, sobrevoante. A imagem dominante da região em apreço, aquela que ainda hoje é repetida em prosa e verso nas celebrações dos aniversários das cidades norte-paranaenses, nos obituários de pioneiros ilustres, nos livrinhos escolares, e em muitas obras técnico-científicas, decorreu de embates, de derrotas e de vitórias, e não, de uma intenção mistificadora das elites ou de uma lógica de apreensão unimodal da realidade empírica.

Exemplo claro disso está no modo como determinados trabalhadores rurais, sobretudo os que eram colonos em fazendas de café, concebiam o Norte do Paraná, até meados dos anos 60, enquanto alguma coisa do gênero *terra da fartura*. Naquelas circunstâncias, não era a propriedade ou a posse da terra que estava no centro da representação do mundo social, mas a possibilidade ou não de se reproduzir de imediato a força de trabalho familiar. Ouso afirmar que, para os colonos, a questão da reforma agrária, o que quer que aquilo significasse para eles, era com certeza menos importante do que o acesso aos recursos alimentares em virtude de contratos de trabalho que deveriam ser efetivamente respeitados pelos patrões. Eles estavam interessados em assegurar o *palheiro* (área destinada à produção de subsistência) e os espaços intercalares aos cafezais para o plantio de mantimentos. Quer dizer: a não ser num sentido bastante abstrato - e politicamente perigoso - poder-se-ia supor que os colonos norte-paranaenses estivessem efetivamente sendo mistificados pelos empresários colonizadores acreditando-se atores de uma verdadeira reforma agrária.²⁹²

²⁹² Indicações sobre estes assuntos - que, naturalmente, não tenho como desenvolver aqui - podem ser encontradas em MONTEIRO, Douglas Teixeira: **O Norte do Paraná: Elementos Para Sua Interpretação**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP-FFLCH, 1963; ABRAMO-VAY, Ricardo et Alli: **Pesquisa Sobre Mudanças nos Padrões de Consumo e de Abastecimento de Camadas da População de Baixa Renda no Campo: O Caso dos Assalariados**. Rio: (Convênio) FINEP/INAN/FASE, 1984 (mimeo).

02] EXCURSO: A LÓGICA METAFÍSICA DO CAPITAL CONTRA AS LUTAS PELA REFORMA AGRÁRIA, NO INÍCIO DOS ANOS 80

Levando-se ao pé da letra o conjunto de pressupostos teóricos estabelecidos por Sandino Hoff, existiriam bons motivos para se tratar ironicamente o uso do termo reforma agrária em quaisquer circunstâncias. Para começar, tome-se uma pendência teórico-política de central importância, sobretudo para pesquisadores e militantes de esquerda. Não estaria subjacente aos múltiplos empregos da expressão reforma agrária, em particular quando identificada como forma de redefinição de um certo espaço através de pequenas propriedades, uma espécie de crença no fim da história do mundo rural? Em que medida teria cabimento falar de reforma agrária quando as colonizações fundadas em pequenas propriedades, uso extenso de mão-de-obra, e pequena incorporação de desenvolvimento tecnológico cedem lugar a estruturas espaciais definidas por elevada concentração fundiária, agro-industrialização intensiva, e crescente integração aos demais circuitos e departamentos do modo de produção capitalista?

Se se decidir por uma trilha conceptual muito rígida e se caracterizar todo aquele processo como uma etapa temporalmente bem delimitada do movimento de reprodução ampliada do capitalismo no campo, parece claro que o significado da expressão reforma agrária assume qualidades bem diferentes das usuais. Afinal, quantas vezes não se ouviu falar e não se leu que a reforma agrária é a definitiva redenção do homem do campo, o caminho para um desenvolvimento equilibrado, enfim, a solução para os problemas rurais de um país e coisas similares? Estas bandeiras não esconderiam, então, uma perspectiva essencialista - diria: naturalista - que remete os seres humanos para uma sorte de arborescente comunhão com a terra? Em suma: tomada enquanto resolução de padrões de conflitos sociais que remontam aos mais remotos passados, a reforma agrária apareceria como uma consumação da história dos homens do campo: uma vez realizada, toda e qualquer alteração nas formas de propriedade, na composição das forças produtivas, nas relações de produção representaria um retrocesso. Esse tipo de perspectiva é facilmente encontrado em documentos produzidos por certos militantes cristãos leigos dos movimentos de trabalhadores sem terra. Mas também em textos chancelados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Eles fazem uma associação ontológica entre trabalhar a terra e a ela pertencer, de maneira que é fatal concluir que a recuperação da

unidade entre homens e frutos do trabalho implica a posse do meio elementar de produção que é o solo.²⁹³

No entanto, se vista enquanto momento específico do processo de reprodução ampliada do capital, qualquer forma de redistribuição da propriedade vem atender às exigências mais recônditas de acumulação capitalista e nada tem a ver em termos causais com demandas dos trabalhadores sem terras ou dos camponeses dotados de poucos recursos. Estes, como é fácil prever, estariam tragados pela tal da *consciência material da história* que, articulando as imersões mais íntimas dos projetos de ação coletiva, orienta os indivíduos para destinos que lhes escapam inteiramente. Quando muito eles fariam o que os interesses do capital exigissem, tendo ou não uma certa consciência disso. Contudo, não é possível resolver empiricamente este impasse conceptual decorrente de uma perspectiva de análise que substancializa a lógica do capital e confere-lhe poderes causais inteiramente determinantes. Nela, os acontecimentos isolados e os conjuntos de eventos precisam ser vistos como performadores de funções equilibradas ou desviantes em relação aos padrões, digamos, normais (ou otimizantes), do desenvolvimento capitalista.

Ao associar reforma agrária com incapacidade dos capitalistas de realizarem as operações logicamente mais eficientes para o avanço dos processos de acumulação, não há como evitar a conclusão de que se trata, na realidade, de uma excrescência desfuncional. Sem embargo, de acordo com uma possibilidade de leitura implícita nesta concepção teleológica, no horizonte imediato de todas as atitudes tomadas numa sociedade organizada pelo capital deveria estar - necessariamente - a busca de crescimento industrial. Noutros termos: um aumento permanente da composição orgânica do capital.²⁹⁴ Donde um corolário político (que não foi explicitado com todas as letras por Sandino Hoff, mas é evidente): quem for anti-capitalista deve ser igualmente contra qualquer tipo de reforma agrária. Esta não passaria de um conjunto de artifícios que assegurariam que as crises intrínsecas ao avanço das forças produtivas são adiadas pelos burgueses e seus aliados. Deste modo, seria uma

²⁹³ Cf. entre milhares de documentos, RIGOL, Pedro Negre: *Los cristianos, la liberación y sus opciones pastorales. Cristianismo y Sociedad*. Buenos Aires: 12(42), 1974, p.32-43; CNBB-CEP: *Pastoral da Terra - Posse e Conflitos*. 3ª edição. São Paulo: Edições Paulinas, 1977 (Col. Estudos/11); LENZ S.J., Matias Martinho (org): *A Igreja e a Propriedade da Terra no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1980; POLETTO, Ivo: *A CPT e a questão agrária. Cadernos do CEAS*. Salvador: (90), março-abril de 1984, p.30-38. Uma crítica demolidora de alguns pressupostos *populistas* das posições dos cristãos progressistas brasileiros foi empreendida por VELHO, Otávio Guilherme: *A propósito de terra e Igreja. Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio: (22), abril de 1980, p.157-168.

²⁹⁴ Para uma discussão sistemática (e, em termos gerais, favorável) dessa perspectiva, leia-se THERBORN, Göran: *La política del capital. Cuadernos Políticos*. Ciudad de México: (22), outubro-dezembro de 1979, p.7-21

forma bastante eficaz de desviar as classes trabalhadoras de seus interesses mais amplos. As colonizações fundadas em pequenas propriedades estimulariam a formação de nichos de pequenos burgueses rurais. E garantiriam a eles um fornecimento constante de mão-de-obra através da atração de migrantes que trabalham duro para amearhar moedas e adquirir suas próprias terrinhas.

De fato, em paralelo com as eventuais possibilidades de acesso à propriedade, desenvolviam-se ou extremavam-se valores referentes ao culto ao trabalho que tendiam a fortalecer tanto os sentimentos de identificação com os médios e grandes fazendeiros quanto a discriminação dos mal sucedidos na aquisição de uma propriedade. Isto significa que as contradições no seio das classes trabalhadoras são incentivadas e fortalecidas nas circunstâncias de reformas agrárias feitas através de processos de colonização.²⁹⁵ E, realmente, diante das condições iniciais de vida de muitos sitiantes, não há dúvida que o enaltecimento da ética do trabalho e a produção de estigmas contra quem não tivesse objetivos ou meios similares aos dos pequenos proprietários disseminaram-se com facilidade. Como foi descrito por Hoff,

*Agricultores foram atraídos à fronteira agrícola do Norte do Paraná - Norte Novo, região de Maringá - por uma intensa propaganda realizada no Estado e em outros Estados brasileiros com o intuito de povoar a região. A propaganda prometia terras baratas para todos. Posteriormente, chegados aos lotes de terra, os pioneiros sofreram as condições impostas por uma dominação estranha, invisível, isolado, sem recursos, e sem financiamentos, com prazos para pagar as prestações de compra da terra, elementos que revelando a precariedade de seus recursos e, contraditoriamente, a necessidade de tê-los para fazer frente à seus compromissos, caracterizam esta dominação. Para o agricultor, não restava outra saída senão intensificar o trabalho e prolongar a jornada de trabalho como forma de sobrevivência dele e de sua família. Trabalhava com ferramentas manuais e rudimentares: a enxada, o enxadão, o machado, a cunha, a foice, e o traçador. Para o transporte, quando não tinha carroção, com tração animal, fazia uma grade de paus que era arrastada por um animal, ou, na falta deste, por ele próprio.*²⁹⁶

Por outro lado, seguindo o raciocínio em pauta, reformas agrárias são retrocedentes porque as divisões de grande propriedades seriam, sobretudo, uma forma de assegurar a produção de excedentes através de mínimos investimentos em capital constan-

²⁹⁵ Confira-se, para discussões bem nutridas empiricamente, os estudos - agora clássicos, de LANDSBERGER, Henry & HEWITT, Cynthia: *Ten sources of weakness and cleavage in latin american peasant movements* in STAVENHAGEN, Rodolfo (ed): **Agrarian Problems & Peasant Movements in Latin America**. Garden City, New York: Doubleday & Co (Anchor Books), 1970, p.559-583; ALAVI, Hamza: *Peasants and revolution* in GOUGH, Kathleen & SHARMA, Hari (eds): **Imperialism and Revolution in South Asia**. New York/London: Monthly Review Press, 1973, p.291-337, e COLLINS, Joseph: *Agrarian reform and counter-reform in Chile*. **Monthly Review**, N.York: 31(6), novembro de 1979, p.28-40.

²⁹⁶ HOFF, Sandino: **O Movimento da Produção de Excedentes Numa Região Pioneira - Nas Pegadas do Trabalho: Café e Idéias**. Maringá: DED-UEM, 1983 (mimeo), p.68

te. Reduzem, portanto, os riscos perturbadores que acompanham a elevação da composição orgânica do capital. Por extensão, trata-se de um modo de evitar a queda tendencial da taxa de lucros. Sem falar no fato de que as grandes concessões também denotam a sobrevivência de formas de renda fundiária que bloqueiam a expansão das forças produtivas capitalistas no campo. Em suma: nos quadrantes conceituais de um certo materialismo histórico de fundo onto-teleológico, como é aquele abraçado por Sandino Hoff, deve-se agir em função da aceleração das crises e, portanto, contra quaisquer modalidades de atenuação das contradições imanentes ao desenvolvimento do capital. Tudo isso gera, entretanto, numerosos problemas lógicos.

Por suposto, a deificação do processo de desenvolvimento capitalista deveria, se a extravagante idéia de *consciência material da história* tiver algum sentido, produzir formas automáticas de comportamentos funcionais. Os agentes sociais de segunda ordem, quer dizer: os seres humanos alocados em diferentes agrupamentos e classes, deveriam executar passos de uma coreografia inteiramente exata. Ocorre que eles, aparentemente, não se comportam daquele modo. E, se não o fazem; se, pelo contrário, empreendem reformas agrárias que, de acordo com o ponto de vista que está sendo discutido, reduzem as contradições sistêmicas é porque, em última análise, agem de acordo com rotinas e aberturas que não têm nada a ver com aquilo que modelos deterministas como o de Sandino Hoff prevêem. Enfim, as predicções deste gênero de enquadramento conceptual simplesmente não funcionam. O modelo analítico manuseado não se aguenta em pé, dadas as suas profundas ilogicidades internas. Afinal, ele descreve coleções de eventos *a posteriori*, atribuindo suas modalidades de objetivação à presença de relações de causalidade costuradas por algo que se costuma chamar de *necessidade histórica*. Nesta concepção, as coisas e os processos são sempre necessários para que determinado objetivo do capital ao longo de sua efetivação no mundo se realize. Contudo, sendo assim, não teria cabimento falar que reforma agrária representa um retrocesso. Ela seria mais uma das *necessárias* decisões tomadas pela razão capitalista em seu permanente desdobrar-se rumo à absoluta planetarização de si. Acontece que, uma vez que se aceite este modo de formatação conceptual da história, pouco resta realmente a fazer, tanto em termos de políticas de transformação social quanto de projetos cognitivos. Na melhor das hipóteses, prostrar-se diante da máquina mágica da história e contemplá-la animado, se for o caso, por desejos de catástrofes redentoras. Na pior, aceitar que as astúcias da razão-capital foram capazes de conduzir-nos ao encerramento da história, ao fim das

potencialidades causais dos conflitos, à dissipação do velho frêmito de imponderabilidade imante às lutas entre as classes.

Nos termos desenvolvidos por Sandino Hoff, qualquer remissão às práticas dos indivíduos ganha imediata interpretação sistêmica: é a lógica de desenvolvimento do capital com suas necessidades imanentes que move as pessoas e os produtos das pessoas. No entanto, como já argumentei, este ponto de vista é francamente aporético. Além de estar prenhe de pressupostos ontológicos impossíveis de serem demonstrados, ele não dá conta de suas mais comecinhas contradições...lógicas. Afinal, se tudo o que acontece, ocorre porque é necessário que aconteça, até o que parece remar contra a maré de um certo processo teleológico é também necessário à realização de necessidades imanentes à este processo, principalmente à sua própria consumação. Neste pântano de tautologias qualquer desejo autêntico de conhecimento fica a deriva. De resto, desaparece a história e fica apenas a surda execução de uma espécie de muda melodia transcendental.²⁹⁷

Note-se que, procedendo deste modo, Hoff deixou de lado a natureza eminentemente política daquela bandeira empresarial de reforma agrária. No que se refere à remissão do tema ao espectro das lutas políticas dos anos 50 em diante, trata-se de um assunto que, de fato, ele tangenciou. Porém, negligenciou-o em nome de uma perspectiva teórica tautológica. Assim, em seu relatório de 1983, ele limitou-se a observar que

*O capital faz um caminho para trás, ao estabelecer o acesso à terra e às formas diversas de trabalho no cultivo do café, mas é um retrocesso aparente, que deve ser considerado, como diria Marx, como "estádio necessário ao desenvolvimento da agricultura". A idéia de "reforma agrária" - terra para agricultores - à época, era comum tanto aos grupos de direita (por exemplo, o movimento de João Cleophas) como aos da esquerda (por exemplo, o movimento do PCB). A criação de pequenas e médias propriedades rurais era considerada fator de estabilidade e de equilíbrio sociais. (...) A reforma agrária, tanto para Carlos Prestes e Pomar, como para Cleophas, tanto para o PCB como para as forças conservadoras, é a condição essencial para salvar o homem do campo.*²⁹⁸

²⁹⁷ Trata-se de um problema que não tenho condições de solucionar, mas apenas de sugerir formas de encaminhamento. Ele tem a ver justamente com essa questão dos níveis (estruturais e/ou individuais) de determinação das ações humanas, que é um tema constitutivo, estruturante, de todo o campo das ciências sociais. Na minha opinião, não é possível solucionar o problema de modo apenas dedutivo, sobretudo se as deduções são feitas a partir de proferimentos declarativos que não remetem para evidências empíricas, mas para presumíveis sínteses conceituais do mundo. Pode-se, naturalmente, elaborar hipóteses extremamente formalizadas antes de qualquer intento de verificação. Mas não me soa produtivo, muito pelo contrário, utilizar macro-modelos deste tipo quando se trata de analisar processos sociais complexos

²⁹⁸ HOFF, Sandino: Op. Cit., p. 72.

Na realidade, é preciso contextualizar as circunstâncias políticas nas quais Sandino Hoff interpretou a discussão sobre reforma agrária travada nos anos 50. Com efeito, no início dos anos 80, quando desencadearam-se lutas camponesas por todo o país, e sobretudo quando consolidou-se institucionalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - processos desligados de quaisquer vínculos orgânicos significativos com o PCB - o debate a respeito das políticas de alianças estava efervescente. Em certos aspectos, contudo, os tradicionais projetos de composição de classes em nome do desenvolvimento capitalista nacional (inclusive rural) conduzidos, desde meados dos anos 50, pelos dirigentes comunistas brasileiros apareciam aos olhos das diferentes facções que pretendiam dar rumos aos movimentos como paradigmáticos. Havia, por exemplo, quem acreditasse que se tratava da política possível em um país com elevado índice de desagregação político-partidária e com camadas populares extremamente desorganizadas e mesmo anômicas. Mas também havia quem condenasse *in totum* quaisquer proposições que tivessem o mais leve aroma de atrelamento dos interesses dos trabalhadores rurais aos projetos de desenvolvimento agrário dos capitalistas.²⁹⁹ Ora, considerando a maneira lacônica com a qual Hoff falou do tema, sua preocupação estava aparentemente mais voltada para a condenação sobrevoante das propostas de alianças do Partido Comunista Brasileiro do que para uma aferição do significado daquelas grandes semelhanças verbais entre perspectivas de reforma agrária advindas de segmentos políticos muito distantes ideologicamente.

De fato, deslocadas de seus universos conceituais mais abrangentes, todas as propostas de distribuição de propriedades rurais para trabalhadores sem terras são idênticas. Entretanto, como sugeri anteriormente, uma vez que se re-mergulhe

²⁹⁹ Sobre as lutas e as questões camponesas do período há uma extensa literatura. Já citei alguns trabalhos essenciais. Dados esclarecedores sobre o renascer dos combates pela reforma agrária, desde finais dos anos 70, colocados em perspectiva histórica, encontram-se em MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de: **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio: FASE, 1989, esp. p.122 e ss. Confira-se também, GRZYBOWSKI, Candido: **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Editora Vozes/FASE, 1987. Uma discussão acerca dos modelos de análise dominantes na América Latina, no final dos anos 70, foi feita com impressionante profundidade por ARCHETTI, Eduardo: *Una visión general de los estudios sobre el campesinado. Estudios Rurales Latinoamericanos*. Bogotá: 1(1), janeiro-abril de 1978, p.7-32. Outra avaliação, que interessa principalmente por evidenciar as ligações entre os debates a respeito do fim do campesinato e as formas de acumulação de capital na América Latina foi feita por FEDER, Ernest: *Campesinistas y descampesinistas. Tres enfoques divergentes (pero no incompatibles) sobre la destrucción del campesinado. Comercio Exterior*. Mexico: (12), dezembro de 1977 e (1), 1978. Para as polêmicas travadas no Brasil, que não se diferenciam em quase nada do restante do continente, veja-se GNACARINI, José Cesar & MOURA, Margarida: *Estrutura agrária brasileira - permanência e diversificação de um debate. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*. Rio: (15), primeiro semestre de 1983.

essas questões nos caldos doutrinários de onde efetivamente emergem, percebe-se variações importantes, tão significativas que mobilizam muitas das lutas de classificações da realidade social brasileira. Sendo bastante sintético e, com certeza, totalmente óbvio: para os comunistas, reforma agrária era parte de um processo de erradicação das sobrevivências feudais no agro brasileiro, traços conservados através das alianças entre oligarcas e empresários internacionais imperialistas. Esses elementos, de acordo com sua construção teórica da história, atravancavam o desenvolvimento das forças produtivas. Por isso, eliminá-los era estabelecer no horizonte - não importa quando e nem como - a destruição do capitalismo. Por sua vez, para algumas parcelas das forças oligárquicas e para os liberais, ela se tratava justamente de uma forma de atenuar os conflitos e impedir a irrupção de projetos anti-capitalistas. Isto quando não representava pura e simplesmente um modo de expropriação estatal dos direitos inerentes ao exercício da propriedade privada de todas as coisas. Ou, ainda, uma forma de se romper com as tradições e as heranças compartilhadas por todos os que descenderiam de pessoas que trabalharam a terra ou comandaram quem nela trabalhou mas não teve competência ou força de vontade para possuí-la. Quem pensa assim costuma achar que reforma agrária é coisa de ressentidos ou vagabundos.³⁰⁰

Todavia, ao invés de circunstanciar os discursos, Sandino Hoff preferiu endossar uma opinião bastante difundida, limitando-se a citar uma passagem de José Claudio Barriguelli e livrar-se do assunto de uma vez por todas. Despreocupando-se inteiramente com a imensa extemporaneidade das coisas, ele disse:

*O equívoco das teses do PCB sobre a questão agrária foi detectado e analisado por Barrigheli (...). Em última instância, os erros se resumem no seguinte: "A contradição é entre a nação e o imperialismo, nunca a do capital com o trabalho, ou a contradição do capital e do trabalho é a da nação com o proletário". É ainda Barrigheli quem afirma serem as posições assumidas pelo PCB pouco diferentes das do discurso do poder, e cita como exemplo, a necessidade da reforma agrária considerada por Getúlio Vargas como fator de equilíbrio social.*³⁰¹

³⁰⁰ Por exemplo: Ora, o presidente Itamar Franco deve conhecer o que foi a zona cafeeira de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Paraná, que, sem a orientação oficial nem financiamento, trouxe a imigração européia, encheu os cofres do governo e transformou o Brasil em um país importante. (...) Hoje produzimos 30% da cana-de-açúcar mundial. Temos um rebanho enorme que dá para exportar e produzir o alimento mais barato do mundo. Ora, ainda somos grandes e ainda não morremos de fome pela força da nossa agropecuária empresarial. O resto é loucura e destruição a assolar "os sem-terra", gente sem profissão que vive de fazer política contra a propriedade da terra. ALMEIDA, Sergio Cardoso de: *Reforma agrária e um lugar na história. O Estado de S. Paulo*. 10/02/93, Cad. Economia & Finanças, p.2.

³⁰¹ HOFF, Sandino: *O Movimento da Produção de Excedentes Numa Região Pioneira - Nas Pegadas do Trabalho: Café e Idéias*. Maringá: DED-UEM, 1983, p.74. O trabalho citado é BARRIGUELLI, José Claudio: *Subsídios à História das Lutas no Campo em São Paulo (1870-1956)*. Volume 1. São Carlos: AHC-UFSCar, 1982, p.134. É interessante reter que o capítulo deste último trabalho onde estão as frases citadas por Hoff intitula-se *A grande conciliação: a reforma agrária*.

As posturas políticas implícitas nesta passagem estavam em grande medida relacionadas com as avaliações teóricas que imperavam naquele momento. Uma delas, sem sombra de dúvida abraçada por Hoff, era a que ontologizava a lógica do capital e tudo remetia, em termos de eventos empíricos, para o reino das necessidades ou não do desenvolvimento capitalista. Por isso, curiosamente, a concepção teórica de Hoff mais se aproximava do que destoava daquela de uma larga fração de dirigentes do PCB, no início dos anos 80. Não, obviamente, porque ambos filiam-se ao marxismo, em geral, mas pelo gênero de leitura de Marx que advogavam. Eles partiam de um modelo de análise que subsume a esfera política e as demais instâncias da vida social às determinações teleológicas do modo de produção de bens materiais. Daí a crença de Sandino Hoff numa espécie de instrumentalização do Estado pelo capital.

Com efeito, alguns anos depois de divulgar o estudo que venho referindo, e logo após apresentar as contestações numéricas reproduzidas mais acima sobre a impertinência da expressão reforma agrária no Norte do Paraná, ele fez o seguinte comentário a respeito da perspectiva veiculada pela CMNP sobre seus feitos na região:

No seu livro, editado por ocasião do cinquentenário, a CMNP caracteriza-se como promotora da reforma agrária através de uma colonização exclusivamente particular; na realidade, seus empreendimentos não podem ser dissociados dos benefícios do estado e das condições objetivas que favoreceram o projeto imobiliário, principalmente do grande contingente de ex-colonos que foram buscar o acesso à terra com a crise da cafeicultura paulista. Optou pela colonização das terras porque essa era a política agrária do governo e porque não tinha mais interesse em manter a propriedade das terras; interessava-lhe, sim, assegurar a propriedade do capital. Executou a divisão das terras com o intuito de acumular capital para remeter dividendos aos acionistas da Inglaterra e para aplicar na industrialização. Fê-lo de acordo com a política agrária do governo paranaense, para quem estava claro que somente a pequena produção familiar, com sua jornada de trabalho prolongada e intensificada, conseguia, na época,³⁰² transformar as matas em cafeeiros produzindo grãos para a exportação.

Nesta passagem e na que se lhe segue de imediato (que cito logo abaixo) aparecem vários dos obstáculos cognitivos apresentados pelo modelo explicativo adotado por Sandino Hoff. Ora, se as políticas governamentais de incentivo às pequenas propriedades mercantis familiares tiveram algum peso na determinação da estrutura agrária dominante no processo de colonização, das duas uma: ou o Estado agia de acordo com as necessidades do capital ou a realidade efetivamente escapou ao modelo e seu autor não se deu muito conta disso. Mais: há uma justaposição de processos que

³⁰² HOFF, Sandino: *A ocupação do norte* in PAZ, Francisco Moraes (org): **Cenários de Economia e Política: Paraná**. Curitiba: Editora Prephacio, 1991, p.35

complica as potências interpretativas do esquema teórico adotado. Por suposto, se as políticas territoriais dos governos paranaenses e nacionais enfatizavam o acesso à propriedade da terra no interior do país, isto não vem a significar que tais projetos eram uma simples tradução doutrinária dos interesses do capital. Ocorre que é isto que se pode depreender da seguinte análise, onde Hoff, pretendendo extrair a essência de um longo movimento do real, pula algumas décadas para concluir que:

À época em que se eleva a composição orgânica do capital, quando a parte variável decresce em relação à constante, a companhia não divide mais as terras em pequenos lotes, mas cria fazendas para o trabalho das máquinas e dos bóias-frias. Isto significa que a reforma agrária, que ela promoveu em parte nas décadas de trinta a cinqüentã, era uma forma de superar o obstáculo que a propriedade privada lhe criara. A fase da colonização era apenas uma fase necessária e passageira que o capital encontra para superar seus obstáculos; sendo apenas uma fase, o movimento do capital a supera e a destrói. A mudança na estrutura fundiária e o desenvolvimento das forças produtivas fizeram com que a companhia também modificasse sua política: ontem, promovia a colonização em regime de pequena propriedade; hoje, instala fazendas próprias com o fim de produzir e extorquir mais-valia. (...) Por isso, quando se estuda o desenvolvimento de uma região, deve-se perceber que é o movimento geral de todas as relações mercantis que determina o conteúdo a investigar.³⁰³

Vistas de modo mais abrangente, as observações acima eram, na realidade, tributárias de um ponto de vista teórico-político bastante disseminado nos países mais industrializados da América Latina, desde meados dos anos 70. Ele consiste fundamentalmente em se acreditar que todas as tentativas de transformar, digamos, parcialmente, as relações de produção no campo estão fadadas a fortalecer a dominação do capital. Alguns de seus adeptos partiam do que lhes parecia uma evidência irrefutável: o capital assenhoreou-se de todas as formas de renda fundiária, subordinando todos os tipos de proprietários rurais aos seus ditames. O que variaria seria apenas a velocidade de subsumção. Recuperando uma terminologia então muito em voga devido à grande quantidade de discussões sobre certas passagens, até há pouco desconhecidas, de Marx, tratava-se de especificar as modalidades *reais* ou *formais* de dominação do capital. Estas entendidas, de qualquer modo, como inevitáveis, dado o estágio contemporâneo de desenvolvimento das forças produtivas.³⁰⁴

³⁰³ Idem, p.35-36 (grifos meus - JHRG).

³⁰⁴ Estou falando, naturalmente, do chamado *Capítulo VI Inédito de O Capital*. Nesse texto, que começou a circular no Ocidente por volta de 1969-70, uma série de ponderações muito confusas de Marx a respeito da penetração do capital no campo, desenvolvidas sobretudo nos Tomos I e III d'*O Capital*, foram esclarecidas. Cf. MARX, Karl: **Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultados do processo de Produção Imediata**. Tradução de Antonio Ribeiro. São Paulo: Editora Moraes, 1985. Para comentários, veja-se NAPOLEONI, Claudio: **Lições Sobre o Capítulo Sexto (Inédito) de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981 e MANDEL, Ernest: **El Capital: Cien Años de Controver-**

Falando de maneira sinóptica, e atentando apenas para o que se refere ao tema de minhas ponderações, a noção de *subsunção formal do trabalho ao capital* pode ser compreendida como a modalidade de articulação das relações de produção que caracteriza as formações sociais não-industriais que se tomam crescentemente organizadas a partir do movimento de reprodução ampliada do capital. Ela seria o envólucro de uma fase da trajetória de conversão do *processo de produção (...) no processo do próprio capital*. Em tais circunstâncias, ainda que a subordinação seja cada vez mais intensa e estruturante, não é possível falar de *modo de produção especificamente capitalista* em termos literais, uma vez que

*não se deu uma modificação essencial na forma e maneira real do processo de trabalho, do processo real de produção. Pelo contrário, é normal que a subsunção do processo de trabalho ao capital se opere com base num processo de trabalho preexistente, anterior a essa sua subsunção no capital e com uma configuração baseada em diversos processos de produção anteriores e outras condições de produção; o capital subsume em si determinado processo de trabalho existente, como, por exemplo, o trabalho artesanal ou o tipo de agricultura que corresponde à pequena economia camponesa autônoma. As modificações que se operarem nestes processos de trabalho tradicionais que caíram na sua alçada só podem ser conseqüências paulatinas da prévia subsunção de determinados processos de trabalho tradicionais no capital.*³⁰⁵

Por sua vez, a categoria de *subsunção real* busca descrever e determinar as condições históricas de vigência das relações de trabalho nos quadros do *modo de produção especificamente capitalista*. De acordo com Marx, a *subsunção real do trabalho no capital desenvolve-se em todas aquelas formas que produzem mais-valia relativa, ao contrário de absoluta*. Isto seria, trocando em miúdos, um processo plenamente verificável tão-somente nas sociedades industriais. Assim,

*Com a subordinação real do trabalho ao capital efetua-se uma revolução total (que prossegue e se repete continuamente) no próprio modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário. Na subordinação real do capital (...) desenvolvem-se as forças produtivas sociais do trabalho e, graças ao trabalho em grande escala, chega-se à aplicação da ciência e da maquinária à produção imediata.*³⁰⁶

As categorias de *subsunção real* e *subsunção formal* aparentemente solucionavam um impasse que incomodava os pesquisadores que preferiam tratar o desenvolvimento capitalista enquanto movimento de re-definição ôntica da realidade social.

sias en Torno a la Obra de Karl Marx. Tradução de Adriana Sandoval et Alli. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1985, p.85-90.

³⁰⁵ MARX, Karl: *Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultados do Processo de Produção Imediata*. Tradução de Antonio Ribeiro. São Paulo: Editora Moraes, 1985, p.88-89.

³⁰⁶ Idem, p.104-105.

Falo da antiga polêmica sobre os modos de configuração causal das estruturas sociais. Ela divide os marxistas que priorizam as determinações das relações sociais de apropriação dos meios de produção e aqueles - que já foram muitas vezes chamados de *smithianos* - que centralizam a atenção no movimento de realização mercantil do capital. Sem entrar em detalhes que não são matérias deste estudo, basta observar que, de acordo com os primeiros, enquanto as relações de assalariamento não se generalizarem não tem sentido falar em plenitude do modo de produção capitalista na definição da formação social brasileira. Para os segundos, todavia, uma vez que esta formação social nasce justamente de um processo de desdobramento mundializante do capital, desde sua gênese ela é capitalista, independente das formas de trabalho imediatas. Estas estariam, todas, incorporadas numa totalidade envolvente cujo sentido é dado pelas diferentes objetivações da dinâmica de reprodução ampliada do capital.³⁰⁷

Ora, admitindo que as expressões da dominação do mundo pelo capital podem variar em intensidade aparente, sem que difiram em seu âmago, o modelo das duas subsunções garantia que a generalização das relações mercantis era elemento suficiente para identificar uma sociedade como capitalista. Onde a inocuidade de toda e qualquer tentativa de redefinir os perfis da propriedade da terra sem um simultâneo ataque às formas de propriedade do capital. José de Souza Martins, por exemplo, escreveu em um texto de ampla circulação (e que precisa ser citado longamente) que

A expansão do capitalismo no campo se dá primeiro e fundamentalmente pela sujeição da renda territorial ao capital. Comprando a terra para explorar ou vender, ou subordinando a produção de tipo camponês, o capital mostra-se fundamentalmente interessado na sujeição da renda da terra, que é a condição para que se possa sujeitar também o trabalho que se dá na terra. Por isso, a concentração ou a divisão da propriedade está fundamentalmente determinada pela renda e renda subjugada pelo capital. Nessas condições, (...) as tensões produzidas pela estrutura fundiária, pela chamada "injusta distribuição da terra", já não podem ser resolvidas por uma reforma dessa estrutura, uma vez que não há como reformar a exploração capitalista que já está completamente embutida na propriedade fundiária. Uma reforma agrária distributivista constituiria, neste momento, uma proposta desse tipo, ou seja, uma proposta inexecutável historicamente, como só pode ser qualquer proposta que advogue a reforma das contradições do capital sem atingir o capital e a con-

³⁰⁷ Conferir, para uma introdução ainda bastante atual aos pontos centrais dos debates, WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel: *O camponês: um trabalhador para o capital. Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília: 2(1), janeiro-abril de 1985, p.13-78. Outra síntese de grande valia foi aquela feita por ABREU, Armando Trigo de: *Algumas controvérsias em antropologia econômica. Revista Trimestral de História & Idéias*. Porto: (2), 1978, p.73-80. Para uma crítica substantiva das interpretações ontologizantes do desenvolvimento capitalista veja-se VELHO, Otávio Guilherme: *A propósito de terra e Igreja. Encontros com a Civilização Brasileira*, (22), abril de 1980, p.157-168.

tradição que expressa: a produção social e a apropriação privada da riqueza.
308

O que parece acontecer, no fundo, é um impasse terminológico ou, talvez, uma dificuldade de se operar com distintos níveis de concreção conceptual. Todo mundo sabe que as categorias analíticas marxianas efetuem-se em planos de abstração que não podem ser confundidos com a cotidianidade. Basta recordar as grandes dificuldades de se discutir o tema da exploração da força de trabalho. Em termos conceptuais (e muito genéricos), tem-se claro que quanto maior for a composição orgânica do capital, maior será a extração de mais-valia relativa. Isto significa que os espaços onde os investimentos tecnológicos são maiores, isto é, onde a incorporação de capital constante é mais densa, a taxa de exploração da mão-de-obra é maior.³⁰⁹ Agora, daí a querer convencer alguém de que um trabalhador rural do Terceiro Mundo é menos explorado do que um operário industrial da Europa Ocidental é bem mais uma temeridade política do que uma singela aula sobre os conceitos marxianos.

Algo similar ocorre com as querelas doutrinárias acerca da reforma agrária. Se se parte da premissa de que todas as atividades econômicas contemporâneas estão submetidas à dinâmica do capital, é inevitável concluir que todo reordenamento da propriedade e qualquer investimento tecnológico que implique em aumento do produto social representa, antes de mais nada, um crescendo do processo de acumulação capitalista. Contudo, argumentar que por tais motivos as lutas pela redistribuição da propriedade da terra são instrumentos de ampliação do poder do capital e, portanto, devem ser abandonadas é, igualmente, mais uma esdrúxula postura política ensimesmada do que uma coerente e sábia lição de estratégia marxista de condução das lutas populares. Para além das características formais, nada há de mais diverso do que uma sociedade capitalista marcada por elevado índice de concentração monopolista do solo e outra onde há uma desconcentração significativa da propriedade. De resto, considerando que os atores sócio-políticos de carne e osso produzem representações, articulam interesses e definem pautas de conduta que independem de deduções conceptuais apriorísticas, pontos de vista como este favorecem muito pou-

³⁰⁸ MARTINS, José de Souza: *A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. Encontros com a Civilização Brasileira*, (22), abril de 1980, p.199-221

³⁰⁹ Cf. por exemplo, MARX, Karl: *O Capital: Crítica da Economia Política* - Tomo I / Volume 1. Tradução de Regis Barbosa & Flavio Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983, esp. cap. VII.

co tanto os avanços nos conhecimentos históricos quanto as orientações político-estratégicas.³¹⁰

No segundo capítulo, ao comentar algumas das representações que os dirigentes da CTNP/CMNP fazem de si mesmos eu observei que uma de suas duvidosas glórias está no enaltecimento do tráfico de influências como instrumento solucionador de impasses públicos. Na maior desfaçatez, eles chegaram a avocar para si os louros do desenvolvimento da cafeicultura no Paraná após as proibições de novos plantios, em 1930, alegando que mexeram os pauzinhos junto aos altos escalões do governo que se iniciava. Doutro lado, falam que os ingleses, proprietários majoritários da empresa, incorporaram sócios brasileiros para contornar certas objeções políticas. Assim, depondo sobre a formação do conglomerado e as decisões referentes à colonização, tomadas no final dos anos 20, o advogado e mais tarde presidente da empresa, João Sampaio, relatou o seguinte:

Ficou assentado que ao invés de aumentar o capital da Brazil Plantations - que seria oportunamente liquidada - fosse fundada a Paraná Plantations Company, a fim de levantar fundos de maior vulto, para grandes empreendimentos que se projetassem: de início a compra de terras e as estradas de ferro e de rodagem, necessárias à penetração e a colonização, como elemento de desenvolvimento das plantações e da população. E completando o plano foi resolvido que seria fundada em São Paulo e Companhia de Terras Norte do Paraná, pessoa jurídica brasileira, sob a direção de brasileiros, em maioria, para ser a adquirente e vendedora das terras, em respeito aos melindres dos nativistas. Sociedade anônima que seria controlada, acionariamente, pela Paraná Plantations, de Londres, de onde vinha todo o dinheiro necessário em conta corrente.³¹¹

Certo: a se julgar pelo ponto de vista paradigmático de Sandino Hoff que analisei longamente, eventos como o sugerido pelo empresário acima citado, os *melindres nativistas*, não teriam a menor importância na determinação do processo de colonização do Norte-Novo do Paraná. Muito menos algumas questões levantadas por Nelson Dacio Tomazi, como as verdadeiras acusações de conluio e conspiração que ele fez contra governantes e burocratas nacionais e paranaenses e empresários da CTNP. De fato, comentando a insistente presença das tópicas *interesse público* e *interesse*

³¹⁰ Diga-se de passagem, resulta irônico observar que o artigo acima citado do José de Souza Martins foi reeditado em um livro que tem como texto principal uma impressionante síntese sociológica da história política dos camponeses brasileiros que pretende, justamente, chamar a atenção para as diferenças entre os projetos dos trabalhadores e os destinos conceptualmente atribuídos a eles por intelectuais e partidos políticos muitas vezes completamente alheios a seus movimentos. Cf. MARTINS, José de Souza: **Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e Seu Lugar no Processo Político**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

³¹¹ SANTOS, Rubens Rodrigues dos et Alli: **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo: s/ed. (Edanee Impr.), 1975, p.56-57(Grifos meus - JHRG).

da coletividade na reconstrução publicitária da história feita pelos escribas daquela empresa, Tomazi disse que

Estas idéias nos levam a pensar que entre a Companhia e o governo, entre o que é privado e o que é público, sempre houve uma harmonia total. Por outro lado, procura fazer com que se acredite que foi a Companhia que beneficiou o estado e não o contrário. (...) Ao nível do poder público federal, quando através do Decreto 19.688 de 11/02/1931 se proibiu o plantio de novos cafezais, tendo em vista o preço do café a nível internacional, isto não se aplicou às terras da companhia; ou ainda quando em 1939, Getúlio Vargas assinou um decreto nacionalizando a Ferrovia São Paulo-Paraná, este decreto não foi colocado em vigor, sendo que esta ferrovia só passou às mãos do governo federal em 1944 quando a CTNP passou às mãos de proprietários nacionais. (...) Ao nível estadual esta relação é pelo menos "nebulosa" e poucos são os dados que se conhecem, a começar com a compra das terras pela Companhia. (...) A política do governo estadual para a ocupação do território era a de concessão e não de venda de grandes glebas. Entretanto, a Companhia comprou as terras diretamente do estado ou de antigos concessionários que tiveram suas concessões anuladas para que pudessem ser vendidas aos ingleses. (...) No tocante à concessão para continuar a construção da ferrovia São Paulo-Paraná é importante assinalar que a Companhia conseguiu do estado, a partir de 20 de abril de 1928, 3.600 hectares de terras devolutas por quilômetro de estrada construído e entregue ao tráfego, além, naturalmente, da exploração do transporte de pessoas e mercadorias em situação monopólica. (...) Esta situação preferencial no processo inicial de constituição da Companhia, no âmbito imobiliário e ferroviário deve ter alguma relação com o fato que os ingleses eram os maiores credores do estado do Paraná com 90% dos empréstimos.³¹²

Penso que apesar de longa, valeu a pena citar por inteiro esta passagem. Ela remete para aspectos pouco nobres do processo, mas interroga a fundo os modos mecanicistas de enquadramento dos acontecimentos. Por isso creio que talvez tenha sentido referir, ainda que somente como hipóteses para investigações futuras, um conjunto de questões que, se não podem ser amplamente desenvolvidas neste estudo, devem ao menos ser mencionadas. Elas têm a ver com aquelas sugestões de Sandino Hoff que, como observei em nota anterior, foram sacrificadas pelo seu criador em nome da fidelidade à um modelo interpretativo bastante discutível dadas as suas fundamentações metafísicas.

Um tema que precisa ser melhor delineado refere-se às relações entre empresários colonizadores, políticos profissionais e tecno-burocratas, ao longo dos anos 20 a 60. Como falei noutro capítulo, durante aquele período foram tomadas numerosas iniciativas de criação de instituições destinadas à promoção de projetos governamentais de povoamento e ao apoio aos programas particulares de colonização dirigida. Em todos os casos, as motivações explicitadas eram as mesmas: desenvolver o

³¹² TOMAZI, Nelson Dacio: **Certeza de Lucro e Direito de Propriedade: O Mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP-FLC, 1989, p.163-164

campo através de colônias de pequenos proprietários que pudessem produzir excedentes para serem vendidos nas cidades e que se constituíssem em consumidores de mercadorias industriais e de gêneros agrícolas de outras regiões dotadas de maiores vantagens locacionais. As políticas deste tipo resultavam de uma expectativa cada vez mais acentuada de que haveria terríveis estrangulamentos, a curto prazo, nos sistemas de abastecimento urbano brasileiros. E decorriam, naturalmente, de uma preocupação com as graves tensões sociais no campo, aprofundadas que estavam dada a conservação - em virtude da aliança entre setores industriais e oligarquias - de relações sociais de produção arcaizantes e, em consequência, de formas monopolistas de apropriação da terra.³¹³

Odah Guimarães Costa - que forneceu uma enorme quantidade de referências documentais - falou todo o tempo de *tentativas de reforma agrária*, acentuando com tais palavras a incompletude permanente das medidas governamentais. Mas acredito que tem relevância intrínseca observar que a partir das mais diversas influências, segmentos das elites políticas paranaenses propuseram, de 1920 em diante, fórmulas colonizadoras que pressupunham tanto uma enérgica ação do Poder Público quanto o estímulo aos empreendimentos capitalistas particulares. Neste sentido, a revogação das antigas concessões de glebas no interior do Estado, em 1931, que constituiu-se num dos primeiros atos dos interventores, assumiu caracteres francamente ritualísticos. Ela representava, na superfície das coisas, a encenação de um compromisso do novo bloco dominante com as massas camponesas despossuídas. Mas significava, também, uma redefinição das correlações de força no interior das elites. De fato, alguns grupos empresariais e indivíduos isolados que tiveram suas concessões retiradas pelos interventores reagiram com dureza, acusando os dirigentes do Governo do Paraná de estarem a soldo de interesses externos ao Estado e mesmo ao País. Antônio Mendes de Almeida, por exemplo, escreveu um verdadeiro libelo anti-imperialista e anti-entreguista para defender seus direitos fundiários. Ele

³¹³ Confira-se, no meio de uma extensa literatura, os trabalhos seminais de MARTINE, George: *Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola*. *Revista de Economia Política*, 2(3), julho-setembro de 1982, p.53-76; SAWYER, Donald R.: *Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil: ensaio de interpretação estrutural e espacial*. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 1(1-2), janeiro-dezembro de 1984, p.3-34; DIAS, Guilherme Leite da Silva & CASTRO, Manoel Cabral de: *A Colonização Oficial no Brasil: Erros e Acertos na Fronteira Agrícola*. São Paulo: IPE-USP, 1986 e SANTOS, José Vicente Tavares dos: *Matuchos: Exclusão e Luta - Do Sul para a Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes, 1993. Para um estudo detalhado dos diagnósticos oficiais dos problemas do abastecimento das cidades brasileiras, relatórios que sempre enfatizavam a importância da ampliação de áreas de fronteira agrícola, leia-se LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da: *História Política do Abastecimento (1918-1974)*. Brasília: BINAGRI, 1979.

acusava empresários ingleses de estarem influenciando as decisões dos dirigentes estaduais em função do poder de fazer empréstimos.³¹⁴

Diante disso, parece-me simplesmente obscuro atribuir toda a dinâmica daquelas interações entre frações das classes dominantes e destas com as camadas populares às novas exigências de acumulação capitalista detonadas a partir dos anos 30, como tem sido usual encontrar em estudos, de resto, marcantes, na historiografia regional. Para sustentar de maneira um pouco mais plausível aquela posição, seria preciso, pelo menos, uma detalhada investigação sobre as diversas frações em pugna pelo controle dos recursos naturais e financeiros do Estado do Paraná naquele período. Talvez, então, fosse possível afirmar de maneira categórica que tudo o que aconteceu ajustou-se plenamente às exigências de acumulação pelo que - é inevitável falar deste modo um tanto teleológico - seria o setor mais avançado em termos de desenvolvimento capitalista. Por enquanto, não há muito o que concluir, mesmo que se adira, nem que seja só para efeito de hipótese de partida, à alguns postulados metafísicos, como os comentados até aqui.

[03] CONTRA-INFORMAÇÕES AMORÇADAS: EMERSÃO E DISSOLUÇÃO DE OUTRAS LEITURAS DO NORTE-NOVO PARANAENSE, 1956/1964.

Por tudo o que foi visto e pelo que tanto não foi mas que se pode imaginar, não é de espantar que, de repetição em repetição, vozes socialmente autorizadas tenham fabricado, para consumo dos brasileiros de todos quadrantes, inclusive do próprio Norte-Novo do Paraná, o retrato de uma região fantasmática onde as pessoas conseguiriam sobrevoar todas as diferenças político-ideológicas assumindo o tempo todo foros de unanimidade. Contudo, é fundamental ter claro que muitos anos antes de pesquisadores contemporâneos terem procurado estabelecer imagens poli-dimensionais da história norte-paranaense, paisagens alternativas foram desenhadas, mas perderam-se algumas, enevoaram-se outras, sobretudo em virtude do deliberado mnemocídio que se seguiu à implantação da ditadura militar. Aquelas imagens - por tanto tempo amordaçadas - emergiram a partir de outras alianças sócio-políticas, como a tentada, nos anos que antecederam as terríveis derrotas populares de 1964, por setores operários e camponeses nos fóruns sindicais ampliados estabelecidos a duras penas na região.

³¹⁴ Cf. ALMEIDA, Antonio Mendes de: *O Estrangeirismo em Luta Contra a Brasilidade*. Curitiba: s/ed., 1938.

De fato, a veiculação permanente de perfis regionais padronizados por emissores socialmente consagrados, como empresários, professores universitários, jornalistas, prelados, e administradores públicos implicou uma espécie de censura às demais possibilidades de caracterização daquele espaço. Durante os tempos ditatoriais, documentos abundantes ficaram adormecidos nas páginas de jornais e revistas da região, da capital paranaense e de São Paulo. Afinal, nem tudo foi destruído, por mais que enormes buracos tenham sido escavados nas fontes ainda existentes. O que restou permite uma reconstrução razoável dos mais importantes eventos que marcaram as mobilizações de trabalhadores rurais e urbanos, nos anos 50 e 60, além de favorecer um olhar bastante abrangente sobre as disputas entre partidos políticos, Igreja Católica, instituições patronais, agências governamentais e outras articulações formais pelo controle dos movimentos e do cotidiano dos trabalhadores.³¹⁵

É claro que, tendo a maior parte dos dados disponíveis sido produzida por policiais (civis e militares), repórteres de jornais francamente conservadores, e militantes partidários, torna-se imperioso filtrar os discursos. Sabe-se que, ao longo daquele período, a semântica eufórica das esquerdas tinha como contrapartida o linguajar vicioso e paranóico do anti-comunismo reinante. Ambos os discursos, contudo, construíam-se a partir de um ponto de vista eminentemente conspiratório. Os dirigentes comunistas enxergavam traidores e espiões por todos os lados, atribuíam poderes divinos a entidades psíquicas chamadas *desvios* disso ou daquilo, e, sobretudo, confiavam em *flatus vocis* metafísicos como, por exemplo, o *sentido* ou a *finalidade* da história. Seus adversários trocavam os registros verbais, mas conservavam os mesmos esquemas paranóides de compreensão do mundo. Viam comunistas por trás de todas as coisas e, de certa maneira, acabavam incentivando percepções superestimadas de suas ações. A diabolização dos inimigos aparece, portanto, como elemento estruturante dos discursos de uns e de outros e é preciso bastante cautela para examiná-los.

Contudo, minha intenção não é, de modo algum, fazer uma análise minuciosa dos discursos produzidos pelas esquerdas, sobretudo os comunistas, referentes ao

³¹⁵ Os próximos parágrafos baseiam-se em FERRAZ, Salvador Silva: **As Mudanças nas Relações de Trabalho na Agricultura Paranaense**. Dissertação de Mestrado. Piracicaba: USP-ESALQ, 1982; SERRA, Elpidio: **Processos de Ocupação e a Luta Pela Terra Agrícola no Paraná**. Tese de Doutorado. Rio Claro: UNESP, 1991; SILVA, Osvaldo Heller da: **Comunistes et Anticomunistes: L'Enjeu du Syndicalisme Agricole Dans l'Etat du Paraná de 1945 a la Fin des Annees 70**. Tese de Doutorado. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1993, 2v; , e PRIORI, Angelo Aparecido: **Legislação Social e Sindicalismo: Um Estudo Sobre os Trabalhadores Rurais do Norte do Paraná (1956-1963)**. Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP-FLC, 1994. Todas essas teses recentes mudaram sobremaneira o panorama dos estudos regionais no Paraná.

Norte do Paraná. Pretendo apenas evidenciar que eles fabricaram contra-informações que remetem seus leitores para uma outra imagem daquele espaço regional, ainda que tenham compartilhado com seus inimigos uma perspectiva genérica muito mais semelhante do que diferente. Como observei no capítulo anterior, o centro nevrálgico dos embates conceptuais sobre a reforma agrária residia no tema dos direitos e das funções da propriedade. Tanto os comunistas, quanto os liberais e os conservadores partiam de uma caracterização das formas de propriedade para, daí, estabelecer um perfil da sociedade brasileira ou de alguma de suas partes regionais.

Naturalmente, a centralidade conferida ao tema da propriedade fazia com que muitas vezes, as falas comunistas sobre reforma agrária parecessem extraídas das bocas mais reacionárias e oligárquicas. Em certo sentido, os conservadores estiveram bem mais preocupados em se diferenciar dos comunistas do que estes daqueles. Os primeiros, por sinal, referiam-se aos segundos sempre no atacado, o que implicava a permanente acusação de que, no horizonte, estava a expropriação violenta e estatizadora das propriedades particulares. Recorde-se, neste particular, as observações de Bento Munhoz da Rocha Neto quanto à contraposição entre pioneiros e comunistas, algo que lhe parecia uma chave para o entendimento distintivo da eficácia da reforma agrária no Paraná.

As inúmeras tentativas de organização de entidades de trabalhadores rurais no Norte-Novo do Paraná, sobretudo a partir de 1956, muito dificilmente poderiam ser reduzidas, como sempre deu a entender a imprensa conservadora paulista e paranaense, à um mero efeito-demonstração causado pelas mobilizações das ligas camponesas nordestinas. Se não restam dúvidas de que os dirigentes comunistas careciam muitas vezes de percepção das diferenças específicas regionais, e generalizavam fórmulas inteiramente desprovidas de sentido para os colonos e sitiantes, como, por exemplo, a distribuição das terras improdutivas - que de fato não existiam na região, por outro lado, havia motivos intra-regionais que explicavam a grande adesão dos colonos e demais assalariados às propostas de mobilização e sindicalização.³¹⁶ Descontando um pouco o tom eufórico e militante, onde são confundidas as propostas dos comunistas com os objetivos imediatos da classe trabalhadora, as observações abaixo do líder camponês Manoel Silva eram muito procedentes. Falando sobre as lutas dos trabalhadores rurais no Norte do Paraná, durante os anos 50, ele comentou:

³¹⁶ Os principais textos programáticos dos comunistas brasileiros durante os anos 50 e inícios dos anos 60 encontram-se reproduzidos em VINHAS, Moisés: **O Partidão - A Luta Por um Partido de Massas, 1922/1974**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982. Veja-se, ainda, os fragmentos documentais compilados por CARONE, Edgard: **O P.C.B. - 1943/1964**. São Paulo: DIFEL, 1982.

*As razões que levavam as diversas categorias de trabalhadores rurais, principalmente colonos e assalariados, a procurarem o sindicato de sua classe, que tão entusiasticamente florescia, se devia ao seu estado de miséria e servidão em que sempre viveram, resultante dos salários de fome e dos contratos leoninos que lhes eram impostos, quando se tomava conhecido que a Consolidação das Leis do Trabalho assegurava ao trabalhador rural direito ao salário mínimo, aviso prévio e férias remuneradas. (...) Sob o pretexto de que aquelas manifestações de caráter puramente classista e reivindicatória constituíam, sob orientação comunista, subversão da ordem, com graves perigos à tranqüilidade social, e, até, à segurança nacional, os camponeses foram arbitrariamente dispersados pelo furor policial, e, em seguida, aquelas agremiações tiveram suas portas fechadas, seus materiais recolhidos, seus organizadores presos e processados.*³¹⁷

Manoel Silva estava apresentando os resultados do Primeiro Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná, do qual tinha sido Presidente. O certame foi organizado, em Londrina, nos dias 5 a 7 de agosto de 1960, sob a direção de militantes do Partido Comunista, mas com grande apoio de outras correntes políticas, inclusive de segmentos conservadores.³¹⁸ Contando com a presença de várias autoridades governamentais, inclusive representantes do Presidente da República e do Governador do Estado, e cerca de 350 delegados, o encontro tivera como atração principal o Deputado Francisco Julião, que chefiava a mais numerosa delegação de outros Estados, a pernambucana, com cerca de 20 membros. Dentre outros deputados presentes estavam o já muito consagrado Josué de Castro e o conhecido proponente de um projeto bastante detalhado de reforma agrária, Joaquim Coutinho Cavalcanti.³¹⁹ Por sua vez, Lindolfo Silva, presidente da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores

³¹⁷ SILVA, Manoel: *I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná*. *Revista Brasiliense*. (33), janeiro-fevereiro de 1961, p.56-57. Outras descrições que apontam as condições precárias de existência de muitos colonos e assalariados em geral no campo Norte-paranaense, no final dos anos 50 e no início dos anos 60, aparecem em CHAVES NETO, Elias: *O café - uma civilização e um problema*. *Revista Brasiliense*. (33), janeiro-fevereiro de 1961, p.45-55; MONTEIRO, Duglas Teixeira: *Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura*. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. (12), outubro de 1961, p.47-63.

³¹⁸ Cf. SILVA, Manoel: *Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná*. *Folha de Londrina*. 03/07/60, p.2. É uma nota de agradecimento, em nome da comissão organizadora, aos vereadores de Londrina pela aprovação unânime da verba de Cr\$ 50.000,00 como auxílio para a realização do Congresso. Ele disse ainda que uma das teses que seriam discutidas falava de reforma agrária atendendo às especificidades regionais, algo que deveria resultar de um debate prévio entre trabalhadores, proprietários e estudiosos, no âmbito de um *Seminário Estadual de Reforma Agrária* a ser futuramente convocado. Mais informações sobre a presença de forças políticas patronais no encontro aparecem em (Editorial) *1º Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná*. *Folha de Londrina*. 21/07/60, p.2; *Regimento do I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná*. *Folha de Londrina*, 30/07/60, p.2; (Editorial) *Dois acontecimentos e uma perspectiva*. *Folha de Londrina*, 05/08/60, p.2.

³¹⁹ As marcantes propostas deste deputado foram editadas em CAVALCANTI, Joaquim Coutinho: *A Reforma Agrária no Brasil*. São Paulo: Edições Autores Reunidos, 1961.

Agrícolas do Brasil), encarnava de corpo presente a alta-burocracia do Partido Comunista. Segundo um jornal local ligado às elites regionais,

O assunto da reforma agrária foi o principal tema de todos os oradores que se fizeram ouvir na sessão inaugural e que destacaram (trabalhadores, proprietários e representantes classistas patronais e operários) não só a imperiosa necessidade de se promovê-la, como os benefícios que proporcionará às classes interessadas, proprietários e assalariados agrícolas (...) O que se viu foi, já nessa sessão de abertura do certame, perfeito e harmonioso convívio de patrões e empregados, usando da palavra e defendendo pontos de vista no geral antagônicos, porém com perfeita compreensão de ambos os lados. Quem esperava um ambiente de agitação, dominado pelas paixões ideológicas, acabou surpreso com o espetáculo do mútuo respeito.³²⁰

Em que pesem essas notícias, é preciso separar o que tinha a ver com o espectro nacional das lutas camponesas e o que estava adstrito à determinações especificamente norte-paranaenses. Deve-se notar que, desde finais dos anos 50, a fronteira agrícola paranaense estava praticamente toda ela apropriada tanto em termos legais quanto do ponto de vista dos investimentos de capital. Restavam poucas áreas para fins de colonização, mas quase todas estavam nas mãos de alguns pequenos agrupamentos de empresários. Em paralelo ao fechamento da porteira, no interior mesmo do complexo cafeeiro regional estavam ocorrendo mudanças extremamente decisivas. A mais importante, no que tange às relações de trabalho, referia-se à erradicação da remuneração em espécie. A conjugação de vários fatores críticos acelerou a formação de uma classe operária rural propriamente dita (em estado puro!) na região, reduzindo a capacidade de poupança dos trabalhadores, os destinatários correntes das mensagens imobiliárias.

A queda de fertilidade dos solos em função, pelo que diziam os agrônomos, da competição entre as culturas intercalares de cereais e os pés de café; a recusa, em certas épocas, das agências financeiras - inclusive do Banco do Brasil - de emprestar dinheiro para quem tivesse problemas de diminuição da qualidade do solo; a redução da remuneração líquida da produção comerciada de café devido ao confisco cambial (5% do preço da saca) implantado pelo Governo, a partir de 1958, levaram a maior parte dos cafeicultores a redefinir os contratos de trabalho e o ordenamento espacial de suas propriedades. Antigos colonos, sem representantes jurídicos reconhecidos pelo Estado ou pelos empresários, foram forçados a aceitar a proletarianização, perdendo o direito a usufruir de parcelas do terreno (o *palheiro*) para plantar

³²⁰ *Reforma agrária, o tema central na abertura do I Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná. Folha de Londrina. 06/08/60, p.8-6. Mais adiante, pitorescamente, a mesma matéria atribui ao Deputado Francisco Julião uma boa dose de participação na obtenção do clima harmonioso.*

mantimentos, criar pequenos animais e, até mesmo, produzir excedentes para comercializar nas cidades da região. O acesso à condição de pequeno sítante estava, portanto, cada vez mais distante para os trabalhadores que, no entanto, continuavam sendo submetidos, via imprensa local, púlpito e outras mídias, à intensa obra de propaganda: o ideal do bom obreiro seria empregar-se como colono, amealhar uns dinheirinhos, procurar uma empresa colonizadora e comprar uma terra no meio dos parques matos sobrantes no Noroeste do Estado.

Com efeito, dadas as condições do intenso desenvolvimento capitalista do agro regional, o cerne dos conflitos sociais deslocou-se, cada vez mais, do problema do acesso à propriedade para o das condições de reprodução do proletariado rural. Angelo Priori, que examinou os textos produzidos pelos comunistas e outras lideranças regionais dos trabalhadores, chamou atenção para um traço importante. Falando a respeito das decisões tomadas pela plenária do Primeiro Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná, ele disse que

*Apesar da reforma agrária aparecer em um ponto ou outro, em um discurso ou outro, e até na resolução, os temas centrais que nortearam as discussões, no entanto, giraram em torno da organização dos trabalhadores e da legislação trabalhista.*³²¹

No ano seguinte, em Maringá, o II Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná, apresentou um panorama completamente diferente. Para começar, a Igreja Católica, o Governo do Estado - chefiado pelo Democrata-Cristão, Major Ney Braga, a Associação Paranaense de Cafeicultores, além de políticos da União Democrática Nacional e do Partido Social Democrático, tinham convocado trabalhadores e patrões para, nos mesmos dias do Congresso, entre 13 e 15 de agosto de 1961, fundarem, também em Maringá, a Frente Agrária Paranaense. Tratava-se de uma entidade que deveria responder ao avanço das lutas sindicais hegemônicas pelos comunistas e, ao mesmo tempo, oferecer suporte para as mobilizações conservadoras visando aniquilar o Pacto Populista.³²² Foram dias pandemoníacos para a cidade de Maringá que, de uma hora para outra, tornou-se arena para a medição de forças entre proje-

³²¹ PRIORI, Angelo Aparecido: **Legislação Social e Sindicalismo: Um Estudo Sobre os Trabalhadores Rurais do Norte do Paraná (1956-1963)**. Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP-FLC, 1994, p.170.

³²² Para uma visão sintética das disputas nacionais entre católicos e comunistas pelo controle das mobilizações de trabalhadores rurais, veja-se MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de: **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio: FASE, 1989. Veja-se, para uma perspectiva conciliadora, em um livro que expressa as posturas mais recentes de militantes da esquerda católica, PANINI, Carmela: **Reforma Agrária Dentro e Fora da Lei**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990. Esta obra é fundamental para complementar as fontes sobre as mobilizações conservadoras contra a reforma agrária, durante os anos 80, que mencionei no capítulo anterior.

tos de sindicalismo rural completamente diferentes. De um lado, os comunistas, que através da ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) buscavam a centralização das lutas camponesas em escala nacional - com a conseqüente subordinação do movimento aos interesses estratégicos do seu Partido. Eles defendiam uma crescente radicalização das ações, propondo, numa aproximação com as teses do Deputado Francisco Julião, expropriações dos latifúndios através de ocupações e outras iniciativas que forçassem as autoridades a tomar medidas que acelerassem as resoluções legais a respeito da reforma agrária.³²³ Nas palavras de Nestor Vera, dirigente comunista,

*Não foi por acaso que o centro do debate do Congresso foi a questão da Reforma Agrária. Mas não uma Reforma Agrária tipo Carvalho Pinto, Nei Braga ou José Jofilly e sim uma Reforma Agrária radical que liquide com o monopólio da terra, causa de todas as injustiças que existem no campo. (...) O conclave foi um verdadeiro ato de condenação ao regime de latifúndio, aos fazendeiros em geral e às autoridades que os apoiam. Compreende-se perfeitamente porque era recebido com tantos aplausos e alegria sempre que algum orador se referia à revolução cubana, à reforma agrária que lá foi realizada e ao governo de Fidel Castro.*³²⁴

Doutro lado, uma coalizão conservadora que, esgrimindo as palavras da recente Encíclica papal **Mater et Magistra**, sugeriam formas de ação voltadas para a colaboração entre as classes, a extensão da assistência social ao campo, a abertura de linhas de crédito para os pequenos agricultores e, sobretudo, um combate impiedoso ao ateísmo comunista.³²⁵

³²³ Para uma apreciação do projeto político de Francisco Julião no início dos anos 60, leia-se AZEVEDO, Fernando Antonio: **As Ligas Camponesas**. Rio: Editora Paz e Terra, 1982. Neste livro encontra-se, em anexo, importante material para se verificar o processo de crescente radicalização das propostas das Ligas *pari passu* ao desdobramento dos acontecimentos revolucionários em Cuba.

³²⁴ VERA, Nestor: *O II Congresso Camponês em Maringá*. **Revista Brasiliense**. (37), setembro-outubro de 1961, p.63-64. Ver igualmente, FERNANDES, Luiz: *Camponeses proclamam em Maringá: reforma agrária é solução inadiável*. **Novos Rumos**. São Paulo: 25-31/08/61. Para uma avaliação bem posterior feita pelos comunistas de sua atuação no Norte do Paraná, veja-se o folheto, PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB): **Os Comunistas e a Reforma Agrária no Paraná**. São Paulo/Curitiba: Editora Novos Rumos, 1986.

³²⁵ O texto completo da *Encíclica* e algumas análises feitas por intelectuais católicos reformistas encontram-se em **Síntese Política, Econômica e Social**. Rio: 3(2), julho-setembro de 1961. Material complementar foi publicado em CNBB: **Pastoral da Terra**. Volume 1. 2ª edição. São Paulo: Edições Paulinas, 1977. Conferir, ainda, FORMAN, Shepard: **Camponeses: Sua Participação Política no Brasil**. Tradução de Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio: Editora Paz e Terra, 1979, p.236-237. A posição quanto à reforma agrária do Partido Democrata-Cristão, presidido pelo governador do Paraná, Ney Braga, praticamente copiava os termos mais gerais da Encíclica papal. Confira-se a documentação reunida e comentada por CARONE, Edgard: **Movimento Operário no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1984. Veja-se, arrematando, a peça de raro cinismo, AGUIAR, Ricardo Wemeck de (comp.): **Paraná, 1961-1965**. Curitiba: S/Ed (IP impr.), 1965, esp. Cap.IV: *A Doutrina de Governo*.

Nas ruas de Maringá houve confrontos entre sindicalistas e jovens estudantes católicos publicamente manietados por padres a mando do Bispo D. Jaime Luiz Coelho. Os jornais daqueles dias contam de um atentado contra a vida do Deputado Francisco Julião, pivô alegado de uma tentativa de empastelamento do Congresso pelos seguidores dos sacerdotes da Frente Agrária Paranaense.³²⁶ Dois anos depois, comemorando os feitos da Frente Agrária Paranaense, que estava prestes a inaugurar uma Cooperativa Agrícola ligada à seus Sindicato dos Pequenos Proprietários na Lavoura de Maringá e Sindicato dos Trabalhadores Autônomos na Lavoura de Maringá, um jornalista local recordou o *golpe de graça nas Ligas Camponesas do Deputado Fidelista Francisco Julião*. E traduziu a perspectiva daquela entidade:

*É a primeira vez que o homem do campo se organiza; tradicionalmente tem vivido ao desamparo das leis, dos velhos movimentos sindicais e até mesmo do paternalismo estatal, sem assistência técnica nem financeira. No momento, o próprio governo federal se volta para o campo em busca de renovação do eleitorado, inclusive através de uma discutida reforma agrária. (...) A Frente Agrária congrega colonos, pequenos agricultores e pequenos proprietários, e vai obtendo o reconhecimento oficial do Ministério do Trabalho apesar da influência esquerdista que aí prevalece, e de uma legislação que só reconhece o sindicato único, o Governo, dominado, em muitas circunstâncias, por um Comando Geral dos Trabalhadores que se confunde com o chamado Comando da Greve constituído de comunistas.*³²⁷

Caracterizando a participação do clero católico conservador naquele período, Shepard Forman sugeriu uma interpretação bastante engenhosa e interessante: que se tratava de uma reação interna à crescente radicalização de grupos católicos progressistas no seio das lutas dos trabalhadores rurais. Ele observou que uma parte significativa dos indivíduos que estavam se sindicalizando, a partir de meados dos anos 50, era composta por *camponeses médios*, que não podiam sustentar-se apenas com os rendimentos de suas terras mas precisavam de ocupações externas periódicas e regulares. Eles tinham, portanto, permanentes dificuldades para manter sua inserção no sistema de comercialização, dada a irregularidade de sua produção. Considerando que a demanda por alimentos havia crescido bastante naquela fase, em função das taxas elevadas de migrações para as grandes cidades do Sudeste, Forman afirmou que

Não foi o trabalhador assalariado quem fez as reivindicações radicais em favor de mudanças no sistema social, mas sim o arrendatário e o parceiro, ameaçados com a perda de suas terras. O trabalhador assalariado preocupa-se es-

³²⁶ Cf. *Estudantes tentam acabar [com] Congresso de Trabalhadores Rurais em Maringá. Gazeta do Povo*. Curitiba: 15/08/61, p.4 e *Congresso dos Trabalhadores Rurais em Maringá. Última Hora*. Curitiba: 15/08/61, p.1 e 6.

³²⁷ FONSECA, Jaime: *Os sindicatos rurais e o bem do agricultor. Folha do Norte do Paraná*. Maringá: 14/12/63, p.3-4.

*sencialmente com o aumento de sua parcela na produção incrementada e com os benefícios de um salário mais elevado. Teoricamente suas reivindicações podem ser atendidas através de legislação e não constituem, em si, uma ameaça ao sistema. O camponês por outro lado, sabe que é um competidor improvável na nova arena comercial.*³²⁸

Em seguida, centrando-se nas diferenças de comportamento dos porta-vozes das categorias sociais durante os dois Congressos, em Londrina e em Maringá, insinuou uma interpretação que tem a grande vantagem de não partir da hipótese do efeito-demonstração. Mais: ela caracteriza a presença de conflitos sociais profundos no Norte cafeeiro do Paraná. Adicionalmente, sua tese permite se compreender as forças em combate naquele agosto maringaense de 1961. Em suas palavras:

*Os últimos anos da década de 50 se haviam caracterizado como época de prosperidade generalizada no Paraná. Houve uma rápida expansão da fronteira agrícola, e os salários estavam efetivamente mais altos do que o salário mínimo legal, fato que atraiu um grande contingente de trabalhadores agrícolas para aquela região. Ainda assim há indícios de que, aí também, a especulação de terras e as freqüentes concentrações de propriedades através de revenda estavam deslocando os pequenos proprietários, numa tendência geral de concentração da propriedade. Acredito que foi mais o padecer deste camponato do que as reivindicações do proletariado rural que levou à violência e à crescente radicalização do movimento rural no Paraná.*³²⁹

Ainda que apresente alguns pontos discutíveis, como a redução dos assalariados rurais à uma posição excessivamente secundária, o que não parece corresponder às várias greves ocorridas nos cafezais em virtude dos atrasos de salários e das quebras unilaterais de contratos pelos médios e grandes proprietários, a tese de Forman acena para dois pontos fundamentais. O primeiro, apontado já no início dos anos 60, por Octávio Ianni, era a proletarianização de antigos sitiantes no Norte do Paraná, fato que vinha contrariar a imagem de uma época de acesso quase que ilimitado à terra. O segundo, mais importante neste momento, era a precoce concentração fundiária em determinadas áreas numa fase em que - pelo menos nominalmente - a fronteira de recursos do interior do Paraná ainda estava aberta, embora razoavelmen-

³²⁸ FORMAN, Shepard: **Camponeses: Sua Participação Política no Brasil**. Tradução de Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio: Editora Paz e Terra, 1979, p.239.

³²⁹ Idem, p. 240. Observe-se que uma das condições exigidas para ingresso nos sindicatos patrocinados pela Frente Agrária Paranaense era justamente demonstrar ser pequeno proprietário ou arrendatário. Tratava-se, para o clero conservador, de assegurar canais para expressar as demandas da classe média rural, impedindo-a de alinhar-se ao lado dos comunistas e trabalhistas de esquerda. Sobre isso, ver as informações recolhidas por PRIORI, Angelo Aparecido: **Legislação Social e Sindicalismo: Um Estudo Sobre os Trabalhadores Rurais do Norte do Paraná (1956-1963)**. Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP-FLC, 1994, p.176-177.

te apossada por empresas colonizadoras que, pelo sim ou pelo não, iam extraindo sua renda fundiária absoluta enquanto não vendiam seus lotes e fazendas.³³⁰

[04] CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES: A AUTONOMIZAÇÃO ÔNTICA DO NORTE-PARANAENSE PELA LITERATURA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Os dados comentados por Shepard Forman remetem minhas questões menos para o terreno das evidências que refutariam uma imagem fantasiosa do Norte-Novo do Paraná do que para uma interrogação acerca da perenidade daquela imagem. Os textos de Prado Junior, Ianni e Monteiro sempre foram bastante conhecidos. Mas a grande maioria dos pesquisadores, por motivos sobre os quais neste momento não posso mais do que levantar suspeitas, preferiu lançar mão daqueles estudos geográficos que, buscando encontrar os traços substanciais dos *gêneros de vida* regionais do Norte do Paraná, enfatizavam, uma definição unificadora do termo *homem* ao trabalharem com a relação *homem-meio*. Tratava-se, como falei no primeiro e no segundo capítulos, do paradigma dominante entre os geógrafos humanos, ainda em finais dos anos 50. Cabia ao investigador regional, de acordo com aquele viés metodológico, isolar os elementos que especificavam a personalidade de uma determinada área - uma região - e dar-lhes particular atenção analítica, retratando o quadro resultante das interações homem-meio. Deste modo, todos os seres humanos, independente de suas inserções diferenciadas em classes e grupos sociais, ficavam reduzidos à condição conceptual de *fatores antrópicos* de configuração da paisagem³³¹. Além do mais, os geógrafos que produziram boa parte do *corpus* descritivo mais denso e, neste sentido, mais atraente e impressionante, sobretudo os funcionários do

³³⁰ Cf. IANNI, Octavio: *A constituição do proletariado agrícola no Brasil*. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. (12), outubro de 1961, p.27-46. Ver também, MONTEIRO, Duglas Teixeira: *Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura*. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. (12), outubro de 1961, p.47-63 e PRADO JUNIOR, Caio: *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*. *Revista Brasiliense*. (28), março-abril de 1960, p.165-238. Sobre as terras abertas do interior paranaense, leia-se, PADIS, Pedro Calil: *A fronteira agrícola*. *Revista de Economia Política*. São Paulo: 1(1), janeiro-março de 1981, p.51-75 e NICHOLLS, William H.: *A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65*. *Revista Brasileira de Economia*. 24(4), outubro-dezembro de 1970, p.33-91. Quanto às greves, ver MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo de: *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio: FASE, 1989.

³³¹ Remeto, mais uma vez, para as sínteses feitas por BERNARDES, Nilo: *O pensamento geográfico tradicional*. *Revista Brasileira de Geografia*. 44(3), julho-setembro de 1982, p.391-413 e ANDRADE, Manuel Correia de: *Geografia: Ciência da Sociedade - Uma Introdução à Análise do Pensamento Geográfico*. São Paulo: Editora Atlas, 1987. Em complemento, leia-se BERNARDES, Nilo: *A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia no Brasil*. *Revista Brasileira de Geografia*. 44(3), julho-setembro de 1982, p.519-527.

IBGE, estavam, de um modo ou de outro, comprometidos com uma perspectiva institucional de conhecimento e assessoramento das políticas de colonização. Estas eram tidas pela elite dirigente brasileira como os procedimentos mais adequados, posto que menos traumáticos e bem mais fáceis, de reforma agrária. Era impossível que as marcas daquela orientação não ficassem nos textos dos intelectuais uspianos e ibegeanos.³³²

Com isso pretendo sugerir que uma explicação razoável para a durabilidade daquela imagem regional do Norte-Novo do Paraná reside na conjunção simultânea de uma série de variáveis completamente independentes. Dentre elas, falando esquematicamente, estariam: [a] A redução, motivada pelo paradigma dominante entre os geógrafos fundadores do conhecimento técnico-científico sobre o Norte-Novo do Paraná, da noção de *região* à dualidade constituinte *homem-meio*. [b] A hegemonia, no interior dos espaços públicos de produção discursiva, de intelectuais comprometidos com projetos político-ideológicos, por assim dizer, populistas-reformistas ou, no caso dos conservadores, claramente ancorados numa perspectiva contra-reformadora. [c] A derrota política de agrupamentos reformistas-populares que tiveram suas produções discursivas reprimidas pelo bloco conservador dominante, de maneira que suas eventuais formulações alternativas não puderam ser registradas ou, quando o foram, permaneceram fora dos círculos intelectuais dotados de autoridade locucional socialmente consagrada.

Por fim, quero assinalar que não estou negando que o Norte-Novo do Paraná não tenha sido, por um certo tempo - nos anos 40, principalmente - um espaço regional onde as chances de mobilidade social eram bem mais pronunciadas do que na maior parte do território brasileiro. Seria, no mínimo, leviano supor que todos aqueles experimentados pesquisadores que se dedicaram a descrevê-lo, por tantos anos, possuíam antolhos ideológicos que lhes obnublavam as contradições sócio-políticas intra-regionais. E seria pouco mais do que tolice não perceber os vários dados numéricos espalhados pelos censos e outros acervos quantitativo-descritivos que apontam a grande ocorrência de pequenas propriedades, a espantosa velocidade do povoamento nos anos 50-60, e a formação de uma renda média bem superior a quase todo o resto do país.³³³ Daí minha preocupação em amarrar a análise sumária da biblio-

³³² Sobre isso, além dos estudos citados no primeiro e no segundo capítulos, leia-se os diversos artigos reunidos por MORAES, Antonio Carlos Robert: **Ideologias Geográficas - Espaço, Cultura e Política no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

³³³ Cf. os dados compulsados por NICHOLLS, William H. & PAIVA, Ruy Miller: **Mudanças na Estrutura e Produtividade da Agricultura Brasileira - 1963/73. Noventa e Nove Fazendas Revisitadas. Tomo I - O Brasil Sul e Sudeste**. Rio: IPEA/INPES, 1979, WILLEMS, Emilio: *The rise of a rural middle class in a frontier society in ROETT, Riordan (ed): Brazil in the*

grafia com uma perspectiva sociológica dos processos de conhecimento. Ela sugere uma forma se tentar entender como se cristalizou entre os pesquisadores - e, naturalmente, no gigantesco *corpus* documental existente - uma imagem do Norte-Novo do Paraná que nutre, como representação aceita do passado, as análises a respeito do complexo cafeeiro anterior ao deslanche dos processos de modernização da agricultura e profunda alteração da paisagem sócio-espacial regional. As pesquisas recentes, de um modo menos ou mais receptivo, utilizam-se fartamente daqueles conhecimentos cristalizados e poucos investigadores, infelizmente, preocupam-se em desconstruir as formulações tradicionais.

A identificação feita por diferentes emissores entre Norte-Novo do Paraná e espaço onde ter-se-ia realizado uma *verdadeira reforma agrária* ou, ao menos, uma transformação inusitadamente *democrática* dos modos de acesso à terra no Brasil, remete para uma politização visceral, fundadora, dos discursos que produziram perfis técnico-científicos da região. Diante disso, cabe perguntar em que medida os viéses valorativos/normativos específicos que orientaram os olhares sobre a região eram suficientemente poderosos para colonizar as percepções ao ponto de terem cristalizado uma imagem que aparece, hoje, como a representação mais digna de confiança do passado? Mais: como foram estabelecidos laços de continuidade lógico-históricos entre os três estágios regularmente descritos pelos estudos regionais: a fase de predominância do complexo cafeeiro, sua época de declínio e a etapa de reordenamento radical das estruturas sócio-espaciais? Tais interrogações, naturalmente, exigem uma escuta mais detida das falas sobre a região. Agora, não apenas para detectar as construções estritamente políticas das percepções, mas para caracterizar as origens epistemológicas das formas de enquadramento daquele espaço.

Um traço marcante da bibliografia, fatalmente decorrente do empilhamento de aspectos idílicos, reside na tendência à autonomização ôntica da região. Uma vez que ela foi transformada em *alter-espço* nacional, somente poderia ser caracteriza-

Sixties. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972, p.325-344 e KERR, JR, John Austin: *Colonization in Paraná: lessons from the south.* **Luso-Brazilian Review**, 14(1), summer 1977, p.76-96. Por outro lado, existem contestações significativas ao caráter mais favorecido da região diante do quadro brasileiro. Veja-se, por exemplo, KATZMAN, Martin T.: *Colonization as an approach to regional development: Northern Parana, Brazil.* **Economic Development & Cultural Change**, 26(4), July 1978, p.709-724 ou seu texto mais ligeiro, *The Brazilian frontier in comparative perspective.* **Comparative Studies in Society and History**, 17(3), July 1975, p.266-285. Dados colhidos no início dos anos 60 mostram que para os assalariados rurais o Norte do Paraná já não era - se é que um dia foi - uma área tão promissora. Veja-se o folheto de SAMPAIO, Aluysio: **O Que é Reforma Agrária.** São Paulo: Editora Fulgor, 1962, p.34-35. Comparando remunerações médias rurais ele dá os seguintes números (em cruzeiros): Maringá, PR (de 42 a 85); Campos, RJ (120); Belmonte, BA (130); Barreiros, PE (de 60 a 80); Escada, SE (de 40 a 70); Brasil (de 85 a 200). Na época, o salário mínimo legal era de Cr\$ 425,60.

da enquanto *locus-fator* de atração e, logo em seguida, como uma sociedade em estado estacionário. Do contrário, seria difícil evitar menções a evidências potencialmente desestabilizadoras dos constructos semiológicos que sustentam a imagem dominante daquele território. Eles não poderiam escapar das contaminações feitas por constructos vizinhos e parentes discursivos próximos ou distantes. Deste modo, tanto pelo entusiasmo político quanto pela entronização de um método indutivista de investigação/comunicação dos resultados, desligou-se o desenvolvimento regional de todos os contextos estruturais e, portanto, sua dinâmica real foi subtraída por uma mecânica fantasmática.

Contudo, ainda muito recentemente aquele viés autarquizante estava presente na literatura, de modo que apenas por um vício historicista seria o caso de responsabilizar *in totum* a historiografia fundadora. Num documento de avaliação da estrutura fundiária do Paraná, publicado em meados dos anos 70, o IPARDES, principal agência de produção de conhecimentos/projetos governamentais de desenvolvimento daquela época, sumariou os traços distintivos das diferentes áreas de povoamento do Estado, comparando o Norte e o Sudoeste da seguinte maneira:

Basicamente no século atual se deu a colonização do Norte e do Oeste. A ocupação do Norte do Paraná se constituiu numa expansão da cafeicultura paulista, que aí encontrou enormes extensões de terras roxas, ideais para essa cultura. As frentes pioneiras que ali se estabeleceram vieram atraídas pelas perspectivas de um novo Eldorado, geralmente trazendo algum capital e com objetivos comerciais (...) Ao contrário, a ocupação do Sudoeste, efetuada por gaúchos e catarinenses de origem européia, caracterizou-se pelos fatores de expulsão desses imigrantes das pequenas propriedades que ocupavam mais ao Sul. Vieram com o objetivo de assegurar a sua subsistência através da posse e exploração da terra própria.³³⁴

Parece-me mais do que evidente, neste trecho, o procedimento de autonomização ôntica do Norte do Paraná. Segundo se pode perfeitamente deduzir de sua leitura, as pessoas migraram para lá porque de todas as escolhas que podiam fazer, aquela era a mais *natural*, mais lógica. Os constrangimentos existentes em suas regiões de origem subitamente desaparecem. Ao tomar a região norte-paranaense como um prosseguimento - uma expansão - da cafeicultura paulista, suprime-se as próprias determinações desta última nas motivações para as migrações. Esquece-se a combinação de esgotamento do solo, declínio da produtividade, custos crescentes de mão-de-obra, e outros fatores que provocaram uma forte crise da organização tradicional do complexo cafeeiro paulista a partir de 1929.

³³⁴ IPARDES: *Subdivisão, Posse e Uso da Terra no Paraná*. Curitiba: CODESUL/IPARDES, 1976,

Além disso, negligencia-se o processo de grave concentração fundiária que marcou várias áreas do Sul e Sudoeste de Minas Gerais principalmente após 1930, quando os territórios destinados à subsistência de camponeses posseiros e pequenos proprietários foram sendo apropriados por fazendeiros de gado. Para não falar das escorchantes condições de vida de muitos habitantes de pequenas vilas do interior de Minas Gerais que eram virtualmente reduzidos à formas semi-servis de trabalho. Sabe-se de fazendeiros que, contando com o trabalho sujo dos delegados e megalhas locais, mantinham seus asseclas tomando conta das plataformas de embarque nas estações ferroviárias para impedir que os homens - adolescentes e adultos migrassem. Ocorre que foram daquelas áreas que mais saíram migrantes para o Norte-Novo do Paraná, até finais da década de 1950.³³⁵ Diante disso, mantenho a pergunta que venho fazendo: em que medida pode existir uma espécie de herança representacional colonizando os discursos predominantes acerca do Norte-Novo do Paraná, ainda hoje? Ainda: aquele território que sofreu intensas transformações está no domínio do real ou do fantasmático?

Com efeito, do mesmo modo que, entre os anos 30 e 50, o desencadeamento e os desdobramentos iniciais do processo de colonização dirigida no Norte do Paraná havia despertado o interesse de numerosos jornalistas, pesquisadores científicos, burocratas, empresários e políticos, as profundas transformações sócio-espaciais na região, nos últimos vinte e cinco a trinta anos, também motivaram as mais variadas investigações. É certo que as intenções tomaram-se praticamente inversas: procura-se, agora, entender um processo de desarticulação e reformatação de uma estrutura social e não um movimento de criação de uma sociedade regional. Entretanto, da mesma forma que no passado, quando tudo o que se escrevia sobre a região parecia ter saído da mesma lavra, não tardou para que, já no início dos anos 80, um novo consenso interpretativo estivesse bem estabelecido nos circuitos acadêmicos e nos meios políticos.³³⁶

³³⁵ Cf. para São Paulo, CANO, Wilson: **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo: DIFEL, 1977. Para Minas, NABUCO, Maria Regina: *Agricultura, estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais - 1950/1980*. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**.(58), janeiro de 1984, p.165-239. Um interessante relato de um migrante mineiro que tornou-se corretor de terras em Maringá sobre os empecilhos causados pelos fazendeiros encontra-se em CAMPOS, Milton: **O Vintém Roubado**. Maringá: s/ed, 1989.

³³⁶ Aqueles processos desenrolaram-se de forma desigual no interior do Norte-Noroeste paranaense, havendo áreas, como a micro-região de Maringá, onde, nos primeiros anos da década de 1970, o complexo cafeeiro - apesar de estar declinante - ainda era o principal elemento estruturador do espaço local. Cf. para os anos 60, MESQUITA, Olindina Vianna & SILVA, Solange Tietzmann: *Regiões agrícolas do Estado do Paraná: uma definição estatística*. **Revista Brasileira de Geografia**. 32(1), janeiro-março de 1970, p. 3-41; DUARTE, Aluizio Capdeville & STRAUCH, Ney: *Noroeste do Paraná* in ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS:

Por isso, algo daquela monotonia temática que caracterizou os primeiros e permanentemente influentes estudos regionais parece ter permanecido na literatura pertinente, desta vez através da inter-reiterabilidade das fontes estatísticas mais divulgadas. Em ambas as épocas, infelizmente, a perspectiva monocórdica assumiu a perversa aparência de um conjunto de enfoques e conclusões consensuais que forneceu versões globalizantes muito precipitadas acerca do norte-paranaense contemporâneo. De fato, quase todas as análises recentes limitaram-se a descrever exaustivamente as evidências quantitativas apresentadas pelos cadastros do INCRA e pelos censos do IBGE. Neste sentido, com maiores ou menores diferenças provocadas pelos tipos de metodologias empregados e pela organização dos levantamentos de dados, as séries estocásticas disponíveis para os anos 70 apontavam três processos desencadeados, em plenos anos 60: [a] Uma forte redução da população empregada e da área ocupada pela cafeicultura. [b] Um notável crescimento de áreas de pastagens e de culturas como a cana-de-açúcar, o trigo e o soja em lugares anteriormente ocupados pelos cafezais e cultivos intercalares. [c] Uma tendência acentuada à concentração da propriedade fundiária e à concomitante disseminação de vetores de modernização tecnológica.³³⁷

Guias de Excursões - I Encontro Nacional de Geógrafos. Presidente Prudente: Julho de 1972, p.131-166; e principalmente, CANCIAN, Nadir Aparecida: **Cafeicultura Paranaense - 1900/1970.** Curitiba: Editora Grafipar/SECE-PR, 1981. Para os anos 70-85, veja-se MORO, Dalton Aureo: **Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço Rural, no Norte do Paraná.** Tese de Doutorado. Rio Claro: IGCE-UNESP, 1991. Especificamente sobre a micro-região de Maringá, nos anos 60-70, consulte-se MORO, Dalton Aureo: **Substituição de Culturas e Transformações na Organização do Espaço Rural do Município de Maringá.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 1980.

³³⁷ Como venho dizendo, é gigantesca a quantidade de trabalhos escritos sobre o Norte do Paraná a partir de 1975. Maior ainda é o número de estudos que citam-no como caso exemplar. Além dos muitos estudos citados nas notas anteriores, outros trabalhos que me parecem bastante significativos, tanto pelas propostas de interpretação quanto pela solidez dos dados arrolados são os seguintes: TRINDADE, Judite Maria Barboza: **Estrutura Agrária (Uma Metodologia Para Seu Estudo Na História).** Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1977; SILVA, José Graziano da: **A estrutura agrária do Estado do Paraná.** *Revista Paranaense de Desenvolvimento.* (64), julho-setembro de 1978, p.9-41; IPARDES: **As Migrações e a Transformação da Estrutura Produtiva e Fundiária do Paraná.** Curitiba, 1983 e **Nova Configuração Espacial do Paraná.** Curitiba, 1983; CAMARA, Marcia Regina Gabardo da: **Transformações Agrícolas e Êxodo Rural no Paraná na Década de 70.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEA-USP, 1985; RAGGIO, Nadia Zaiczuk: **Norte Novo do Paraná: Transformações no Campo e a Questão do Acesso à Terra.** Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1985; LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro: **O Paraná nos Anos Setenta.** Curitiba: IPARDES/CONCITEC, 1989; PEREIRA, Laercio: **O Estado e as Transformações Recentes da Agricultura Paranaense.** Tese de Doutorado. Recife: PIMES-UFPE, 1988; GODOY, Amália M. Goldberg: **A Expansão do Capitalismo no Campo e a Questão da Destruição da Pequena Propriedade: O Caso do Paraná: 1970-1985.** Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1992. É preciso que fique claro que nestes ligeiros comentários o que me interessa é apenas apontar algumas ausências sobre as quais procuro legitimar parte do meu próprio entendimento. Não tenho competência para discutir as espinhosas questões conceituais envolvidas pelos autores acima citados. Daí que, a princípio, o quadro por eles elaborado pa-

Dai que - para falar apenas dos campos técnico-científicos - os debates a respeito dos rumos do desenvolvimento agrícola norte-paranaense, apesar do crescente refinamento conceptual, acabaram ficando, em grande medida, adstritos ao estabelecimento de ordens cronológicas e causais entre aquelas séries de fenômenos. Certo: as ênfases e as hierarquias de causalidades variam, mas, substancialmente, o panorama resultante das pesquisas parece sempre o mesmo. Por exemplo, em praticamente todos os casos, as conclusões acentuam o amplo movimento de incorporação de progresso técnico pela agricultura, como um elemento decisivo para o desencadeamento das transformações regionais. Enfim, a configuração, daquilo que, em termos genéricos, passou-se a considerar o deslanche do chamado *complexo agro-industrial*. Portanto, não deve causar espécie verificar que um experiente pesquisador regional tenha dito, em meados dos anos 80, que

*O esforço em se abordar a história do Norte do Paraná nos primórdios de sua ocupação e avançar até os anos 80, quando a agricultura mecanizada alcançava a região, é uma tarefa já realizada. Deste modo, facilita-se o nosso esforço em desentranhar mais o sentido de alguns fatos ou momentos dessa ocupação.*³³⁸

Embora eu acredite que tenha levantado problemas suficientes para refutar essas afirmativas por demais entusiasmadas, penso que é preciso atentar para as razões mais fortes deste sentimento de unanimidade. Parece-me que ele decorre da aliança, facilitada pela clara proximidade epistemológica, entre as duas orientações dominantes nos últimos anos entre os pesquisadores voltados para o Norte (-Novo) do Paraná. Refiro-me, esquematicamente, é bem verdade, ao chamado método Histórico-Estrutural e à análise econômica dos processos de modernização tecnológica da agricultura. Ambas compartilham de dois viéses que, ao longo deste estudo, sem explicitar minhas intenções, tentei francamente combater. Primeiro: a exclusão das determinações político-institucionais nos processos de mudança de uma estrutura social. Mais do que isso: ambas operam uma redução do Estado e das demais esferas da vida política às decisões em matéria de política econômica e programas de desenvolvimento. Segundo: tendem a subordinar as dimensões simbólicas/representacionais - enfim: as mentalidades coletivas e as ideologias - às chamadas instâncias infra-estruturais. No que se segue vou resumir, em largas pinceladas, ambas as tendências. Note-se que, em grande medida, minhas ponderações talvez

rece-me plenamente satisfatório, *pelo menos a nível descritivo*. Os próximos parágrafos referem-se, em linhas gerais, ao que há em comum entre a maioria desses estudos - de resto, bastante desiguais.

³³⁸ HOFF, Sandino: *A ocupação do Norte* in PAZ, Francisco Moraes (org): **Cenários de Economia e Política: Paraná**. Curitiba: Editora Prephacio, 1991, p.25.

possam ser relacionadas aos modelos predominantes de estudo sobre numerosas outras áreas do país.

Durante os anos 70, as antigas explicações geográficas, que em certos momentos beiravam o senso comum e pareciam apelar para variáveis transcendentais que não comprometessem as pretensas virtudes dos projetos liberais de sociedade rural, foram sendo deixadas de lado em favor de enfoques centrados em causalidades estruturais. Todo o conjunto de mudanças sócio-espaciais passou a ser explicado como desdobramento - para muitos *necessário, inexorável* - do processo de avanço do capital sobre o espaço agrário. As alterações nos enquadramentos analíticos resultaram, naturalmente, da percepção de que as transformações em curso no Norte paranaense precisavam ser interpretadas através de enfoques menos descritivos e capazes de integrar o espaço regional na dinâmica do desenvolvimento capitalista em ampla escala. Tratava-se de um desencadeamento de mutações que não se reduziam àquela área, mas atingiam grande parte do chamado Paraná Moderno, do interior de São Paulo, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.³³⁹

Em grande medida, as inovações mais especificamente conceituais decorreram de uma crescente preocupação dos pesquisadores brasileiros com o uso do então chamado método histórico-estrutural, uma variante funcionalista do Materialismo Histórico que aparecia como a forma possível do pensamento crítico nas condições concretas de exercício intelectual durante a Ditadura Militar. É difícil qualificar em poucas palavras o que era entendido efetivamente como Histórico-Estrutural naquela conjuntura. Dizer que não passava de um outro nome para Marxismo pode, decerto, atender à visão que os usuários tinham daquele quadro conceptual nos tempos sombrios da tirania, mas me parece que o projeto cognitivo inerente ao enfoque em tela - que se tornou uma verdadeira máquina de uniformizar realidades - passava por nuances mais amplas e complexas.

De qualquer modo, para os objetivos de uma simples súmula, é possível partir de um patamar mínimo, tomando aquilo que Rolando Franco caracterizou, de um modo um tanto escolar, como *Sociologia Crítica Latinoamericana*. Ele observou que esta seria uma postura científica, bastante generalizada depois dos anos 60, que, reagia contra as propostas de neutralidade defendidas pelas orientações sociológicas dominantes. Seus adeptos preconizavam eliminar as distinções entre as Ciências

³³⁹ Confira-se, para o período 1970-1985, os estudos de MULLER, Geraldo: *Estrutura e Dinâmica do Complexo Agroindustrial Brasileiro*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1980; SORJ, Bernardo: *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio: Zahar Editores, 1980 e DELGADO, Guilherme: *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985*. Campinas: Editora da UNICAMP/Editora Icone, 1985.

Sociais, *reintegrando-as em sua unidade originária*. Nesta conexão, ela teria algumas especificidades que poderiam ser resumidas da seguinte maneira:

*O método postulado é de natureza histórico-estrutural ou dialética, que permitiria captar o que sucede na sociedade, em sua totalidade e em seu movimento. (...) Reconhece-se a historicidade do objeto de conhecimento (...) e a historicidade do sujeito, já que o próprio observador é produto de um meio social determinado e de sua situação pessoal nesse meio, pelo qual está condicionado a ver certas coisas preferencialmente a outras, e a vê-las a partir de uma dada perspectiva. (...) Enfatiza-se a necessidade de examinar alguns fenômenos complexos de natureza internacional, como fundamentais para explicar a realidade latino-americana. (...) Faz-se a crítica radical do estrutural-funcionalismo, considerando-se que tal orientação carece das condições necessárias para interpretar corretamente a realidade latino-americana. (...) Há um renascimento do interesse pelo marxismo, como teoria totalizante, afirmando alguns autores sua explícita adesão a tal orientação.*³⁴⁰

Quando falo de variante funcionalista, contrariando um pouco a definição oferecida por Franco do ambiente que se utiliza do método histórico-estrutural, estou referindo sobretudo a centralidade explicativa-causal conferida à *lógica imanente do capital*. Muitos pesquisadores reagiram à visão apologética - pioneiro-cêntrica - da história do Norte do Paraná colocando em seu lugar apenas uma coleção de episódios da longa epifania do capital. Assim, ali onde estavam pessoas de carne e osso sendo vistas pelas orientações anteriormente dominantes de modo enviesado, dada a ação dos preconceitos individualistas, passaram a estar meros suportes da expansão ampliada do sistema capitalista. Este, uma vez que precisava alcançar um novo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, simplesmente alterou-se em seu modo de objetivação regional. Noutras palavras: há uma estrutura do tamanho do globo terrestre e há partes maiores ou menores preenchendo funções precisas para que este organismo se reproduza. O fim do complexo cafeeiro norte-paranaense foi, deste ponto de vista, o resultado necessário, estabilizador, de uma demanda intra-sistêmica.

Visto em termos genéricos, este processo - que implica uma crescente e irreversível integração entre os vários ramos das atividades capitalistas e, conseqüentemente, elimina as distinções usuais entre setores/espços agrário e urbano-industrial - foi, em grande medida, acelerado pelas políticas governamentais de fomento às exportações, a partir da segunda metade da década de 1960. Estratégias tradicionais dos países dependentes, aquelas políticas, por sua vez, não apenas resultavam do entendimento pelos tecno-burocratas de que o país deveria conservar uma agricultu-

³⁴⁰ FRANCO, Rolando: *Sociologia crítica latinoamericana* in SILVA, Benedicto (org): *Dicionário de Ciências Sociais*. 2ª Edição. Rio: Editora da FGV/MEC, 1984, p.1150-1152.

ra de exportação capaz de manter sempre favorável o balanço de pagamentos, como eram respostas às demandas das indústrias de insumos às exigências de padronização advindas dos grandes compradores internacionais. Tudo isso teria implicado na plena efetivação de economias agro-industriais de grande escala no Brasil.

Marcada pela presença de setores fortemente capitalizados a montante e a jusante do processo de produção agrícola *strictu sensu*, a nova qualidade do desenvolvimento capitalista representava um salto em termos de internacionalização. E uma ruptura com as formas ancestrais de crescimento da produção agrícola no país, historicamente caracterizada pelo avanço extensivo das fronteiras, pela baixíssima aplicação de tecnologia intensiva, e por uma significativa variedade de sistemas de produção. Em suma: a eliminação de áreas tecnicamente arcaicas, a redução dos custos com a reprodução da mão-de-obra através de ampla mecanização em todas as etapas dos circuitos econômicos, o consumo de novas tecnologias difundidas por agências governamentais de pesquisa e extensão - que também são aparelhos de controle estatal sobre os produtores rurais -, e a erradicação das pequenas propriedades tidas agora como resquícios de improdutividade tradicionalista.³⁴¹

³⁴¹ Aparentemente a expressão *complexo agro-industrial* foi introduzida no Brasil por GUIMARÃES, Alberto Passos: *A Crise Agrária*. Rio: Editora Paz e Terra, 1979. No ano seguinte, Geraldo Müller, na tese que citei acima, ampliou conceptualmente a expressão conferindo-lhe uma localização bastante precisa enquanto instrumento de análise do desenvolvimento da agricultura na atual etapa de integração capitalista em escala mundial. Deve-se ter claro, entretanto, que a palavra *complexo* já vinha sendo utilizada de longa data para *caracterizar determinadas atividades produtivas e seus entornos*. Parece que foi Inacio Rangel quem, nos anos 50, sugeriu a expressão e, logo depois, trabalhando em sua linhagem analítica, Gilberto Paim elaborou-a como ferramenta descritiva. Veja-se do primeiro, **Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Salvador: Livraria Progresso Editora/Univ. da Bahia, 1957 e **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. Rio: ISEB-MEC, 1957. E do segundo, **Industrialização e Economia Natural**. Rio: ISEB-MEC, 1957. Nos anos 70, uma reelaboração do conceito de complexo foi proposta e amplamente elaborada por CANO, Wilson: **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Rio/São Paulo: DIFEL, 1977. Estranhamente, ele não menciona os dois trabalhos pioneiros acima citados. Uma interessante avaliação das propostas das elites dominantes para a gestão da economia durante os anos de expansão cíclica aparece em BAER, Werner: *O crescimento brasileiro e a experiência desenvolvimentista: 1964-1974*. **Estudos CEBRAP**. 20, abril-junho de 1977, p.5-26. Ele retomou o tema em **The Brazilian Economy: Growth and Development**. 2ª Edição. New York: Praeger Publishers, 1984. Veja-se, também, ROETT, Riordan: **Brazil: Politics in a Patrimonial Society**. New York: Praeger Publishers, 1984. Os estudos de Roett e Baer são particularmente interessante porque ambos foram assessores informais das formulações de política econômica durante o regime militar, embora várias passagens de seus trabalhos indiquem que eles não estavam nada satisfeitos com o caráter autoritário do Estado. Quanto aos diagnósticos sobre improdutividade agrícola mantendo-se os modelos tradicionais, leia-se os comentários críticos feitos por GRAZIANO NETO, Francisco: **Questão Agrária e Ecologia - Crítica da Moderna Agricultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982. Também, AGUIAR, Ronaldo Conde: **Abrindo o Pacote Tecnológico - Estado e Pesquisa Agropecuária no Brasil**. São Paulo: Editora Polis/CNPq, 1986 e SILVA, José Graziano da: *A relação entre setor público-privado na geração de tecnologia agrícola no Brasil*. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. 2(2), maio-agosto de 1985, p. 185-232.

No que se refere especificamente ao Norte do Paraná, compreende-se, diante do que foi visto acima, que o definhamento - para alguns: a eliminação pura e simples - da cafeicultura passou a ser visto cada vez mais por certos investigadores como conseqüência lógica e inevitável da adoção de novos patamares de acumulação capitalista, sobretudo, pelo aumento da composição orgânica agregada do capital no setor agrícola. Nas interpretações de muitos analistas, as exigências de inovações tecnológicas e uniformização das formas de organização dos espaços produtivos inviabilizavam a reprodução ampliada de um complexo econômico marcado, até finais dos anos 60, pela predominância de pequenos e médios proprietários com baixa capitalização e assediados cada vez mais pelo envelhecimento e adoecimento - logo: queda exponencial de produtividade - dos cafezais.³⁴²

Adicionalmente, alguns pesquisadores assinalaram que, apesar de a política de créditos rurais subsidiados não ter sido, nos primeiros anos da década de 1970, tão seletiva quanto o foi a partir de 1976 - e, portanto, permitir que uma certa parcela da massa total de mais-valia controlada pelo Estado fosse repassada para aqueles empresários com baixo índice de acumulação -, isto apenas adiou por uns poucos anos a clara opção governamental por subsidiar a concentração fundiária e expropriação de pequenos e médios empresários rurais.³⁴³ Até porque, embora em escala nacional o período de retraimento cíclico, que marcou os anos 1974-1983, tivesse se caracterizado por uma notável estabilização do preço da terra, o Estado do Paraná manteve um padrão singular. Como Nadia Raggio demonstrou, o preço da terra em todo o território paranaense manteve-se sensivelmente mais alto do que no resto do país e chegou a apresentar várias vezes sobre-valorizações significativas.³⁴⁴

Estudando o comportamento dos preços da terra em dezesseis Estados do Brasil, entre 1966 e 1978, Flavio Pinheiro e Bastian Reydon observaram que ele não pode ser desvinculado de um processo mais amplo que é a extrema concentração da renda nas mãos de uma fração muito pequena da burguesia. Esta teria se permitido

³⁴² Cf. sobretudo FLEISCHFRESSER, Vanessa: **Modernização Tecnológica da Agricultura: Contrastes Regionais e Diferenciação Social no Paraná da Década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain Editora/SECT/IPARDES, 1988. e CAMARA, Marcia Regina Gabardo da: **Op. Cit.**

³⁴³ Cf. SORJ, Bernardo: **Op. Cit.** p. 86-90. Falando, em 1980, sobre o papel do Sistema Nacional de Crédito Rural, ele observou que *A característica central do crédito rural tem sido a de ser concedido a juros negativos, transformando-se dessa forma num mecanismo indireto de transferência de parte da massa de mais-valia controlada pelo Estado para o setor agrícola* (p.86). Foi Nadia Raggio quem chamou atenção para o fato de que, no Paraná dos anos 70, *exatamente por ser subsidiado, o consumo de insumos se generalizou independente do tamanho e qualidade das terras dos estabelecimentos. Desse modo, grande parte dos insumos, principalmente as máquinas agrícolas, tornou-se ociosa*. **Op. Cit.** p.87.

³⁴⁴ RAGGIO, Nadia: *Preço da terra no Paraná e Brasil: algumas notas*. **Análise Conjuntural**. Curitiba: IPARDES, 8(10), outubro de 1986, p.3-6

incentivar a migração de parcela dos lucros auferidos no setor industrial, durante o período de expansão cíclica entre 1968-1973, e as reservas acumuladas na fase de desenfreado crescimento dos negócios nas bolsas de valores, entre 1969-1972, para a compra de terras. Daí que

*a acentuação do processo especulativo com terras provocou também um desvio do capital agrário da parte produtiva para a compra de terras com finalidade especulativa, possibilitando também sua participação nos frutos do desenvolvimento. As principais conseqüências deste processo para a agricultura foram a ratificação do monopólio da terra - que antes era apenas assegurado mais pela propriedade privada, passando agora a ter um reforço adicional, isto é, a necessidade do produtor possuir uma capital maior para ter acesso à terra - e a menor disponibilidade de terra para a sua atividade produtiva.*³⁴⁵

Tendo em conta esse macro-fenômeno e considerando que, durante os anos 60, o processo de apropriação mercantil das terras de fronteira paranaense tinha praticamente se consolidado, restando apenas uma poucas áreas marginais inadequadas, percebe-se que as possibilidades de expansão do complexo cafeeiro norte-paranaense estavam literalmente vedadas no amanhecer dos anos 70.³⁴⁶

Os numerosos pesquisadores que tornaram paradigmático o quadro analítico acima resumido, deixaram de assinalar ou de dar o que penso ser a devida importância a certas particularidades muito expressivas do comportamento das várias classes e frações de classes envolvidas na dinâmica declinante do complexo cafeeiro norte-paranaense. Esses processos devem ser mencionados, antes de mais nada, para que se tente desfazer a poderosa imagem de um desdobramento ampliado do capital sobre o campo que desencarna os humanos e antropomorfiza os conceitos, como se tudo o que aconteceu na região desde o início da colonização estivesse

³⁴⁵ PINHEIRO, Flavio Abranches & REYDON, Bastian Philip: *O preço da terra e a questão agrária: algumas evidências empíricas relevantes*. *Revista de Economia Rural*. 19(1), janeiro-março de 1981, p.7.

³⁴⁶ Quando falo em áreas marginais estou referido o centro-oeste do Estado. A micro-região de Campo Mourão e os municípios que gravitam ao redor de Assis Chateaubriand. Tais áreas foram ocupadas, em parte, por ex-colonos e ex-proprietários rurais do Norte, mas estes sabiam que era quase impossível reproduzir ali o modelo do complexo cafeeiro norte-paranaense. Veja-se, para menções breves ao processo inicial de colonização da região de Campo Mourão, BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti: *Distribuição da População no Estado do Paraná em 1940*. *Revista Brasileira de Geografia*. 12(4), outubro-dezembro de 1950, p.57-78. Dados mais recentes encontram-se em DUARTE, Aluisio Capdeville & STRAUCH, Ney: *Noroeste do Paraná* in ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS: *Guias de Excursões - I Encontro Nacional de Geógrafos*. Presidente Prudente: julho de 1972, p.131-166. Sobre a área de Assis Chateaubriand deve-se consultar o interessante trabalho de LACERDA, Guilherme Narciso de: *Capitalismo e Produção Familiar na Agricultura Brasileira*. São Paulo: IPE-USP, 1985 e os dados coligidos em GERMER, Clauss et Alii: *Progresso Técnico na Agricultura Paranaense: O Caso da Soja em Duas Regiões Típicas: Norte Cafeeiro e Extremo-Oeste*. Curitiba: IPARDES, 1982, (mimeo).

previsto em diabólicos programas maquínicos produzidos meta-antropicamente por certa lógica de bronze. Vários estudos elaborados a partir daquilo que ficou conhecido, nos anos 70-80, como enfoque histórico-estrutural, consagraram aquele gênero de abordagem. Seus autores praticamente fatalizavam as mudanças, sem levar em conta (ou minimizando) o fato de que os rumos das transformações ocorridas dependeram das circunstâncias ditatoriais vividas pelo país.

Neste sentido, a prioridade analítica concedida ao problema da concentração fundiária bem caracteriza as conseqüências cognitivas daquele enfoque. Seja pela obsessão de ver repetir-se nos trópicos as vias européias de expansão do capitalismo no campo, seja pela idealização de uma sociedade norte-paranaense idilicamente formada por uma classe média rural organizada através de uma espécie de utopia liberal, o fato é que simplesmente esqueceu-se de observar as diferenças fundamentais que opunham as várias categorias de expropriados. Quer dizer, equalizou-se pequenos empresários e trabalhadores assalariados como se ambos pudessem ser subsumidos conceptualmente através do difuso conceito de campesinato e, portanto, fossem todos vitimizados pelo capital monopolista-latifundiário. A supressão das formas de trabalho na determinação das relações de produção e um certo enaltecimento do desenvolvimento das forças produtivas como processo autônomo foram procedimentos analíticos que bloquearam percepções mais amplas, implicando efeitos cognitivos de reprodução da imagem dominante do Norte do Paraná, dos anos 30 aos anos 80. Por suposto, na medida em que as circunstâncias e os móveis das mudanças foram tidas como atributos da lógica do capital, tornou-se praticamente inevitável que se contrapusesse um mundo rural a outro. Daí a conservação a-crítica daquela imagem de sociedade estacionária que, sem conflitos significativos, somente poderia ter sido destruída por fatores exógenos, quase sobre-humanos.

Tais fatores, decerto, variam de acordo com os emissores das explicações. Acabou-se de ver como eles aparecem em estudos técnico-científicos. Por isso, antes de encerrar este capítulo, que se veja como ele aparece noutras duas falas. Primeiro, a de muitos fazendeiros antigos que culpam os tecno-burocratas e os militares porque eles deram seu aval às propostas, tidas por altamente subversivas, como já se viu, de extensão da legislação trabalhista ao campo. Eles acham que uma profunda harmonia social existente na região foi rompida pela ação irresponsável dos *lavradores de asfalto*, homens que desconheciam a realidade rural mas que, mesmo assim, decidiam os rumos do país a partir de seus gabinetes.

Em outubro de 1976, falando, em Londrina, a propósito da proliferação de bóias-frias no Paraná e em São Paulo, Alvaro Godoy, tradicional líder dos cafeicultores, golpista de primeira hora, referência mais bem acabada do udenismo regional, disse que a legislação trabalhista foi *criada por pessoas que não sabem se amendoim dá na flor da terra ou debaixo do chão*. Segundo ele, o colonato era o *mais justo e racional sistema de trabalho rural já havido no Brasil*. E, do alto de sua fazenda de 3600 hectares, contou para uma revista de alcance nacional sua versão das coisas. Perspectiva, contudo, que não lhe pertencia, pois era compartilhada por uma significativa parcela dos fazendeiros:

*Antes de tudo o colono era nosso amigo. Ia casar a filha e chamava a gente para padrinho. Ficava doente alguém da família e a gente levava para o médico, pagava hospital. Depois, se o colono era bom, a gente riscava a dívida no fim do ano. Isto aqui era um sossego, o lavrador trabalhava em paz, era amigo do fazendeiro e podia crescer na vida. (...) Apareceu aquele deputado gaúcho do PTB, Fernando Ferrari, que nunca tinha visto um pé de café na vida, dizendo que os colonos trabalhavam em regime de escravidão, que não era para aceitar isso, que deviam exigir indenização dos fazendeiros e coisa e tal. Pouco depois apareceu o Estatuto do Trabalhador Rural e aí desorganizou a agricultura, bagunçou tudo. Apareceu um monte de advogadinhos com idéias malucas, dizendo para os colonos lascar ação em cima dos fazendeiros. Nós pagamos a primeira vez, mas só uma. É natural que ninguém mais queira complicação, nada de vínculos com os trabalhadores.*³⁴⁷

Anos antes, em janeiro de 1971, um morador de Maringá, incomodado, em plena ditadura anti-popular, com as ações dos sindicatos, tinha resumido, numa carta, tudo o que estava passando pelas rodas de grandes e médios proprietários no que tangia aos problemas trabalhistas. Parecia-lhe, como parecia a tantos fazendeiros, que o Estado havia decidido beneficiar somente os empregados, rejeitando os patrões. Mais: punindo os produtores e disseminando a discórdia ao lado da penúria. Sua reclamação era a seguinte:

Aqui no Paraná a produção não está aumentando; o que cresce é a fome e a falta de serviço. Principalmente na região de Maringá. Anteriormente, quando ainda era favorável ter colonos, porcenteiros e arrendatários, não existia crise. Hoje todo esse povo se acha nas beiras das vilas passando dificuldades. Os fazendeiros e os sitiantes não podem mais conseguir famílias para tratar de suas propriedades. O método mais usado agora é a contratação de volantes. (...) Tem acontecido de empregados promoverem brigas e desordens por conveniência. Recorrem depois ao sindicato e ali o patrão é obrigado a pagar o ano para o empregado, sem que este tenha trabalhado. Pergunto: onde está o direito? (...) Concordo que seja bom existir o sindicato, mas que haja regulamentos para dar razão a quem tem e não a quem quer. Por isso digo que o

³⁴⁷ Declarações citadas em *Meus queridos boias-frias*. Veja, 20/10/1976, p.130.

*problema da produção do Brasil está nas leis; melhorando-as melhora a produção.*³⁴⁸

Em segundo lugar, refiro aqueles que dizem que as terríveis geadas dos anos 60 e 70 e seus aliados, os especuladores governamentais do café, destruíram o que chamavam de *eldorado* norte-paranaense. A opinião do mais influente jornal da região é significativa neste particular. Falando do Norte como um todo, uma reportagem relativamente recente da **Folha de Londrina** assinalou que

*a região era estável economicamente até a metade da década de 70. As geadas de 1975 destruíram os cafezais, que até aquele ano era a base da economia local. As fazendas de café empregavam milhares de famílias além da viabilização que a cultura proporcionava às pequenas áreas de terras.*³⁴⁹

Explicações deste gênero assemelham fazendeiros, políticos e alguns intelectuais com uma regularidade surpreendente. Em todos os casos, trata-se de encontrar razões que, se não parecem exatamente sobrenaturais, aproximam-se, com frequência, de um certo misticismo liberal. Não são poucos os que dizem que se a região Norte (-Novo) do Paraná - em seu mágico estado de levitação conceptual - fosse deixada em paz por governantes populatóides ávidos de tributos, e não padecesse de agruras meteorológicas, a *verdadeira democracia rural* teria finalmente fincado raízes na sociedade brasileira.

³⁴⁸ FREGADOLLI, João Francisco: (Carta) *Dificuldades no Paraná*. **Coopercotia**, 28(255), janeiro de 1971, p.6.

³⁴⁹ *Empobrecimento preocupa Norte Pioneiro*. **Folha de Londrina**, 05/08/1990, p.10.

AO MODO DE POSSÍVEIS CONCLUSÕES

Região Norte (-Novo) do Paraná. Um tanto como realidade, outro tanto como fantasia, quase sempre como as duas coisas ao mesmo tempo, durante pouco menos de cinquenta anos, ela significou para os brasileiros, inclusive para milhares de seus próprios habitantes, antes de mais nada, uma espécie de ilha pairando no ar. Naquele canto do país teria sido erigida uma ordem sócio-política exemplar, onde a combinação de pequenas e médias propriedades, produção para o mercado internacional sem criar obstáculos à produção para o consumo interno, amplas oportunidades de mobilidade vertical ascendente, e, sobretudo, estímulo à livre-iniciativa, contrastariam vivamente com os padrões arcaizantes do resto das áreas agrícolas nacionais. A presença patriarcal de uma empresa colonizadora, vista como fiel depositária das virtudes éticas dos capitalistas originários, os ingleses, dinâmica e justa, completava o quadro profundamente idílico. Para uns, lá reencarnou-se, dos anos 30 em diante, a *alma bandeirante*. Viesse de onde viesse, quem pisasse em suas terras, desde que portador de uma fibra densa de trabalhador intrépido, temente a Deus e disposto a combater sem piedade todos os demônios do mundo - quer se chamassem burocratas, quer comunistas, quer simples trabalhadores em luta por seus mais mezinhos direitos, logo se faria encavalhar por aquela entidade sobrevoante aos tempos e espaços. Ser pioneiro era, enfim, ser um paulista fora de São Paulo, o verdadeiro construtor e o mais autêntico guardião da nacionalidade, o reatualizador fenomênico das essências mais profundas da brasilidade. Para outros, o que aconteceu no Norte paranaense foi, antes de mais nada, a des-utopização da idéia de reforma agrária. Estava lá, bem a um palmo na frente de qualquer nariz, o que os brasileiros deveriam ter como exemplo de transformação pacífica e progressista no meio rural.

Aquela imagem freqüentava jornais, livros didáticos, relatórios governamentais e estudos técnico-científicos. E ainda permanece mais ou menos intacta percorrendo uma profusa rede de textos que as utiliza como descrição empírica irrefutável de um passado que contrasta fortemente com as incertas e injustas estruturas sociais contemporâneas. Numa palavra: ela adquiriu vôo próprio, persistindo, em seus contornos gerais, mesmo depois que amplas transformações demográficas e econômicas desencadearam-se na região, alterando quaisquer daqueles possíveis traços societários que tinham eventualmente assegurado um referente empírico mínimo para sua construção. Esta permanência, por assim dizer, trans-conjuntural; esta consistência tão intensa de um macro-constructo semiológico, é em si mesma um assunto profundamente intrigante. O espec-

tro de agrupamentos sociais que compartilharam daquele conjunto de representações é diversificado demais, grande demais para se reduzir o tema à enquadramentos simplificadores do gênero: mistificação ideológica provocada pela disseminação mais ou menos controlada de uma falsa consciência. Tampouco se pode supor que tratou-se de uma bem orquestrada produção de uma narrativa mitológica capaz de pairar acima de tudo e de todos.

Na minha opinião, a imagem do Norte do Paraná profusa e reiteradamente descrita pelas mais diversas fontes durante os anos 30-60, foi antes de mais nada o resultado de uma articulação bastante complexa, ainda que muito frágil, porém inegavelmente bem sucedida, entre projetos políticos e enquadramentos teórico-metodológicos. Se, à revelia das diferentes inserções ideológicas de seus protagonistas, aquela trajetória discursiva legou aos leitores futuros uma poderosa imagem de uma sociedade regional quase que autônoma, como se estivesse desligada das determinações mais gerais da realidade brasileira e fosse sua antítese social e política, foi porque ela constituiu-se enquanto um campo de enunciados suficientemente forte para resistir a todas as investidas contra-referenciais. E aquilo aconteceu, pretendo ter argumentado o suficiente, em função da proximidade entre os modelos de construção de objetos de análise existentes nos anos de inauguração daquela história plural de discursos e certas perspectivas políticas que identificavam na colonização via pequenas e médias propriedades a melhor saída para os impasses sociais do campo brasileiro. Não é por outra razão, assim quero crer, que um dos traços mais espantosos do problema é, com certeza, sua capacidade de sobrevoar as diferenças político-ideológicas e assumir foros de unanimidade.

Há alguns anos, entrevistando Gregorio Parandiuc, antigo militante do Partido Comunista Brasileiro que, desde meados dos anos 40, tornou-se pequeno agricultor em Maringá, causou-me uma certa surpresa ouvir sua caracterização das origens daquele município. Observando que a Companhia de Terras Norte do Paraná poderia ter escolhido transformar a área em vastos latifúndios, mas decidiu manter a política de colonização que vinha promovendo desde 1930, ele comentou:

*Se tivesse vendido essa aí [fazenda], não tinha existido essa cidade de jeito nenhum, porque os fazendeiros então moravam lá em Santos, em São Paulo, tinha os trabalhadores aqui, pegava o avião e ia embora, é isso aí. Mas encheu de gente, a terra era muito boa, então criamos uma reforma agrária: então que explodiu essa cidade, explodiu mais, que cresceu mais no mundo.*³⁵⁰

³⁵⁰ PARANDIUC, Gregorio: *Entrevista* concedida à Maria Rosa Ribeiro, Neusa de Oliveira Pereira, José Henrique Rollo Gonçalves e Marcos Antonio Mello. Maringá: 02/12/1987 (Transcrição arqui-

Sua fala me pareceu estranha, considerando que o velho comunista tinha sido, nos anos 50 e 60, um dos principais agitadores da região. Ele foi personagem importante nas tentativas de mobilização dos trabalhadores pela construção de entidades sindicais, pela abertura de agências jurídicas estatais e pela reforma agrária. E foi, sobretudo, um produtor de relatos, um fabricante de percepções, uma vez que era um dos mais assíduos correspondentes das publicações do PCB voltadas para o campo. Naquela época, mesmo no Norte do Paraná, suas bandeiras em defesa da redistribuição da propriedade da terra estavam sempre erguidas ao lado da demanda pela ampliação dos direitos trabalhistas - assegurados aos operários urbanos - ao campo. A imagem de Maringá como resultado de uma reforma agrária feita pela CTNP e pelos pequenos proprietários contrastava, em suma, com toda u'a memória de lutas camponesas que, por aqueles tempos, pesquisadores regionais estavam começando a reconstruir.³⁵¹

A pergunta, então, é simples: o que levaria um leninista brasileiro dos tempos de Stalin, da época das hesitação entre fazer a luta armada ou tentar o combate ao feudalismo fantástico que eles viam ressonando pelos campos nacionais, a coincidir em sua opiniões com empresários liberal-conservadores, daqueles que viam comunistas fazendo festins pedofágicos debaixo da cama todos os dias? Todavia, procurei menos respondê-la do que nutri-la com um pouquinho mais de enigmas. Esclarecer, para começar, que não eram apenas militantes políticos que faziam - ainda fazem - do Norte do Paraná um exemplo de reforma agrária, de democratização da propriedade da terra, de construção alvissareira de uma via de desenvolvimento *farmer* para a economia capitalista no interior do país. Muitos intelectuais influentes, alguns deles funcionários de agências públicas de investigação do/intervenção sobre o território, acabavam em seus artigos e relatórios legitimando e reproduzindo aquela imagem através do verniz de sua razoável autoridade

vada na Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal/Secretaria de Cultura/Prefeitura Municipal de Maringá).

³⁵¹ Salvador Ferraz, que trabalhou como assessor da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado do Paraná (FETAEP), nos anos 70 e 80, tinha aberto algumas picadas. Sua dissertação de mestrado, que referi anteriormente, bastante influenciada pelas categorias analíticas desenvolvidas por Ralf Dahrendorf, tentava apreender as ações políticas dos trabalhadores, sugerindo que elas não podiam ser separadas da constituição sócio-econômica - em termos restritos - das classes sociais. No entanto, como sua preocupação localizava-se nos anos 70, ele apenas fez menções, muito pouco apoiadas em fontes primárias, aos eventos anteriores ao Golpe Militar de 1964. Foi somente no início dos anos 90 que pesquisas documentalmente densas começaram a ser veiculadas. Citei as mais importantes quando mencionei os Congressos de Trabalhadores Rurais ocorridos em Londrina e em Maringá, em 1960 e 1961, respectivamente.

locucional. Também eles, como procurei mostrar analisando as opiniões de certos geógrafos franceses e brasileiros, miscigenavam suas categorias descritivas com terminologias imediatamente políticas, gerando corografias com pretensões de registros fiéis e didáticos dos fatos.

Norte do Paraná = *topos* liberal. Esta fórmula, em si igualmente tópica, permite aventar, para deixar bem evidente a natureza experimental de minha análise histórica, algumas hipóteses que antes mesmo de serem testadas, precisariam ser bastante melhoradas. Ponderei, nas páginas finais do quarto capítulo, que houve um processo discursivo de autonomização ôntica do espaço norte-paranaense. Mediante uma infinidade de enunciações, diferentes emissores produziram poderosas semelhanças. Fabricaram uma região que respondia, quando vista em alguns de seus aspectos sócio-econômicos, à busca de referentes movida a partir de campos bastante variados. No espectro das retóricas político-ideológicas, onde luta-se o tempo todo pelo dos modos de formulação de projetos de reforma agrária, a imagem dominante do Norte do Paraná até finais dos anos 70 aparecia como objetivação de possibilidades que, tendo sido efetuadas, escapavam do espaço das virtualidades para assumir vitalidade concreta: nenhuma outra proposta de reforma agrária - viesse do Estado ou dos partidos políticos, das esquerdas ou das direitas - havia se demonstrado real, tangível. Logo: ali estavam as soluções, não importando o quanto tinham de fantasmáticas e discutíveis.

Quem construiu a região, de acordo com essa representação tão catequisadora foram as mil faces de uma aliança entre capitalistas e trabalhadores: empresários e pioneiros, vendedores e compradores, patrões e empregados. O Estado não teria entrado na história a não ser como espectador de sua mais absoluta negação: a colonização dirigida pelo mercado e para o mercado. Naturalmente, os comunistas e os empresários não viam as coisas a partir da mesma lente, ainda que os valores que animavam a alma dos lapidadores fossem os mesmos. Os marxistas-leninistas brasileiros, consumidores de esquemas de enquadramento tidos como universais, valorizavam a propriedade como o elemento central na definição do nível de desenvolvimento de uma sociedade. Não era o tamanho das terras, e, não, as relações de trabalho, que determinava o tipo vigente de modo de produção no agro brasileiro? Não era o bom combate, antes de tudo, uma guerra do povo - burgueses, camponeses semi-servis e proletários - contra a aliança entre senhores feudais rurais e magnatas imperialistas que travava o progresso nacional? Não seria o Norte do Paraná o modelo mais adequado de dissolução da forma monopolista

de propriedade senhorial? Noutros termos: não teria sido efetivada naquela área uma transição do feudalismo para o capitalismo *farmer* no Brasil? Vendo as coisas por este prisma, não é difícil compreender o porquê de tanta semelhança entre representações vindas de emissores aparentemente antagonísticos.

Doutro modo, por mais dependentes que fossem do Estado, por mais que contassem com os governantes para assegurar-lhes o controle dos recursos abertos nas fronteiras, muitos empresários tinham inserções político-ideológicas tipicamente liberais. Desejavam uma evacuação do Poder Público, através da redução da tecno-burocracia, da diminuição da carga tributária, da liquidação do Estado nacional-populista que, a seu ver, desperdiçava riquezas e acostumava mal as pessoas ao dispensar-lhes atendimento paternal. Ao dar-lhes terras ao invés de vender-lhes; ao facilitar-lhe as coisas em vez de estimular-lhe a aprendizagem pelo trabalho árduo, o Estado demonstrava, aos olhos dos liberais, sua incapacidade intrínseca para agir nos domínios da vida econômica e das aptidões individuais.

Outras imagens poderiam ter sido fabricadas e difundidas, ao longo dos anos 30 a 70, sobre o Norte (-Novo) do Paraná. Algumas chegaram a ser desenhadas, mas foram rasuradas, desacreditadas, banidas. Antes de mais nada, por todas as violências que se seguiram ao movimento militar de 1964. Procurei deixar claro que houve uma íntima ligação entre o projeto político de alguns empresários que dirigiam a CMNP e sua insistente associação retórica entre colonização feita com meios particulares e *verdadeira* reforma agrária. fazia parte das lutas, portanto, o controle sobre os canais e as sintaxes de enunciação de um espaço regional tido como realização de uma proposta de combate ao comunismo e a todas as demais subversões que afetassem o curso da sociedade mercantil fundada nas múltiplas competições entre indivíduos. Bloqueios epistemológicos e políticos de outras naturezas também tiveram papel decisivo. Modelos de enquadramento que perdiam de vista as inserções totalizantes e dedicavam-se apenas ao exercício descritivo, monográfico, coincidiam em seus procedimentos com perspectivas políticas centradas nos valores acima referidos. Por tais razões, tendia-se a isolar a região Norte paranaense enquanto área de tão fortes atrações para imigrantes que superavam quaisquer fatores de expulsão. De acordo com o viés interpretativo que acabou predominando, não se ia para o Norte do Paraná porque as coisas não estavam indo bem onde se morava, mas porque - acontecesse o que acontecesse - em nenhum outro lugar do mundo elas poderiam ir melhor do que lá.

Nada disso mereceria atenções analíticas tão intensas se se tratasse exclusivamente de um discurso publicitário destinado a seduzir compradores de terras e correligionários políticos. Ocorre que estão em jogo problemas significativos que envolvem a estrutura mesma dos interesses cognitivos dos pesquisadores sociais. Ao miscigenar proferimentos técnico-científicos com proposições de intervenção política, muitos daqueles investigadores geográficos e econômicos que mencionei não podiam fazer outra coisa: é mais do que um lugar-comum dizer que não tinham como superar os fluxos de condicionamentos político-ideológicos onde estavam imersos. Ao continuar mesclando enunciados do mesmo modo, descuidando de examinar os processos de construção semiológica de imagens regionais, os pesquisadores contemporâneos deixam de fazer outras coisas que seriam perfeitamente cabíveis. Mais: urgentes, fundamentais. Afinal, as determinações político-ideológicas são, hoje em dia, senão de todo diversas, ao menos bem diferentes. Daí a relevância de interrogações acerca de unanimidades suspeitas, de consensos interpretativos muito bem formatados para serem de carne e osso, como são os atores históricos em suas lutas, conchavos, dissídios e simulações.

Em 1977, avaliando o impacto das geadas e do processo de modernização tecnológica da agricultura sobre os destinos do complexo cafeeiro regional, Eseron Rose Buhner, um engenheiro agrônomo do Instituto Brasileiro do Café, em Maringá, produziu uma peça de engenharia sociológica que denotava, tanto um raro e patético cinismo, quanto uma forte resistência em reconhecer que a imagem de um espaço idílico não passava agora de uma fantasia cruel. Naqueles anos, calculava-se que cerca de 800 mil trabalhadores, entre colonos e arrendatários, assalariados e pequenos proprietários ficariam sem emprego nos tempos vindouros em virtude das alterações radicais no perfil demo-econômico regional. Para plantar, manter e colher os canaviais e as safras de trigo e soja, e para tocar o gado, não era preciso dispor de milhares e milhares de trabalhadores permanentes. Patrões dirigiam máquinas, manuseavam equipamentos, aplicavam insumos e, capitalizando forças produtivas, mandavam os filhos para as escolas de Agronomia, Veterinária e Zootecnia que estavam sendo criadas em todo o interior do Paraná e dos Estados vizinhos. No entanto, para o agente do IBC, o problema era precisamente o inverso. A fartura regional era tanta que acabava causando estranhas dores de cabeça aos cafeicultores. Segundo ele,

A finalidade de cada trabalhador em lavouras de café é, um dia, adquirir o seu cantinho, sua propriedade particular, e trabalhar por conta própria. Uma colheita bem sucedida na fazenda dá ao empreiteiro condições de tornar-se proprietário.

*Esse problema já se manifestava muito antes das geadas de 1975. (...) Vejam que praticamente 75% das propriedades cafeeiras do Paraná são pequenas propriedades, sitiantes, ex-empregados de fazendas de café. Eles são agora os proprietários e representam na propriedade, ao mesmo tempo, o patrão e o empregado. Com isso, as grandes propriedades foram ficando sem gente, problema que se agravou a partir de 1975.*³⁵²

Algo de fantasmático percorreu, igualmente, as palavras de Rafael Greca de Macedo, deputado estadual, que proferiu uma alocução na Assembléia Legislativa paranaense, em 1987, asseverando que, desde os anos 30,

*Calcada na pequena propriedade, a nova colonização fazia o sonho de milhares de trabalhadores rurais que, em seus estados de origem, nunca poderia ter um pedaço de terra. E eles vieram: os da casa grande e os da senzala; e eles vieram: os do sul e os do outro lado do mar. E vieram todos; vieram buscar no Paraná o sonho da prosperidade e de trabalho, aqui, na fronteira nova. Os ingleses tiveram a sábia preocupação de dividir a terra em glebas menores, nem tão pequenas que não pudessem fazer a riqueza de seus novos donos, nem tão grandes que um ex-empregado rural não pudesse pagá-la, fiando-se nas safras futuras.*³⁵³

O que se nota, em suma, é a durabilidade de uma imagem e, sobretudo, a persistência de certos procedimentos conceptuais ou meramente retóricos que a legitimam, tendo em vista a autoridade locucional de seus produtores. Listei várias passagens que evidenciam isso, mas quero encerrar este texto referindo, uma vez mais, palavras de empresários e parlamentares. Primeiro, Cassio Vidigal, um dos dirigentes mais importantes do conglomerado que possuía a CMNP. Carregando em suas veleidades de historiador, ele fez do processo de colonização empreendido no Norte do Paraná nada mais nada menos do que uma recapitulação em síntese da civilização brasileira. Depois de fazer da jornadas de apresamento dos bandeirantes uma obra de construção consciente da nacionalidade luso-brasileira, dizendo que *a partir de 1628, bandeirantes paulistas, contrários ao domínio espanhol, decidiram destruir tudo quanto fora construído na Província do Guairá, o que executaram até 1632*, ele arrematou com as seguintes considerações de cunho épico:

A partir de 1925 e até hoje, o denominado Norte do Paraná vem sendo submetido à notável divisão territorial que acolheu uma população numerosa, disciplinada e progressista, unida pelo "denominador comum do trabalho e em fundamentos

³⁵² BUHER, Eseron Rose: *Entrevista publicada como Paraná ainda vai plantar 100 milhões de cafeeiros este ano. Jornal de Serviço COCAMAR*, 1(4), 20/04/1977, p.8-11.

³⁵³ MACEDO, Rafael Greca de: (Discurso pronunciado na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná) *O exemplo que vem do hábito quente das terras do norte. Folha de Londrina*, 23/09/1987, p.10.

*verdadeiramente democráticos", que vai transformando a ignorada ou esquecida Província del Guairá no Guairá do futuro próximo e que, rendendo homenagem ao bandeirismo de Manuel Preto e Antonio Raposo Tavares, fará justiça ao destemor dos bandeirantes piratininganos e a todos aqueles que, respeitando a herança por eles transmitida, se consagram ao desenvolvimento do Brasil.*³⁵⁴

Sintomaticamente, a frase entre aspas fora arrancada de um discurso do Marechal Costa e Silva, feito em Curitiba, em setembro de 1966. A grande autoridade discursiva, aquela que avalizava a natureza democrática do processo era, pura e simplesmente, um ditador militar. E o grande personagem, pioneiro d'outrora, o exemplo a ser imitado e cultuado, era um fabuloso tipo de bandeirante: aquele que destruiu Guairá para, não sobre escombros e cadáveres, mas sobre a vasta glória da vitória sobre os espanhóis, edificar uma certa brasilidade.

³⁵⁴ VIDIGAL, Cassio: *Contribuição para o estudo de uma região do Paraná - II*. Revista do Ateneu Paulista de História, (7), 1970, p.129.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[00] ESCLARECIMENTOS PRÉVIOS

Apesar dos enormes riscos de parecer mais do que pedante ao deschavar uma listagem gigantesca de materiais bibliográficos e documentais, decidi relacionar detalhadamente os numerosos textos que utilizei ao longo da produção deste trabalho. Por isso, os artigos de jornais foram referidos um por um. As divisões das referências em gêneros (aproximados) adotadas a seguir pretendem facilitar a consulta, não implicando uma tola crença em diferenças substantivas entre as formas discursivas ou os conteúdos específicos dos textos. Sendo assim, nada há de estranho no fato de que determinados autores aparecem em diferentes itens. Suas alocações foram determinadas pelo que me pareceu mais influente em seus trabalhos. Certos pesquisadores aparecem, neste sentido, tanto como escritores de textos de ocasião quanto como produtores de obras que assumiam (deliberadamente ou não) ares de maior transcendência frente às circunstâncias imediatas de sua produção.

[01] LIVROS E ARTIGOS DE APOIO TEÓRICO-METODOLÓGICO (ANALISADOS OU APENAS REFERENCIADOS)

1. ABREU, Armando Trigo de: *Algumas controvérsias em antropologia económica*. **Revista Trimestral de História & Idéias**. Porto: (2), 1978, p.73-80.
2. AMADO, Janáina: *História e região: reconhecendo e construindo espaços* in SILVA, Marcos A. da (coord): **República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Editora Marco Zero/ANPUH/CNPq, 1990, p. 7-15.
3. ARCHETTI, Eduardo: *Una visión general de los estudios sobre el campesinado*. **Estudios Rurales Latinoamericanos**. Bogotá: 1(1), janeiro-abril de 1978, p.7-32.
4. BERRY, Brian: *Abordagens à análise regional: uma síntese*. **Análise Espacial - Textos Básicos**, (3). Rio: IPGH, 1969
5. BLONDEL, Charles: **Introdução à Psicologia Coletiva**. Tradução de Frederico Lourenço Gomes. Rio: Editora Fundo de Cultura, 1960.
6. BOUDON, Raymond & BOURRICAUD, François: **Dicionário Crítico de Sociologia**. Tradução de Maria Leticia Alcoforado e Durval Ártico. São Paulo: Editora Ática, 1993.
7. BOURDIEU, Pierre et Allii: **Le Metier du Sociologue**. Paris: Mouton, 1968

8. ____: **A Economia das Trocas Simbólicas**. (Organização de Sérgio Miceli). São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.
9. ____: **Coisas Ditas**. Tradução de Cássia da Silveira e Denise Pegorin. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
10. ____: **Lições da Aula**. Tradução de Egon de Oliveira Rangel. São Paulo: Editora Ática, 1988.
11. ____: **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa/Rio: DIFEL/Editora Bertrand, 1989.
12. ____: **Pierre Bourdieu**. (Organização de Renato Ortiz). Tradução de Alicia Auzmendi. São Paulo: Editora Ática, 1983 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
13. ____: **Questões de Sociologia**. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio: Editora Marco Zero, 1983.
14. BRAUDEL, Fernand: **Civilização Material e Capitalismo (Séculos XV- XVIII)**. Tradução de Maria Antonieta Magalhães Godinho. Tomo 1. Lisboa/Rio: Edições Cosmos, 1970
15. BURGUIÈRE, André (org): **Dicionário das Ciências Históricas**. Tradução Henrique de Araújo Mesquita. Rio: Editora Imago, 1993.
16. CARDOSO, Ciro Flamarion: *História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa* in ____: **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979, p.13-93
17. CARDOSO, Miriam Limoeiro: *Para o conhecimento dos objetos históricos: algumas questões metodológicas*. **Cadernos da EIAP**. Rio: (1), 1979, p.37-55.
18. CHESNEAUX, Jean: **Hacemos Tabla Rasa del Pasado? A Propósito de la História y de los Historiadores**. Tradução de Aurélio Garzón del Camino. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1977
19. CORRÊA, Roberto Lobato: *Algumas considerações sobre análise regional*. **Revista Brasileira de Geografia**, 49(4), outubro-dezembro de 1987, p.47-52.
20. DUARTE, Aluizio Capdeville: *O conceito de totalidade aplicado à identificação de uma região*. **Revista Brasileira de Geografia**, 50(2), abril-junho de 1988, p.99-106.
21. DUBY, Georges & LARDREAU, Guy: **Diálogos Sobre a Nova História**. Tradução de Teresa Meneses. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.

22. DUVIGNAUD, Jean: *Prefácio* in HALBWACHS, Maurice: **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990
23. ELIAS, Norbert: **Introdução à Sociologia**. Tradução de Maria Luisa Ferreira. Lisboa: Edições 70, 1980
24. FEDER, Ernest: *Campesinistas y descampesinistas. Tres enfoques divergentes (pero no incompatibles) sobre la destrucción del campesinado*. **Comercio Exterior**. México: (12), dezembro de 1977 e (1), janeiro de 1978.
25. FERNANDES, Florestan (org): **Comunidade e Sociedade: Leituras Sobre Problemas Conceituais, Metodológicos e de Aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.
26. FERRO, Marc: **A História Viglada**. Tradução de Doris Sanches Pinheiro. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1989
27. FRANCO, Rolando: *Sociologia crítica latinoamericana* in SILVA, Benedicto (org): **Dicionário de Ciências Sociais**. 2ª edição. Rio: Editora da FGV/MEC, 1984, p.1150-1152.
28. GARCÍA, Antonio: **Reforma Agrária y Dominación Social en América Latina**. Buenos Aires: Ediciones SIAP, 1974
29. ____: **Sociología de la Reforma Agrária en América Latina**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974.
30. GEBARA, Ademir: *A importância dos estudos regionais para as ciências sociais* in VV.AA: **História Regional: Uma Discussão**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1987, p.13-22.
31. GOLDWASSER, Maria Julia: *Estudo de comunidade: teoria e/ou método?*. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza: 5(1), 1974, p.69-81.
32. GUIDI, Maria Lais Mousinho: *Elementos de análise dos "estudos de comunidade" realizados no Brasil e publicados de 1948 a 1960*. **Educação e Ciências Sociais**, 10(19), janeiro-abril de 1962, p.45-87.
33. HARVEY, David: **A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Cultural**. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Editora Loyola, 1992.
34. IANNI, Octavio: *Estudo de comunidade e conhecimento científico* in ____: **Sociologia da Sociologia Latino-Americana**. Rio: Editora Civilização Brasileira, 1971.

35. JOHNSON, V. Webster & BARLOWE, Raleigh: **Land Problems and Policies**. New York: McGraw-Hill, 1954.
36. KÖNIG, René: *Comunidade* in _____(coord): **Sociologia. Enciclopédia Meridiano-Fischer**. Tradução de Anthímio de Azevedo e Jorge Pereira de Carvalho. Lisboa: Editora Meridiano, 1971, p.94-100.
37. LATOUCHE, Serge: **A Ocidentalização do Mundo: Ensaio Sobre a Significação, o Alcance e os Limites da Uniformização Planetária**. Tradução de Celso Mauro Paciornik. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.
38. LIPIETZ, Alain: **O Capital e seu Espaço**. Tradução de Manuel Fernando Seabra. São Paulo: Livraria Nobel, 1988.
39. MACHADO, Brasil Pinheiro: *O estudo da história regional (uma nota prévia)*. **História: Questões & Debates**, Curitiba: 2 (3), dezembro de 1981, p. 103-108
40. MANDEL, Ernest: **El Capital: Cien Años de Controversias en Torno a la Obra de Karl Marx**. Tradução de Adriana Sandoval et Alli. Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1985.
41. MARKUSEN, Ann: **Regions: The Economics and Politics of Territory**. Totowa, NJ: Rowman & Littlefield Publishers, 1987.
42. MARTINEZ-ALIER, Juan: *Ecological history and the ecology of the poor* in KO-SINSKI, Leszek A. (ed): **Ecological Disorder and Amazonia**. Rio: International Social Science Council/Editora Universitária Candido Mendes, 1991, p.69-89.
43. MARTINS, José de Souza: *A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária*. **Encontros com a Civilização Brasileira**, (22), abril de 1980, p.199-221
44. _____: *O pesquisador e a comunidade*. **Folha de S. Paulo**, 04/03/84, p.49
45. MARX, Karl: **Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultados do Processo Imediata**. Tradução de Antonio Ribeiro. São Paulo: Editora Moraes, 1985.
46. _____: **O Capital: Crítica da Economia Política - Tomo I/Volume 1**. Tradução de Regis Barbosa & Flavio Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983
47. MERQUIOR, José Guilherme: **O Liberalismo - Antigo e Moderno**. Tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio: Editora Nova Fronteira, 1991.
48. NAPOLEONI, Claudio: **Lições Sobre o Capítulo Sexto (Inédito) de Marx**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981

49. NISBET, Robert: **La Formación del Pensamiento Sociológico**. Tradução de Enrique Molina de Vedia. Volumen 1. Buenos Aires: Editorial Amorrortu, 1969.
50. ____: **O Conservadorismo**. Tradução de M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
51. ORTIZ, Renato: *A procura de uma sociologia da prática* in BOURDIEU, Pierre: **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Editora Ática, 1983, p.7-29
52. RONCAYOLO, Marcel: *Região* in **Enciclopedia Einaudi**. Volume 8. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986, p.162 e ss.
53. SALVADORI, Massimo: **The Liberal Heresy: Origins and Historical Development**. London: The Macmillan Press, 1977.
54. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy: *Região e história: questão de método* in SILVA, Marcos A. da (coord): **República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Editora Marco Zero/ANPUH/CNPq, 1990, p. 17-42.
55. SMITH, Thomas Lynn: **Sociologia da Vida Rural**. Tradução de A. Ramos. Rio: Casa do Estudante do Brasil, 1946.
56. SOREL, Georges: **Reflexões Sobre a Violência**. Tradução de Paulo Neves. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.
57. THERBORN, Göran: *La política del capital*. **Cuadernos Políticos**. Ciudad de México: (22), outubro-dezembro de 1979, p.7-21
58. VELHO, Otávio Guilherme: *A propósito de terra e Igreja*. **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio: (22), abril de 1980, p.157-168.
59. VILA NOVA, Sebastião: *O singular e o universal nos estudos de comunidade*. **Symposium**. Recife: 34(2), julho-dezembro de 1992, p.212-220.
60. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel: *O camponês: um trabalhador para o capital*. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. Brasília: 2(1), janeiro-abril de 1985, p.13-78.
61. WOORTMANN, Klaus: *A antropologia brasileira e os estudos de comunidade*. **Universitas**. Salvador: (11), janeiro-abril de 1972, p.103-140

[02] HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA (INCLUINDO OS ESTUDOS REGIONAIS PARANAENSES)

62. ABREU, Alzira Alves de & FLAKSMAN, Dora: *Conselho de Imigração e Colonização* in BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves de (coords): **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - 1930/1983**. Volume 2. Rio: Editora Forense/FGV/FINEP, 1984, p.896-897.
63. ABUD, Katia Maria: *O bandeirante e o movimento de 32: alguma relação?* in QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de (org): **O Imaginário em Terra Conquistada**. São Paulo: USP-CERU, 1993, p.36-44 (Col. Textos - Série 2, nº 4).
64. AGUIAR, Ronaldo Conde: **Abrindo o Pacote Tecnológico - Estado e pesquisa Agropecuária no Brasil**. São Paulo: Editora Polis/CNPq, 1986
65. ALAVI, Hamza: *Peasant and revolution* in GOUGH, Kathleen & SHARMA, Hari (eds): **Imperialism and Revolution in South Asia**. N.York/London: Monthly Review Press, 1973, p.291-337.
66. ALCÂNTARA, José Carlos: **Política Local: Um Estudo de Caso - Paranavaí, 1952-1982**. Maringá: Clichetec, 1987
67. ALMEIDA, Marlene Medaglia: *A análise crítica da historiografia sul-riograndense: uma tarefa que se impõe*. **Cadernos de Estudo - Nova Série**, Porto Alegre: (1), julho de 1986
68. ALMINO, João: **Era Uma Vez Uma Constituinte - Lições de 1946 e Questões de Hoje**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
69. ANDRADE, Manuel Correia de: *Ligas camponesas e sindicatos rurais no Nordeste (1957-1964)*. **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo: (8), 1980.
70. ARAUJO, Braz José et Alli: *A questão agrária nas assembleias constituintes de 1934 e 1946*. **Revista Novos Rumos**. São Paulo: 2(1), janeiro-março de 1987, p.65-108.
71. AZEVEDO, Fernando Antonio: **As Ligas Camponesas**. Rio: Editora Paz e Terra, 1982.
72. BAER, Werner: *O crescimento brasileiro e a experiência desenvolvimentista: 1964-1974*. **Estudos CEBRAP**, (20), abril-junho de 1977, p.5-26.
73. ____: **The Brazilian Economy: Growth and Development**. 2nd edition. New York: Praeger Publishers, 1984.
74. BALDI, P.E.: *La colonizzazione del Brasile e l'opera della Compagnia de Terras Norte do Paraná*. **Rivista de Agricultura Subtropicale e Tropicale**. Roma: 42(4-6), 1948, p.109-116

75. BALHANA, Altiva Pilatti et Alli: **História do Paraná**. Volume 1. Curitiba: Grafipar, 1969
76. BALHANA, Altiva Pilatti: *A inserção do homem no quadro ecológico*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. 7(3-4), julho-dezembro de 1957
77. BANDECCHI, Pedro Brasil: **Anti-Todesilhas**. 2ª edição. São Paulo: Editora Obelisco, 1965
78. BARRIGUELLI, José Claudio: **Subsídios à História das Lutas no Campo em São Paulo (1870-1956)**. Volume 1. São Carlos: AHC-UFSCar, 1982
79. BARTHELMESS, Heloisa: *Uso da terra no Estado do Paraná em 1920*. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**. Volume IX, 1967.
80. BECKER, Bertha K.: **Geopolítica da Amazônia - A Nova Fronteira de Recursos**. Rio: Zahar Editores, 1982.
81. BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti: *Cultura e produção do arroz no sul do Brasil*. **Revista Brasileira de Geografia**, 16(4), outubro-dezembro de 1954.
82. ____: *Distribuição da População no Estado do Paraná em 1940*. **Revista Brasileira de Geografia**. 12(4), outubro-dezembro de 1950, p.57-78.
83. ____: *O problema das "frentes pioneiras" no Estado do Paraná*. **Revista Brasileira de Geografia**, 15(3), julho-setembro de 1953, p. 3-47.
84. BEZERRA, Holien Gonçalves: **O Jogo do Poder: Revolução Paulista de 32**. São Paulo: Editora Moderna, 1988.
85. BUTLAND, Gilbert J.: *Frontiers of settlement in South America*. **Revista Geográfica**, Rio: IPGH, (65), dezembro de 1966.
86. CAMARGO, Aspásia & GÓES, Walder de: **Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio: Editora Nova Fronteira, 1981
87. CAMARGO, Aspásia de Alcântara: *A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)* in FAUSTO, Boris (org): **História Geral da Civilização Brasileira - Tomo III/Volume 3**. São Paulo: DIFEL, 1983, p.121-224.
88. CAMBIAGHI, Salette Magdalena: *O povoamento do Norte do Paraná*. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo: 6(1), 1951-1952, p. 81-90
89. CANCIAN, Nadir: **Cafeicultura Paranaense - 1900/1970**. Curitiba: Grafipar/SECEPR, 1981

90. CANO, Wilson: **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Rio/São Paulo: DIFEL, 1977.
91. CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro: **A Universidade da Comunhão Paulista**. São Paulo: Editora Cortez, 1982.
92. CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes: **A Revolta Camponesa de Formoso e Trombas**. Goiania: Editora da UFG, 1988 (Col. Teses, 42).
93. CARONE, Edgard: **A República Liberal - I: Instituições e Classes Sociais (1945-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1985.
94. ____: **Movimento Operário no Brasil (1945-1964)**. São Paulo: DIFEL, 1984.
95. ____: **O P.C.B. - 1943/1964**. São Paulo: DIFEL, 1982.
96. CARVALHO, Abdias Vilar de: *A igreja católica e a questão agrária: alguns elementos para a análise dos pronunciamentos do episcopado brasileiro no período de 1945-1964* in PAIVA, Vanilda (org): **Igreja e Questão Agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985, p.68-103.
97. ____: *Reforma agrária: união e cisão no bloco agrário-industrial* in ARAUJO, Braz José de (coord): **Reflexões Sobre a Agricultura Brasileira**. Rio: Editora Paz e Terra, 1979, p.161-180.
98. CHONCHOL, Jacques et Alli: **Reformas Agrarias en la América Latina**. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1965
99. COLLINS, Joseph: *Agrarian reform and counter-reform in Chile*. **Monthly Review**, N.York: 31(6), novembro de 1979, p.28-40.
100. CORREIA, Manuel Francisco Ferreira et Alli: **O Estado do Paraná em 1920**. Curitiba: A. Guimarães Filho, 1920.
101. COSTA, Odah Regina Guimarães: *Comentários sobre "Cafelândia, terras das glebas de ouro. Impressões de viagem" de Romário Martins*. **Anais do Colóquio de Estudos Regionais, Comemorativo do I Centenário de Romário Martins - Boletim do Departamento de História**, nº 21. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974, p.153-161.
102. CUNHA, Euclides da: **Os Sertões**. 27ª edição. Rio: Livraria Francisco Alves Editora, 1968,
103. D' ARAUJO, Maria Celina Soares: **O Segundo Governo Vargas, 1951-1954: Democracia, Partidos e Crise Política**. Rio: Zahar Editores, 1982.

- 104.D'INCAO, Maria Conceição: *Governo de transição: entre o velho e o novo projeto político de reforma agrária*. Lua Nova - Revista de Cultura e Política. (20), maio de 1990, p.89-120
- 105.DELGADO, Guilherme: **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985**. Campinas/São Paulo: Editora da UNICAMP/Editora Icone, 1985.
- 106.DIAS, Guilherme Leite da Silva & CASTRO, Manoel Cabral de: **A Colonização Oficial no Brasil - Erros e Acertos na Fronteira Agrícola**. São Paulo: IPE-USP, 1986;
- 107.DIEGUES JUNIOR, Manuel: **Regiões Culturais do Brasil**. Rio: MEC-INEP/CBPE, 1960.
- 108.DOZIER, Craig: *Northern Paraná, Brazil. An example of organized regional development*. *The Geographical Review*. New York: Vol. 46. july, 1956, p.318-333
- 109.DREIFUSS, René Armand: **1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- 110.DUARTE, Aluizio Capdeville & STRAUCH, Ney: *Noroeste do Paraná* in ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS: **Guias de Excursões - I Encontro Nacional de Geógrafos**. Presidente Prudente: Julho de 1972, p.131-166
- 111.DULLES, John W.F.: **Castello Branco: O Presidente Reformador**. Tradução de Heitor Herrera. Brasília: EdUNB, 1983
- 112.FACÓ, Rui: *Notas sobre o problema agrário*. *Estudos Sociais*, Rio: 3(11), dezembro de 1961, p.304-310.
- 113.FERREIRA, Antonio Celso & SIMON, Cristiano Gustavo Biazzo: *Tensões da modernidade em Londrina: a ferrovia e a nave*. *História: Questões & Debates*. Curitiba: 9(17), dezembro de 1988.
- 114.FERREIRA, Brancolina & TEIXEIRA, João Gabriel L.C.: *Constituinte e reforma agrária : embates de classe*. *Ciências Sociais, Hoje - 1988*. São Paulo: Edições Vértice/ANPOCS, 1988, p.99-134.
- 115.FISCHLOWITZ, Estanislau: **Fundamentos da Política Social**. Rio: Livraria Agir Editora, 1964.
- 116.FLEISCHFRESSER, Vanessa: **Modernização Tecnológica da Agricultura: Contrastes Regionais e Diferenciação Social no Paraná da Década de 70**. Curitiba: Livraria do Chain Editora/SECT/IPARDES, 1988

- 117.FONSECA, Selva Guimarães: *A historiografia brasileira pós 70 - uma revisão*. **Educação & Filosofia**, Uberlândia: 5(9), julho-dezembro de 1990, p.57-68.
- 118.FORMAN, Shepard: **Camponeses: Sua Participação Política no Brasil**. Tradução de Maria Isabel Erthal Abdenur. Rio: Editora Paz e Terra, 1979
- 119.FOWERAKER, Joe: **A Luta Pela Terra: A Economia Política da Fronteira Pioneira no Brasil de 1930 aos Dias Atuais**. Tradução de Maria Julia Goldwasser. Rio: Zahar Editores, 1982
- 120.FRANCO, Afonso Arinos de Mello: *A sociedade bandeirante das Minas* in VV. AA.: **Curso de Bandeirologia**. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946, p.77-104
- 121._____: **Síntese da História Econômica do Brasil**. 2ª edição. Salvador: UBA/Livraria Progresso Editora, 1958.
- 122.FREITAS, Elizabeth S. & SILVA, Isabelle B.P. da: *Reforma agrária e cidadania* in FIGUEIREDO, Wilma de M. (coord): **Cidadão, Estado e Políticas no Brasil Contemporâneo**. Brasília: EdUNB, 1986, p.9-28
- 123.GNACARINI, José Cesar & MOURA, Margarida: *Estrutura agrária brasileira - permanência e diversificação de um debate*. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. Rio: (15), primeiro semestre de 1983.
- 124.GOMES, Eduardo Rodrigues: *A reforma (agrária) que não houve*. **Ciência Hoje**. 5(29), março de 1987, p.66-70
- 125._____: *Campo contra cidade: o ruralismo e a crise oligárquica no pensamento político brasileiro, 1910-1935*. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, (56), janeiro de 1983, p.49-96
- 126._____: *O campo no debate político-intelectual dos anos 30: conservação e mudança*. **Revista de Cultura Vozes**. Petrópolis: 80(1), janeiro-fevereiro de 1986, p.51-66
- 127.GONZALES NETO, José Garcia: **Cambé: Confronto e Composição Política, 1947-1968**. Cambé: Prefeitura do Município de Cambé, 1987
- 128.GOODMAN, David: *Economia e sociedade rurais a partir de 1945* in BACHA, Edmar Lisboa & KLEIN, Herbert S. (orgs): **A Transição Incompleta - Brasil Desde 1945**. Volume 1. Rio: Editora Paz e Terra, 1996, p.111-173
- 129.GRAZIANO NETO, Francisco: **Questão Agrária e Ecologia - Crítica da Moderna Agricultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

130. GRZYBOWSKI, Candido: **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Petrópolis: Editora Vozes/FASE, 1987.
131. GUIMARÃES, Alberto Passos: **A Crise Agrária**. Rio: Editora Paz e Terra, 1979.
132. ____: **Quatro Séculos de Latifúndio**. 3ª edição. Rio: Paz e Terra, 1968 .
133. ____: *Reforma agrária* in SILVA, Benedicto (coord): **Dicionário de Ciências Sociais**. 2ª Ed. Rio: FGV/MEC, 1987.
134. HOFF, Sandino: *A ocupação do norte* in PAZ, Francisco Moraes (org): **Cenários de Economia e Política: Paraná**. Curitiba: Editora Prephacio, 1991, pp.25-39.
135. HOROWITZ, Irving Louis: **Revolución en el Brasil - Política y Sociedad de Vargas a Goulart (1930-1964)**. Tradução de Florentino Torner. México-Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1966.
136. IANNI, Octavio: *A constituição do proletariado agrícola no Brasil*. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, (12), outubro de 1961, p.27-46;
137. ____: **Ditadura e Agricultura: O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia, 1964-1978**. Rio: Editora Civilização Brasileira, 1979.
138. ____: **Colonização e Contra-Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
139. IGLÉSIAS, Francisco: *Situação da história econômica do Brasil*. **Anais de História**. Assis: (2), 1970, p.9-64.
140. JAMES, Preston Edward: *As terras cafeeiras do Brasil de sudeste*. **Boletim Geográfico**, 3(29), agosto de 1945, p.701-16.
141. ____: **Brazil**. New York: The Odyssey Press, 1946.
142. ____: *Desenvolvimento da agricultura brasileira* in KUZNETS, Simon et Allí (orgs): **Crescimento Econômico: Brasil, Índia e Japão**. Tradução de Elbio Bravo. Rio: Editora Monaco/USAID, 1969, p.129-160
143. ____: **Latin America**. London: Cassell, 1942
144. ____: *O problema da colonização permanente no sul do Brasil*. **Revista Brasileira de Geografia**, 1(4), outubro-dezembro de 1939, p.70-83
145. JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco: *Historiografia, uma questão regional? São Paulo no período republicano, um exemplo* in SILVA, Marcos A. da (coord): **A República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Editora Marco Zero/ANPUH/CNPq, 1990.

146. JARRETA, Maria Helena: *Contribuição para a análise de um espaço norte-paranaense: a área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná - caracterização e evolução da região, 1930-1980*. Anais do IV Congresso Brasileiro de Geógrafos - Geografia, Sociedade e Estado. Livro 2, Tomo 2. São Paulo: AGB, 1984, p.83-92
147. JOBIM, Leopoldo Collor: *Ideologia e Colonialismo: Um Estudo Sobre o Pensamento Político e Econômico no Brasil Setecentista*. Rio: Editora Forense-Universitária/INL, 1985.
148. ____: *Reforma Agrária no Brasil-Colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983 (Coleção Tudo é História)
149. KATZMAN, Martin T.: *Colonization as an approach to regional development: Northern Parana, Brazil*. *Economic Development & Cultural Change*, 26(4), July 1978, p.709-724
150. ____: *The Brazilian frontier in comparative perspective*. *Comparative Studies in Society and History*, 17(3), July 1975, p.266-285.
151. KERR, JR, John Austin: *Colonization in Paraná: lessons from the south*. *Luso-Brazilian Review*, 14(1), summer 1977, p.76-96.
152. LACERDA, Guilherme Narciso de: *Capitalismo e Produção Familiar na Agricultura Brasileira*. São Paulo: IPE-USP, 1985
153. LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina: *Literatura Infantil Brasileira - História e Histórias*. São Paulo: Editora Ática, 1982.
154. LAMARÃO, Sergio & FLAKSMAN, Dora: *Confederação Nacional da Agricultura* in BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves (coords): *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - 1930/1983*. Volume 2. Rio: Editora Forense-Universitária/FGV/FINEP, 1984, p.898-869.
155. LANDSBERGER, Henry & HEWITT, Cynthia: *Ten sources of weakness and cleavage in Latin American peasant movements* in STAVENTHAGEN, Rodolfo (ed): *Agrarian Problems & Peasant Movements in Latin America*. Garden City, N.Y.: Doubleday & Co. (Anchor Books), 1970, p.559-583.
156. LAVINAS, Lena & RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz: *Fronteira: terra e capital na modernização do campo e da cidade* in PIQUET, Rosélia & RIBEIRO, Ana Clara Torres

- (orgs): **Brasil: Território da Desigualdade - Descaminhos da Modernização**. Rio: Jorge Zahar Editor/Fundação Universitária José Bonifácio, 1990, p.69-84.
- 157.LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro: **O Paraná nos Anos Setenta**. Curitiba: IPARDES/CONCITEC, 1989
- 158.LECOCQ, Nice Magalhães: *Exploração da madeira na Alta Sorocabana*. **Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia - Volume 4**. Rio: CNG, 1944, p.691-707
- 159.LEITE, Dante Moreira: **O Carater Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia**. 3 edição. São Paulo: Livraria Editora Pioneira, 1976
- 160.LENHARO, Alcir: **A Sacralização da Política**. Campinas: Editora Papyrus/Editora da UNICAMP, 1986
- 161._____: *Estado Novo, Estado velho - novas direções historiográficas*. **Anais do Museu Paulista**, Tomo XXXV, 1986-1987, p.7-14
- 162.LENZ S.J., Matias Martinho (org): **A Igreja e a Propriedade da Terra no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1980
- 163.LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da: **História Política do Abastecimento (1918-1974)**. Brasília: BINAGRI, 1979.
- 164.LINHARES, Temístocles: **Paraná Vivo - Um Retrato Sem Retoques**. Rio: Livraria José Olympio Editora, 1955.
- 165.LOPEZ, Maria Beatriz Afonso & MONTEIRO, Vânia Speranza: *A fronteira agrícola em processo de despovoamento*. **Revista do Serviço Público**, 112(1), janeiro-março de 1984, p.101-107
- 166.MAACK, Reinhard: **Geografia Física do Estado do Paraná**. 2ª edição. Rio/Curitiba: Livraria José Olympio Editora/SCE-PR, 1981
- 167.MACHADO, Brasil Pinheiro: *Esboço de uma sinópsse da história regional do Paraná*. **História: Questões & Debates**, Curitiba: 8 (14/15), junho-dezembro de 1987, p.177-205
- 168._____: *Problemática da cidade colonial brasileira*. **História: Questões & Debates**, Curitiba: 6(10), junho de 1985, p.3-24.
- 169.MAHAR, Dennis: *As políticas governamentais e o desmatamento na região amazônica do Brasil* in BOLOGNA, Gianfranco (org): **Amazônia Adeus**. Rio: Editora Nova Fronteira, 1990, p.69-132

170. MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo Coutinho (orgs): **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987
171. MARTINE, George: *Expansão e retração do emprego na fronteira agrícola*. **Revista de Economia Política**. 2(3), julho-setembro de 1982, p.53-76;
172. MARTINS, José de Souza: *O sentido do associativismo empresarial no Brasil agrário* in SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo (orgs): **Vida Rural e Mudança Social**. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
173. ____: **Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e Seu Lugar no Processo Político**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
174. ____: *Terra de negócio e terra de trabalho: contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil* in ____: **Expropriação & Violência - A Questão Política no Campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980, p.45-66.
175. ____: **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.
176. MARTINS, Luís: *Marcha para oeste* in ____: **Homens & Livros**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1962
177. MARTINS, Wilson: **Um Brasil Diferente - Ensaio Sobre Fenômenos de Aculturação no Paraná**. 2ª edição. São Paulo: T.A. Queiroz, Editor, 1989.
178. MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de: **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio: FASE, 1989.
179. MERRICK, Thomas W. & GRAHAM, Douglas H.: **População e Desenvolvimento Econômico no Brasil: De 1800 Até a Atualidade**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio: Zahar Editores, 1981,
180. MESQUITA, Olindina Vianna & SILVA, Solange Tietzmann: *Regiões agrícolas do Estado do Paraná: uma definição estatística*. **Revista Brasileira de Geografia**. 32(1), janeiro-março de 1970, p. 3-41
181. MONTEIRO, Duglas Teixeira: *Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura*. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. (12), outubro de 1961, p. 47-63.
182. MOOG, Vianna: **Bandeirantes e Pioneiros. Paralelo Entre Duas Culturas**. 12 edição. Rio: Editora Civilização Brasileira, 1978.
183. MORAES, Ana Tereza Cáceres Cortez de: *A legislação ambiental brasileira, no período de 1934-1984*. **Revista de Geografia**. São Paulo: (5-6), 1986-1987, p.7-27.

184. MORAES, Maria Augusta de Sant'Ana: *Historiografia goiana: caminhos e vivência*. **Revista da SBPH**, São Paulo: 2, 1984/1985, p.59-64
185. MORAZÉ, Charles: **Les Trois Ages du Brésil: Essai de Politique**. Parsis: Librairie Armand Colin, 1954
186. MOTA, Carlos Guilherme: *A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos: tentativa de avaliação crítica*. **Debate & Crítica**, São Paulo: (5), março de 1975, p.1-26
187. MOTA, Lucio Tadeu: *Transformação dos territórios indígenas do Paraná em imensos "vazios demográficos"*. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**. Maringá: nº 4, 1993, p. 1-54.
188. MOTTA, Marly Silva da: **A Nação Faz Cem Anos: A Questão Nacional no Centenário da Independência**. Rio: FGV-CPDOC, 1992.
189. MULLER, Nice Lecocq: *Contribuição ao estudo do Norte do Paraná*. **Boletim Paulista de Geografia**, (22), março de 1956.
190. ____: *O Norte do Paraná: região pioneira* in FRANÇA, Ary: **A Marcha do Café e as Frentes Pioneiras**. Rio: CNG/UGI, 1960
191. NABUCO, Maria Regina: *Agricultura, estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais - 1950/1980*. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**.(58), janeiro de 1984, p.165-239.
192. NAKAGAWARA, Yoshiya: *Questões agrárias e urbanas. Interdependência e subordinação - o caso norte-paranaense*. **Terra e Cultura**. Londrina: 1(1), janeiro de 1981
193. NICHOLLS, William H. & PAIVA, Ruy Miller: **Mudanças na Estrutura e Produtividade da Agricultura Brasileira - 1963/73. Noventa e Nove Fazendas Revisitadas. Tomo I - O Brasil Sul e Sudeste**. Rio: IPEA/INPES, 1979.
194. ____: *A agricultura e o desenvolvimento econômico do Brasil*. **Revista Brasileira de Economia**. Rio: 26(4), outubro-dezembro de 1972, p.169-206
195. ____: *A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65*. **Revista Brasileira de Economia**. 24(4), outubro-dezembro de 1970, p.33-91.
196. ____: *A oferta de alimentos no Brasil: problemas e perspectivas* in PELÁEZ, Carlos Manuel (coord.): **Ensaio Sobre Café e Desenvolvimento Econômico**. Rio: MIC-IBC, 1973, p.521-534.
197. ____: *Estrutura e produtividade da agricultura brasileira*. **Revista Brasileira de Economia**. Rio: 17(2), abril-junho de 1965, p.5-28;

198. NORMANO, João Frederico: **Evolução Econômica do Brasil**. Tradução de Theodoro Quartim Barbosa et Alii. 3ª edição. Brasília/São Paulo: MEC/Companhia Editora Nacional, 1975 (Col. Brasiliense, 152).
199. OLIVEIRA, Francisco: **Elegia Para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes**. 2ª edição. Rio: Editora Paz e Terra, 1977.
200. PADIS, Pedro Calil: *A fronteira agrícola*. **Revista de Economia Política**. 1(1), janeiro-março de 1981, p.51-75
201. ____: **Formação de uma Economia Periférica: O Caso do Paraná**. São Paulo/Curitiba: Editora Hucitec/SECE-PR, 1981
202. PAIM, Antonio: **A UDF e a Idéia de Universidade**. Rio: Editora Tempo Brasileiro, 1981.
203. PAIM, Gilberto: **Industrialização e Economia Natural**. Rio: ISEB-MEC, 1957.
204. PALMEIRA, Moacir: *Reforma agrária e constituição*. **Ciência Hoje**, 6(35), novembro de 1987, p.68-69.
205. PANINI, Carmela: **Reforma Agrária Dentro e Fora da Lei**. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.
206. PARANÁ, Sebastião: **Chorographia do Paraná**. Curitiba: Typografia Livraria Economica, 1899
207. PINHEIRO, Flavio Abranches & REYDON, Bastian Philip: *O preço da terra e a questão agrária: algumas evidências empíricas relevantes*. **Revista de Economia Rural**. 19(1), janeiro-março de 1981.
208. PLAISANT, Alcibiades Cezar: **Scenario Paranaense - Descrição Geographica, Política e Historica do Estado do Paraná**. Curitiba: Typografia d'A Republica, 1908
209. POMBO, José Francisco da Rocha: **O Paraná no Centenário**. 2ª edição. Rio/Curitiba: Editora José Olympio/SCE-PR, 1980
210. PRADO JUNIOR, Caio: *Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil*. **Revista Brasiliense**. (28), março-abril de 1960, p.165-238.
211. ____: *Contribuição para o estudo das influências étnicas no Estado do Paraná*. **Geografia**, São Paulo: 1(2), 1935, p.215-219.
212. ____: **Evolução Política do Brasil**. 11ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974

- 213._____: **Formação do Brasil Contemporâneo - Colônia**. 14ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1976
- 214.PRIORI, Angelo Aparecido: *Apontamentos sobre a experiência de organização de um sindicato: o caso dos trabalhadores rurais do norte do Paraná: 1956*. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**. Maringá: 6(5 - suplemento 1), 1994.
- 215.QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de: *Ufanismo paulista: vicissitudes de um imaginário*. **Revista USP**, (13), março-maio de 1992, p.78-87.
- 216.RAGGIO, Nadia: *Preço da terra no Paraná e Brasil: algumas notas*. **Análise Conjuntural**. Curitiba: IPARDES, 8(10), outubro de 1986, p.3-6.
- 217.RANGEL, Inácio: **Dualidade Básica da Economia Brasileira**. Rio: ISEB-MEC, 1957.
- 218._____: **Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Salvador: Livraria Progresso Editora/Univ. da Bahia, 1957
- 219.REIS, Elisa Pereira: *Mudança e continuidade na política rural brasileira*. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, 31(2), 1988
- 220.RICARDO, Cassiano: **Marcha para Oeste: A Influência da Bandeira na Formação Social e Política do Brasil**. Rio: Livraria José Olympio Editora, 1940.
- 221._____: **Pequeno Ensaio de Bandeirologia**. Rio: MEC, 1956 (Col. Cadernos de Cultura).
- 222.ROETT, Riordan: **Brazil: Politics in a Patrimonial Society**. New York: Praeger Publishers, 1984.
- 223.ROLIM, Rivail Carvalho: *Progresso e destruição*. **História & Ensino**. Londrina: (1), 1995, p.23-32.
- 224.RUA, Maria das Graças: *A UDR e a representação de interesses dos proprietários rurais: a nova elite agrária no processo de transição política no Brasil*. **Ciências Sociais, Hoje - 1990**. São Paulo: Edições Vértice/ANPOCS, 1990, p.281-310.
- 225.SANTOS, José Vicente Tavares dos: **Matuchos: Exclusão e Luta - Do Sul para a Amazônia**. Petrópolis: Editora Vozes, 1993
- 226.SANTOS, Robério Ferreira dos: **Presença de Viéses de Mudança Técnica na Agricultura Brasileira**. São Paulo: IPE-USP, 1986.
- 227.SAWYER, Donald: *Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil - Ensaio de interpretação estrutural e espacial*. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Campinas: 1(1-2), janeiro-dezembro de 1984, p.3-34;

- 228.SCHMIEDER, Oscar: **Geografia de America Latina**. Tradução de Pedro R. Perez e Hildegard Schilling. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1965
- 229.SIGAUD, Lygia: *A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento* in CAMARGO, Aspásia & DINIZ, Eli (orgs): **Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República**. São Paulo: Edições Vértice, 1989, p.163-178.
- 230.SILVA, Helio: **1964: Golpe ou Contragolpe?** Rio: Editora Civilização Brasileira, 1975
- 231.SILVA, José Gomes da: **A Reforma Agrária no Brasil - Frustração Camponesa ou Instrumento de Desenvolvimento?** Rio: Zahar Editores, 1971.
- 232.SILVA, José Graziano da: *A estrutura agrária do Estado do Paraná*. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. (64), julho-setembro de 1978, p.9-41
- 233._____: *A relação entre setor público-privado na geração de tecnologia agrícola no Brasil*. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. 2(2), maio-agosto de 1985, p. 185-232.
- 234.SILVEIRA, Rosa Maria Godoy: **O Regionalismo Nordeste: Existência e Consciência da Desigualdade Regional**. São Paulo: Editora Moderna, 1984
- 235.SINGER, Paul: *A agricultura na bacia Paraná-Uruguaí*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 3(2), 1963, p.31-164
- 236.SKIDMORE, Thomas: **Brasil: De Castelo a Tancredo - 1964/1985**. Tradução de Mario Salviano Silva. Rio: Editora Paz e Terra, 1988
- 237.SMITH, Thomas Lynn (ed): **Agrarian Reform in Latin America**. New York: Alfred A. Knopf (Borzoj Books), 1965
- 238._____: **Brasil - Povo e Instituições**. Tradução de José Arthur Rios. Rio: Bloch Editora, 1967.
- 239.SOARES, Gláucio Ary Dillon: **A Questão Agrária na América Latina**. Rio: Zahar Editores, 1976.
- 240.SOARES, Luiz Roberto N.: *Pensamento e obra de Minhoz da Rocha* in ROCHA NETO, Bento Munhoz: **Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1987, p.24-43 (Col. Perfis Parlamentares, 32).
- 241.SORJ, Bernardo: **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Rio: Zahar Editores, 1980

242. THIESENHUSEN, William C.: *Colonización: alternativa o suplemento de la reforma agrária* in DORNER, Peter (recomp): **La Reforma Agrária en América Latina - Problemas y Casos Concretos**. Ciudad de Mexico/Buenos Aires: Editorial Diana/CRYT-USAID, 1974
243. VALVERDE, Orlando : *Regionalização da reforma agrária* in **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, p.261-266.
244. ____: **Planalto Meridional do Brasil**. Rio: UGI/CNG, 1957
245. VIANNA FILHO, Luiz: **O Governo Castello Branco**. Rio: Livraria José Olympio Editora, 1975
246. VIANNA, Sergio Besserman: **A Política Econômica no Segundo Governo Vargas - 1951-1954**. Rio: BNDES, 1987
247. VIDIGAL, Cassio: *Contribuição para o estudo de uma região do Paraná - II*. **Revista do Ateneu Paulista de História**, (7), 1970, p.129.
248. VINHAS, Moisés: **O Partidão - A Luta Por um Partido de Massas, 1922/1974**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.
249. WACHOWICZ, Ruy Christovam: **Norte Velho, Norte Pioneiro**. Curitiba: Grafica Vicentina, 1987
250. WAIBEL, Leo: *As zonas pioneiras do Brasil*. **Revista Brasileira de Geografia**, 17(4), outubro-dezembro de 1955, pp.389-417;
251. ____: *Princípios da colonização européia no sul do Brasil*. **Revista Brasileira de Geografia**, 11(2), abril-junho de 1949, p.159-222
252. WESTPHALEN, Cecília Maria et Alli: *Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno*. Curitiba: **Boletim da Universidade Federal do Paraná - Departamento de História**, (7), setembro de 1968
253. ____: *História nacional, história regional*. **Estudos Brasileiros**, Curitiba: 2(3), 1977, p.29-34.
254. ____: *Momento da historiografia paranaense*. **Anais da IV Reunião da SBPH**. São Paulo, 1985, p.59-61.
255. WILLEMS, Emilio: *The rise of a rural middle class in a frontier society* in ROETT, Riordan (ed): **Brazil in the Sixties**. Nashville: Vanderbilt University Press, 1972, p.325-344

256.WOLFF, Cristina Scheibe: *Historiografia catarinense: uma introdução ao debate*. **Revista Catarinense de História**, (2), 1994, p. 5-15.

257.ZILBERMAN, Regina: *Um Brasil Para Crianças*. São Paulo: Editora Global, 1985.

[03] MATERIAIS PARA UMA HISTÓRIA DA GEOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA E SUAS INTERAÇÕES COM AS DEMAIS CIÊNCIAS HUMANAS

252.ANDRADE, Manuel Correia de: *A reforma agrária e os planos regionais*. **Boletim de Geografia**. Maringá: 5(1), março de 1987, p.25-30.

253._____: *Paisagens e Problemas do Brasil - Aspectos da Vida Rural Brasileira Frente à Industrialização e ao Crescimento Econômico*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.

254._____: *Prefácio* in VALVERDE, Orlando: *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985, p.13-16

255._____: *Geografia - Ciência da Sociedade: Uma Introdução à Análise do Pensamento Geográfico*. São Paulo: Editora Atlas, 1987

256._____: *O pensamento geográfico e a realidade brasileira*. **Boletim Paulista de Geografia**, (54), junho de 1977

257.ARBOUSSE-BASTIDE, Paul: *O que o Brasil me ensinou*. **O Estado de S. Paulo**, 16/09/84, p.22

258.BERNARDES, Nilo: *A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia no Brasil*. **Revista Brasileira de Geografia**. 44(3), julho-setembro de 1982, p.519-527.

259._____: *O pensamento geográfico tradicional*. **Revista Brasileira de Geografia**, 44(3), julho-setembro de 1982, p.391-413.

260.BETTANINI, Tonino: *Espaço e Ciências Humanas*. Tradução de Liliana Langaná Fernandes. Rio: Editora Paz e Terra, 1982.

261.BRAY, Silvio Carlos: *O pensamento e o método na obra de Pierre Monbeig - análise dos trabalhos publicados no Brasil nas décadas de 30 e 40*. **Revista de Geografia**. São Paulo: (2), 1983

262._____: *Pierre Monbeig, o patriarca da geografia paulista e nacional*. **Geografia**, 12(24), outubro de 1987.

263. CABRAL, Ligia Maria & FLAKSMAN, Dora: *Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)* in BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (coords): **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro - 1930/1983**. Volume 2. Rio: Editora Forense/FGV/FINEP, 1984, , p.1408-1410.
264. CARLOS, Ana Fani Alessandri & LENCIONI, Sandra: O "regional" no *Boletim Paulista de Geografia*. **Anais do IV Congresso Brasileiros de Geógrafos - Geografia, Sociedade e Estado**. Livro 2-Volume 2. São Paulo: AGB, 1984, p.335-355.
265. CARVALHO, Afrânio de: *A lei agrária e a geografia*. **Revista Brasileira de Geografia**, 10(4), outubro-dezembro de 1948, p.535-552.
266. CHACON, Vamireh: **História das Idéias Sociológicas no Brasil**. São Paulo: Editora da USP/Editora Grijalbo, 1977
267. CHORLEY, Richard (comp): **Nuevas Tendencias en Geografía**. Tradução Joaquin Hernandez Orozco. Madrid: IEAL, 1975 (Col. Nuevo Urbanismo)
268. CHRISTOFOLETTI, Antonio (org): **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1982.
269. CHURCH, R.J. Harrison: *A escola francesa de geografia*. **Boletim Geográfico**, 18(158), setembro-outubro de 1960, p.784-796.
270. CLAVAL, Paul: *A geografia e a percepção do espaço*. **Revista Brasileira de Geografia**. 45(2), abril-junho de 1983
271. ____: **Espaço e Poder**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio: Zahar Editores, 1979;
272. ____: **Evolución de la Geografía Humana**. Tradução de Alexandre Ferrer. Barcelona: Editorial Oikos-Tau, 1974
273. DEFFONTAINES, Pierre: *Como se construiu no Brasil a rede de cidades*. **Boletim Geográfico**, 2(15), junho de 1944, (O original, em francês, é de 1938)
274. ____: *Dez anos de trabalho geográfico*. **Revista Brasileira de Geografia**, 10(2), abril-junho de 1946, p.10
275. ____: *Geografia Humana do Brasil*. **Revista Brasileira de Geografia**, 1(2), abril-junho de 1939.
276. ____: *Investigações sobre os tipos de povoamento no Estado de São Paulo*. **Boletim Geográfico**, 5(51), junho de 1947. (O texto original publicado em francês é de 1935)

277. ____: *Os indivíduos-tipos do Brasil*. **Boletim Geográfico**, 5(50), maio de 1947. (a edição original do texto é de 1936).
278. ____: *Pequeno guia do viajante ativo*. **Boletim Geográfico**, 1(6), setembro de 1943, p.9-14 (o texto tinha sido divulgado anteriormente em **Geografia**. São Paulo: AGB, 2(4), 1936)
279. ____: *Regiões e paisagens do Estado de São Paulo (II)*. **Boletim Geográfico**. Rio: 3(25), abril de 1945
280. DEMANGEON, Albert: *Encuestas regionales. Tipo de cuestionario*. Reproduzido em MENDOZA, Josefina Gómez et Alli: **El Pensamiento Geográfico: Estudio Interpretativo y Antología de Textos**. Madrid: Alianza Editorial, 1982, p.275-279
281. DERRUAU, Max: **Tratado de Geografía Humana**. Tradução de Raimundo Griño. Barcelona: Editorial Vincens-Vives, 1964
282. DUARTE, Aluizio Capdeville: *Regionalização: considerações metodológicas*. **Boletim de Geografia Teórica**, 10(20), 1980, p.5-34.
283. FAISSOL, Speridião (org): **Tendências Atuais na Geografia Urbano/Regional: Teorização e Quantificação**. Rio: IBGE, 1978.
284. FERNANDES, Florestan (org): **Comunidade e Sociedade no Brasil: Leituras Básicas de Introdução ao Estudo Macrossociológico do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
285. ____: **A Investigação Etnológica no Brasil e Outros Ensaio**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.
286. ____: **A Sociologia no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1977
287. FOUCAULT, Michel: *Sobre a geografia* in ____: **Microfísica do Poder**. Tradução Roberto Machado. Rio: Edições Graal, 1979, p.153-166.
288. GEIGER, Pedro Pinchas: *Industrialização e urbanização no Brasil - conhecimento e atuação da geografia*. **Revista Brasileira de Geografia**, 50 (especial - Tomo 2), 1988, p.59-84.
289. GEORGE, Pierre: **Sociologie et Géographie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1966
290. GONÇALVES, Carlos Walter Porto: *A geografia está em crise. Viva a geografia!* in MOREIRA, Ruy (org): **Geografia: Teoria e Crítica - O Saber Posto em Questão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1982, p.93-114.

291. GRIGG, David: *Regiões, modelos e classes* in CHORLEY, Richard & HAGGETT, Peter (coords): **Modelos Integrados em Geografia**. Tradução Amaldo Viriato de Medeiros. Rio/São Paulo: LTC Editora/ Editora da USP, 1974, p.23-66.
292. HARRIGAN, John J.: *Geography and planning in brazilian urban and regional development*. **Luso-Brazilian Review**, London: 12(1), summer 1975, p.109-125.
293. LACOSTE, Yves: *A Geografia* in CHATELET, François (dir): **História da Filosofia - Idéias, Doutrinas**. Volume 7. Tradução Hilton Japiassu. Rio: Zahar Editores, 1974, p.221-274
294. ____: *Braudel geógrafo* in ____ (coord): **Ler Braudel**. Tradução de Beatriz Sidou. Campinas: Editora Papyrus, 1989, p.175-220.
295. ____: **Geografia: Isso Serve, em Primeiro Lugar, Para Fazer a Guerra**. 2ª edição. Tradução de Maria Cecília França. Campinas: Editora Papyrus, 1989
296. LEVI-STRAUSS, Claude: **Tristes Trópicos**. Tradução de Jorge Constante Pereira. Lisboa: Edições 70, 1986
297. LIMONGI, Fernando: *Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo* in MICELI, Sergio (org): **História das Ciências Sociais no Brasil - Volume 1**. São Paulo: Editora Vértice/IDESP/FINEP, 1989.
298. MANDELL, Paul I.: *The rise and decline of Geography in brazilian development planning: some lessons to be learned*. **Luso-Brazilian Review**, London: 10(2), winter 1973, p.187-196.
299. MARTINS, Paulo Henrique: *Estado, espaço e região: novos elementos teóricos*. **Geonordeste**. Aracajú: 2(2), 1985, p.1-13.
300. MENDOZA, Josefina Gómez et Alli: **El Pensamiento Geográfico: Estudio Interpretativo y Antología de Textos**. Madrid: Alianza Editorial, 1982.
301. MONBEIG, Pierre: *A filosofia que orientou a criação da USP continua válida* - Entrevista a Lourenço Dantas Mota e Antonio Carlos Pereira. **O Estado de S. Paulo**, 04/11/79.
302. ____: *A zona pioneira do Norte-Paraná*. **Boletim Geográfico**. Rio: 3(25), abril de 1945
303. ____: *Algumas notas de geografia humana*. **Boletim Geográfico**, 8(85), abril de 1950.

304. ____: *As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista* in ____: **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1957
305. ____: *Capital e geografia* in ____: **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1957, p.215-236.
306. ____: *Estudos geográficos*. **Boletim Geográfico**, 1(11), fevereiro de 1944, p.10
307. ____: *O estudo geográfico das cidades* in ____: **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1957, p.33-68 (mais um *Apêndice*, p.69-77).
308. ____: *Os modos de pensar na geografia humana* in ____: **Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1957.
309. ____: **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora Hucitec/Editora Polis, 1984.
310. ____: *Uma viagem de São Paulo a Goiania: Estudo sobre as zonas de influência paulista*. **Boletim Geográfico**, 7(79), 1949, p.737-739
311. MORAES, Antonio Carlos Robert: **Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.
312. PENHA, Eli Alves: **A Criação do IBGE no Contexto da Centralização Política do Estado Novo**. Rio: FIBGE-CDDI, 1993 (Col. Memória Institucional, 4).
313. PETRONE, Pasquale: *Entrevista*. **Geosul**, Florianópolis: 8(15), janeiro-julho de 1993
314. ____: *Geografia humana* in FERRI, Mario Guimarães & MOTOYAMA, Shozo (coords): **História das Ciências no Brasil**. Volume 1. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979, p.303-330.
315. QUAINI, Massimo: **A Construção da Geografia Humana**. Tradução de Lílíana Langáná Fernandes. Rio: Editora Paz e Terra, 1983
316. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de: *O Brasil dos cientistas sociais não-brasileiros*. **Ciências Sociais Hoje - 1990**. São Paulo: Editora Vertice/ANPOCS, 1990, p.65-97.
317. ____: *Pierre Monbeig e a pesquisa geográfica no Brasil: atualidade de sua contribuição*. **Ciência e Cultura**. Rio: 40(12), dezembro de 1988, p.1180-1185
318. SANTOS, Milton: **Por Uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora Hucitec/EDUSP, 1978.
319. SORRE, Maximilien: *A noção de gênero de vida e seu valor atual (I)*. **Boletim Geográfico**, 21(172), janeiro-fevereiro de 1963.

320. WILLEMS, Emilio: *Dezoito anos no Brasil. Resumo de atividades didáticas e científicas* in CORRÊA, Marisa (comp): **História da Antropologia no Brasil: 1930-1960, Testemunhos**. São Paulo: Editora Vertice, 1987, p.118-127

[04] TESES, DISSERTAÇÕES E RELATÓRIOS DE PESQUISA (ANALISADAS OU APENAS REFERENCIADAS)

321. ABRAMOVAY, Ricardo et Alii: **Pesquisa Sobre Mudanças nos Padrões de Consumo e de Abastecimento de Camadas da População de Baixa Renda no Campo: O Caso dos Assalariados**. Rio: (Convênio) FINEP/INAN/FASE, 1984 (mimeo).

322. CAMARA, Marcia Regina Gabardo da: **Transformações Agrícolas e Êxodo Rural no Paraná na Década de 70**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FEA-USP, 1985

323. CASTRO, Iná Elias de: **O Mito da Necessidade: Discurso e Prática do Regionalismo Nordestino**. Tese de Doutorado. Rio: IUPERJ, 1989.

324. CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti: **Poder e Partidos Políticos em uma Cidade Média Brasileira. Um Estudo de Poder Local: Londrina - PR, 1934-1979**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP-FFLCH, 1986

325. COSTA, Odah Regina Guimarães: **A Reforma Agrária no Paraná**. Tese para Professor Titular de História Contemporânea. Curitiba: UFPR/Depto. de História, 1977. (mimeo).

326. FERRAZ, Salvador Silva: **As Mudanças nas Relações de Trabalho na Agricultura Paranaense**. Dissertação de Mestrado. Piracicaba: USP-ESALQ, 1982

327. GERMER, Clauss et Alii: **Progresso Técnico na Agricultura Paranaense: O Caso da Soja em Duas Regiões Típicas: Norte Cafeeiro e Extremo-Oeste**. Curitiba: IPARDES, 1982, mimeo.

328. GODOY, Amália M. Goldberg: **A Expansão do Capitalismo no Campo e a Questão da Destruição da Pequena Propriedade: O Caso do Paraná: 1970-1985**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 1992.

329. HOFF, Sandino, BERGONSI, Sandra Suely Soares & RIBEIRO, Eliana: **As Formas de Trabalho Rural no Conteúdo do Ensino no Primeiro Grau**. Maringá/Curitiba: DED-UEM/CONCITEC, 1985 (mimeo)

- 330.HOFF, Sandino, LEAL, Leila Leane Lopes & GRACIOSO, Jane Fadel: **O Movimento da Produção Agrícola e a Instalação de Escolas no Meio Rural de Maringá**. Maringá: DED-UEM, 1984 (mimeo)
- 331.HOFF, Sandino: **O Movimento da Produção de Excedentes Numa Região Pioneira - Nas Pegadas do Trabalho: Café e Idéias**. Maringá: DED-UEM, 1983 (mimeo).
- 332.IPARDES: **As Migrações e a Transformação da Estrutura Produtiva e Fundiária do Paraná**. Curitiba, 1983
- 333._____: **Nova Configuração Espacial do Paraná**. Curitiba, 1983
- 334._____: **Paraná: Economia e Sociedade**. Curitiba: IPARDES, 1982
- 335._____: **Subdivisão, Posse e Uso da Terra no Paraná**. Curitiba: CODE-SUL/IPARDES, 1976.
- 336.KEINERT, Ruben Cesar: **Regionalismo e Anti-Regionalismo no Paraná**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP-FFLCH, 1978
- 337.LOPES, Ana Yara Dania Paulino: **Pioneiros do Capital: A Colonização do Norte-Novo do Paraná**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP-FFLCH, 1982
- 338.LUZ, France: **As Migrações Internas no Contexto do Capitalismo no Brasil: A Micro-Região Norte-Novo de Maringá - 1950/1980**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP-FFLCH, 1988
- 339._____: **A Colonização do Norte do Paraná**. Maringá: 1995, (mimeo)
- 340.MONTEIRO, Duglas Teixeira: **O Norte do Paraná: Elementos Para Sua Interpretação**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP-FFLCH, 1963
- 341.MORO, Dalton Aureo: **Substituição de Culturas e Transformações na Organização do Espaço Rural do Município de Maringá**. Dissertação de Mestrado em Geografia. São Paulo: FFLCH-USP, 1980.
- 342._____: **Substituição de Culturas, Modernização Agrícola e Organização do Espaço Rural, no Norte do Paraná**. Tese de Doutorado em Geografia. Rio Claro: IGCE-UNESP, 1991.
- 343.MULLER, Geraldo: **Estrutura e Dinâmica do Complexo Agroindustrial Brasileiro**. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1980
- 344.OMURA, Ivani Aparecida Rogatti: **Eleitores e Eleitos - Composição e Comportamento: Maringá, 1956-1964**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR-DH, 1982

345. PAYÉS, Manuel Antonio Munguía: **Norte do Paraná: Expansão Cafeeira e Apropriação da Renda Fundiária Desde Fins do Século XIX Até 1960**. Dissertação de Mestrado. Rio: UFRRJ-ICHS, 1984
346. PEREIRA, Laercio: **O Estado e as Transformações Recentes da Agricultura Paranaense**. Tese de Doutorado. Recife: PIMES-UFPE, 1988
347. PRIORI, Angelo Aparecido: **Legislação Social e Sindicalismo: Um Estudo Sobre os Trabalhadores Rurais do Norte do Paraná (1956-1963)**. Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP-FLC, 1994.
348. RAGGIO, Nadia Zaiczuk: **Norte Novo do Paraná: Transformações no Campo e a Questão do Acesso à Terra**. Dissertação de Mestrado. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1985
349. SERRA, Elpídio: **Processos de Ocupação e a Luta Pela Terra Agrícola no Paraná**. Tese de Doutorado. Rio Claro: UNESP, 1991
350. SILVA, Osvaldo Heller da: **Communistes et Anticomunnistes: L'Enjeu du Syndicalisme Agricole Dans L'Etat du Paraná de 1945 a la Fin des Annees 70**. Tese de Doutorado. Paris: Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, 1993, 2v
351. STRACHAN, Lloyd: **Capitalism and the Peasant: Northwest Parana, Brazil**. Madison: PhD Thesis. University of Wisconsin, 1981
352. TOMAZI, Nelson Dacio: **Certeza de Lucro e Direito de Propriedade - O Mito da Companhia de Terras Norte do Paraná**. Assis: Diss. de Mestrado. ILHP/UNESP, 1989.
353. TRINDADE, Judite Maria Barboza: **Estrutura Agrária (Uma Metodologia Para Seu Estudo Na História)**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR-DH, 1977

[05] OUTRAS FONTES (FOLHETOS, PROGRAMAS POLÍTICO-PARTIDÁRIOS, PROJETOS LEGISLATIVOS, ARTIGOS DE OCASIÃO, TEXTOS PUBLICITÁRIOS, NOTÍCIAS, ENTREVISTAS, FILMES DOCUMENTÁRIOS ETC)

354. AGUIAR, Ricardo Werneck de (comp.): **Paraná, 1961-1965**. Curitiba: S/Ed (IP impr.), 1965.
355. *Ainda há tempo para os omissos*. **Visão**. São Paulo: 03/07/85, p.18.

356. ALMEIDA, Antonio Mendes de: **O Estrangeirismo em Luta Contra a Brasilidade**. Curitiba: s/ed., 1938.
357. ALMEIDA, Sergio Cardoso de: *Reforma agrária e um lugar na história. O Estado de S. Paulo*. 10/02/93, Cad. Economia & Finanças, p.2.
358. ALVES, Mario: *Dois caminhos da reforma agrária. Estudos Sociais*. Rio: 4(13), junho de 1962, p.18-35
359. AMADIO, José: *O ouro é a própria terra. Revista do Globo*. Porto Alegre: 25/09/48, p.39-41.
360. ASCOLI, Haroldo Renato: **Terras de Promissão no Sul do Brasil**. Rio: s/ed (Gráfica do Jornal do Commercio), 1950.
361. BARROSO, (Professor) Vicente: **O Famoso Norte do Paraná - Terra Onde se Anda Sobre o Dinheiro**. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 1956
362. BIGARELLA, João José: *Desmatamento criminoso no norte do Paraná. Gazeta do Povo*, 09/08/83.
363. ____: *Londrina, feliz aniversário? Gazeta do Povo*, 10/12/84, p.8
364. BUHER, Eseron Rose: *Entrevista publicada como Paraná ainda vai plantar 100 milhões de cafeeiros este ano. Jornal de Serviço COCAMAR*, 1(4), 20/04/1977, p.8-11.
365. CAIADO, Ronaldo: *A semente e o pastor. Folha de S. Paulo*, 02/05/88, p.3.
366. CAMPOS, Milton: **O Vintém Roubado**. Maringá: s/ed, 1989.
367. CAPOZOLI, Ulisses: *Norte do Paraná está perdendo sua última floresta natural. Folha de S. Paulo*, 13/09/81, 2º cad., p.20.
368. CARNEIRO, David & VARGAS, Túlio: *História do período republicano no Paraná - Interventoria. João de Oliveira Franco (XI). Gazeta do Povo*. Curitiba: 04/06/89, p.28.
369. *Carta de Punta del Este - 17/08/1961*, reproduzida em DREIER, John C. (org): **A Aliança Para o Progresso: Problemas e Perspectivas**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio: Editora Fundo de Cultura, 1962, p.169-172.
370. CARVALHO, Afrânio de: **Reforma Agrária**. Rio: Edições O Cruzeiro, 1963
371. CAVALCANTI, Joaquim Coutinho: **A Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: Edições Autores Reunidos, 1961.
372. CHAVES NETO, Elias: *O café - uma civilização e um problema. Revista Brasileira*. 33, janeiro-fevereiro de 1961, p.45-55

373. *Clima de Tensão*. **Gazeta do Povo**. Curitiba: 15/08/61, p.3.
374. CNBB-CEP: **Pastoral da Terra - Posse e Conflitos**. 3ª edição. São Paulo: Edições Paulinas, 1977 (Col. Estudos/11)
375. ____: **Pastoral da Terra**. Volume 1. 2ª edição. São Paulo: Edições Paulinas, 1977.
376. COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ: **A Maior Empresa Colonizadora da América do Sul - Suas Realizações em Mais de 30 Anos de Trabalho**. s/loc (São Paulo?), s/data (aprox. 1956)
377. ____: *Certeza de lucro e garantia do direito de propriedade colonizaram o Norte do Paraná*. **O Estado de S. Paulo**, 15/01/1965, (Encarte Publicitário).
378. *Congresso dos Trabalhadores Rurais em Maringá*. **Última Hora**. Curitiba: 15/08/61, p.1 e 6.
379. *Dois acontecimentos e uma perspectiva*. **Folha de Londrina**, 05/08/60, p.2.
380. DUARTE, Nestor: *Projeto de Lei Agrária (de 22/04/1947)* in BRASIL-Ministério da Agricultura: **Reforma Agrária no Mundo e no Brasil**. Rio: Serviço de Informação Agrícola/ Ministério da Agricultura, 1952, p.333-344.
381. *Empobrecimento preocupa Norte Pioneiro*. **Folha de Londrina**, 05/08/1990, p.10.
382. *Encíclica Rerum Novarum* in **Síntese Política, Econômica e Social**. Rio: 3(2), julho-setembro de 1961.
383. *Estudantes tentam acabar [com] Congresso de Trabalhadores Rurais em Maringá*. **Gazeta do Povo**. Curitiba: 15/08/61, p.4
384. FAISSOL, Speridião: *Problemas de colonização na Conferência de Goiania*. **Revista Brasileira de Geografia**, 14(3), julho-setembro de 1952, p.363-368
385. FERNANDES, Luiz: *Camponeses proclamam em Maringá: reforma agrária é solução inadiável*. **Novos Rumos**. São Paulo: 25-31/08/61.
386. FONSECA, Jaime: *Os sindicatos rurais e o bem do agricultor*. **Folha do Norte do Paraná**. Maringá: 14/12/63, p.3-4.
387. FREGADOLLI, João Francisco: (Carta) *Dificuldades no Paraná*. **Coopercotia**, 28(255), janeiro de 1971, p.6.
388. FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: **Legislação de Conservação da Natureza**. Rio: FBCN, 1978.
389. GUIMARÃES, Alberto Passos: *A questão agrária brasileira*. **Boletim Geográfico**, 20(166), janeiro-fevereiro de 1962, p.53-57

390. LEVI-STRAUSS, Claude: *Um futuro de sombras* - Entrevista a Paulo Moreira Leite. *Veja*, 21/12/83, p.5-8.
391. MACEDO, Rafael Greca de: (Discurso pronunciado na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná) *O exemplo que vem do hálito quente das terras do norte*. *Folha de Londrina*, 23/09/1987, p.10.
392. *Mais tempo para discutir. Exame*. São Paulo: 10/07/85, pp.25-26
393. MAKSOUD, Henry: *Política de colonização*. *Dirigente Rural*, São Paulo: 14(9-10), setembro-outubro de 1975, p.7.
394. MELLO, Marco Antonio: **Histórias Verdadeiras**. Documentário em Videocassete. Maringá: DHI-UEM, 1991.
395. *Meus queridos boias-frias*. *Veja*, 20/10/1976, p.130.
396. MOBILIZAÇÃO AGRÁRIA DO PARANÁ: *Carta de Londrina*, julho de 1962 reproduzida por DREIFUSS, René Armand: **1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, p.665.
397. ____: *Carta de Pato Branco*, de 28/08/62 reproduzida por DREIFUSS, René Armand: **Op. Cit.**, p.662.
398. ____: *Carta de Princípios do Ruralismo Brasileiro*. Curitiba: junho de 1962, reproduzida por DREIFUSS, René Armand: **Op. Cit.**, p.661.
399. OCML-POLOP: *O movimento camponês no Brasil* - (1963), reproduzido em CARONE, Edgard: **Movimento Operário no Brasil (1945-1964)** - Volume II. São Paulo: DIFEL, 1981, p.238-247.
400. PARANDIUC, Gregorio: *Entrevista concedida à Maria Rosa Ribeiro, Neusa de Oliveira Pereira, José Henrique Rollo Gonçalves e Marcos Antonio Mello*. Maringá: 02/12/1987 (Transcrição arquivada na Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico Municipal/Secretaria de Cultura/Prefeitura Municipal de Maringá)
401. PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB): **Os Comunistas e a Reforma Agrária no Paraná**. São Paulo/Curitiba: Editora Novos Rumos, 1986.
402. POLETTO, Ivo: *A CPT e a questão agrária*. **Cadernos do CEAS**. Salvador: nº 90, março-abril de 1984, pp.30-38.
403. PRESTES, Luis Carlos: *A reforma agrária*. **Problemas**. Rio: 1(1), agosto de 1947, p.5-20.

404. *Primeiro Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná. Folha de Londrina.* 21/07/60, p.2;
405. RASIA, José Miguel & RAGGIO, Nadia Z.: *Entrevista com José Vicente Tavares dos Santos. Análise Conjuntural.* Curitiba: 10(2), fevereiro de 1988, p.1-4.
406. *Reforma agrária* in *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana.* Madrid: Espasa-Calpe, Tomo IX (Apêndice), 1933, p.5-16.
407. *Reforma agrária na América Latina.* *Jornal do Commercio.* Rio: 04/08/1951
408. *Reforma agrária, o tema central na abertura do I Congresso de Trabalhadores Rurais do Paraná. Folha de Londrina.* 06/08/60, p.8-6.
409. *Regimento do I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná. Folha de Londrina,* 30/07/60, p.2;
410. RIBEIRO, Paulo de Assis et Alii: **A Reforma Agrária: Problemas, Bases, Soluções.** Rio: IPES, 1963.
411. RICARDO, Cassiano: *O Estado Novo e o seu Sentido Bandeirante, Ciência Política,* 1(1), março de 1941.
412. RIGOL, Pedro Negre: *Los cristianos, la liberación y sus opciones pastorales. Cristianismo y Sociedad.* Buenos Aires: 12(42), 1974, p.32-43
413. RIOS, José Arthur et Alii: **Recomendações Sobre Reforma Agrária.** Rio: IBAD, 1961
414. ROCHA NETO, Bento Munhoz da: **Discursos Parlamentares.** Brasília: Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 1987 (Col. Perfis Parlamentares, 32)
415. RODRIGUES, José Honório: *Londrina e a reforma agrária - Partes I e II. Folha de S. Paulo.* 19 e 22/07/85, p.3.
416. SABOYA, Carlos Viriato: *Fatores de fixação do homem à terra. Revista de Imigração e Colonização,* 11(2), segundo semestre de 1950, p.220-225
417. SAMPAIO, Aluysio: **O Que é Reforma Agrária.** São Paulo: Editora Fulgor, 1962
418. SANTOS, Rubens Rodrigues dos et Alii: **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná.** São Paulo: s/ed (Graf. Edanee), 1975.
419. SENADO FEDERAL-SERVIÇO DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA (QUINTELA, Glória Fernandina et ALLI): **Reforma Agrária.** Volume 3. Brasília: Senado Federal/Diretoria de Publicações, 1963

- 420.SILVA, José Gomes da: **Caindo Por Terra - Crises da Reforma Agrária na Nova República**. São Paulo: Editora Busca Vida, 1987
- 421._____: *UDR: surgimento, bandeiras e perspectivas*. **Tempo e Presença**, 11(239), março de 1989, p.4-9
- 422.SILVA, Leopoldo P. da: *A solução do problema humano dos sertões pela colonização nacional*. **Revista de Imigração e Colonização**, 11(2), segundo semestre de 1950, p.298-310.
- 423.SILVA, Manoel: *Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná*. **Folha de Londrina**. 03/07/60, p.2.
- 424._____: *I Congresso dos Trabalhadores Rurais do Paraná*. **Revista Brasiliense**. (33), janeiro-fevereiro de 1961, p.56-57.
- 425.SMITH, Thomas Lynn: *Viagens no Brasil* in _____: **Organização Rural - Problemas e Soluções**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.
- 426.SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA: *Reforma agrária: textos para análise e pesquisa*. **A Rural**. (594), dezembro de 1985, p.3-70 e (595), janeiro de 1986, p.3-66.
- 427.SOUZA, José Cavalcanti de: *A agricultura e o governo*. **Revista de Imigração e Colonização**, 13(2), segundo semestre de 1952, p.69-82
- 428.VALPASSOS, Oswaldo: *Aspectos políticos da reforma agrária*. **Boletim Geográfico**, 17(153), novembro-dezembro de 1959, p. 649-651.
- 429.VALVERDE, Orlando: *Reforma agrária*. **Correio da Manhã**, 14/08/1961.
- 430.VERA, Nestor: *O II Congresso Camponês em Maringá*. **Revista Brasiliense**. 37, setembro-outubro de 1961, p.63-64.
- 431.WAGNER, Émile-R.: *A travers la Forêt Bresilienne*. L'État de Paraná. Paris: Librairie Felix Alcan, 1919
- 432.ZORTÉA, Alberto João: **Londrina Através dos Tempos e Crônicas da Vida**. São Paulo: Editora Juriscredi, 1975